

**Câmara Municipal de Jacareí**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

PROCESSO Nº 210 DE 14.12.2015

**DECRETO LEGISLATIVO 377/2016**

**ASSUNTO:** PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
- REFERENTE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE JACAREÍ.

**AUTOR:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

DISTRIBUÍDO EM:

PRAZO FATAL: 30/03/2016

DISCUSSÃO ÚNICA

**OBSERVAÇÃO:** O PROCESSO COMPLETO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011, E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO DOS SENHORES VEREADORES NA SECRETARIA DA CÂMARA.

<b>Aprovado em Discussão Única</b> Em.....de.....de 2016..... ..... Presidente	<b>REJEITADO</b> Em.....de.....de 2016.... ..... Presidente
<b>Aprovado em 1ª Discussão</b> Em.....de.....de 2016..... ..... Presidente	<b>ARQUIVADO</b> Em.....de.....de 2016..... ..... Secretário-Diretor Legislativo
<b>Aprovado em 2ª Discussão</b> Em.....de.....de 2016..... ..... Presidente	<b>Retirado de Tramitação</b> Em.....de.....de 2016..... ..... Secretário-Diretor Legislativo
<b>Adiado em.....de.....de 2016.....</b> <b>Para.....de.....de 2016.....</b> .....	<b>Adiado em.....de.....de 2016.....</b> <b>Para.....de.....de 2016.....</b> .....



# Câmara Municipal de Jacareí

## PALÁCIO DA LIBERDADE

PROCESSO Nº 210 DE 14.12.2015

**ASSUNTO:** PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
- REFERENTE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE JACAREÍ.

**AUTOR:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

**DISTRIBUÍDO EM:** 02/01/2016  
**PRAZO FATAL:** 30/03/2016  
**DISCUSSÃO ÚNICA**

**OBSERVAÇÃO:** O PROCESSO COMPLETO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011, E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO DOS SENHORES VEREADORES NA SECRETARIA DA CÂMARA.

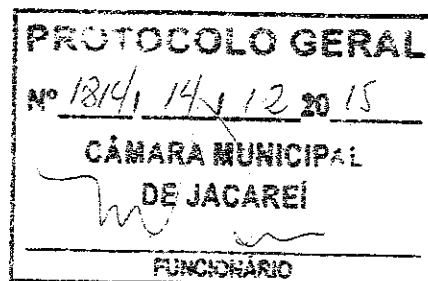
<b>Aprovado em Discussão Única</b>  Em.....de.....de 2016....  ..... Presidente	<b>REJEITADO</b>  Em.....de.....de 2016....  ..... Presidente
<b>Aprovado em 1ª Discussão</b>  Em.....de.....de 2016....  ..... Presidente	<b>ARQUIVADO</b>  Em.....de.....de 2016....  ..... Secretário-Diretor Legislativo
<b>Aprovado em 2ª Discussão</b>  Em.....de.....de 2016....  ..... Presidente	<b>Retirado de Tramitação</b>  Em.....de.....de 2016....  ..... Secretário-Diretor Legislativo
Adiado em.....de.....de 2016....  Para.....de.....de 2016....  ..... Secretário-Diretor Legislativo	Adiado em.....de.....de 2016....  Para.....de.....de 2016....  ..... Secretário-Diretor Legislativo
Encaminhado às Comissões nºs: 1 e 2	Prazo das Comissões: 01/03/2016

DE - UR-7 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS  
PARA - CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

JACAREÍ

ITEM TC. PILOTO MATERIA / INTERESSADO

1	1324/026/11	CONTAS MUNICIPAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ VOL. 1 2 ACOMPANHA: TC-788/007/11 : TC-789/007/11 : TC-790/007/11 : TC-791/007/11 : TC-1208/007/11 : TC-1209/007/11 : TC-14796/026/12 : TC-31773/026/11 : TC-31777/026/11 MOTIVO: REMETIDO A CÂMARA MUNICIPAL ANEXOS: 12
2	1324/126/11	ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ MOTIVO: ACOMPANHA



ACOMPANHA: TC-260/007/12  
: TC-789/007/11  
: TC-789/007/11  
: TC-790/007/11  
: TC-791/007/11  
: TC-985/007/11  
: TC-986/007/11  
: TC-1208/007/11  
: TC-1209/007/11  
: TC-9292/026/11  
: TC-14796/026/12  
: TC-21414/026/11  
: TC-29246/026/11  
: TC-31772/026/11  
: TC-31773/026/11  
: TC-31774/026/11  
: TC-31777/026/11  
: TC-31835/026/11

TCEP - SEDE



TC - 1324/026/11

10/01/2011 - 00:00



0871-6493-8679-8989



ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

VOL II

CONSELHEIRO

(fls. 3 )

Conselheiro Relator  
Dr. Dimas Eduardo Ramalho

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL



PROTOCOLO: 000000001324/026/11

DT. AUTUACAO: 10/01/2011

INTERESS.: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

CODIGO: 000.00.00.504

EXERCICIO: 2011 PROCED. INTERNA: UR-7

PORTE MUNICIPIO: G





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
36ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada no Auditório  
"PROF. JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO"



Fls. nº 224

TC-001324/026/11

MUNICIPAL



**DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA**

**DATA DA SESSÃO -26-11-2013**

Pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, a E. Câmara, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2011, ressaltando os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício à Origem, transmitindo-se as recomendações constantes do corpo do voto do Relator.

Determinou, ainda, a formação de autos específicos para análise dos tópicos especificados no mencionado voto.

No que diz respeito ao item 5.1 sobre os Termos de Acordo de Parcelamento firmados entre a Prefeitura Municipal de Jacareí e o Instituto de Previdência Municipal de Jacareí, deverá a fiscalização, em próxima diligência, acompanhar a matéria, visto que o acordo encontra-se sob análise do Ministério da Previdência Social.

Determinou, por fim, o arquivamento dos Expedientes TCs-31835/026/11, 260/007/12, 9246/026/11, 31774/026/11, 21414/026/11, 985/007/11, 31772/026/11, 986/007/11 e 9292/026/11.

**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - RAFAEL ANTONIO BALDO**

**PREFEITURA MUNICIPAL: JACAREÍ**  
**EXERCÍCIO: 2011**

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para:
  - a) redação e publicação do parecer;
  - b) vista e extração de cópias no prazo recursal;
  - c) juntar ou certificar;
  - d) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
  - e) arquivar os expedientes mencionados no voto do Relator;
- 3 - Ao **DSF-II** para:
  - a) cumprir o determinado no voto do Relator;
  - b) formar autos específicos, nos termos do voto do Relator;
  - c) enviar o processo das contas à Câmara Municipal.

SDG-1, em 29 de novembro de 2013

  
**SERGIO DE CASTRO JUNIOR**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO**

SDG-1/LANG/CleoE



225  
12

PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 26/11/13



103 TC-001324/026/11

**Prefeitura Municipal:** Jacaréi.

**Exercício:** 2011.

**Prefeito(s):** Hamilton Ribeiro Mota.

**Advogado(s):** Marcos Augusto Perez, Helga A. Ferraz de Alvarenga, Carlos Eduardo Bergamini da Cunha, Wagner Tadeu Baccaro Marques, José Roberto Manesco e outros.

**Acompanha(m):** TC-001324/126/11 e Expediente(s): TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalizada por:** UR-7 - DSF-II.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

## 1. RELATÓRIO

1.1. Em apreciação, as contas anuais atinentes ao exercício de 2011, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.

1.2. A Unidade Regional de São José dos Campos/UR-7, encarregada da inspeção *in loco*, apontou, no relatório de folhas 37/95, as seguintes ocorrências, nos exatos termos consignados às folhas 93/95:

**1. ITEM A.1 – PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** – o município não editou o Plano Municipal de Saneamento Básico descumprindo a Lei 11.445/07, a LOA não contém autorização para a abertura de créditos suplementares em percentual compatível com a inflação prevista para 2011, o município não elaborou o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos descumprindo o art. 18 da Lei 12.305/10; a meta de receita e despesa prevista na LDO é incompatível com a previsão da LOA;

**2. ITEM B.1.1 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – déficit de execução orçamentária da ordem de R\$10.048.504,21, ou seja, 2,58% da receita realizada, de acordo com o Sistema Audesp; alteração orçamentária não compatível com a inflação prevista para o período, descumprindo o previsto no art. 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**3. ITEM B.1.2 – RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL** – resultado econômico deficitário em R\$36.441.559,27 e resultado financeiro deficitário em R\$14.455.160,77.



4. ITEM B.1.3 – DÍVIDA DE CURTO PRAZO – falta de liquidez frente aos compromissos de curto prazo.
5. ITEM B.1.4 – DÍVIDA DE LONGO PRAZO – aumento de 108,20% no montante da dívida consolidada ajustada, em relação ao exercício anterior.
6. ITEM B.1.5 – FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS – divergência entre os valores de receita informados e os contabilizados pela Prefeitura;
7. ITEM B.1.6 – DÍVIDA ATIVA – aumento de 5,12% no saldo final da dívida ativa em relação ao exercício anterior; divergência entre os valores informados pelo Setor de Dívida Ativa do órgão e os informados ao sistema Audesp; inscrição indevida da Prefeitura Municipal de Jacareí no rol de sua dívida ativa, prejudicando a confiabilidade de seus demonstrativos contábeis.
8. ITEM B.3.1 – ENSINO – aplicação de 24,15% das receitas de impostos na educação básica, descumprindo o previsto no art. 212 da Constituição Federal; movimentação do saldo do FUNDEB diferido em conta não vinculada, descumprindo o artigo 21, § 2º da Lei 11.494/07; realização de despesas impróprias no Ensino;
9. ITEM B.3.2 – SAÚDE – realização de despesas impróprias na Saúde;
10. ITEM B.3.3.1 – MULTAS DE TRÂNSITO – descumprimento do art. 320, parágrafo único, do CTB.
11. ITEM B.3.3.3 – ROYALTIES – PETRÓLEO - RECURSOS HÍDRICOS – RECURSOS MINERAIS – por meio de conta bancária vinculada, o Município não aplicou integralmente de forma correta tal receita, nos moldes do artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89, e do artigo 24 do Decreto Federal n.º 1/91; realização de despesas impróprias e transferências dos recursos vinculados para contas movimento da Prefeitura com desvio de finalidade dos recursos;
12. ITEM B.5.1 – ENCARGOS – ausência de lei específica para a formação de acordo de parcelamento com o Instituto de Previdência; impossibilidade de parcelamento de débito decorrente de empréstimo junto ao Instituto de Previdência em 420 parcelas; divergência de valores de atualização de débito no montante de R\$ 2.937.418,40; repasse a menor no período de janeiro a março de 2011 no montante de R\$ 701.811,67;
13. ITEM B.5.3 - DESPESAS COM ADIANTAMENTO – irregularidades na prestação de contas de adiantamento, tais como falta de justificativa para viagens, ausência de relatório das atividades realizadas nos destinos visitados e comprovante de despesa sem descrição dos serviços prestados.
14. ITEM B.6 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS – pendências nas conciliações bancárias das contas da Prefeitura no montante de R\$ 4.903.318,40 refletindo controle frágil e incompatível com o princípio da transparência e evidenciação contábil. Descumprimento do art. 164, § 3º da CF;
15. ITEM B.8 – ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS – descumprimento da ordem cronológica de pagamentos – artigo 5º “caput” da Lei 8.666/93;



**16. ITEM C.2.2 – CONTRATOS EXAMINADOS “IN LOCO”** – contratações feitas pela Prefeitura transferindo a terceiros suas atividades fins em desobediência ao inciso I do artigo 37 da CF e ditames da LRF;

**17. ITEM C.2.3 – EXECUÇÃO CONTRATUAL** – descumprimento do artigo 66 da Lei nº 8.666/93 com a Prefeitura efetuando pagamento a menos do que o estabelecido no contrato com a empresa Embras Empresa Brasileira de Tecnologia Ltda., com a empresa Assessoria Técnica-Pedagógica a Prefeitura efetuou pagamentos a mais sem previsão contratual e prestacional para tanto.

**18. ITEM C.2.6 – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JACAREÍ** – transferência de recursos à Santa Casa de Misericórdia de Jacareí como se fosse entidade do terceiro setor e sem lei específica autorizando (descumprimento do artigo 26 da LC 101/00), situação de intervenção da Prefeitura na Santa Casa desde 2003 sem resolver problemas de solvabilidade, dívidas de várias naturezas e fluxo de caixa, descumprimento do artigo 1º, § 1º da LC 101/00.

**19. ITEM D.2 – FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP** – não atendimento aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidência contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64).

**20. ITEM D.3.1 QUADRO DE PESSOAL** - existência de cargos em comissão em descumprimento do previsto no artigo 37, V, da Constituição Federal e nas determinações desta Corte.

**21. ITEM D.5 – ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL** – descumprimento dos prazos de envio das informações e documentos ao sistema Audesp, descumprimento das recomendações feitas por esta E. Corte de Contas na apreciação dos 2 últimos exercícios.

#### **D.4 DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES**

##### **1- Expediente TC-1208/007/11**

Interessado: Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda

Assunto: Informa sobre regularização de operação de crédito junto ao Instituto de Previdência do Município

O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório.

##### **2- Expediente TC-14796/026/12**

Interessado: Alex Albert Rodrigues, Coordenador Geral de Auditoria do Ministério da Previdência Social

Assunto: Encaminha cópia de Processo Administrativo Previdenciário PAP nº 208/2011

O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório.



**3- Expediente TC-31835/026/11**

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo, por seu Procurador Geral de Justiça

Assunto: Encaminha cópia de decisão proferida nos autos dos embargos de declaração nº 9030761-46.2009.8.26.0000/50000

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou procedente ação direta de inconstitucionalidade das Leis Municipais 5331 e 5332, ambas de 30 de dezembro de 2008, que dispõem, respectivamente, sobre o aumento de subsídios dos cargos em comissão do Instituto de Previdência de Jacareí, da Fundação Cultural de Jacareí e do cargo CCO da autarquia municipal SAAE e sobre o aumento dos subsídios dos cargos de Secretários Municipais por padecerem de vício de iniciativa e por criar despesas sem a previsão dos recursos. Documentos às fls. 2028/2040 do anexo X.

**4- Expediente TC-260/007/12**

Interessado: Rosana Fantini, MM Juíza do Trabalho das 2ª Vara do Trabalho de Jacareí

Assunto: Encaminha cópia de sentença condenando o segundo reclamado, Município de Jacareí em face da reclamação trabalhista intentada por Alessandra das Graças Rodrigues

Expediente de caráter informativo sem reflexo nas contas em exame. Todavia, em análise na ferramenta do Sistema Audesp (Pentaho), verificamos que, em 2010 e 2011, a Prefeitura de Jacareí não efetuou nenhum pagamento a Sra. Alessandra das Graças Rodrigues.

**5- Expediente TC-29246/026/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre operação de crédito junto ao BNDES/CEF para continuidade das obras do Córrego do Turi. Expediente informativo.

**6- Expediente TC-31774/026/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre operação de crédito junto ao BNDES/CEF para continuidade das obras do Córrego do Turi. Expediente informativo.

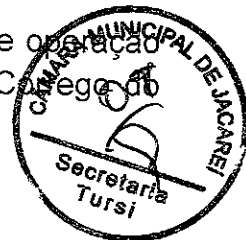
**7- Expediente TC-21414/026/11**

Interessado: Município de Jacareí



230  
142

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre operação de crédito junto ao BNDES/CEF para continuidade das obras do Córrego do Turi. Expediente informativo.



**8- Expediente TC-985/007/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre operação de crédito junto ao BNDES/CEF para continuidade das obras do Córrego do Turi. Expediente informativo.

**9- Expediente TC-31772/026/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre operação de crédito junto a CEF destinada a ao Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM. Expediente informativo.

**10- Expediente TC-986/007/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre operação de crédito junto a CEF destinada a ao Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM. Expediente informativo.

**11- Expediente TC-9292/026/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre operação de crédito junto ao BNDES para dar continuidade na implantação do tratamento sanitário ambiental do Vale do Córrego do Turi. Expediente informativo.

**12- Expediente TC-31777/026/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre regularização de dívida junto ao Instituto de Previdência do Município (auxílio-alimentação). O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório de contas.

**13- Expediente TC-788/007/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre regularização de dívida junto ao Instituto de Previdência do Município (auxílio-



alimentação). O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório de contas.



**14- Expediente TC-1209/007/11**

Interessado: Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda.

Assunto: Informa sobre regularização de operação de crédito junto ao Instituto de Previdência do Município. O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório de contas.

**15- Expediente TC-790/007/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre regularização de dívida junto ao Instituto de Previdência do Município. O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório de contas.

**16- Expediente TC-789/007/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre regularização de dívida junto ao Instituto de Previdência do Município. O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório de contas.

**17- Expediente TC-31773/026/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre regularização de dívida junto ao Instituto de Previdência do Município. O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório de contas.

**18- Expediente TC-791/007/11**

Interessado: Município de Jacareí

Assunto: Encaminha parecer jurídico e declaração informando sobre regularização de dívida junto ao Instituto de Previdência do Município. O assunto em tela foi devidamente analisado no item B.5.1 do relatório de contas.

1.3. A Autoridade responsável, notificada regularmente (fls.102), apresentou os esclarecimentos de fls. 110/168, a seguir sintetizados:

**PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:** o Município optou por elaborar planos segregados por serviços, Planos de Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos e Plano de Esgotamento Sanitário; está desenvolvendo os Planos de Abastecimento de Água e de Manejo de Águas Pluviais; a LOA de



2011 autorizava a abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação ou por superávit, até o limite de 30% do total da despesa fixada; não existe na Constituição qualquer limite neste sentido; não ocorreu no exercício excesso de arrecadação em Jacareí; os comunicados emitidos pelos órgãos técnicos do Tribunal não possuem força vinculante; a inflação não figura como padrão seguro para fixação da projeção de receitas; a LDO serve apenas para orientar a elaboração do orçamento anual, contendo as metas e prioridades do Governo, e pode sofrer ajustes; o Município melhorou a performance das estimativas de arrecadação;

**RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ao contrário do déficit apontado pela Fiscalização, o Município registrou resultado orçamentário superavitário de 3,61%; o Órgão de Instrução incluiu indevidamente as despesas da Câmara Municipal nos balanços da Prefeitura; logo, as críticas com base na existência de supostos déficits não procedem;

**DÍVIDA DE CURTO PRAZO:** a Municipalidade diminuiu seu estoque de restos a pagar em relação a 2010; houve significativa melhora nas finanças municipais; ao contrário do que aponta a Fiscalização, o resultado foi positivo;

**DÍVIDA DE LONGO PRAZO:** Quanto ao apontamento de que houve um incremento de 108,20% no montante da dívida consolidada do Município, se comparada ao exercício anterior, tal fato decorreu de dívidas contraídas junto ao IPMJ, em razão de acordos judiciais; logo, o aumento não teve origem em gestão irresponsável, mas sim em ações voltadas a solucionar de forma definitiva a questão relacionada com a dívida do Município junto ao Instituto; se deve reconhecer que o grau de endividamento ainda é relativamente baixo, face ao limite imposto pelo Senado Federal;

**FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS:** contesta o apontamento de divergências entre os valores repassados e os que foram efetivamente contabilizados; a diferença relacionada ao FPM refere-se à dedução do FUNDEB; as demais diferenças ocorrem em razão da forma de contabilização;

**DÍVIDA ATIVA:** não procede o apontamento de crescimento de 5,12% da dívida ativa; observa-se, pelo Sistema AUDESP, uma redução do estoque da dívida ativa de Jacareí; as divergências entre os dados constantes do AUDESP e aqueles informados pelo Município decorrem de erros do sistema utilizado pelo TCE; com relação ao Município figurar como devedor dentro da sua própria dívida ativa, deve-se a equívoco de procedimentos (confusão entre credor e devedor);





**ENSINO:** inaceitáveis as glosas promovidas pela Fiscalização; as despesas com serviços de manutenção de áreas verdes foram executadas em unidades educacionais e está de acordo com o artigo 70 da LDB, cujo inciso II refere-se explicitamente à manutenção e conservação de instalações; incabível, também, as glosas de despesas com merenda escolar; o valor de R\$ 1.142.433,92 refere-se ao pagamento de merenda escolar; devem ser computado nos gastos constitucionais os restos a pagar de 2010, efetivamente quitados ao longo de 2011; incluídos os valores das glosas, tem-se que o Município empregou 25,30% no ensino; quanto ao FUNDEB e à utilização da parcela diferida, trata-se de matéria estranha ao exercício em análise, já que diz respeito a 2011; a lei faculta – ou seja, não obriga – a utilização da parcela diferida;

**MULTAS DE TRÂNSITO:** neste tocante, a conclusão da Inspeção é equivocada, visto que nem de toda receita de multas que adentra aos cofres municipais deve-se separar 5% para o FUNSET; de todos os valores que ingressaram diretamente aos cofres públicos, a título de receita de multas de trânsito, foram recolhidos 5% ao FUNSET;

**ROYALTIES:** quanto aos *royalties* do petróleo, não procede o apontamento de transferência para outras contas, como também de gasto em programas não relacionados a energia, pavimentação de rodovias e saneamento básico; a lei não impõe a criação de um fundo especial, nem excepciona a regra da unicidade de tesouraria; não é ilegal a transferência de recursos da conta em que depositados os valores de *royalties* para outras contas, ou mesmo a destinação de parte da receita para finalidades não abrangidas pelo Decreto nº 1/91; quanto aos recursos hídricos e minerais, repisa os argumentos utilizados quanto aos *royalties* do petróleo e afirma que não houve descumprimento da Lei 7.990/89;

**ENCARGOS SOCIAIS:** não procedem os apontamentos referentes aos acordos com o IPMJ; é equivocado o entendimento de que pode o Ministério da Previdência e Assistência Social exigir a criação de Lei para que o município reconheça e negocie termos de dívida; a questão envolvendo a Prefeitura e o IPMJ ainda depende de decisão judicial definitiva;

**TESOURAIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS:** no que tange às conciliações bancárias, o problema foi solucionado; os valores que estão depositados em bancos privados se referem a pagamentos de tributos e permanecem na conta apenas de um dia para outro;



fl. 234

**ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:** equivocou-se, neste aspecto, a Fiscalização; os pagamentos foram programados por cada Secretaria de forma individualizada; tal ordem foi fielmente cumprida;



**CONTRATOS EXAMINADOS IN LOCO:** a contratação do escritório de advocacia está amparada na Lei nº 8.666/93, pois se trata de profissionais especializados para atuar em causas de maior complexidade; o fato de haver funções semelhantes no corpo administrativo não caracteriza terceirização de funções precípua da administração pública; tal contratação foi analisada pelo Poder Judiciário e Ministério Público do Estado, os quais atestaram sua absoluta legitimidade; quanto às contratações da IBAM, Visão Assessoria, Paít Consultores e TTC Engenharia de Tráfego, também não procede o apontamento, já que são empresas especializadas;

**EXECUÇÃO CONTRATUAL:** no que tange ao atraso no início da execução do contrato firmado com a EMBRÁS, não implica em invalidade da avença; a empresa receberá o valor pactuado na conclusão da obra; em relação ao contrato firmado com Cláudia Maria Lopes de Avelar Burihan, não houve distorção entre o prazo de edital e a execução do ajuste, tampouco pagamento a maior, mas sim a execução da prestação do serviço em período mais curto;

**TRANSFERÊNCIAS À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JACAREÍ:** a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí está sob intervenção municipal desde 2003; embora tenha natureza de direito privado, figura como o único hospital do Município conveniado ao SUS; o TCE já examinou esta questão;

**FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:** o Município não desatende aos princípios da transparência e da evidenciação contábil; as diferenças apontadas decorrem de divergências do critério do Sistema AUDESP;

**QUADRO DE PESSOAL:** a Lei Municipal nº 5.498/10 veio em substituição à Lei nº 4.616/02, de forma a dinamizar o corpo administrativo, aumentar o número de cargos em comissão necessariamente ocupados por servidores efetivos e concursados, bem como diminuir o número total de cargos; não se pode analisar unicamente a nomenclatura dos cargos; na forma do art. 37, V, da Constituição Federal, as atividades desenvolvidas pelos cargos em comissão estão restritas ao assessoramento, chefia e direção.

1.4. Instada, a **Assessoria Técnica**, no que diz respeito aos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, registrou que, de acordo com o Censo



16235

de 2010, a população do Município era composta por 208.934 habitantes, enquanto a Prefeitura contava com 3.947 servidores, ou seja, um funcionário público para cinquenta e três habitantes.



Ressaltou que a Lei Orçamentária Anual contém autorização para abertura de créditos suplementares em percentual de 30%, incompatível com a inflação prevista para o período fiscalizado. Não vislumbra irregularidades neste aspecto, considerando que existe autorização legal para tanto e não há nos autos informação de que as movimentações de dotações orçamentárias teriam superado os limites estabelecidos na LOA.

Consignou que o volume de investimentos correspondeu a 11,39%, em relação à RCL.

Ratificou o apontamento da Fiscalização no tocante à Execução Orçamentária, que apresentou déficit de R\$10.048.504,21, ou 2,58% das receitas arrecadadas, e rejeitou os argumentos da defesa neste tópico, tendo em vista que na LOA consta dotação para o Legislativo, e que a Portaria STN 339/2001 impôs para as Câmaras Municipais que do Balanço Orçamentário não mais deveria registrar receitas em razão da transferência dos recursos que lhe são enviados na forma de duodécimos.

Sob outro enfoque, notou que o resultado da execução da despesa de capital (R\$ 59.441.266,52) e da receita de capital realizada (R\$ 9.530.041,91) evidencia claramente que o desequilíbrio orçamentário ocorrido no exercício resultou de despesas de capital, ou seja, o déficit orçamentário onerou a conta 'investimentos', que, no âmbito econômico, traduz-se em enriquecimento do Erário Municipal.

Quanto à Gestão Financeira da Administração Direta, se apresentou com valor negativo de R\$ 14.455.160,77, denotando a insuficiência de recursos para o pagamento da dívida de curto prazo. Houve, ainda, déficit de caixa no percentual de 3,23% em relação à RCL. O Passivo Financeiro de R\$ 24.850.338,73 decorreu de empenhos inscritos em Restos a Pagar.

Além disso, o Valor de R\$ 5.023.363,66, inscrito em Restos a Pagar não Processados, torna aceitável a tese de que o desequilíbrio orçamentário/financeiro decorreu do fato dos governos Federal e Estadual não terem repassado no exercício os valores correspondentes aos convênios firmados.



16.236  
R

O resultado Econômico foi negativo em razão de correções e incorporações de dívidas de longo prazo.

Notou diminuição no saldo da dívida de curto prazo em relação ao saldo do exercício anterior. Já a dívida de longo prazo apresentou variação para maior, em razão de correções e incorporação de dívidas contraídas junto ao IPMJ.



No que toca às divergências entre os valores de receita informados e os contabilizados pela Prefeitura, partiram de premissas equivocadas em relação à dedução para FUNDEB.

Houve aumento do estoque da dívida ativa, no percentual de 5,12% em comparação com o valor apurado no exercício anterior, que representa o percentual de 20,14% em relação à RCL. Assim, faz-se necessária a adoção urgente de previsão para perdas da dívida ativa, bem como da inclusão de juros e atualização do estoque pela contabilidade municipal, para alcançar o objetivo proposto.

Ressaltou, ademais, o elevado valor do estoque registrado em Dívida Ativa Municipal sem atualização (20,14% da RCL do exercício), em razão do substancial valor nominal envolvido, sem que se tenha certeza do seu efetivo recebimento, fato que compromete a avaliação positiva sobre o resultado patrimonial do Município no exercício.

As pendências nas conciliações bancárias foram resolvidas.

Em conclusão, a Assessoria Técnica posicionou-se por não haver restrição, em relação aos aspectos financeiros, orçamentários e contábeis, para a emissão de parecer favorável às contas em apreço.

**1.5.** Concernente às aplicações no ensino, a Assessoria especializada analisou as glosas com coleta de lixo, consignando que a questão é a mesma tratada no TC-2852/026/10, contas anuais da Prefeitura de Jacareí de 2010. Nesse feito, a 1ª instância não acolheu no cômputo do ensino as despesas relacionadas com a coleta de lixo. Não há decisão referente ao pedido de reexame. Assim, a ATJ manteve a linha de entendimento da Fiscalização.

Quanto às despesas glosadas relativas ao preparo de merenda escolar, sugeriu o retorno de R\$ 1.142.433,92, por terem sido deduzidas sem que estivessem computadas pela Origem na aplicação do Ensino.



No que concerne aos Restos a Pagar impugnados no exercício de 2010, referido Órgão observou que não há comprovação documental para acolher os argumentos da defesa.

Refeitos os cálculos, concluiu que a Prefeitura de Jacareí aplicou o correspondente a 24,51% das receitas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, deixando de atender ao artigo 212 da Constituição Federal, fato este suficiente para a emissão de parecer desfavorável às contas em análise.

Quanto aos recursos do FUNDEB, a Origem destinou o percentual de 66,05% à remuneração dos Profissionais do Magistério. Durante o exercício, entretanto, somente o equivalente a 99,59% dos recursos recebidos foram utilizados, deixando a Municipalidade de aplicar a parcela diferida (R\$159.604,26) no 1º trimestre de 2012.

Entendeu, todavia, que esse fato pode ser relevado, diante de posição jurisprudencial já firmada nesta Corte.

Sob os aspectos jurídicos, a ATJ observou que foi atendido o art. 77 do ADCT, com aplicação de 21,88% da arrecadação de impostos nas ações de saúde; as despesas com pessoal e os reflexos limitaram-se a 32,69% do total das receitas; os pagamentos dos precatórios foram regulares, e as transferências para o Legislativo deram-se de forma correta, dentro do limite previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.

Os recolhimentos dos encargos foram devidamente efetuados, e no que diz respeito aos Termos de Acordo de Parcelamentos firmados entre a Prefeitura Municipal e o Instituto de Previdência Municipal, sugeriu que, por ocasião do próximo exame, seja efetuado o acompanhamento da matéria, considerando que pende de decisão o Processo Administrativo em curso no Ministério da Previdência Social.

Em relação às Multas de Trânsito e sua Aplicação, a Prefeitura atendeu às disposições do art. 320 do Código de Trânsito, sendo que, sobre a falha do FUNSET, considerou procedentes as justificativas da Origem. A CIDE foi aplicada conforme a Lei 10.336/2001.

No que tange aos recursos dos *Royalties* e sua aplicação, sugeriu que as impropriedades relatadas fossem tratadas em autos apartados, assim como as questões referentes aos repasses à Santa Casa.



Em conclusão, manifestou-se pela emissão de **Parecer Desfavorável** às contas da Prefeitura de Jacareí, relativas ao exercício de 2011, diante da aplicação insuficiente no ensino, sem embargo das propostas constantes no corpo da manifestação.

1.6. O Sr. Assessor Procurador-Chefe opinou, igualmente, pela emissão de **Parecer Desfavorável** aos demonstrativos examinados, sem prejuízo das propostas constantes às fls. 189/196.

1.7. No mesmo sentido posicionou-se o Ministério Público de Contas, destacando a aplicação insuficiente no ensino global (24,51%), e o emprego de apenas 99,59% do total dos recursos recebidos do FUNDEB.

Propôs a instrução em **autos próprios** dos aspectos relacionados aos *Royalties* (Item B.3.3.3); Contratos Examinados *In Loco* (item C.2.2), e Quadro de Pessoal (item D.3.1).

1.8. Os autos seguiram para SDG que, naquilo que concerne às divergências apuradas entre o Sistema AUDESP e as informações fornecidas pela Origem, em desatendimento ao Comunicado SDG nº 34/2009, propôs severa advertência no sentido de a Prefeitura assegurar a identidade entre demonstrativos contábeis e os valores informados ao Tribunal.

Igual solução considerou aplicável às falhas apontadas nos itens 'planejamento das políticas públicas', 'fiscalização das receitas', 'dívida ativa', 'multas de trânsito', '*royalties*', 'encargos', 'despesas com adiantamento', 'tesouraria', 'ordem cronológica de pagamentos', 'contratos e execução contratual' e 'quadro de pessoal'.

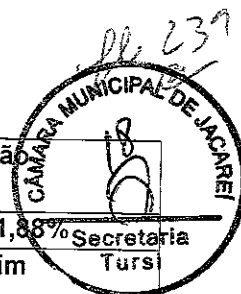
No tocante ao ensino, manifestou-se de acordo com o entendimento externado pela Assessoria especializada às fls. 184/188, entendendo que o Município aplicou 24,51% das receitas de impostos e transferências, em violação ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Resumiu a gestão no quadro seguinte:

Itens	
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério	66,05%
Total do FUNDEB aplicado em 2011	99,59%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Em caso de diferimento de até 5%, a parcela residual foi aplicada até março de 2012.	Não
Percentual aplicado na Saúde	21,88%
Sob o regime especial anual da Emenda 62/2009, foi realizado suficiente depósito nas contas do Tribunal de Justiça, além de pagos os requisitórios de baixa monta?	Sim
Resultado da execução orçamentária sem o fundo especial de previdência (déficit)	2,58%
O Déficit orçamentário contou com amparo no superávit financeiro anterior?	Não
Percentual da despesa de pessoal	32,69%
Regularidade nos recolhimentos ao Regime e Previdência Social?	Sim
Percentual da receita tributária ampliada enviada à Câmara dos Vereadores	4,17%

Do exposto, posicionou-se pela emissão de **Parecer Desfavorável**, excepcionados atos porventura pendentes de apreciação pelo Tribunal.

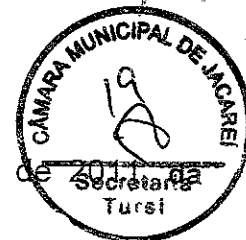
1.9. O presente feito foi retirado da pauta do dia 10/09/2013 desta Colenda Primeira Câmara, em razão da apresentação de memoriais pelo Responsável, discorrendo especificamente sobre a falha consistente no descumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Citou decisões anteriores (TCs. 2054/026/07, 2328/026/07 e 424/026/09), que reputa favoráveis aos seus argumentos.

É o relatório.



## 2. VOTO

2.1. Em análise, contas anuais, pertinentes ao exercício de 2011, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**.



2.2. Infere-se da instrução processual que o Município promoveu os seguintes investimentos:

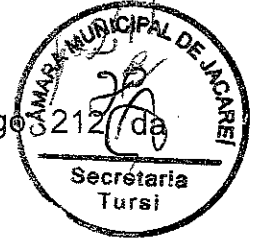
Itens	
Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.	24,51%
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério.	66,05%
Total do FUNDEB aplicado em 2011.	99,59%
Em caso de diferimento de até 5%, a parcela residual foi aplicada até março de 2012?	Não
Percentual aplicado na Saúde.	21,88%
Sob o regime especial anual da Emenda 62/2009, foi realizado suficiente depósito nas contas do Tribunal de Justiça, além de pagos os requisitórios de baixa monta?	Sim
Resultado da execução orçamentária sem o fundo especial de previdência (déficit)	2,58%
O Déficit orçamentário contou com amparo no superávit financeiro anterior?	Não
Percentual da despesa de pessoal.	32,69%
Regularidade nos recolhimentos ao Regime e Previdência Social?	Sim
Percentual da receita tributária ampliada enviada à Câmara dos Vereadores.	4,17%

2.3. As contas do **EXECUTIVO MUNICIPAL DE JACAREÍ**, exercício de 2011, não reúnem condições para emissão de parecer favorável. Dentre as diversas falhas apontadas no relatório de fiscalização, algumas são graves e acabam por macular os demonstrativos.

2.4. Os índices evidenciam que a Administração **NÃO** investiu o percentual mínimo no Ensino, como determina o *caput* do artigo 212 da Constituição Federal.

Com efeito, apurou a Fiscalização, inicialmente, que as despesas com educação atingiram o percentual de 24,15% da receita arrecadada. Diante dos ajustes levados a cabo pela Assessoria Técnica, com a inclusão do valor das despesas relativas ao preparo de merenda escolar, fornecimento de todos os insumos, distribuição e manutenção dos equipamentos e utensílios, o percentual foi majorado para 24,51%, ainda assim, abaixo da aplicação mínima





de 25% da receita resultante de impostos exigida pelo artigo 212 da Constituição Federal.

A Origem, mediante Memorial, reforçou os argumentos expendidos em suas justificativas, insurgindo-se contra a exclusão do montante de R\$ 2.414.952,02 de investimentos no ensino, relativos a despesas com conservação, limpeza e manutenção de áreas verdes de escolas da rede Municipal. Cita decisões desta Corte<sup>1</sup>, afirmando tratar-se de *"matéria semelhante em casos concretos análogos, e as decisões proferidas, nestes casos, diferem em muito da opinião manifestada pelos órgãos técnicos de instrução e da decisão proferida nos autos do TC-2852/026/10, ora em fase recursal"*.

Em que pese os esforços da Administração, entendo que razão não lhe assiste, visto que nas decisões mencionadas logrou-se demonstrar, de forma inequívoca, que as despesas foram realizadas com manutenção e limpeza de dependências da Divisão de Educação.

De fato, o Sr. Prefeito de Jacareí transcreve parte do voto proferido no TC- 2054/026/07, Relator o E. Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga:

**A Auditoria excluiu os R\$382.577,60 do cálculo porque relativos a despesas com mão de obra de limpeza, asseio e conservação e preparo de merenda. No entanto, o gasto com serviços de limpeza, discriminado no recurso, pode ser incluído, tanto mais que o Município demonstrou que o valor desses serviços é de R\$219.013,76 e, ainda, que eles foram prestados nas escolas. (grifei)**

Deveria ter prosseguido na transcrição, quando o I. Conselheiro Relator destaca que:

**Também juntou (fls. 483/487) o contrato n. 113, de 04-04-07, cuja cláusula 1ª refere a 'serviços de mão de obra para limpeza, asseio e conservação... de prédios escolares do ensino fundamental e preparo de refeições'. Essas despesas devem ser computadas, porque admitidas pela Lei de Diretrizes e Bases e pela Lei do FUNDEB. (grifei)**

<sup>1</sup> Tc's - 2054/026/07, 2328/026/07, 436/026/09.



242  
R

Com efeito, pelos excertos do voto acima transcritos, bem assim, nos demais julgados citados pelo Sr. Prefeito em sede de Memorial, a instrução processual revelou, mediante contrato ou outros documentos hábeis, que as despesas foram realmente direcionadas ao pagamento de prestações de serviços em dependências da divisão de educação.



Não é o que ocorreu no presente caso, em que os documentos que fundamentaram a glosa descrevem despesas como **"Concessão para delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos - Contrato 300100/10- Concessão Ambiental Jacareí"**.

Além disso, o Município aplicou apenas 99,59% dos recursos advindos do FUNDEB, deixando de empregar a parcela diferida, no montante de R\$159.604,26, até 31 de março de 2012.

Esta Corte de Contas adota posição rigorosa quanto aos investimentos na Educação, não admitindo que o Município deixe de observar a aplicação dos percentuais mínimos exigidos pela Constituição Federal e pela legislação específica em área essencial para o desenvolvimento da sociedade. Deste modo, diante da constatação de que foi deficiente o investimento dos recursos próprios na área da Educação, bem como restou demonstrada a parcial utilização dos recursos originários do FUNDEB, não há que se falar na emissão de parecer favorável às contas em apreço.

**2.5.** Subsistem, ainda, outras impropriedades que merecem a atenção deste Tribunal.

**2.6.** A começar pelo Planejamento das Políticas Públicas e pela Lei Orçamentária Anual, que autorizou a abertura de créditos adicionais em até 30% da receita estimada, percentual muito acima da previsão da inflação para o período. A licença orçamentária concedida ao Município é demasiadamente elástica, mostrando-se inadequada, na medida em que prejudica a vontade popular, propiciando ao Executivo modificar parte expressiva do orçamento, de modo a torná-lo, em última análise, mera peça coadjuvante.

A abertura de créditos adicionais, pela própria natureza do processo orçamentário, é um mecanismo que permite ao gestor certa adaptabilidade à dinâmica das demandas socioeconômicas. Entretanto, eventuais abusos na sua utilização podem vir a alterar sua natureza transformando-se em um meio hábil para burlar o controle legislativo e social sobre as prioridades a serem atendidas. (*Apud* Piscitelli, Roberto Bocaccio, Cadernos ASLEGIS 37, pag.



161). Não deve, por conseguinte, a autorização para abertura de créditos suplementares desvirtuar a essência da Lei Orçamentária Anual, mas sim atender a situações que não puderam ser atendidas ou previstas na fase de elaboração da lei.

Constatou-se nas contas ora examinadas o exacerbado percentual autorizado, a colidir com os princípios da responsabilidade fiscal, planejamento e transparência. Assim, cabe **Recomendação** à Origem para que, nos próximos exercícios, utilize margem moderada para abertura de créditos adicionais, valendo-se de índices mais condizentes com a expectativa inflacionária para o período, a teor da orientação constante no Comunicado SDG nº 29/2010.

2.7. Outro aspecto negativo que vem se somar às outras irregularidades é a execução orçamentária, que acusou o déficit de 2,58% sobre o montante arrecadado, destacando que este déficit não foi amparado pelo superávit financeiro anterior. Neste aspecto, impõe-se **recomendar** à Origem que busque a reversão do quadro de déficit orçamentário para os próximos exercícios, evitando mais agravar a saúde financeira do Município.

2.8. No que diz respeito aos apontamentos da Fiscalização quanto ao **Quadro de Pessoal** e à existência de cargos em comissão sem as características de direção, assessoramento e chefia, bem como a omissão da legislação quanto aos requisitos mínimos para a investidura em tais cargos, cabe **recomendação** à administração para que coloque em prática, com urgência, as medidas necessárias para corrigir tais irregularidades.

2.9. Quanto aos itens **Análise do Cumprimento das Exigências Legais e Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal**, ante os apontamentos do Órgão Fiscalizador, é pertinente **recomendar** à Origem que promova a imediata correção das falhas.

2.10. Em razão dos apontamentos da Fiscalização, determino a formação de **autos específicos** para instrução dos seguintes itens: **B.3.3.3 – Royalties** – realização de despesas impróprias e transferências de recursos vinculados para contas movimento da Prefeitura; **C.2.2** – Contratação de terceiros para atividades fins da administração – Contratação de Sociedade de Advogados; contratação do Instituto Brasileiro de administração Municipal; contratação da empresa Visão Assessoria Consultoria e Planejamento S/C, Pait Consultores Engenharia e Arquitetura Ltda.; TTC Engenharia de Tráfego e Transporte Ltda, e **C.2.6** – Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacaré.



2.11. No que toca aos demais apontamentos da Fiscalização, mereceram plausíveis esclarecimentos pela defesa, outros foram providências voltadas à sua regularização, como noticiado pela Administração. Outras, ainda que não solvidas, são de somenos importância para interferir no resultado das contas.

2.12. Diante do exposto, no mérito, **VOTO** no sentido da emissão de Parecer **DESFAVORÁVEL** à aprovação das contas anuais, atinentes ao exercício de 2011, da **PREFEITURA MUNICIPAL de JACAREÍ**, ressaltando os atos pendentes de apreciação por esta Corte.

Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao órgão de origem, com a transmissão das **recomendações constantes do corpo do voto**.

Proponho, ainda, a formação de **autos específicos** para análise dos seguintes tópicos:

- a) **B.3.3.3 – Royalties** – realização de despesas impróprias e transferências de recursos vinculados para contas movimento da Prefeitura;
- b) **C.2.2 – Contratação de terceiros para atividades-fim da administração** – Contratação de Sociedade de Advogados; contratação do Instituto Brasileiro de administração Municipal; contratação da empresa Visão Assessoria Consultoria e Planejamento S/C, Pait Consultores Engenharia e Arquitetura Ltda.; TTC Engenharia de Tráfego e Transporte Ltda;
- c) **C.2.6 – Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí.**

No que diz respeito ao item 5.1, sobre os **Termos de Acordo de Parcelamento firmados entre a Prefeitura e o Instituto de Previdência Municipal de Jacareí**, deverá a fiscalização, em próxima diligência, acompanhar a matéria, visto que dito acordo encontra-se sob análise do Ministério da Previdência Social.

Os expedientes TCs. 14796/026/12, 14796/026/12, 31777/026/11, 788/007/11, 1209/007/11, 790/007/11, 789/007/11, 31773/026/11 e 791/007/11 deverão seguir acompanhando o presente feito.

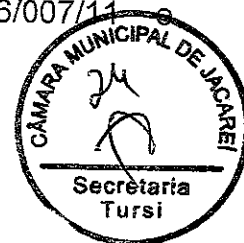


**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



11-24  
c

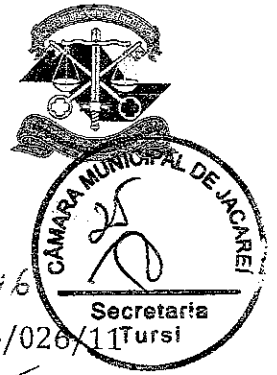
Os expedientes TCs. 31835/026/11, 260/007/12, 29246/026/11, 31774/026/11, 21414/026/11, 985/007/11, 31772/026/11, 986/007/11 e 9292/007/11 seguem para o arquivo.



**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
36ª Sessão ordinária da Primeira Câmara, realizada no Auditório  
"PROF. JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO".




Fls. nº 246  
TC-001324/026/11

**RELATOR- CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO**

Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão da Primeira Câmara do dia 26 de novembro de 2013.

SDG-1, em 28 de novembro de 2013

  
**Lia Aparecida Nuzzi Garcia**  
**Agente da Fiscalização Financeira - Administração**  
**Respondendo pela Chefia**

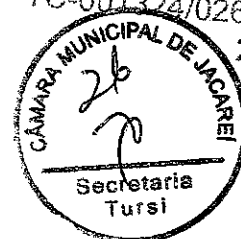


# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



TC-001324/026/11  
247



## PARECER

**Processo:** TC-001324/026/11

**Prefeitura Municipal:** Jacareí.

**Exercício:** 2011.

**Prefeito:** Hamilton Ribeiro Mota.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga A. Ferraz de Alvarenga, Carlos Eduardo Bergamini da Cunha, Wagner Tadeu Baccaro Marques, José Roberto Manesco e outros.

**Acompanha:** TC-001324/126/11 e Expedientes: TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

Itens	
Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.	24,51%
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério.	66,05%
Total do FUNDEB aplicado em 2011.	99,59%
Em caso de diferimento de até 5%, a parcela residual foi aplicada até março de 2012?	Não
Percentual aplicado na Saúde.	21,88%
Sob o regime especial anual da Emenda 62/2009, foi realizado suficiente depósito nas contas do Tribunal de Justiça, além de pagos os requisitórios de baixa monta?	Sim
Resultado da execução orçamentária sem o fundo especial de previdência (déficit)	2,58%
O Déficit orçamentário contou com amparo no superávit financeiro anterior?	Não
Percentual da despesa de pessoal.	32,69%
Regularidade nos recolhimentos ao Regime e Previdência Social?	Sim
Percentual da receita tributária ampliada enviada à Câmara dos Vereadores.	4,17%

Vistos, relatados e discutidos os autos.

**ACORDA** a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 26 de novembro de 2013, pelo voto do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Relator,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Renato Martins Costa – Presidente e da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, na conformidade do voto do Relator e das correspondentes notas taquigráficas, emitir Parecer Desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2011, ressaltando os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Órgão de Origem, transmitindo-se as recomendações constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, a formação de autos específicos para análise dos tópicos especificados no mencionado voto.

No que diz respeito ao item 5.1 sobre os Termos de Acordo de Parcelamento firmado entre a Prefeitura Municipal de Jacareí e o Instituto de Previdência Municipal de Jacareí, deverá a fiscalização, em próxima diligência, acompanhar a matéria, visto que o acordo encontra-se sob análise do Ministério da Previdência Social.

Determinou, por fim, o arquivamento dos Expedientes TCs 31835/026/11, 260/007/12, 9246/026/11, 31774/026/11, 21414/026/11, 985/007/11, 31772/026/11, 986/007/11 e 9292/026/11.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas:- Dr. Rafael Antonio Baldo.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

**Publique-se.**

São Paulo, 10 de dezembro de 2013.

**RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

**DIMAS EDUARDO RAMALHO - RELATOR**

PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 14.12.2013  
CGC. DER



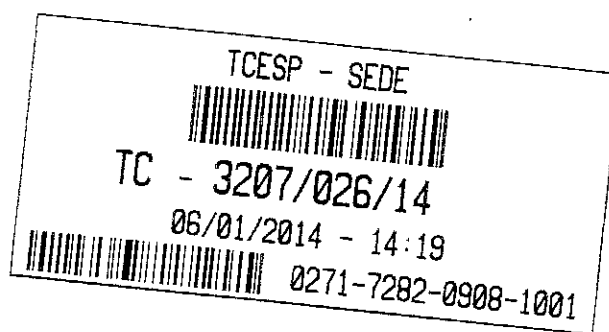


**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Floriano de Azevedo Marques Neto, Ana Elisa Perez, Tatiana Mattiello Cymbalista, Fábio Barbalho Leite, Luis Justiniano Haiek Fernandes, Vladimir Antonio Ribeiro, Adriana Roldan Pinto de Lima, Adalberto Pimentel Diniz de Souza, Evane Beiguelman Kramer, Fernando Pierrren Aguillar, Helga Antruna Ferraz de Alvaenga, Lucas Cherem de Camargo Rodrigues, Juliana Nunes Menezes Fragoso, Milene Louise Renée Coscione, José Alexandre Ferreira Sanches, Claudimir Daniel Rosa Salomoni, Carolina de Fátima Silverio, Cário de Souza Laureiro, Raul Felipe Borelli, Douglas Fernandes de Moura, Carlos Renato Lonel Alou Santos, Ana Luiza Simoni Paganini, Carlos Eduardo Bergamini Canha, Maira Elbel Simão, Daniel Szein, Monica Salles Lanna, Milena E.S. Sônia, Bruno Moreira Kowalski, Marina Fontão Zago, Eduardo Steniv Silveira Sousa, Adriana de Moraes Vojvodic, Mais Moreno, Rafael Roque Garofano, Diego Gonçalves Fernandes, Eduardo Rodrigues Lopes, Fernanda Esbizaro Rodrigues, Mariana Cardoso de Freitas, Elisa Martinez Giannella, Fabricio Abdo Nakad, Marcus Vinicius Siqueira Dezem, Mariana Magalhães Avelar, Nara Carolina Merlotto, Marcela de Oliveira Santos, Cato Crivellaro Gomes, Bruna Diniz Picon, Pedro Gabriel Lopes, Paula Gentil Faria Pereira

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DIMAS EDUARDO RAMALHO,  
EMINENTE CONSELHEIRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE SÃO PAULO.**



TC-1324/026/11

A **MUNICIPALIDADE DE JACAREÍ**, por seus advogados, nos autos do processo em epígrafe, que examina as Contas Anuais do Exercício de 2011, vem, respeitosamente, com fundamento nos artigos 153, II, do Regimento Interno desta Colenda Corte de Contas, opor

### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

Em que pese o notável saber jurídico do Eminentíssimo Relator, o fato é que o V. Acórdão apresenta, *data maxima venia*, omissões e contradições, provavelmente decorrentes de erro material, que merecem ser supridas por intermédio do provimento do presente recurso.

✕

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS



O V. Acórdão recorrido se mostra contraditório porque, no que se refere ao exame da aplicação do ensino, rejeitou as justificativas apresentadas pela Prefeitura apoiado em precedente jurisprudencial favorável à tese da Embargante em situação análoga ao caso concreto.

A matéria de fundo diz respeito ao cômputo de despesas com serviços de manutenção de áreas verdadeiras executadas em unidades educacionais. Consoante o entendimento exposto no voto condutor do julgamento, no caso concreto, as despesas não teriam sido comprovadamente direcionadas ao pagamento de prestações de serviços em dependências da divisão de educação porque discriminadas como “*Concessão para delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – contrato 300100/10 – Concessão Ambiental Jacareí*”.

Por ocasião da apresentação de Memórias de Julgamento, a Embargante citou precedente jurisprudencial consubstanciado no TC-2054/026/07, cujo Relator foi o eminente Conselheiro **CLÁUDIO FERRAZ**, no qual foram admitidas despesas idênticas as realizadas nestes autos no cômputo do percentual constitucional de aplicação no Ensino.

Ora, além da decisão desfavorável se fundamentar no citado acórdão, que ampara a tese da Embargante (contradição), ela deixou de apreciar no mérito as justificativas, notas de empenho e medições acostados aos autos<sup>1</sup>, nos quais ficou

<sup>1</sup> Conforme medições realizadas e já encartadas aos autos, foram feitas intervenções nas seguintes unidades de ensino fundamental: EMEF Profª Delly Gaspar dos Santos; EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes; EMEF Profª Beatriz Junqueira da Silva Santos; EMEF Profª Conceição Aparecida Magalhães Silva; EMEF Barão de Jacareí; EMEF Darci Lopes; EMEF Profª Célia Guedes; EMEF Profª Maria Tereza Ganassali de Oliveira; EMEF Profª Ayrton Soares do Nascimento; EMEF Profª Aluizio do Amaral Campos; EMEF Profª Joaquim Passos e Silva; EMEF Santo Antônio da Boa Vista; EMEF Jorge Vieira da Silva; EMEF Profª Otília Arouca; EMEF Profª Tito Máximo; EMEF Profª Décio Moreira; EMEF Presbítero Mabito Shoji.

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS



comprovado que as despesas são oriundas de prestação de serviços de manutenção de áreas verdes de escolas do ensino fundamental e, portanto, amparadas pelo artigo 70, inciso III, da LDB. Nesse sentido, a decisão, além de contraditória, é omissa, pois deixou de motivar as razões pelas quais não foram acolhidas as justificativas e documentos apresentados pela Embargante em sede de defesa.

A ausência de motivação contraria disposto nos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 131 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente à matéria e 115 do Regimento Interno deste Tribunal e conduz à nulidade da decisão.

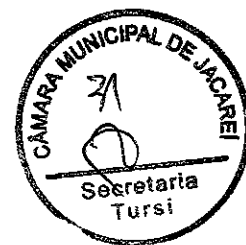
Ao omitir-se quanto aos motivos que ensejaram o convencimento, o nobre Relator dificulta o exercício do direito de recorrer, porquanto que, nas palavras dos juristas Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart:

*“A fundamentação permite ao vencido entender os motivos de seu insucesso e, se for o caso de interpor recurso, apresentar suas razões adequadamente, demonstrando os equívocos da sentença. Além disso, a fundamentação também possibilita ao órgão de segundo grau entender os motivos que levaram o julgador do primeiro grau a dar, ou não razão ao autor.” (MARINONI; ARENHART, Manual do Processo de Conhecimento. 2006, p.409).*

Outra garantia processual violada ao se omitir as causas de decidir, é a imparcialidade do magistrado. A fundamentação da decisão permite ao jurisdicionado percorrer o caminho lógico trilhado pelo julgador para compor sua decisão. Somente vislumbrando seu raciocínio é possível garantir que este não foi fruto de arbitrariedade ou mesmo de algum engano ou incompreensão. Nesse sentido, manifesta-se a doutrina:

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



*“Não só o juiz deve ser imparcial, mas importa que a imparcialidade possa ser verificada em qualquer decisão concreta: a decisão não é imparcial em si, mas enquanto o demonstre ser. A relação com a obrigatoriedade de motivar é intuitiva: se a decisão não motivada pode indiferentemente ser parcial ou imparcial, é apenas através da motivação que pode ser revelada a parcialidade então garantida a imparcialidade” (Maria Thereza Gonçalves. A motivação da sentença civil. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 60.)*

E também:

*“É preciso que o juiz, decidindo a controvérsia, justifique por que acolheu a posição do autor ou do réu. Justamente porque o juiz não decide arbitrariamente em função da sua mera vontade – é que os fundamentos são pressupostos do controle jurisdicional das sentenças. A parte que sofre prejuízo se insurge contra os mesmos; recorrendo, tentará comprometer a fundamentação, pois, logrando fazê-lo, ipso facto, seu recurso será provido, e modificada a sentença. Conquanto não se recorra de fundamentos, mas da conclusão, os fundamentos hão de ser atacados também, e como premissas do pedido de reforma da decisão. (“Manual de Direito Processual Civil”, Arruda Alvim, 7.ª Edição, revista, atualizada e ampliada, vol. 2, Editora Revista dos Tribunais, páginas 632 e 633).”*

Nossos Tribunais são incisivos quanto à proteção dessa garantia constitucional. Vejamos.

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



*“A falta de fundamentação da sentença com relação às teses da defesa que têm relevância é causa de nulidade desta que deveria ter sido reconhecida pelo acórdão impugnado e não o foi por fundamentação que não pode prevalecer. ‘Habeas corpus’ conhecido e deferido, para, cassado o acórdão na apelação, anular a sentença de primeiro grau, a fim de que outra seja proferida devidamente fundamentada. (HC 75340-GO, Relator Min. MOREIRA ALVES, DJ 08/05/98, p.2, Ement. Vol. 1909-01, p. 104, julg. 05/12/1997, Primeira Turma, unânime).*

*“CF 93: ‘IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade’, etc. ‘O sistema jurídico-processual vigente é infenso às decisões implícitas (CPC, art. 458), eis que todas elas devem ser fundamentadas.’ (RSTJ 94/57).*

*É nula a sentença não fundamentada (RJTJESP 34/73, 48/244, 49/130, 62/267, JTA 90/319, Bol. AASP 1.026/150, 1.031/177, 1.779/38).”*

O artigo 115 do Regimento Interno deste E. Tribunal, ao tratar das decisões, também determina a obrigatoriedade de que o acórdão, deliberação ou parecer contenha a exposição do fato e o fundamento da decisão. Ainda assim, a decisão *a quo* deixou de observar o dispositivo.

Ora, ainda que considerasse a tese da Embargante desamparada documentalmente, o que, *data máxima vênia*, não é o caso, a decisão deveria ter sido ✕

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS



motivada ou, no mínimo, o julgamento convertido em diligência para apurar se as despesas foram ou não dirigidas ao Ensino.

Essa conduta foi adotada pelo eminente Conselheiro **ROBSON MARINHO**, nos autos do TC-35560/026/04, ao citar o seguinte trecho do estudo realizado por **PAULO ANTONIO FIUZA LIMA<sup>2</sup>** intitulado “O Processo no Tribunal de Contas da UNIÃO – Comparações com o Processo Civil – Independência e Autonomia do Órgão para o Levantamento de Provas em Busca da Verdade Material”, para admitir a busca pela verdade material no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

“Já o princípio da verdade material delega ao tribunal administrativo a capacidade de produzir provas a seu critério, independentemente da vontade ou de pedido das partes, porém sempre aceitando a intervenção dos interessados com vista à contestação dos novos elementos obtidos. Estas novas informações trazidas aos autos visam proporcionar ao relator os dados indispensáveis ao conhecimento dos detalhes do caso concreto em apreciação e ao conseqüente juízo pela apenação ou pela absolvição do responsável.

Considerando que a busca da verdade material coloca em plano secundário os aspectos formais vinculados à produção dos atos processuais, destacando o seu caráter material, impõe-se a submissão ao princípio do formalismo moderado, onde toda informação relevante que conduza à verdade material, e que possa atenuar ou agravar a responsabilidade da parte, mesmo que trazida

<sup>2</sup> <http://acessoseguro.tcu.gov.br/porta/pls/porta/docs/2054230.PDF>

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



*intempestivamente, pode ser juntada aos autos para ser apreciada tendo em vista o correto encaminhamento do processo.*”(g.n).

A incidência do princípio da verdade material é amplamente difundida na jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Vejamos.

*"No processo civil há partes propriamente ditas, que defendem interesses contrários, antagônicos. O relaxamento ou o descuido de uma das partes no curso do processo não farão implica importantes conseqüências, geralmente benéficas, para a parte contrária, independentemente de lhe assistir ou não o direito substantivo. Daí o interesse das partes e do Estado-juiz no fiel cumprimento do rito processual, ainda que isso não leve o processo a verdade material.*

*De forma diversa, no TCU é justamente a busca por essa verdade real que dá os contornos e as características de seu rito processual. (...) Em conseqüência disso, adotou-se um formalismo moderado no rito processual do TCU, que, ainda que cingido pelos preceitos legais específicos, consubstanciados na Lei nº 8.443/92, regulamentados no Regimento Interno do Tribunal e complementados subsidiariamente pelo Código de Processo Civil, comporta interpretações mais elásticas, que propiciem a revelação da verdade material."* (Acórdão 2/2003 Sessão: 22/01/2003 Grupo II / Classe I / Plenário Relator: Lincoln Magalhães da Rocha)(grifos nossos)

*"Não pode o julgador se furtar à apreciação de todos os elementos comprobatórios colacionados, sob pena de infringir o princípio da verdade material que informa o processo no âmbito desta Corte de* X

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



*Contas". (Acórdão 76/1999 Sessão: 16/ 03/1999 Primeira Câmara Grupo II - CLASSE II - 1ª Câmara Relator: Min. Marcos Vilaça) (grifos nossos)*

*"O Tribunal de Contas da União serve-se do princípio da verdade material em suas decisões. Segundo Agustin Gordillo, o princípio da verdade material possibilita e, mesmo, determina que a decisão do processo administrativo não fique balizada pelo que foi deduzido pelas partes e que, além disso, na formulação da decisão não sejam consideradas apenas as provas produzidas pelas partes. No processo administrativo, para a formulação da decisão deve o órgão julgador valer-se de fatos ou provas que sejam de conhecimento público, ou que esteja em poder da Administração por outras circunstâncias, ainda que constem de outros expedientes que possam ser examinados. Se a decisão não se ajustar aos fatos verdadeiros, ela estará viciada. (apud Ferraz, Sérgio. Dallari, Adilson Abreu. Processo Administrativo. 1ª edição. São Paulo. Malheiros Editores. 2002)." (Acórdão 110/2007 Sessão: 13/02/2007 Grupo I / Classe I / Segunda Câmara Relator: Min. Ubiratan Aguiar) (grifos nossos)*

*"III) Diferentemente do processo civil, o processo administrativo busca a verdade real, e não aquela formal:*

*'15. Ressalte-se que o princípio da verdade material predomina no processo administrativo, pelo fato de que os direitos em jogo são sempre de ordem pública e a atividade processual das partes, no sentido de produzir provas, é meramente subsidiária. Na busca da*



**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS



*verdade real, será sempre lícito à Administração a produção de provas' (Acórdão nº 294/97 - Segunda Câmara; Relatório) (grifos nossos)*

*"Com efeito, o princípio da verdade real faculta a utilização de quaisquer meios lícitos para se atingir o perfeito entendimento dos fatos' (Acórdão no 79/2000 TCU - Primeira Câmara; Relatório)" (Acórdão 192/2002 Sessão 22/05/2002 Grupo II / Classe IV / Plenário Relator: Min. Guilherme Palmeira) (grifos nossos)*

Mas não é só.

Segundo a decisão embargada, reforçaram o juízo de convencimento do Relator as seguintes irregularidades:

- a) Autorização legislativa para abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação ou por superávit financeiro, até o limite de 30% do total da despesa fixada, percentual acima da previsão da inflação para o período;
- b) Suposto déficit orçamentário no Município da ordem de R\$ 10.048.504,21, o equivalente a 2,58% da receita realizada;
- c) Existência de cargos em comissão sem as características de direção, assessoramento e chefia.

Essas falhas, contudo, foram remetidas ao campo das recomendações pelo eminente Relator.

X

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS



Excelência, se a decisão recorrida considera as falhas passíveis de recomendações, essas falhas não são capitais, mas meramente formais, ou seja, podem (e devem) ser relevadas. Sendo assim, não maculam definitivamente as contas do exercício, como, **contraditoriamente**, consigna a decisão embargada.

Além disso, a decisão também não julgou o **mérito** de nenhuma das razões expostas nas peças processuais encartadas aos autos para aclarar as falhas mencionadas, limitando-se a reputar a matéria irregular e remetê-la ao campo das recomendações.

Vejamos.

Com relação à **abertura de créditos suplementares até o limite de 30% do total da despesa fixada**, foi dito, em sede de defesa, que não há na Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64 ou na Lei de Responsabilidade Fiscal qualquer regramento com relação a limites a serem observados pelos entes da Federação. Além disso, consignou-se, naquela oportunidade, que, no exercício de 2011 não houve excesso de arrecadação, **o que tornou sem qualquer efeito a previsão contida na LOA**. Por fim, para além de os comunicados emitidos pelos órgãos técnicos dessa E. Corte não possuírem força vinculante aos entes federativos fiscalizados (não podendo, portanto, ser mandatoriamente exigidos)<sup>3</sup>, fato é que, do ponto de vista do mérito, com a devida vênia, é forçoso reconhecer que a arrecadação pública não tem qualquer relação com a inflação.

<sup>3</sup> “[A] referência ao poder regulamentar do Tribunal de Contas somente será constitucional se interpretada no sentido de uma competência normativa limitada, consistente na ordenação interna de sua própria atuação. Não tem competência o Tribunal de Contas para editar atos normativos genéricos e abstratos, vinculativos para a Administração, nem muito menos invadir a esfera legislativa, estabelecendo direitos e obrigações não contemplados no ordenamento” (BARROSO, Luís Roberto, *Tribunais de contas: Algumas competências controvertidas*, in *Temas de Direito Constitucional*, tomo I, Rio de Janeiro: Renovar, 2001, página 235).

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



De todo modo, conforme exposto, a decisão recorrida não se debruçou sobre nenhuma dessas questões, sendo, a despeito da contradição, também omissa.

No tocante ao suposto déficit orçamentário no Município da ordem de R\$ 10.048.504,21, o equivalente a 2,58% da receita realizada, a própria Fiscalização deste Tribunal anotou que, nos balanços da Prefeitura, o resultado orçamentário registrou um superávit da ordem de 3,61%. A diferença, como também apontou a d. Fiscalização, se deu "*em virtude de o sistema Audesp considerar no cálculo do resultado os repasses e devoluções dos duodécimos e as transferências financeiras à administração indireta, que não integram o balanço orçamentário isolado do órgão*" (fls. 41 dos autos). Nesse sentido, absolutamente evidente que o resultado correto do exercício de 2011 do Município de Jacareí é aquele constante de seus balanços, vale dizer, o superávit de 3,61%.

Esses aspectos também não foram tratados pela decisão recorrida, que se limitou a condenar a matéria e, ao mesmo tempo, remetê-la ao campo das recomendações, sem adentrar ao mérito sequer da observação consignada pelo próprio relatório da fiscalização que justificou o aparente descompasso.

Por fim, no que se refere à existência de cargos em comissão sem as características de direção, assessoramento e chefia, a decisão recorrida não citou quais os cargos em comissão criados sem as característica inerentes e que, portanto, estariam desconformes com a legislação de regência.

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Uma vez sanadas as omissões, o resultado do julgamento deverá ser modificado, sendo pacífico o entendimento de que, existindo algum dos vícios que permitem sua interposição, pode ser atribuído efeito infringente aos embargos de declaração:

*"A atribuição de efeitos modificativos aos embargos declaratórios é possível apenas em situação excepcionais, em que, sanada a omissão, contradição ou obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência lógica e necessária"*<sup>4</sup>

Face o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso de embargos de declaração, a fim de que sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, esclarecendo-se, mediante a análise detalhada da situação fática, os motivos pelos quais o V. Acórdão rejeita a reintegração das despesas glosadas com prestação de serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais e considera insanáveis as demais falhas apontadas.

Caso se entenda que o V. Acórdão recorrido não se ressente da omissão apontada, requer seja expressamente reconhecido o prequestionamento.

<sup>4</sup> **HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**, *Código de Processo Civil Anotado*, Rio de Janeiro: Forense, 2012, 16ª edição, p. 677, nota 3 ao artigo 535, referência ao julgamento proferido pela 1ª Turma do STJ ao julgamento de Embargos de Declaração no Mandado de Segurança n.º 13.981/RS, Relª Minª Nancy Andrighi, CE, jul. 04.03.2009, Dje 16.04.09).

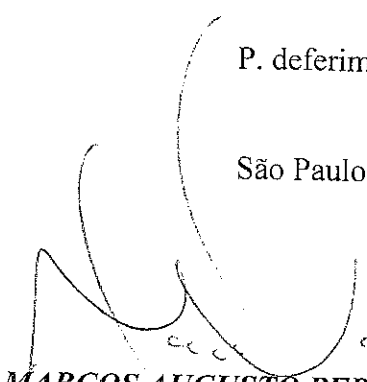
**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS




Requer, outrossim, no mérito, sejam acolhidos os presentes embargos para alterar a decisão recorrida.

P. deferimento.

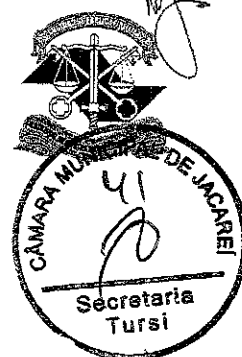
São Paulo, 06 de janeiro de 2014.

  
**MARCOS AUGUSTO PEREZ**  
**OAB/SP 100.075**

  
**HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA**  
**OAB/SP 154.720**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**PROCESSO:** TC-001324/026/11

**INTERESSADA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉÍ.

**ASSUNTO:** CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011

**RESPONSÁVEL:** HAMILTON RIBEIRO MOTA (PREFEITO)

**EM APRECIÇÃO:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DA R. DECISÃO DA E. PRIMEIRA CÂMARA DE 26/11/13 QUE EMITIU PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS.

**EMBARGANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉÍ

**ADVOGADOS:** DR. MARCOS AUGUSTO PEREZ (OAB/SP 100.075), DR.<sup>a</sup>. HELGA FERRAZ DE ALVARENGA (OAB/SP 154.720) E OUTROS.

Vistos.

Encaminhem-se os autos ao d. **Ministério Público de Contas**, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

GC, 21 de janeiro de 2014

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
CONSELHEIRO

(23)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



**Processo:** TC-1324/026/11

**Interessado:** Prefeitura Municipal de Jacareí

**Assunto:** Embargos de Declaração

**Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator  
Doutor Dimas Eduardo Ramalho**

Trata-se de embargos de declaração interpostos pela Prefeitura Municipal de Jacareí (fls. 249/261), em face do V. Acórdão da Colenda Primeira Câmara deste Egrégio Tribunal de Contas que emitiu parecer desfavorável às Contas Anuais de 2011, pois a Municipalidade não investiu o percentual mínimo no Ensino, considerando as glosas relativas as despesas realizadas com a manutenção e a limpeza das dependências da Divisão de Educação.

Na análise deste Ministério Público de Contas, atuando como fiscal da atuação da vontade do direito, não se vislumbra a omissão alegada pelo Embargante, razão pela qual, presentes os pressupostos de admissibilidade, opina o *Parquet* pelo conhecimento dos embargos de declaração e, no mérito, pelo não provimento, isto porque o Voto Condutor não apresenta qualquer omissão, contradição ou obscuridade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Especialmente no que tange às glosas na seara do Ensino, o precedente favorável admitiu o cômputo das despesas com limpeza e asseio das unidades escolares, não sendo legítima a pretensão da embargante no sentido de tentar incluir nos gastos mínimo de educação aquelas despesas decorrentes da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, por se tratar de atividade cujo desenvolvimento transcende os lindes das escolas e dependências da Secretaria Municipal de Educação.

Diante do exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se pelo **conhecimento dos embargos** de declaração e, no mérito, pelo **não provimento da tutela recursal**, mantendo-se incólume a decisão ora embargada.

É o parecer.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2014.

  
**RAFAEL ANTONIO BALDO**

**Procurador do Ministério Público de Contas**



DTI-PRODESP  
09.1.1  
TTLC939

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO  
PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS

TC-001324/026/11  
265

TIPO PROT.: - TC

( ? ) - TCA ( ? ) x - DOC TIPO DOC  
\*\*\*\*\* P A R T E S \*\*\*\*\*  
( ? ) UNID.: ( S/N ) TC'S EM TRAMITE:

1.PARTE:CODIGO:  
NOME :

( ? ) UNID.: ( S/N ) OU MATRICULA:

2.PARTE:CODIGO:  
NOME :

ENT.GERENCIADA: ( ? )

EXERCICIO : AUDITOR ATUAL: RELATOR ATUAL:  
TIPO DOC. : AUTUADO ENTRE: E / /  
NUM. DOC. : ( ? ) PREFIXO : DATA DOC.: / /  
NUM. EDITAL : OU SEQ.:  
REF. TC- 0000000001324 / 026 / 11 TIPO LICITACAO: ( ? ) REGIONAL:  
RESPONSAVEIS : DOC.NAO JUNTADOS AO REF.TC.: x

OBJETO:

TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR





TC-001324/026/11  
266

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
4ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada no Auditório  
"PROF. JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO"



Fls. nº 266  
TC-001324/026/11  
MUNICIPAL



**DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA**

**DATA DA SESSÃO -25-02-2014**

Pelo voto do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Relator, da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e do Conselheiro Renato Martins Costa, preliminarmente a E. Câmara conheceu dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, não se verificando a existência da omissão, tampouco ponto obscuro ou contrariedade a amparar a oposição da medida ora em exame, rejeitou-os, para o fim de confirmar o respeitável Parecer exarado pela Colenda Primeira Câmara.

**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - RAFAEL ANTONIO BALDO**

**MUNICIPIO: JACAREÍ**  
**EXERCÍCIO: 2011**

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do acórdão;
- 3 - Ao **DSF- II** para dar cumprimento à r. decisão embargada.

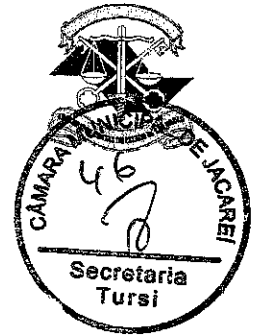
SDG-1, em 25 de fevereiro de 2014

**SÉRGIO CIQUERA ROSSI**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL**

SDG-1/LANG/CleoE



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 25/02/14**

115 TC-001324/026/11

**Embargante(s):** Prefeitura Municipal de Jacaré.

**Assunto:** Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacaré, relativas ao exercício de 2011.

**Responsável(is):** Hamilton Ribeiro Mota (Prefeito à época).

**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face da decisão da E. Primeira Câmara, que deu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogado(s):** Marcos Augusto Perez, Helga A. Ferraz de Alvarenga, Carlos Eduardo Bergamini da Cunha, Wagner Tadeu Baccaro Marques, José Roberto Manesco e outros.

**Acompanha(m):** TC-001324/126/11 e Expediente(s): TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

## 1. RELATÓRIO

**1.1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO<sup>1</sup>** opostos pela **Prefeitura Municipal de Jacaré**, representada por procuradores constituídos<sup>2</sup>, em face do parecer exarado pela Colenda Primeira Câmara, em sessão de 26/11/13<sup>3</sup>, que foi **desfavorável à aprovação das contas do Chefe do Executivo**,

<sup>1</sup> Peça protocolada em 06/01/14, juntada a fls. 249/261.

<sup>2</sup> Dr. Marcos Augusto Perez (OAB/SP 100.075) e Dr.<sup>a</sup> Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (OAB/SP 154.720) – Procuração a fls. 169.

<sup>3</sup> Integrada pelos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator; Renato Martins Costa, Presidente, e Cristiana de Castro Moraes.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dîmas Eduardo Ramalho



relativas ao **exercício de 2011**, determinando a expedição de ofício à Origem com recomendações, e a instauração de autos específicos para análise dos seguintes tópicos: **B.3.3.3 – Royalties** – realização de despesas impróprias e transferências de recursos vinculados para contas movimento; **C.2.2** – contratação de terceiros para atividades-fim da Administração – Contratação de Sociedade de Advogados; do Instituto Brasileiro de Administração Municipal; da empresa Visão Assessoria Consultoria e Planejamento S/C; Pait Consultores Engenharia e Arquitetura Ltda., e TTC Engenharia de Tráfego e Transporte Ltda.; e **C.2.6** – Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacaré.

O voto prolatado pautou-se na afronta ao artigo 212 da Constituição Federal, haja vista o insuficiente investimento na educação global (24,51% das receitas de impostos), e a inobservância ao disposto no artigo 21, § 2º, da Lei 11.494/07, à medida que foram utilizados somente 99,59% dos recursos do FUNDEB, deixando a Administração de empregar a parcela diferida, no montante de R\$ 159.604,26, no 1º trimestre do ano seguinte.

O r. Parecer foi publicado no DOE de 14/12/13.

**1.2** A embargante aponta omissões e contradições na apreciação da gestão do período *“(...) provavelmente decorrente de erro material, que merecem ser supridas (...)”*, argumentando que o parecer rejeitou as justificativas apresentadas, nada obstante haver precedente desta Corte favorável à sua tese, no TC-002054/026/07, sob relatoria do E. Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga, em que foram admitidas despesas idênticas às realizadas pela Prefeitura de Jacaré no cômputo do percentual constitucional de aplicação no Ensino. Pondera, assim, que a referida decisão respalda o entendimento defendido pela Embargante de que os valores objeto de glosa, despendidos com serviços de manutenção de áreas verdes, executados em unidades educacionais, devam ser computados no rol de despesas com o ensino.

Nesse contexto, a Postulante enfatiza que este Tribunal deixou de apreciar as justificativas, notas de empenho e medições antes apresentadas, as quais comprovam que **“(...) as despesas são oriundas de prestação de serviços de manutenção de áreas verdes de escolas do**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



ensino fundamental e, portanto, amparadas pelo artigo 70, inciso III, da Constituição. Nesse sentido, a decisão, além de contraditória, é omissa, pois deixou de motivar as razões pelas quais não foram acolhidas as justificativas e documentos apresentados pela Embargante em sede de defesa. A ausência de motivação contraria disposto nos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 131 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente à matéria e 115 do Regimento Interno deste Tribunal e conduz à nulidade da decisão. (...) Ora, ainda que considerasse a tese da Embargante desamparada documentalmente, o que, data máxima vênia, não é o caso, a decisão deveria ter sido motivada ou, no mínimo, o julgamento convertido em diligência para apurar se as despesas foram ou não dirigidas ao Ensino". (destaques e grifos do texto)

A Embargante insurgiu-se, também, contra os pontos que serviram de reforço à decisão, mas alçados ao campo das recomendações, a saber:

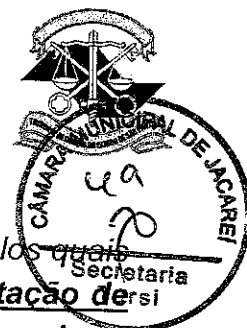
- a) Autorização legislativa para abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação ou por superávit financeiro, até o limite de 30% do total da despesas fixada, percentual acima da previsão da inflação para o período;
- b) suposto déficit orçamentário no Município, da ordem de R\$ 10.048.504,21, o equivalente a 2,58% da receita realizada;
- c) existência de cargos em comissão sem as características de direção, assessoramento e chefia."

De acordo com a Peticionária, "(...) se a decisão recorrida considera as falhas passíveis de recomendações, essas falhas não são capitais, mas meramente formais, ou seja, podem (e devem) ser relevadas. Sendo assim, não maculam definitivamente as contas do exercício, como, contraditoriamente, consigna a decisão embargada. Além disso, a decisão também não julgou o mérito de nenhuma das razões expostas nas peças processuais encartadas aos autos para aclarar as falhas mencionadas, limitando-se a reputar a matéria irregular e remetê-la ao campo das recomendações". (destaques e grifos do texto)

Deste modo, requer o enfrentamento das questões, de forma a serem "(...) sanadas as omissões e contradições apontadas, esclarecendo-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



se, mediante a análise detalhada da situação fática, os motivos pelos quais o v. Acórdão rejeita a reintegração de despesas glosadas com prestação de serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais e considera insanáveis as demais falhas apontadas". (destaques e grifos do texto)

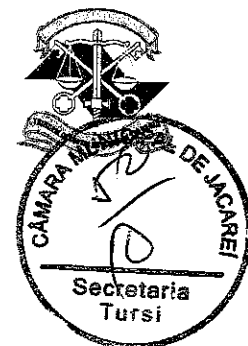
Pleiteia, ainda, o acolhimento dos presentes Embargos "(...) para alterar a decisão recorrida".

**1.3** O d. Ministério Público de Contas (fls. 263/264) manifestou-se pelo conhecimento e não provimento dos Embargos, pois, a seu ver, não existe a omissão alegada, tampouco obscuridade ou contradição.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**2. VOTO**

**2.1. VOTO PRELIMINAR**

A Embargante possui legitimidade para postular e a medida foi protocolada no prazo previsto no artigo 67 da Lei Complementar nº 709/93, eis que o v. Parecer foi publicado no DOE de 14/12/13<sup>4</sup> e o ingresso da peça ocorreu em 06/01/14.

Nestas condições, por haverem sido satisfeitos os requisitos previstos nos artigos 66 e 67 da Lei Complementar nº 709/93, **em preliminar**, conheço dos Embargos de Declaração opostos.

**2.2. VOTO DE MÉRITO**

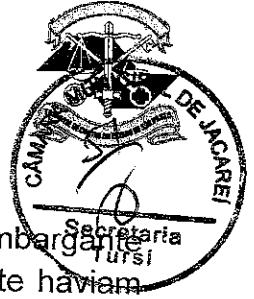
**Quanto ao mérito**, os argumentos da embargante não merecem prosperar, à medida que não se observa a existência da omissão suscitada, nem obscuridade ou contradição que demande a reparação do R. Parecer embargado.

O voto condutor indicou com clareza que a impugnação da despesa relativa à conservação, limpeza e manutenção de áreas verdes, serviços esses que a Embargante afirma terem sido realizados em escolas, deveu-se ao fato de não haver comprovação, de forma inequívoca, de que ocorreram nas dependências de unidades educacionais.

<sup>4</sup> A publicação ocorreu no sábado, de forma que, de acordo com a regra do artigo 207 do Regimento Interno deste Tribunal, a contagem do prazo recursal iniciou na terça-feira, dia 17/12/13. É oportuno assinalar que, entre as datas de publicidade do parecer e protocolização da peça, ocorreu o período de recesso deste Tribunal, o qual teve início em 19/12/13 e término em 03/01/14 (sexta-feira).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Assim, diferentemente do precedente citado pelo Embargante (TC-002054/026/07), em que se verificou que as despesas realmente haviam sido realizadas nas dependências da Divisão de Educação e guardavam pertinência com o setor<sup>5</sup>, nestes autos não restou demonstrado que os dispêndios destinaram-se ao atendimento de unidades de ensino e/ou de áreas do sistema educacional. É a conclusão que se extrai do voto exarado, inclusive quando se enfatiza que *"(...) os documentos que fundamentaram a glosa discriminam despesas como Concessão da Gestão de Serviço Público de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Contrato 300100/10 – Concessão Ambiental Jacareí (...)"*, o que, evidentemente, não comprova o direcionamento das despesas em prol da educação.

Ademais, não há que se perder de vista que despesa similar, igualmente, não foi aceita nas contas da Prefeitura de Jacareí relativas ao exercício de 2010 (TC-002852/026/10), uma vez que, também naqueles autos, ficou evidenciado que se trata de gasto decorrente de contrato de concessão administrativa, objeto de delegação do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Em suma, aqui, tal como naquele processado, não se demonstrou que os serviços guardavam relação direta com o setor educacional, de forma que os respectivos dispêndios glosados, por não se mostrarem condizentes com o ensino, não estão amparados pelo artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No tocante às questões alçadas ao campo das recomendações, não subsistem os argumentos intentados, de que os óbices serviram de reforço ao convencimento do Relator. Na verdade, o voto enfrentou cada uma das impropriedades, estando expressamente consignado que as mesmas apenas mereciam atenção deste Tribunal, sem, entretanto, constituir os fundamentos da decisão, tanto que para cada imperfeição foi exarada a pertinente recomendação.

Nesta conformidade, não se verificando a existência da omissão, tampouco ponto obscuro ou contrariedade a amparar a oposição da medida

<sup>5</sup> Trata-se da inclusão de despesas com mão de obra de limpeza, asseio e conservação e preparo de merenda.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



ora em exame, acolho o pronunciamento do d. Ministério Público de Contas e  
**VOTO** pela **REJEIÇÃO** dos **Embargos de Declaração**, para o fim de  
confirmar o R. Parecer exarado pela Colenda Primeira Câmara.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**



TC-001324/026/11  
274

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
04ª Sessão ordinária da Primeira Câmara, realizada no Auditório  
"PROF. JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO".




Fls. nº 244  
TC-001324/026/11

**RELATOR - CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO**

Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão da Primeira Câmara do dia 25 de fevereiro de 2014.

SDG-1, em 25 de fevereiro de 2014

  
**Lia Aparecida Nuzzi Garcia**  
**Agente da Fiscalização Financeira - Administração**  
**Respondendo pela Chefia**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



TC-001324/026/11

**ACÓRDÃO**  
**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**



**Processo:** TC-001324/026/11

**Embargante:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Assunto:** Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2011.

**Responsável:** Hamilton Ribeiro Mota (Prefeito à época).

**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face da decisão da E. Primeira Câmara, que deu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga A. Ferraz de Alvarenga, Carlos Eduardo Bergamini da Cunha, Wagner Tadeu Baccaro Marques, José Roberto Manesco e outros.

**Acompanha:** TC-001324/126/11 e Expedientes: TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

**ACORDA** a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de fevereiro de 2014, pelo voto do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Relator, da Conselheira Cristiana de Castro Moraes - Presidente e do Conselheiro Renato Martins Costa, na conformidade do voto do Relator e das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, não se verificando a existência de omissão, tampouco ponto obscuro ou contrariedade a amparar oposição da medida ora em exame, rejeitar, para o fim de confirmar o respeitável Parecer exarado pela Colenda Primeira Câmara.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas:- Rafael Antonio Baldo.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

**Publique-se.**

São Paulo, 14 de março de 2014.

  
**CRISTIANA DE CASTRO MORAES - PRESIDENTE**

  
**DIMAS EDUARDO RAMALHO - RELATOR**

PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 12/10/2014

  
CGC. DER

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Jose Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Floriano de Azevedo Marques Neto, Ana Elisa Perez, Tatiana Matiello Cymbalista, Fábio Barbalho Leite, Luis Justiniano Haiek Fernandes, Claudimir Antonio Ribeiro, Adriana Roldan Pinto de Lima, Adalberto Pinentel Diniz de Souza, Evane Beiguelman Krass, Fernando Henrique Aguiar, Helga Araruna Ferraz de Alourença, Lucas Cherem de Camargo Rodrigues, Milene Louise Cosso, José Alexandre Ferreira Sanches, Claudimir Daniel Rosa Salomoni, Carolina de Fátima Silveira, Caio de Souza Loureiro, Raul Felipe Borelli, Douglas Fernandes de Moura, Carlos Renato Lonel Afonso Santos, Ana Luiza Simoni Pagurini, Ulysses Bergummi Cunha, Maira Elbel Simão, Daniel Stein, Monica Salles Laana, Bruno Moreira Kowalski, Mariana Fortes Zago, Flávia Cardoso Campos Guth, Eduardo Stenio Silva Sousa, Adriana de Moraes Vajoodic, Máis Moreno, Rafael Rogas Carofano, Diego Gonçalves Fernandes, Eduardo Rodrigues Lopes, Fernanda Esbizaro Rodrigues, Marina Cardoso de Freitas, Elisa Martinez Giannella, Fabricio Abdo Nakad, Marcus Vinicius Siqueira Dezem, Mariana Magalhães Avelar, Nara Carolina Merlotto, Marcela de Oliveira Santos, Caio Crivellaro Gomes, Guilherme Vinseiro Martins, Paula Gentil Faria Pereira, Pedro Gabriel Lopes



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR EDGARD CAMARGO RODRIGUES,  
EMINENTE CONSELHEIRO PRESIDENTE DO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO.**

TCESP - SEDE



TC - 16802/026/14

22/04/2014 - 16:37



4971-7647-9112-4702

TC-1324/026/11

Contas anuais - Exercício de 2011

A MUNICIPALIDADE DE JACARÉ, por seu advogado, vem,  
com fundamento no artigo 70 da Lei Complementar Estadual 709/93, formular

**PEDIDO DE REEXAME**

do Parecer das contas anuais do exercício de 2011, proferido pela Egrégia Primeira Câmara, o  
que faz pelas razões aduzidas a seguir.

A Egrégia Primeira Câmara, em sessão de 26/11/2013 (acórdão  
publicado em 14/12/2013), nos termos do voto do eminente relator Conselheiro **DIMAS  
EDUARDO RAMALHO**, emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas do Executivo  
relativas ao exercício de 2011. No seu entender, não obstante terem sido cumpridos os  
mandamentos constitucionais e legais concernentes à realização de despesas com saúde,  
remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, precatórios, subsídios dos  
agentes políticos, além de um superávit orçamentário razoável de 3,61%, a não aplicação dos

4574

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11  
277



recursos mínimos em educação (24,51%) teria comprometido irremediavelmente das contas do Município.

Integrou o juízo de convencimento, ainda, a aplicação de 99,59% dos recursos advindos do FUNDEB, tendo deixado a Municipalidade de empregar a parcela diferida, no montante de R\$ 159.604,26 até 31/03/2012.

Foram objeto de recomendação:

- a) Abertura de créditos adicionais em até 30% da receita estimada, percentual muito acima da previsão de inflação para o período;
- b) Execução orçamentária acusou o déficit de 2,58% sobre o montante arrecadado, destacando que esse déficit não foi amparado pelo superávit financeiro anterior;
- c) Existência de cargos em comissão sem as características de direção, assessoramento e chefia, bem como a omissão da legislação quanto aos requisitos mínimos para a investidura em tais cargos.

À margem do Parecer, foi determinada a formação de autos específicos para análise dos seguintes tópicos:

- *Royalties* – realização de despesas impróprias e transferências de recursos vinculados para contas movimento da Prefeitura;

11574

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



- Contratação de terceiros para atividades-fim da administração – Contratação de Sociedade de Advogados; contratação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal; contratação da empresa Visão Assessoria Consultoria e Planejamento S/C, Pait Consultores Engenharia e Arquitetura Ltda., TCC Engenharia de Tráfego e Transporte Ltda.
- Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí.

Entretanto, não obstante o costumeiro acerto das decisões proferidas pela E. Câmara, há nos autos elementos que demonstram a inexistência das falhas apontadas no Parecer, razão da interposição do presente recurso.

#### **I. PRELIMINARMENTE – TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

O V. Acórdão foi publicado no DOE de 14/12/2013, sábado, sendo suspenso no dia 19/12/2013, 3º dia da contagem, por ocasião do recesso, nos termos do Ato GP nº 003/2013.

No dia 06/01/2014, 4º dia de contagem do prazo recursal, foram opostos Embargos de Declaração, com efeito suspensivo até o seu ulterior julgamento, nos termos do artigo 158 do Regimento Interno deste Tribunal.

11574

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



O julgamento dos Embargos ocorreu no dia 25/02/2014 com publicação do acórdão em 21/03/2014, sexta-feira, ocasião em que foi retomada em definitivo a contagem do prazo para interposição do presente Recurso.

### DEZEMBRO 2013

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
					14 Publicação do Acórdão	15
16 1º dia	17 2º dia	18 3º dia	19 Suspensão do Expediente <sup>1</sup>	20 Suspensão do Expediente	21	22

### JANEIRO 2014

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
30	31	1	2	3	4	5
6 4º dia Oposição de Embargos de Declaração						

<sup>1</sup> Ato GP nº 03/2013 – Suspende o expediente nas dependências do Tribunal de Contas entre os dias 19/12/2013 e 03/01/2014.

11574

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS



MARÇO/ABRIL 2014:

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
				21 Publicação do Acórdão dos Embargos de Declaração	22	23
24 5º dia	25 6º dia	26 7º dia	27 8º dia	28 9º dia	29 10º dia	30 11º dia
31 12º dia	1 13º dia	2 14º dia	3 15º dia	4 16º dia	5 17º dia	6 18º dia
7 19º dia	8 20º dia	9 21º dia	10 22º dia	11 23º dia	12 24º dia	13 25º dia
14 26º dia	15 27º dia	16 28º dia	17 29º dia Suspensão do Expediente <sup>2</sup>	18 30º dia Suspensão do Expediente	19	20
21 Suspensão do Expediente	22 Prazo <sup>3</sup>					

Face ao exposto, impõe-se que seja conhecido o presente apelo,  
pela sua tempestividade.

<sup>2</sup> Ato GP nº 01/2014 – Suspende o expediente nas dependências do Tribunal de Contas nos dias 17, 18 e 21/04/2014.

<sup>3</sup> Artigo 207, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal: “Se o vencimento a que se refere este artigo cair em dia de suspensão total ou parcial do expediente, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.”

14574



**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS



## II. MÉRITO

### II.1. INSUFICIENTE APLICAÇÃO NO ENSINO

A primeira mácula a ensejar juízo desfavorável à aprovação das contas de 2011 do Executivo Municipal foi a insuficiente aplicação no ensino.

Contudo, conforme será exposto, foram indevidamente glosados no cômputo de despesas com ensino os valores gastos com:

- i) prestação de serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais;
- ii) restos a pagar não quitados até 31/01/2012

#### II.1.1. Despesas com serviços de manutenção de áreas verdes das unidades educacionais

A primeira e certamente mais impactante glosa alcançou o valor de R\$ 2.414.952,02 (dois milhões, quatrocentos e catorze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dois centavos) e foi motivada pela interpretação de que não houve demonstração de que as despesas foram realizadas com manutenção e limpeza de dependências da Divisão de Educação.

Segundo a descisão recorrida:

*"Em que pese os esforços da Administração, entendo que razão não lhe assiste, visto que nas decisões mencionadas logrou-se demonstrar, de forma inequívoca, que as despesas foram*

104

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS

TC-001324/026/11  
282



*realizadas com manutenção e limpeza de dependências da Divisão de Educação.*

*De fato, o Sr. Prefeito de Jacaréi transcreve parte do voto proferido no TC-2054/026/07, Relator o E. Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga:*

*A Auditoria excluiu os R\$ 382.577,60 do cálculo porque relativos a despesas com mão de obra de limpeza, asseio e conservação e preparo de merenda. No entanto, o gasto com serviços de limpeza, discriminado no recurso, pode ser incluído, tanto mais que o Município demonstrou que o valor desses serviços é de R\$ 219.013,76 e, ainda, que eles foram prestados nas escolas (grifei)*

*Deveria ter prosseguido na transcrição, quando o i. Conselheiro Relator destaca que:*

*Também juntou (fls. 483/487) o contrato n. 113, de 04-04-07, cuja cláusula 1ª refere a 'serviços de mão de obra para limpeza, asseio e conservação...de prédios escolares do ensino fundamental e preparo das refeições.' Essas despesas devem ser computadas, porque admitidas pela Lei de Diretrizes e Bases e pela Lei do FUNDEB. (grifei)*

*Com efeito, pelos excertos do voto acima transcritos, bem assim, dos demais julgados citados pelo Sr. Prefeito em sede de Memorial, a instrução processual revelou, mediante contrato ou outros documentos hábeis, que as despesas foram realmente*

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



*direcionadas ao pagamento de prestações de serviços em dependências da divisão de educação.*

*Não é o que ocorreu no presente caso, em que os documentos que fundamentaram a glosa discriminam despesas como "Concessão para delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – Contrato 300100/10 – Concessão Ambiental Jacaré".*

No entender do eminente Relator, o fato das despesas terem sido discriminadas como "*Concessão para delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – Contrato 300100/10 – Concessão Ambiental Jacaré.*", não demonstra, de modo inequívoco, que elas foram realmente direcionadas ao pagamento de prestações de serviços em dependências da divisão de educação.

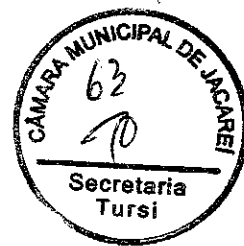
Duas observações merecem destaque:

- a) A decisão admite que as despesas de conservação e limpeza das unidades educacionais são abrangidas pelo artigo 70, inciso III, da LDB<sup>4</sup>;
- b) A decisão não reconhece a prova constante nos autos de que os serviços foram efetivamente prestados.

Partindo da premissa de que as despesas com serviços de manutenção de áreas verdes das unidades educacionais **podem ser computadas** no percentual

<sup>4</sup> "Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

**III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino**" (g.n.)



previsto no artigo 212 da Constituição Federal, por inteligência do artigo 70, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases, passa-se ao exame da prova constante nos autos.

Vejamos.

Por meio de notas de empenho e medições, a Recorrente fez prova nos autos de que os serviços foram efetivamente prestados e que as despesas indevidamente expurgadas são oriundas de prestação de serviços de manutenção de áreas verdes de escolas do ensino fundamental.

Os documentos encartados demonstram que foram feitas intervenções nas seguintes unidades de ensino fundamental:

- EMEF Profª Delly Gaspar dos Santos;
- EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes;
- EMEF Profª Beatriz Junqueira da Silva Santos;
- EMEF Profª Conceição Aparecida Magalhães Silva;
- EMEF Barão de Jacareí;
- EMEF Dárci Lopes;
- EMEF Profª Célia Guedes;
- EMEF Profª Maria Tereza Ganassali de Oliveira;
- EMEF Profº Ayrton Soares do Nascimento;
- EMEF Profº Aluizio do Amaral Campos;
- EMEF Profº Joaquim Passos e Silva;
- EMEF Santo Antônio da Boa Vista;
- EMEF Jorge Vieira da Silva;

1154

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11

285



- EMEF Profª Otília Arouca;
- EMEF Profº Tito Máximo;
- EMEF Profº Décio Moreira;
- EMEF Presbítero Mabito Shoji.

Ao encartar aos autos as medições e notas de empenho da despesa, a Recorrente se desincumbiu do ônus da prova da prestação e do pagamento dos serviços.

Contudo, à margem do amplo lastro probatório acostado aos autos, a decisão *a quo* manifestou o entendimento de que “*não houve comprovação de que os serviços foram efetivamente prestados nas unidades de ensino*”.

Ou seja, o voto condutor do julgamento **NÃO APRECIOU** prova constante nos autos, negando a existência de fato devidamente provado. Documentos juntados ao processo que demonstram cabalmente tanto a prestação dos serviços quanto o seu pagamento foram ignorados pelo eminente Conselheiro Relator, que sobre eles não emitiu nenhum juízo de mérito.

A omissão chegou a ser objeto de Embargos de Declaração, mas o Relator insistiu na tese de que não houve comprovação do alegado. Em sua decisão, assim consignou:

*“O voto condutor indicou com clareza que a impugnação da despesa relativa à conservação, limpeza e manutenção de áreas verdes, serviços esses que a Embargante afirma terem sido realizados em escolas, deveu-se ao fato de não haver comprovação.”*

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



de forma inequívoca, de que ocorreram nas dependências de unidades educacionais”.

Excelência, por ocasião da apresentação de defesa, foram acostadas medições e notas de empenho indicando as escolas, os serviços prestados e os valores efetivamente pagos.

Ao desconsiderar a existência da prova nos autos, o eminente Relator desatendeu o **Princípio da Verdade Material**.

Não obstante apontar as razões que ensejaram a emissão e parecer desfavorável à aprovação das contas por desatendimento ao artigo 212 da Constituição Federal, o voto condutor do julgamento não apreciou, no mérito, os documentos que comprovam que a prestação dos serviços efetivamente ocorreu.

Em outras palavras, a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas da Recorrente se deu contra prova constante nos autos e, por essa razão, deve ser anulado.

A finalidade da prova é formar a convicção do magistrado sobre os fatos relevantes e pertinentes da causa. Na lição de **MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO**<sup>5</sup>:

*“A prova não tem apenas a finalidade de convencer, mas sobretudo, restringir e nortear a formação do convencimento do*

<sup>5</sup> **TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio.** *A prova no processo do trabalho.* 8 ed. São Paulo: LTR, 2003. p. 66

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



*Magistrado, eis que, por força de disposição legal (CPC, artigo 131 do CPC), o julgador não pode decidir contra a prova existente nos autos, sob pena de nulidade da sentença”.*

O princípio da persuasão racional, adotado pelo Código de Processo Civil vigente, desautoriza o Juiz a julgar segundo a sua íntima convicção, impondo-lhe que o faça de maneira fundamentada; a fundamentação, no caso, é feita com vistas à prova produzida e traduz uma exigência constitucional, consubstanciada no artigo 93, inciso IX, da Carta Magna.

Neste sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

*“Não pode o julgador se furtar à apreciação de todos os elementos comprobatórios colacionados, sob pena de infringir o princípio da verdade material que informa o processo no âmbito desta Corte de Contas”. (Acórdão 76/1999 Sessão: 16/ 03/1999 Primeira Câmara Grupo II - CLASSE II - 1ª Câmara Relator: Min. Marcos Vileça) (grifos nossos)*

Desta forma, em razão do julgamento da matéria ter sido fundamentado somente na alegação autoral a despeito da prova produzida, a decisão merece ser reformada, por afronta ao artigo 131 do Código de Processo Civil.

Ora, se as medições não são aptas a demonstrar a prestação dos serviços, que documentos seriam? Note-se que a decisão não discute se as despesas podem ou não podem ser computadas no ensino, mas se existiu ou não o fato gerador da despesa.

*[Handwritten signature]*



Na Nota de Empenho nº 4489 foram gastos R\$ 1.425.230,04, ao passo que na Nota de Empenho nº 4497 despendeu-se R\$ 989.721,98, somando, no total, R\$ 2.414.952,02 de investimentos legítimos do Município no ensino. Nelas, consta expressamente o seguinte:

<b>FUNÇÃO: 12 – Educação</b>
<b>SUBFUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental</b>
<b>PROGRAMA: 0008 – Revitalização do Ensino Fundamental</b>
<b>AÇÃO: Manutenção de Áreas Verdes de escolas de Ensino Fundamental</b>
<b>APLICAÇÃO: 220.0000 – ENSINO</b>

Ressalte-se que tal valor não se refere apenas a serviços prestados à conta da Secretaria de Educação, mas que foram também empenhados diretamente nas dotações do ensino, de forma a tornar clara a origem e o destino da despesa.

Assim, o valor de R\$ 2.414.925,02 deve ser reintegrado ao cálculo das despesas com ensino em 2011.

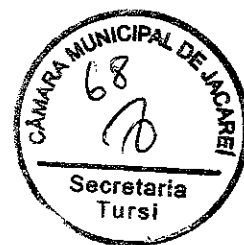
## **II.2. Restos a pagar não quitados no exercício**

Outro valor que deve ser computado nos gastos constitucionais de Jacaré com o ensino, no exercício em exame, são os aos restos a pagar de 2010, efetivamente



**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



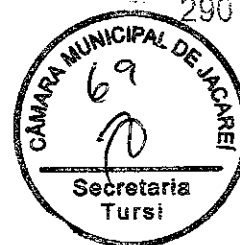
quitados durante o exercício de 2011, mas glosados por esta E. Corte na análise das contas daquele exercício. Refere-se aqui aos R\$ 363.913,17 de restos a pagar de 2010 que foram expressamente glosados por esta E. Corte na análise das contas tratadas no TC 2852/026/10 sob a alegação de não terem sido quitados até 31.01.2011, nos seguintes termos:

*"Das despesas empenhadas no exercício foi excluída a parcela de restos a pagar não quitados até 31/01/2011, no valor de R\$ 363.913,17. A Origem contestou esse valor, afirmando que do montante inscrito em 31/12/2010 (R\$ 1.953.766,10) somente R\$ 3.860,77 não foram quitados até 31/01/2011, apresentando uma relação nesse sentido; no entanto, desacompanhada dos respectivos documentos probatórios, motivo pelo qual mantenho a impugnação inicialmente feita."*<sup>6</sup>

Com efeito, trata-se de investimentos reconhecidamente legítimos do Município no ensino, amparados pelo artigo 212 da Constituição Federal e pelo artigo 71 da LDB, mas que não foram computados nem como despesas de 2010 (expressamente excluídas por esta E. Corte), nem como despesas de 2011. E essa situação certamente não parece ser admissível pois, afinal, se são gastos legítimos do Município com o ensino, devem ser computados no percentual de algum exercício. E se não o foram em 2010, pertencem logicamente ao exercício de 2011.

Assim é que se requer a inclusão nos percentuais de Jacaré os R\$ 363.913,17 relativos aos restos a pagar de 2010, não computados naquele exercício, e que foram efetivamente quitados em 2011.

<sup>6</sup> TC 2852/026/10, Primeira Câmara, Rel. Cons. Cristiana de Castro Moraes, DOE de 24.10.2012.



**II.3. Conclusão: total de investimentos no ensino no exercício de 2011**

Incluindo-se nos cálculos da Municipalidade todos os valores discutidos acima, chega-se ao seguinte índice:

DISPOSITIVO	VALOR (R\$)	Percentual
Receita de Impostos e Transferências	315.144.474,64	100%
<b>DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL/INFANTIL</b>		
Despesas consideradas pela Auditoria	76.104.048,12	24,51%
Limpeza, conservação e manutenção de áreas verdes das escolas municipais	(+) 2.414.952,02	
Restos a pagar de 2010, quitados em 2011, e não computados em exercício nenhum	(+) 363.913,17	
<b>TOTAL DA APLICAÇÃO NO ENSINO</b>	<b>RS 80.025.347,23</b>	<b>25,39%</b>

Não há dúvidas, portanto, no exercício de 2011 o Município de Jacareí cumpriu totalmente suas obrigações constitucionais relacionadas ao ensino público, aplicando **25,39%** de sua receita de impostos originais e transferidos no ensino fundamental e infantil.

**III. MOVIMENTAÇÃO DO FUNDEB**

11574

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Outro aspecto abordado pela decisão recorrida na exposição de seu juízo de convencimento diz respeito ao suposto descumprido o § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/07, já que, com relação ao FUNDEB, teria sido verificada “a não utilização da parcela diferida (R\$ 159.604,26) no primeiro trimestre de 2012.”

Ocorre que a matéria já havia sido remetida ao campo das recomendações pelos órgãos técnicos de instrução<sup>7</sup>, conforme preceitua a jurisprudência desta Corte de Contas nos processos TC's-1464/026/11, 1402/026/11, 1312/026/11 e 1432/026/11, que, aliás, tratam do exame de contas do mesmo exercício das Prefeituras de Zacarias, Santo Antônio da Alegria, Ferraz de Vasconcelos e Taquaritinga, respectivamente.

Vejamos:

**TC-1464/026/11 – Contas Anuais 2011**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZACHARIAS**

Aplicação no Ensino	27,49%
Aplicação na Valorização do Magistério	91,84%
<b>Utilização dos Recursos do FUNDEB no ano</b>	<b>99,96%</b>
Aplicação na Saúde	20,89%

<sup>7</sup> Nesse sentido, o parecer a ilustre **Assessoria Técnica Jurídica**: “Com efeito, há que ser considerado que o percentual utilizado no exercício ficou acima de 95% (mais precisamente 99,95%, bem como, a recente jurisprudência firmada nesta E. Corte de Contas nos TCs-1464/026/11, 1402/026/11, 1312/026/11 e 1432/026/11. Não obstante, proponho sejam feitas severas recomendações para que o Prefeito passe a cumprir com rigor o disposto no “caput” do artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07 (...).”

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Despesas com Pessoal e Reflexos	39,16%
Superávit orçamentário	3,31%

**TC-1402/026/11 – Contas Anuais 2011**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA**

Aplicação no Ensino	28,11%
Aplicação na valorização do magistério	61,68%
<b>Utilização em 2011 dos recursos do FUNDEB</b>	<b>99,13%</b>
Aplicação na Saúde	27,49%
Despesas com Pessoal e Reflexos	47,81%
Superávit Orçamentário	0,47%

**TC-1312/026/11 – Contas Anuais 2011**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM**

Aplicação no Ensino	27,00%
Aplicação na Valorização do Magistério	63,28%
<b>Utilização dos Recursos do FUNDEB no ano</b>	<b>99,63%</b>
Aplicação na Saúde	23,18%
Despesas com Pessoal e Reflexos	37,00%

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11  
293



Superávit orçamentário	1,55%
------------------------	-------

TC-1432/026/11 – Contas Anuais de 2011

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA**

APLICAÇÃO NO ENSINO	24,83%
<b>DESPESAS COM FUNDEB</b>	<b>98,48%</b>
MAGISTÉRIO – FUNDEB	64,74%
DESPESAS COM PESSOAL	47,81%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	30,69%
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	0,24%

Além de já terem sido admitidos percentuais análogos dos recursos recebidos do FUNDEB, todos os precedentes jurisprudenciais aqui relacionados correspondem ao mesmo exercício tratado nestes autos.

A decisão proferida nestes autos de maneira diversa aos precedentes jurisprudenciais relacionados fere ao Princípio da Isonomia. O jurisdicionado tem o direito de receber deste Tribunal o mesmo tratamento recebido por outras Municipalidades em situação idêntica ou menos favorável do que a identificada nestes autos.

Em outras palavras, a decisão proferida nestes autos foi claramente discrepante do que as prolatadas nos autos dos processos que tratam das Contas

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11

294



Municipais das Prefeituras de Zacarias, Santo Antônio da Alegria, Ferraz de Vasconcelos e Taquaritinga do mesmo exercício, as quais foram reputadas regulares mesmo com índices de aplicação de recursos do FUNDEB em percentuais muito parecidos ou até inferiores aos auferidos no caso concreto.

Com o máximo respeito dirigido ao eminente Relator, é preciso que este Tribunal mantenha coerência com as suas próprias decisões e, sobretudo, com a paridade no tratamento de seus jurisdicionados.

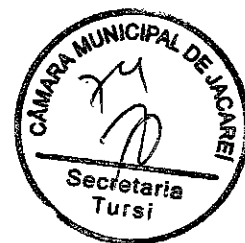
Nas palavras do Eminente Ministro **GOMES DE BARROS** perante a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

*"O STJ foi concebido para um escopo especial: orientar a aplicação da lei federal e unificar-lhe a interpretação, em todo o Brasil. Se assim ocorre, é necessário que sua jurisprudência seja observada, para se manter firme e coerente. Assim sempre ocorreu em relação ao STF, de quem o STJ é sucessor, neste mister. Em verdade, o Poder Judiciário mantém sagrado compromisso com a justiça e a segurança. Se deixarmos que nossa jurisprudência varie ao sabor das convicções pessoais, estaremos prestando um desserviço às nossas instituições. Se nós – os integrantes desta Corte – não observarmos as decisões que ajudamos a formar, estaremos dando um sinal para que os demais órgãos judiciários façam o mesmo. Estou certo de que, em acontecendo isso, perde o sentido a existência de nossa Corte. Melhor será extingui-la." (RSTJ, 157/17: REsp 228.432-*

1454

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



*ED-AgRg; palavras do Min. Gomes de Barros perante a Corte Especial do STJ, em sessão de 1.2.02).*

Desta feita, requer-se a reforma da decisão para que seja julgada regular a movimentação do FUNDEB.

#### **IV. DAS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS**

##### **IV.1. Autorização para abertura de créditos suplementares**

Além das razões diretamente motivadoras da emissão do parecer desfavorável, contribuiu para a formação de convencimento do eminente Relator – embora a matéria tenha sido remetida ao campo das recomendações – a ausência de autorização para a abertura de créditos suplementares em percentual compatível com a inflação, tal qual sugere a Comunicado SDG nº 29/2010, três pontos devem ser ressaltados.

A LOA de 2011 de Jacareí (Lei nº 5.535/10) autorizava, no inciso I de seu artigo 6º, a abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação ou por superávit financeiro, até o limite de 30% do total da despesa fixada. Como se sabe, não há na Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64 ou na LRF qualquer regramento com relação a limites percentuais para a abertura de créditos adicionais a serem observados pelos entes da Federação. O que é possível extrair é um limite prudencial, imaginado com base em um contexto de não se autorizar que, por decreto do Chefe do Executivo, possibilite-se alterar todo o orçamento aprovado por lei.

1154



Mas não é só.

Para além de os comunicados emitidos pelos órgãos técnicos dessa E. Corte não possuírem força vinculante aos entes federativos fiscalizados (não podendo, portanto, ser imperativamente exigidos)<sup>8</sup>, fato é que, do ponto de vista do mérito, é forçoso reconhecer que a arrecadação pública não tem direta relação com a inflação. Ou seja, a previsão de inflação para o período não figura como um padrão seguro para a fixação da projeção de receitas para o exercício financeiro vindouro, e muito menos para o seu eventual excesso. Para se ter uma ideia, comparando-se a arrecadação do Governo Federal entre os anos de 2009 a 2012, é possível verificar um crescimento de receitas totais de cerca de 47,39%<sup>9</sup>, ao passo que no mesmo período a inflação cresceu 23,93%<sup>10</sup>. Ou seja, a bem da verdade, inflação e arrecadação de receitas públicas são elementos que não necessariamente se comunicam. A arrecadação, em verdade, está muito mais relacionada ao crescimento do PIB do que à inflação.

#### IV.2. Resultado da execução orçamentária

Do ponto de vista da execução orçamentária, a decisão remete à ocorrência de um suposto déficit orçamentário da ordem de R\$ 10.048.504,21, o equivalente a

<sup>8</sup> “[A] referência ao poder regulamentar do Tribunal de Contas somente será constitucional se interpretada no sentido de uma competência normativa limitada, consistente na ordenação interna de sua própria atuação. Não tem competência o Tribunal de Contas para editar atos normativos genéricos e abstratos, vinculativos para a Administração, nem muito menos invadir a esfera legislativa, estabelecendo direitos e obrigações não contemplados no ordenamento” (BARROSO, Luís Roberto, *Tribunais de contas: Algumas competências controversas*, in *Temas de Direito Constitucional*, tomo I, Rio de Janeiro: Renovar, 2001, página 235).

<sup>9</sup> Fonte: página eletrônica da Receita Federal – [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

<sup>10</sup> Fonte: página eletrônica do IBGE – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

4574



**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



2,58% da receita realizada. O quadro abaixo, elaborado com base nos elementos apresentados pela fiscalização às fls. 41/42 dos autos, sintetiza o seguinte:

Receitas	Previsão	Realização	Percentual
Total das Receitas	482.776.000,00	388.742.985,49	100,00%
Déficit de arrecadação	-----	94.033.014,51	24,19%
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	Percentual
Total das Despesas	486.218.507,00	398.791.489,70	100,00%
Economia Orçamentária		87.427.017,30	21,92%
Resultado Ex. Orçamentária	Déficit	(10.048.504,21)	2,58%

Conforme anotou a própria fiscalização, nos balanços da Prefeitura, **o resultado orçamentário registrou um superávit da ordem de 3,61%.** A diferença, como também apontou o órgão de instrução, se deu "*em virtude de o sistema Audesp considerar no cálculo do resultado os repasses e devoluções dos duodécimos e as transferências financeiras à administração indireta, que não integram o balanço orçamentário isolado do órgão*" (fl. 41).

Nesse sentido, absolutamente evidente que o resultado correto do exercício de 2011 do Município de Jacareí é aquele constante de seus balanços, vale dizer, o superávit de 3,61%. Não há qualquer fundamento jurídico ou lógico para incluir as receitas da Câmara Municipal nos balanços da Prefeitura, principalmente quando se está a analisar a performance orçamentária do Executivo. Ora, os duodécimos devidos à Câmara são, por determinação constitucional, receitas próprias do Legislativo. Não integram, por conseguinte, em momento algum, os recursos do Executivo. De outra forma, o que se tem é um resultado distorcido, fruto de inconsistências teóricas na análise dos balanços.

15/11

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS



Assim é que o balanço orçamentário que corretamente representa o exercício de 2011 do Município de Jacareí é o este:

Receitas	Previsão	Realização	Percentual
Total das Receitas	482.776.000,00	388.742.985,49	100,00%
Déficit de arrecadação	-----	94.033.014,51	24,19%
Despesas Empenhadas	Fixação	Execução	Percentual
Total das Despesas	486.218.507,00	374.700.758,31	100,00%
Economia Orçamentária		87.427.017,30	22,93%
<b>RESULTADO EX. ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>14.042.227,18</b>	<b>3,61%</b>

Logo, sob esse aspecto, a decisão *a quo* também merece ser revista. De um lado porque, *data máxima vênia*, trabalha com um resultado irreal e distorcido, que trata a receita da Câmara Municipal como se uma despesa do Executivo fosse, e não como um repasse constitucional criado com a finalidade de financiar os trabalhos do Legislativo. Em segundo lugar porque, ainda assim, um déficit diminuto de apenas 2,58% não representaria má gestão financeira do Município, mas sim um resultado obtido em função de investimentos legítimos em políticas públicas aderentes às necessidades sociais, como tantas vezes já decidiu esta E. Corte de Contas<sup>11</sup>.

De qualquer forma, merece aqui ficar registrado que o resultado orçamentário de 2011 do Município de Jacareí registrou em verdade um superávit da ordem de

<sup>11</sup> Conferir, nesse sentido, os recentes votos proferidos nos seguintes TCs: 888/026/11, 166/026/09, 2623/026/10, 615/026/09, 1683/026/08, 3022/026/10, 1510/026/11, 2140/026/07, entre inúmeros outros.

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS



3,61%, que representa o valor de R\$ 14.042.227,18 como economia orçamentária em face das despesas efetivamente realizadas.

E mais. Acompanhando a curva do déficit de arrecadação, houve um grande esforço da Administração para equilibrar as contas públicas. Havia a possibilidade legal de empenho de R\$ 486.218.507,00. Mesmo assim, de fato só foram empenhados R\$ 398.791.489,70, representando uma economia orçamentária de 17,98%, muito maior do que o déficit.

Nesse contexto, requer-se, desde já, seja a matéria suprimida do campo das recomendações.

#### **IV.3. Quadro de Pessoal**

O último aspecto remetido ao campo das recomendações pelo voto condutor do julgamento diz respeito à existência, no quadro de pessoal da Municipalidade, de cargos de provimento em comissão que, supostamente, *“não atenderiam os pressupostos jurídicos de chefia, direção ou de assessoramento, conforme exige o dispositivo constitucional”*.

A Lei Municipal nº 5.498/10 veio substituir a Lei nº 4.616/02 de forma dinamizar o corpo administrativo, aumentar o número de cargos em comissão necessariamente ocupados por servidores efetivos e concursados, bem como diminuir o número total de cargos em comissão.

11/6/11

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Todos os cargos em comissão, como se sabe, caracterizam-se pela livre nomeação e exoneração de seus ocupantes em razão da natureza de confiança imposta na relação jurídica. Conforme estabelece o inciso V do artigo 37 da Constituição Federal, as atividades desenvolvidas pelos cargos em comissão estão restritas ao assessoramento, direção e chefia. Nesse aspecto, para optar-se entre o provimento efetivo e o comissionado, deve-se atentar para as características do assessoramento a ser desenvolvido.

Se a atividade de assessorar, além do seu requisito eminentemente técnico, apresentar a particularidade da confiança extraordinária que precisa haver entre o servidor e a autoridade nomeante, o provimento deve ser em comissão. Daí porque dizer que os cargos em comissão são destinados a representantes dos agentes políticos que, subordinados às diretrizes e ordens emanadas, ficam incumbidos de dirigir a máquina administrativa e demais funcionários.

Nos cargos aqui discutidos, há essa representação dos agentes políticos municipais, e, na leitura das atribuições, denota-se claramente as funções de assessoramento, chefia e direção.

Não outro é o entendimento dessa E. Corte de Contas:

*“EMENTA: R.O. contra julgamento que considerou irregulares as nomeações para provimento de cargos em comissão, realizadas por Prefeitura. Comprovado que os ocupantes dos cargos de Agrônomo e Veterinário, pela Lei Municipal que os criou, desempenhariam atividades de ‘chefe de setor’, com atribuição também de assessoramento. Ainda pela mesma Lei, fica claramente demonstrado que o cargo de Técnico Agrícola detém atribuição de assessoria. Quanto ao cargo de*

1452A



*Lançador, foi transformado em cargo de provimento efetivo, realizado concurso publico e contratado o candidato nele aprovado. Conhecido. Provido. V.U.”*  
(TC 800128/380/02, Relator Eminente Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, DOE de 31.08.2006)

Nada há, portanto, a ser recomendado.

#### **V. FORMAÇÃO DE AUTOS ESPECÍFICOS**

Por fim, a decisão recorrida determinou a formação de autos específicos para análise das seguintes matérias.

##### **V.1. Royalties**

Segundo o voto do Relator, houve realização de despesas impróprias e transferência de recursos vinculados para contas movimento da Prefeitura.

Isto porque, no decorrer da instrução, do total de receitas arrecadadas em 2011 (R\$ 835.302,46), com *Royalties* de petróleo, teria sido verificada tanto a transferência para outras contas (R\$ 150.000,00) quanto o gasto em programas não relacionados a energia, pavimentação de rodovias e saneamento básico (fls. 54/56).

Antes de adentrar ao mérito da ressalva, convém analisar os dispositivos legais pertinentes:

1154

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11

302



**Lei nº 7.990/89:**

"Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal."

\*\*\*\*\*

**Decreto nº 1/91:**

"Art. 24. Os Estados e os Municípios deverão aplicar os recursos previstos neste Capítulo, exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico."

Da simples análise dos dispositivos citados é fácil verificar a improcedência da determinação de formação de autos específicos. Ora, é sabido que manter uma conta específica para gastar valores arrecadados em função de um dispositivo legal não significa criar um fundo especial e excepcionar a regra da unicidade de tesouraria. Em outras palavras, o fato de ter a incumbência de gastar um valor recebido com determinado objetivo não "carimba" o dinheiro a ponto de se ignorar a regra basilar da contabilidade pública da tesouraria única. É justamente isso que estabelece o artigo 56 da Lei nº 4.320/64:

"Art. 56. O recolhimento de tôdas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais."

1454

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11

303



Com efeito, é sabido que o dinheiro recebido por conta dos royalties do petróleo não é “carimbado”, ou seja, não deixa de adentrar ao caixa único do ente público<sup>12</sup>, já que vige na contabilidade pública brasileira, por força do artigo 56 da Lei nº 4.320/64<sup>13</sup>, a chamada regra da unidade de tesouraria, a qual determina que não deve existir recursos financeiros separados e independentes, devendo todas as verbas arrecadadas fluírem para um único órgão da estrutura do setor público, responsável pelo gerenciamento das disponibilidades. Neste sentido, **os valores oriundos dos royalties, conforme estabelecido pela Lei nº 7.990/89 e pelo Decreto nº 1/91, estão vinculados financeiramente (não orçamentariamente) aos objetivos ali estabelecidos.**

Isso significa dizer que a legislação que rege os royalties do petróleo em momento algum cria uma regra de exceção ao princípio do caixa único da contabilidade pública: apenas cria uma nova receita e uma nova obrigação ao Poder Público. Obrigação esta de gastar a mesma quantia recebida com “*energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico*” (Decreto nº 1/91, art. 24). Ou seja, esse dinheiro recebido não chega a ser “carimbado”, mas apenas financeiramente vinculado.

<sup>12</sup> Nos termos do artigo 71 da Lei nº 4.320/64, “*Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação*”. Observe-se ainda que o inciso II do §º do artigo 165 da Constituição Federal é claro ao determinar que somente lei complementar poderá criar fundos especiais, de modo que ainda que a legislação dos royalties pretendesse criar este fundo, tratar-se-ia de regra inconstitucional.

<sup>13</sup> Assim dispõe a Lei: “*Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.*” Sobre este ponto, Nilton de Aquino ANDRADE observa ainda que “[o]s fundos são a centralização de recursos com a finalidade de desenvolver ou consolidar, por financiamento ou negociação, uma atividade pública específica. São submetidos a normas próprias de aplicação, podendo fugir ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 56 da Lei nº 4.320/64”. (Contabilidade Pública na Gestão Municipal, 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2006, página 185)



Portanto, absolutamente nada há de ilegal em transferir recursos da conta que recebe o valor dos royalties para outras contas, ou mesmo destinar parte dessa receita para finalidades não abrangidas pelo artigo 24 do Decreto nº 1/91. Como se disse, a existência de uma conta bancária para receber esses valores não significa a criação de um fundo especial excepcionador da regra do caixa único da Municipalidade de Jacareí. Ao final, tudo compõe a conta única exigida pelo artigo 56 da Lei nº 4.320/64, sendo absolutamente indiferente a origem da receita. Agir de forma diferente e criar contas segregadas e especiais configuraria atitude flagrantemente ilegal.

É apenas nesse contexto é que se pode compreender o que estabelece o parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que diz que "[o]s recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso". É dizer, ou este artigo está cuidando de fundos especiais (exceções constitucionais à regra do caixa único), ou então é de vinculação financeira e não orçamentária que se trata. É o ensinam **Flávio C. de TOLEDO JR.** e **Sérgio Ciquera ROSSI** ao analisar o parágrafo único do artigo 8º da LRF

*"Os recursos atrelados a determinado governamental têm a ver com os fundos especiais (arts. 71 a 74 da Lei nº 4.320), com as despesas constitucionalmente vinculadas (Ensino e Saúde) e as suportadas por transferências voluntárias. Já que carimbam determinada porção da receita pública, todas essas relações, na verdade, caracterizam uma espécie de fundo"<sup>14</sup>.*

<sup>14</sup> Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada Artigo por Artigo, 2ª ed., São Paulo: NDJ, 2002, página 74.





De todo modo, embora se saiba que decretos federais somente vinculam a Administração Pública Federal, mostrando-se absolutamente incapazes de criar obrigações de investimentos aos demais entes da Federação, cabe aqui ressaltar que a Municipalidade de Jacaré atendeu em 2011 integralmente os objetivos elencados no Decreto nº 1/91, gastando recursos proporcionais às receitas arrecadadas pelo Município de Jacaré à título de royalties do petróleo. Nesse sentido, o anexo relatório da conta 821000.001 BB (**DOC. 05**) comprova o integral cumprimento da legislação em questão.

A mesma interpretação deve ser estendida aos *Royalties* dos recursos hídricos e dos recursos minerais.

Nesse sentido, a instrução dos autos asseverou, com relação aos royalties dos recursos hídricos, que teria havido suposto descumprimento do artigo 8º da Lei nº 7.990/89 uma vez que houve "R\$78.000,00 (28,21% da disponibilidade total) em transferência da conta bancária vinculada – DNAEE Recursos Hídricos nº 821000.019 Banco do Brasil – pra conta movimento nº 821000.001 Banco do Brasil da Prefeitura Municipal de Jacaré (conforme documentos de fls. 356/359 do anexo III), de modo que a conformidade da aplicação com a legislação de royalties não pode ser verificada". Já com relação aos recursos minerais, apontou a d. Auditoria também o descumprimento do mesmo artigo 8º da Lei nº 7.990/89 dizendo que "R\$ 99.965,10 (30,42% da disponibilidade total) foram indevidamente gastos em aquisição de vale transportes para funcionários".

H&A

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS

TC-001324/026/11



Ora, os equívocos aqui são os mesmos do tópico acima: confunde-se vinculação financeira com dinheiro "carimbado", que só é possível, nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/64, na hipótese de se instituir fundos especiais (art. 56), o que somente é possível mediante lei complementar (art. 71). Logo, nada há de censurável na transferência entre contas realizadas pelo Município ou na utilização da verba para gastos com finalidade diferentes das antevistas legalmente. Afinal, toda a receita se origina no caixa único da Municipalidade e serve para financiar o atingimento do interesse público, sendo que nesses casos há apenas a criação de uma obrigação financeira de gastar com os fins mencionados exatamente a quantia arrecadada.

E tanto isso é verdade que a mesma conta que serve para o Governo Estadual depositar os recursos dos royalties dos recursos minerais, serve para o Estado depositar a cota-parte do ICMS. Ou seja, tanto os valores recebidos a título de royalties não são carimbados (vale dizer, não há a criação de um fundo especial), que o próprio órgão repassador utiliza a mesma conta bancária para diversas finalidades.

De todo modo, há nos autos documento que comprove o integral cumprimento das exigências legais por parte da Municipalidade de Jacaré em 2011.

Logo, sob esse aspecto, requer-se a reforma da decisão para que seja suprimida a determinação de formação de autos específicos.

**V.2. Contratação de terceiros para atividades-fim da administração**

11574

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11

307



**V.2.a. Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados**

No que de refere à determinação de formação de autos próprios para exame da contratação do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados pelo Município de Jacareí, convém pontuar, em primeiro lugar, que essa mesma contratação aqui discutida já passou pelo crivo do Poder Judiciário e do Ministério Público, os quais atestaram a sua absoluta legitimidade.

Em 2002 foi proposta a Ação Popular nº 386/2002 pela Sra. Lindozilda Sodré questionando a legalidade do contrato **4.01600.2002**. Pois em novembro de 2005 a 3ª Vara Cível de Jacareí julgou improcedente a ação, consignando expressamente que

*“a prova dos autos, à saciedade, demonstrou a legalidade da contratação Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques – Advocacia pela Prefeitura Municipal de Jacareí”.*

E em 16.05.2011 o TJSP confirmou a decisão, conforme documentação já acostada autos.

No mesmo sentido, o Ministério Público do Estado de São Paulo determinou o arquivamento de representação feita (Representação nº 01101911.3/7-0000-000) contra a mesma contratação, reconhecendo, conseqüentemente, a legitimidade do ajuste.

Nestes autos, embora o contrato em exame seja o de nº **4.001.00/07**, firmado após a o término da vigência do ajuste que foi objeto das sobreditas decisões, o escopo é muito semelhante, a atuação em causas de maior complexidade.

11-574

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Além disso, a contratação direta de escritório de advocacia especializado já foi admitida em diversas oportunidades por este E. Tribunal, sendo que, especificamente em relação ao escritório contratado nestes autos, a notoriedade foi expressamente reconhecida pelos eminentes Relatores.

Cite-se, a exemplo os TC's-19658/026/06 e 11194/026/10.

No TC-19658/026/06, a matéria é idêntica à tratada nestes autos, inclusive porque também foi objeto de inquérito civil arquivado pelo douto Ministério Público. Nestes autos, o eminente Conselheiro **FULVIO JULIÃO BIAZZI** consignou o seguinte:

*“As justificativas apresentadas demonstram que se encontram presentes os pressupostos exigidos pelo inciso II do artigo 25 da Lei Federal nº 8666/93m para embasar a contratação direta efetuada.*

*No caso dos autos, são evidentes a peculiaridade e a singularidade dos serviços contratados (...)*

*Ademais, restou comprovada a notoriedade do escritório contratado, que reúne profissionais altamente qualificados, habilitados a atender plenamente às necessidades de serviços jurídicos nas áreas de Direito Administrativo.*

*Observe que nesse mesmo sentido foi a decisão do Ministério Público que promoveu o arquivamento do inquérito civil instaurado em razão da representação noticiada no expediente TC-17334/026/01, que acompanham estes autos (fls. 611/617).”*

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS



Não foi outro o entendimento do eminente Conselheiro **ROBSON MARINHO**, nos autos do **TC-11194/026/10**. Ao examinar a contratação deste mesmo escritório por meio de carta-convite, fez questão de consignar que o escopo poderia até mesmo ter sido objeto de contratação direta:

*“Não há como negar que o andamento da pendência judicial que motivou a contratação em questão (...), adquiriu contornos singulares.*

*Esse aspecto não tornaria inapropriada até mesmo uma contratação direta de profissional especializado.”*

É farta a jurisprudência desta Corte autorizando ajustes dessa espécie, sempre que comprovados os requisitos da singularidade do objeto e da notória especialização, a exemplo do **TC-12799/026/04** (sessão da Primeira Câmara de 23/11/04 – Relator Conselheiro **EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO**), **TC-7664/026/03** (sessão da Segunda Câmara de 19/10/04 – Relator Substituto de Conselheiro **JOSÉ LAURY MISKULIN**), **TC-8636/026/96** (sessão do E. Plenário de 26/07/00 – Relator Substituto de Conselheiro **WALLACE DE OLIVEIRA GUIRELLI**), **TC-19026/026/03** (sessão da Segunda Câmara de 2/03/04, Relator Conselheiro **FULVIO JULIÃO BIAZZI**), **TC-27827/026/08** (sessão da Primeira Câmara de 21/07/09, Relator Conselheiro **CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA**) e **TC-19674/026/08** (sessão da Primeira Câmara de 21/07/09, Relator Conselheiro **CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA**).

Por fim, à margem desses precedentes jurisprudenciais, é importante consignar que este contrato em torno do qual determinou-se a formação de autos específicos tem por escopo apenas a atuação em causas de maior complexidade, o que permite

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TC-001324/026/11

310



ao corpo jurídico da Municipalidade atuar nos processos cíveis, tributários, fiscais e de contas, os quais, naturalmente, não têm qualquer envolvimento com o escritório contratado.

Não há, portanto, que se falar em terceirização de atividades fim da Administração.

Deveras. O fato de haver funções semelhantes no corpo administrativo do Município não caracteriza a contratação como "*terceirização de funções precípua da administração pública*". A valer esse raciocínio, qualquer contratação de uma obra para, por exemplo, construir uma escola pública implicaria também na censurada terceirização. Afinal, em qualquer ente da Federação deve haver ao menos um servidor público formado em engenharia e outros tantos capacitados para trabalhar com construção civil. No mais, embora a divisão entre atividade fim e atividade meio seja absolutamente imprestável para fins de se demarcar a legalidade da delegação de determinada atividade pública à iniciativa privada<sup>15</sup>, é certamente questionável que serviços jurídicos possam em alguma medida

<sup>15</sup> Ao demonstrar a imprestabilidade dessa dicotomia atividade fim versus atividade meio, Floriano de Azevedo MARQUES NETO aponta que "[o] que importa, mormente em sede de direito administrativo, é que o exercício do poder decisório seja conservado com aqueles para quem a Lei outorgou a competência. Para um órgão exercer a vigilância sanitária faz-se mister a realização de exames laboratoriais. Isso não impedirá que dito órgão (criado exclusivamente para exercer a atividade de vigilância sanitária) contrate uma universidade, um instituto ou um laboratório privado para realizar os testes químicos e biológicos com as amostras. O que realmente releva é que, verificadas irregularidades nos alimentos analisados, detectadas falhas puníveis nos exames laboratoriais, as sanções, as penas, as medidas administrativas sejam efetivadas pelos agentes para tanto competentes. (...) No direito público, o que nos parece relevante é que o cometimento para o qual se quer contratar terceiros não corresponda a atividades intrinsecamente estatais, porquanto caracterizadoras do exercício de função pública assim prevista na Constituição ou em Lei. De outra sorte, essa intransferibilidade é inerente ao poder, não atingindo as atividades que possam ou devam ser exercidas como preparação, suporte ou assessoria ao exercício deste poder." (A Contratação de Empresas para Suporte da Função reguladora e a "Indelegabilidade do Poder de Polícia", in *Revista Trimestral de Direito Público*, nº 32, São Paulo: Malheiros Editores, 2000, páginas 72-73)



configurar atividades fim da Administração Pública. Afinal, o exercício privado da atividade advocatícia é não só legítimo (Lei nº 8.906/94) como a regra que comporta exceções.

Assim, a determinação deve, tal qual as demais, ser suprimida por meio do reexame da matéria.

**V.2.b. IBAM, Visão Assessoria, Pait Consultores e TTC Engenharia de Tráfego**

Outros contratos celebrados com as empresas Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Visão Assessoria Consultoria e Planejamento S/C, Pait Consultores Engenharia e Arquitetura Ltda. e TTC Engenharia de Tráfego e Transporte Ltda. foram objeto de determinação de formação de autos próprios. Os pareceres técnicos de instrução que amparam a decisão alegam supostas terceirizações de funções precípua da administração pública, o que a seu ver afrontaria o inciso II do artigo 37 da Constituição e os limites de despesa de pessoal previstos na LRF.

Ora, o fato de haver funções públicas assemelhadas aos objetos dos contratos celebrados não caracteriza terceirização de funções públicas, quanto mais as chamadas funções precípua da Administração. No mais, é certamente equivocado afirmar que serviços de contabilidade, assessoria, engenharia consultiva e consultoria de tráfego são atividades fins do Poder Público. Logo, imaginar burla ao dever de realizar concursos para a investidura em cargos públicos (CF, art. 37, II) no presente caso despropositado.

De todo modo, o que se deve ter em mente é que ainda que as críticas feitas fossem procedentes (o que apenas se admite para argumentar), falhas pontuais

11574



porventura existentes em termos contratuais não têm o condão de macular as presentes contas, nos termos do estabelece o inciso II do artigo 33 da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

**V.3. Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí**

Esta matéria também é objeto de análise anual por este Tribunal, por meio da Prestação de Contas do Exercício. O exercício de 2011 está sob análise nos autos do TC-1389/007/12, ainda pendente de julgamento.

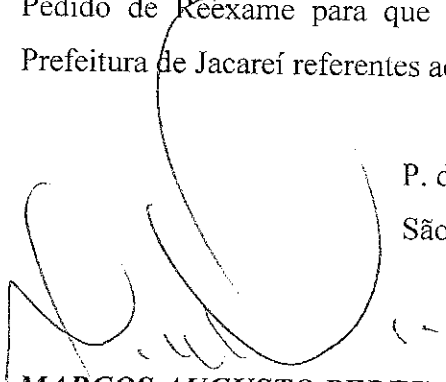
A determinação, portanto, é inócua porque o processo já existe. Nestes termos, não comporta atendimento e também merece ser suprimida em sede recursal.


**VI. Pedidos**

Ante o exposto, requer-se seja conhecido e provido o presente Pedido de Reexame para que seja emitido parecer favorável as Contas apresentadas pela Prefeitura de Jacareí referentes ao exercício de 2011.

P. deferimento.

São Paulo, 23 de novembro de 2012.

  
**MARCOS AUGUSTO PEREZ**  
OAB/SP 100.075

  
**HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA**  
OAB/SP 154.720





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**PROCESSO:** TC-001324/026/11

**INTERESSADA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.

**ASSUNTO:** CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011

**RESPONSÁVEL:** HAMILTON RIBEIRO MOTA (PREFEITO)

**EM APRECIÇÃO:** PEDIDO DE REEXAME INTERPOSTO EM FACE DA R. DECISÃO DA E. PRIMEIRA CÂMARA DE 26/11/13 QUE EMITIU PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS.

**EMBARGANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

**ADVOGADOS:** DR. MARCOS AUGUSTO PEREZ (OAB/SP 100.075), DR.<sup>a</sup> HELGA FERRAZ DE ALVARENGA (OAB/SP 154.720) E OUTROS.

Vistos.

Considerando as questões que serviram de embasamento à emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas do Chefe do Executivo, encaminhem-se os autos à **Assessoria Técnica**, para exame das alegações ofertadas no pedido de reexame.

Após, ao **Ministério Público de Contas**, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

**Publique-se.**

GC, 24 de abril de 2014

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
CONSELHEIRO

(23)

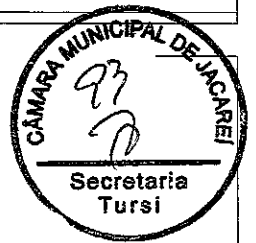
PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 30/04/14  
Alc  
CGC. DER



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 313 - A

Proc. TC-1324/026/11



Processo : TC-1324/026/11  
Interessada : Prefeitura Municipal de Jacareí  
Assunto : Pedido de Reexame-Aplicação no Ensino  
Exercício : 2011  
Conselheiro : Dimas Eduardo Ramalho

**Senhor Assessor Procurador-Chefe:**

Manifestamo-nos nestes autos para atender ao r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator à fl.retro. Examinamos o pedido de reexame (fls.281/294), relativos às Despesas com Recursos Próprios e com Recursos do FUNDEB.

O motivo que contribuiu para a rejeição das contas foi a insuficiente aplicação dos 25%, atingindo 24,51% e com Recursos do FUNDEB de 99,59% (100%).

O Recorrente em suas razões recursais não apresentou nenhum fato novo, retomando o pedido para que a glosa de R\$ 2.414.952,02, decorrente de prestação de serviços de coleta de lixo seja desconsiderada.

Todavia, mantemos nossa manifestação apresentada em 1ª instância sobre o tema (fls.184/186), opinando pela improcedência da solicitação, a saber:

**"Despesas com coleta de lixo:"**

*Em relação à glosa de R\$ 2.414.952,02 a título de prestação de serviços de coleta de lixo, a origem discordou desta impugnação, argumentando que as despesas tratam de conservação,*

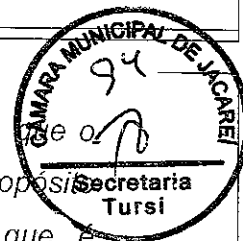
A



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 314

Proc. TC-1324/026/11



limpeza e manutenção de áreas verdes das Unidades Escolares, e o serviço em questão foram prestados pela sociedade de propósito específico denominada Concessão Ambiental Jacaré Ltda., que é concessionária dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município.

Os documentos de fls.195/197 do Anexo II fundamentando a glosa em questão apresentam a discriminação de referida despesas como "Concessão para delegação da gestão do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos-Contrato 300100/10- concessão Ambiental Jacaré."

Desse modo, observamos que o assunto em apreço é o mesmo tratado nas contas anuais do exercício dessa Prefeitura TC-2852/026/10.

A época foi possível observar que referido Contrato de Concessão administrativa, teve como objeto delegação e gestão do Serviço Público de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos.

Mencionado objeto esteve definido na cláusula 5ª do referido contrato e tratam de atividades que compreendem a coleta manual de resíduos e transporte até o destino final.

Na ocasião, em 1ª instância esta E.Corte não acolheu no compute do ensino às despesas relacionadas a coleta de lixo, estando referido TC-2852/026/10, em trâmite na casa.

Em face de todo exposto, mantemos a linha de nosso entendimento acompanhando o apontamento da fiscalização de que a despesa em análise tratou de serviços de coleta de lixo, portanto,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 315

Proc. TC-1324/026/11



*inelegível na Manutenção Desenvolvimento do Ensino."*

Oportunamente, informamos que esse tema já foi exaustivamente apreciado pelo E.Tribunal Pleno deste Tribunal, decidindo-se que as despesas com serviços em comento, devem ser consideradas nos encargos gerais do município, sendo incompatível a sua aplicação no ensino; a saber:

CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES  
PRIMEIRA CÂMARA SESSÃO DE 09.10.12 ITEM Nº 039  
TC-002852/026/10

Prefeitura Municipal: Jacaréi.

Exercício: 2010.

(...)

No tocante à exclusão da importância de R\$ 678.060,04, a Origem alegou que houve um equívoco no preenchimento das notas de empenho, aduzindo que as despesas referem-se a serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais.

Não assiste razão à defesa, pois essas despesas decorrem de contrato de concessão administrativa que teve por objeto a delegação da gestão do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos,, conforme contrato celebrado em 15/01/2010, entre o Município de Jacaréi e a empresa Concessão Ambiental Jacaréi Ltda. (fls. 110/193 do Anexo I), despesas não condizentes com o ensino.

<sup>6</sup> Cláusula 5ª – Do Objeto:

5.1 – O presente contrato tem por objeto a delegação da gestão dos serviços, no Município de Jacaréi, que compreende a execução das seguintes atividades:

5.1.1. Coleta manual e containerizada de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, provenientes da limpeza pública da área urbana e rural, bem como resultantes de feiras livres e da varrição manual;

5.1.2. Transporte, até o destino final, dos resíduos indicados no item anterior;

5.1.3. Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sépticos de saúde;

5.1.4. Coleta e transporte de resíduos volumosos;

5.1.5. Coleta e transporte de materiais recicláveis;

5.1.6. Varrição manual de vias e logradouros públicos;

5.1.7. Varrição mecanizada de meio-fio;

5.1.8. Limpeza, lavagem e desinfecção de vias após feiras livres;

5.1.9. Execução das obras de recuperação e encerramento do aterro sanitário atualmente em operação, compreendendo o monitoramento do aterro após a desativação."

(...)



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 316

Proc. TC-1324/026/11



"Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES

TRIBUNAL PLENO SESSÃO DE 26.02.14 ITEM Nº 028

TC-002852/026/10

Embargante(s): Prefeitura Municipal de Jacaré.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacaré, relativas ao exercício de 2010.

Responsável(is): Hamilton Ribeiro Mota e Adel Charaf Eddine (Prefeitos à época).

Em Julgamento: Embargos de Declaração em face do acórdão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 04-12-13.

(...)

Em síntese das razões do apelo, a Embargante alega que ocorreu omissão na decisão, provavelmente em decorrência de erro material, razão pela qual pretende a sua correção por meio do instrumento escolhido.

Segundo a Embargante, no que se refere às suas razões recursais, deixou de ser apreciada parte do pleito de reintegração no cômputo das despesas com ensino, quanto aos valores atinentes (1) às despesas glosadas com prestação de serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais e (2) dos restos a pagar não quitados até 31.01.11.

Sendo assim, acredita que a decisão embargada deixou de se pronunciar sobre parte do pedido formulado na peça recursal, apreciando apenas o pleito de reintegração de despesas com a desapropriação do Esporte Clube Elvira.

Considera que a decisão é infra petita e, desse modo, cabível sua correção por meio do recurso em destaque.

(...)

Relembro que na ocasião da Sessão Plenária do dia 02.10.13, foi dado conhecimento do relatório e proferido o voto, abarcando as questões ora suscitadas, conforme destaque os trechos seguintes:

(...)

*Quanto às despesas com a coleta de lixo, os documentos juntados pela fiscalização indicam gastos em decorrência do Contrato nº 3.001.0/2010, visando a concessão administrativa do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos (fls. 98/194 do Anexo I). Assim, igualmente já avaliada a matéria em Primeira Instância, quando foi afastada a despesa do cômputo do investimento no setor educacional.*

*Considero que, a princípio, a coleta de lixo deve onerar outras rubricas orçamentárias, uma vez que se presta aos serviços e encargos gerais do Município – não especificamente em razão da manutenção e desenvolvimento do ensino.*

*No caso, como afirmado pela defesa, "o resíduo que é gerado dentro das escolas públicas deve ser coletado, transportado e tratado pela concessionária do serviço público", o que demonstra que sendo ou não transportados os dejetos de dentro das escolas até área específica – pelos servidores do quadro ou por parte da concessionária, ditas tarefas se incluem no bojo geral dos serviços contratados para coleta no Município.*

*E, dos documentos fiscais trazidos com o recurso (exemplos 8ª, 9ª, 11ª e 12ª medição – fls. 254, 279, 364 e 387), não se vislumbra que tenham sido realizados serviços distintos daqueles contratados com a concessionária, mais especificamente em favor das escolas municipais, nem mesmo em razão da manutenção de suas áreas verdes – porque pode ser observado o histórico genérico nas notas, na seguinte maneira: "Serviços de Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos Domiciliares, Comerciais de Limpeza Pública e Rural, Feiras Livres, Variação Manual e Mecanizada, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sépticos, Operação e Manutenção do Aterro Sanitário".*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 317

Proc. TC-1324/026/11



Portanto, as despesas com os serviços contratados, na forma estabelecida, devem ser consideradas nos encargos gerais do Município, sendo incompatível a sua apropriação ao ensino.

Nessa conformidade, voto pelo não provimento do Pedido de Reexame interposto, a fim de manter a r. decisão proferida pela E. Primeira Câmara, desfavorável à aprovação das contas, alterando, no entanto, o percentual aplicado no ensino geral para 24,65%, ainda assim, insuficiente para cumprir o determinado no art. 212 da CF/88.

Portanto, o juízo sobre as contas foi decorrente de ampla análise dos pontos que, agora, por meio dos Embargos, o Recorrente alega que não foram suficientemente analisados.

Sendo assim, não há qualquer omissão no julgado proferido. O que se observa, no entanto, é que a Embargante pretende, que se reconheça caráter infringente em seu apelo, procurando rediscutir matéria amplamente analisada nos autos.

É evidente que o caminho escolhido não pode prosperar, uma vez que, conforme orientação pacífica, "não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição".

Naturalmente, pretende-se inaugurar uma terceira instância para apreciação das contas, certo que o caminho escolhido não se presta a tal propósito.

Nessa conformidade, meu voto é pela rejeição dos embargos."

No tocante ao pedido para que sejam apropriados os restos a pagar excluído em 2010, também não houve alteração no panorama processual, uma vez que a exemplo de nossa manifestação contida às fls. 187, não existiu a juntada de documento que pudesse mudar tal pedido.

Da análise realizada, observamos que nenhum fato novo sobre o tema foi carreado aos autos, entendemos que não há motivos para que esta Assessoria se manifeste de maneira contrária ao que já fora decidido.

Ante o exposto, reiteramos o percentual acolhido no R. Parecer às fls.247/248, publicado no D.O.E de 14/12/13 (aplicação no ensino 24,51% e Recursos com Fundeb 99,59%).

É a manifestação que submetemos à consideração

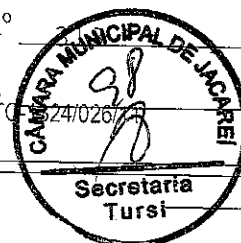


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº

Proc.

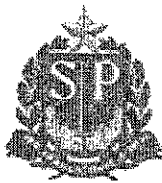
TC 2470267/2014



de Vossa Senhoria.

A.T.J. , em 05 de agosto de 2014.

Deiza Aparecida Pereira de Araujo  
Assessoria Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



TC-001324/026/11

**Processo:** TC – 001324/026/11

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Jacareí

**Senhor Assessor Procurador-Chefe:**

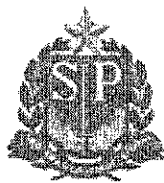
A Colenda Primeira Câmara emitiu v. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2011, (fls. 224/248). A rejeição decorreu da insuficiente aplicação de 24,51% das receitas e transferências de impostos no ensino, infringindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal e da utilização dos recursos do FUNDEB em percentual inferior ao que dispõe o artigo 21, da Lei Federal nº 11.494/2007, com aplicação total de 99,59%.

O Sr. Hamilton Ribeiro Mota (Prefeito à época), por intermédio de seus representantes legais, encartou a petição denominada “Pedido de Reexame” e documentos de fls. 276/312.

Agora, para atendimento da r. determinação de fls. 313, retornam os autos a esta Assessoria.

É o sucinto relatório.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



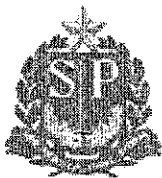
TC-001324/026/11

Preliminarmente, entendo que o petitório configura pedido de reexame, pois, por meio dele, Sua Senhoria visa afastar os fundamentos do v. Parecer que lhe é desfavorável (art. 70, caput da L.C. nº 709/93). Demais, o apelo há de ser recebido, porque legítima a parte e tempestiva a sua interposição (art. 71). Com efeito, a r. orientação foi publicada no Diário Oficial do Estado em 14/12/13 (fls. 248), e o Acórdão de Embargos Declaratórios (efeito suspensivo), publicado em 21/03/14 (fls. 275).

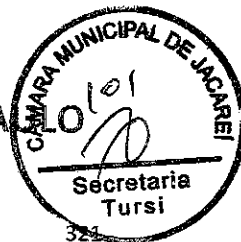
Mérito.

No mérito, o Recorrente solicita, em outras palavras, seja dado provimento ao presente pedido de reexame, para o fim de ser retificado o v. Parecer proferido da E. Primeira Câmara, com emissão, desta feita, de Parecer favorável às contas.

Para o intento, reitera o pedido para que seja desconsiderada a glosa de R\$ 2.414.952,02, referente a prestação de serviços de coleta de lixo e, para que sejam considerados nos cálculos de aplicação, os restos a pagar excluídos em 2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



TC-001324/026/11

Após a análise do acrescido a Assessora especializada (fls. 313/318) refuta as alegações apresentadas. Evidencia que o recorrente não inova e apresenta argumentos no mesmo teor que os oferecidos por ocasião da Defesa Prévia. Nessa conformidade, sobre os temas, ratifica seu posicionamento externado anteriormente, por ocasião da 1ª instância (manifestação de fls. 184/186) e destaca que não foi apresentado nenhum argumento ou documento novo com capacidade de demonstrar a regularidade das questões em análise.

Posto isto, confirma os percentuais constantes do r. Parecer de fls. 247/248, publicado no D.O.E. de 14/12/13 (insuficiente aplicação de 24,51% das receitas e transferências de impostos no ensino e utilização insuficiente de 99,59% dos recursos com FUNDEB).

De minha parte, observando que os elementos apresentados já não foram aceitos por ocasião da defesa inicial e, desta feita, também não revertem a situação da contas, não sendo apresentado nada de novo com capacidade de modificar o panorama processual, remanescendo, por conseqüência, inalteradas as falhas que motivaram a rejeição da contas, concluo que não merece reforma o r. Parecer guerreado.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



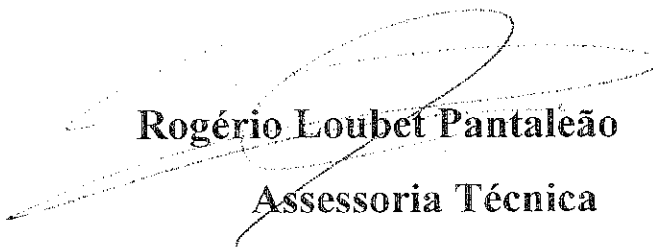
TC-001324/026/11

**CONCLUSÃO**

Por todo o exposto e considerando inalterado o “status quo ante” processual, manifesto-me pelo conhecimento do recurso, todavia no mérito pelo seu não provimento, para o fim de que ser mantido o v. Parecer desfavorável à aprovação das contas.

À consideração de Vossa Senhoria.

**A.T.J., em 12 de agosto de 2013.**

  
**Rogério Loubet Pantaleão**  
**Assessoria Técnica**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 1324/026/110



**Excelentíssimo Senhor Relator**

Pedido de Reexame das contas da Prefeitura de **Jacareí**; pertinente ao exercício econômico-financeiro de 2011.

Preliminarmente, o apelo há de ser recebido, porque legítima a parte e tempestiva a sua interposição (parecer publicado no Diário Oficial do Estado em 14/12/13 - fls. 248, Embargos de Declaração apresentados em 06/01/2014 - considerando o **ATO GP nº 03/2013<sup>1</sup>** - rejeitados em 21/03/2014 - fls. 275 e o recurso protocolizado em 22/04/2014 - fls. 276).

No Mérito, as manifestações das Assessorias Técnicas às fls. 313-A/322 estão de acordo com a linha de entendimento desta ATJ; assim, manifesto-me pelo **não provimento** do apelo, mantendo-se o v. Parecer **Desfavorável** às contas em apreço, inclusive as recomendações e determinações previstas (fls. 243/245 e 248).

À elevada consideração de Vossa Excelência.

ATJ, 12 de agosto de 2014.

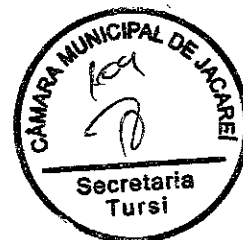
**Francisco Roberto Silva Junior**  
Assessor Procurador - Chefe

WTCS/r

<sup>1</sup> Artigo 3º - No período de 19 de dezembro de 2013 a 03 de janeiro de 2014 o Tribunal de Contas estará em recesso, com compensação e serviços na forma a ser disciplinada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



**Processo:** TC-1324/026/11

**Interessado:** Prefeitura Municipal de Jacareí

**Assunto:** Pedido de reexame interposto pelo Município de Jacareí contra a decisão que emitiu Parecer Desfavorável à aprovação das contas do exercício de 2011

**Excelentíssimo Senhor Conselheiro**

**Doutor Dimas Eduardo Ramalho**

Trata-se de **PEDIDO DE REEXAME** interposto pelo Município de Jacareí contra a decisão da Colenda Primeira Câmara, sessão de 26.11.2013, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas do exercício de 2011, notadamente quanto à aplicação insuficiente no ensino (24,51%) e a não aplicação integral dos recursos relativos ao FUNDEB (99,59%), além do déficit orçamentário (2,58%) sem amparo de superávit do exercício anterior (fls. 224/248).

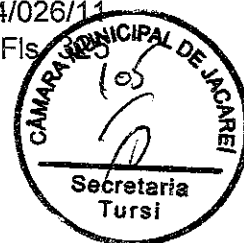
As arguições trazidas pela Origem não merecem prosperar, porquanto a justificação de que a glosa no montante de R\$ 2.414.952,02 refere-se à limpeza e manutenção de áreas verdes das Unidades Escolares desconsidera a sua discriminação como concessão de serviço público da gestão de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e assim conceituado pela d. Assessoria Técnica especializada. No mesmo sentido a falta de aplicação integral no



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

TC-1324/026/11

Fls.



FUNDEB, não havendo documentos novos a serem apreciados que motivassem a reconsideração dos Restos a Pagar excluídos do câmputo pela Fiscalização, corroborado pela ATJ.

Ante o exposto o **Ministério Público de Contas** manifesta-se pelo conhecimento do **PEDIDO DE REEXAME**, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade, pugnando, no mérito, pelo **não provimento da tutela recursal**, visto que as razões trazidas aos autos são insuficientes para reformar decisão recorrida, mantendo-se o Parecer na íntegra.

São Paulo, 15 de agosto de 2014.

  
**Rafael Antonio Baldo**

Procurador do Ministério Público de Contas

MRSSAL

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP  
09 1.1 PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS 04/09/2014  
TTLC939 10:59:33  
TIPO PROT.: \_ - TC \_ (?) \_ - TCA \_ (?) X - DOC \_ TIPO DOC \_ (?)  
\*\*\*\*\* PARTES \*\*\*\*\*  
1.PARTE:CODIGO: \_ (?) UNID.: \_ (S/N) TC'S EM TRAMITE: \_  
NOME: \_\_\_\_\_  
2.PARTE:CODIGO: \_ (?) UNID.: \_ (S/N) OU MATRICULA: \_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_  
ENT.GERENCIADA: \_ (?)  
AUDITOR ATUAL: \_\_\_\_\_ RELATOR ATUAL: \_\_\_\_\_  
EXERCICIO : \_ AUTUADO ENTRE: \_ / \_ / \_ E \_ / \_ / \_  
TIPO DOC. : \_ (?) PREFIXO : \_ DATA DOC.: \_ / \_ / \_  
NUM. DOC. : \_ OU SEQ.: \_  
NUM. EDITAL : \_ TIPO LICITACAO: \_ (?) REGIONAL: \_  
REF. TC- 0000000001324 / 026 / 11 DOC.NAO JUNTADOS AO REF.TC.: X  
RESPONSAVEIS : \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_  
TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

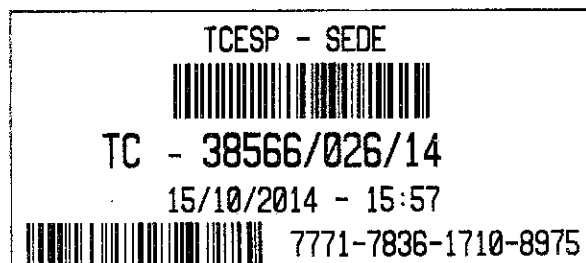
TC-001324/026/11



**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS

Jose Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Floriano de Azevedo Marques, Ana Elisa Perez, Tatiana Marinho Cordeiro, Fábio Barbalho Leite, Luis Jacintho Filho, Fernando Ribeiro, Adriano Roldan Fauto de Lima, Adalberto Pimentel Diniz de Souza, Luciano dos Santos Silva Filho, Beiguelman Kraemer, Fernando Pierron Aguiar, Helga Araruna Faria de Alencar, Lucas Chermak, Milene Louise Renée Gascones, José Alexandre Ferreira Sanchez, Claudimir Daniel Rosa Salomoni, Carlos Eduardo Bergamini, Maria Elbel Simão, Carlos Renato Leme, Alva Santos, Flávia Cardoso Campos Gudi, Daniel Stein, Monica Salles Lanna, Bruno Morais Kowalski, Marina Fomido Zago, Eduardo Steato Silva Sousa, Adriana de Moraes Vajedie, Mais Moreno, Carlos Alberto Laurino, Isabel Maria Pereira de Almeida, Diego Gonçalves Fernandes, Fernanda Ebitzaro Rodrigues, Marina Cardoso de Freitas, Eliza Martins Clainella, Mariana Carvalho de Miranda, Eduardo Rodrigues Lopes, Bruna Silveira Salati, Mariana Magalhães Avelar, Fabricio Abdo Nakad, Marcus Vinicius Siqueira Dorem, Nara Carolina Merlotto, Marcela de Oliveira Santos, Paula Gentil Faria Pereira, Pedro Gabriel Lopes, Alexandre Rodrigues de Sousa, Andréia Berthaud Moura, Juliana Deyanorahian, Pedro Henrique Biella Massola

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DIMAS EDUARDO RAMALHO,  
EMINENTE CONSELHEIRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO.**



**TC-1324/026/11**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**, por seu advogado,  
no processo em epígrafe, que examina as **Contas Anuais do Exercício de 2011**, vem,  
à presença de Vossa Excelência, requerer vista dos autos em cartório para extração de  
cópias reprográficas.

Outrossim, requer a juntada do incluso instrumento de  
autorização.

Pede deferimento.

São Paulo, 14 de outubro de 2014.

  
**FABRICIO ABDO NAKAD**  
**OAB/SP 330.715**

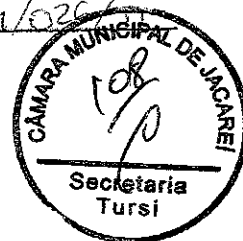


**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS

Fl. nº 328

TC-1324/026/11



## **AUTORIZAÇÃO**

Autorizo o Acadêmico de Direito **PEDRO HENRIQUE BIELLA MASSOLA**, RG nº 47.764.946-4, a obter vista e extrair cópias dos autos do TC-1324/026/11, em trâmite perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob relatoria do Eminentíssimo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

São Paulo, 14 de agosto de 2014.

  
**FABRICIO ABDO NAKAD**  
**OAB/SP 330.715**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**PROCESSO:** TC-001324/026/11  
**INTERESSADA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ  
**ASSUNTO:** VISTA DOS AUTOS  
**ADVOGADO:** FABRÍCIO ABDO NAKAD (OAB/SP – 330.715)

**Vistos.**

**Defiro vista e extração de cópias**, pelo prazo de 05 (cinco) dias, em Cartório, observadas as cautelas de estilo.

Após, ao Gabinete.

**Publique-se.**

G.C., em 20 de outubro de 2014.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**

PUBLICADO NO D.O.E  
DE 30/10/14  
CGC DER

340



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**EDRO HENRIQUE BIELLA MASSOLA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
47764946-6SP/SP

OF. 324.826.628-77 DATA NASCIMENTO 14/05/1991

FILIAÇÃO  
VALDIR MASSOLA  
RELKISS MARTA SALLES B  
TELLA MASSOLA

PERMISSÃO ACC. CAT. HAB.  
E

AP. REGISTRO 04850413775 VALIDADE 11/08/2014 1ª HABILITAÇÃO 23/12/2009

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL IBATINGA, SP DATA EMISSÃO 08/01/2011

55498146815  
SP460484702

DETRAN SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 377340646

PROIBIDO PLASTIFICAR 377340646



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cartório do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Fls. 83



REQUERIMENTO DE VISTA e EXTRAÇÃO DE CÓPIAS

OBTIVE VISTA( ), ou o fornecimento de CÓPIAS reprográficas( ), ou digitalizadas/ fotografadas( ) do processo:

TC- 1384 / 026 / 11 Fls. 313-A / 320

\_\_\_\_\_. Total de fls. \_\_\_\_\_

Procuração/ Autorização fls. 398

Justificativa: ocorrerimento necessário

Nome completo (legível): Dr. Dimas Eduardo Ramalho

Órgão que representa: Secretaria de Planejamento

Escritório/ Advogado/Parte Assessoria

RG nº. 44.744.946-1 ou nº. OAB \_\_\_\_\_

Endereço: avenida Antônio de S. Barros

Município São Paulo CEP \_\_\_\_\_

Telefones (com): (11) 3068-7700 Celular: \_\_\_\_\_

São Paulo, 5 de setembro de 2014.

Assinatura

RECEBI E CONFERI AS CÓPIAS

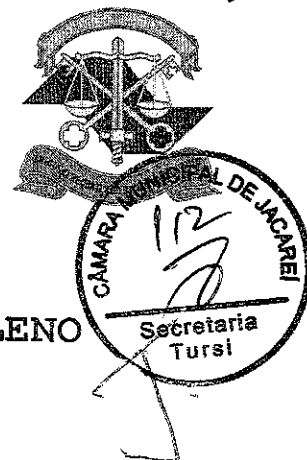
Assinatura

(uso do Cartório)  
Atesto o requerido pelo interessado(a).

RUBRICA do(a) funcionário(a)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL



37ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO  
26 DE NOVEMBRO DE 2014

PEDIDO DE SUSTENTAÇÃO ORAL

RELATOR-CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO

Item 50 TC-001324/026/11 - PEDIDO DE REEXAME

Município: Jacareí.

Prefeito(s): Hamilton Ribeiro Mota.

Exercício: 2011.

Advogada: Dra. Helga Araruna Ferraz de Alvarenga.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
37ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no Auditório  
"Prof. José Luiz de Anhaia Mello".



Fls. 33

TC-001324/02

item 50

Municipal

**DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO**

**DATA DA SESSÃO -26-11-2014**

Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Relator, foi concedida a palavra à Dra. Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, advogada, que produziu sustentação oral, após o que, a pedido do Relator, foi o presente processo retirado de pauta, com reinclusão automática na da próxima sessão.

**PRESIDENTE - CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES**  
**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - DR. RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA**

MUNICÍPIO: Jacareí.  
EXERCÍCIO: 2011

- 1 - Juntadas as notas taquigráficas pela SDG-1;
- 2 - À SDG-3 para anotações;
- 3 - Ao Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

SDG-1, em 26 de novembro de 2014

**SÉRGIO CIQUERA ROSSI**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL**

SDG-1/ESBP/150



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG-1 - TAQUIGRAFIA**

NOTAS TAQUIGRÁFICAS - TC-001324/026/11



**37ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 26 de novembro de 2014, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"**

**PRESIDENTE** – Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

**RELATOR** – Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** – Rafael Neubern Demarchi Costa

**SECRETÁRIO** - Sérgio Ciquera Rossi

**PROCESSO** – TC-001324/026/11

**Município:** Jacareí.

**Prefeito:** Hamilton Ribeiro Mota.

**Exercício:** 2011.

**Requerente:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 26-11-13, publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Fabrício Abdo Nakad e outros.

**Acompanham:** TC-001324/126/11 e Expedientes: TCs-000788/007/11, 000789/007/11, 000790/007/11, 000791/007/11, 000985/007/11, 000986/007/11, 001208/007/11, 001209/007/11, 009292/026/11, 021414/026/11, 029246/026/11, 031772/026/11, 031773/026/11, 031774/026/11, 031777/026/11, 031835/026/11, 000260/007/12 e 014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**PRESIDENTE** - No item 50, Pedido de Reexame do Município de Jacareí, solicito à Dra. Helga Araruna Ferraz de Alvarenga que ocupe a tribuna dos advogados.

Sua Excelência está familiarizada com o Tribunal, sabe que terá quinze minutos para as suas considerações.

A palavra é do Conselheiro Dimas Ramalho.

(Relatório juntado aos autos.)

**RELATOR** - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhor Procurador, Senhora Advogada, no item 50 apreciamos Pedido de Reexame interposto contra decisão da Colenda Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas de 2011 da Prefeitura Municipal de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**

NOTAS TAQUIGRÁFICAS - TC-001324/026/11



Jacaré. Para assim deliberar, a Câmara considerou a aplicação de apenas 24,51% em manutenção e desenvolvimento do ensino, contrariando o disposto no artigo 212 da Constituição Federal; e a utilização de apenas 99,59% dos recursos do Fundeb, tendo a Municipalidade deixado de empregar a parcela diferida no montante de R\$159.604,26, até 31.03.2012.

A Assessoria Técnica, Chefia da Assessoria Técnico-Jurídica e o Ministério Público de Contas posicionaram-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório, Senhor Presidente.

**PRESIDENTE** - Tem a palavra a Eminente Advogada.

**DRA. HELGA ARARUNA FERRAZ DE ALVARENGA** - Senhor Presidente, Senhor Relator, Senhora Conselheira, Senhores Conselheiros, Senhor Procurador do Ministério Público de Contas, é uma satisfação voltar a esta Corte para discutir um tema que é bastante importante para o Município de Jacaré.

O núcleo da controvérsia recai sobre despesas de Educação e Fundeb. E aqui há três pontos importantes que gostaria de expor a Vossas Excelências.

Inicialmente, a aceitação de despesas com prestação de serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais foi a primeiro glosa importante e que gerou o parecer desfavorável. Em relação a essa despesa, que é uma despesa com prestação de serviços de conservação e limpeza nas unidades educacionais, há três questões que gostaria de ponderar com Vossas Excelências.

Em primeiro lugar, a questão da aceitação da despesa. O raciocínio que foi condutor da decisão é o raciocínio de que essa despesa com poda, com limpeza de jardins em próprios da educação, não poderia ter sido aceita porque ela já havia sido encampada por um contrato de concessão para limpeza urbana. Ocorre que esse contrato de concessão prevê a prestação desse serviço. E o que aconteceu aqui foi que a parcela correspondente à prestação dos serviços de limpeza, de poda de árvores, dos ajardinados, das áreas externas das unidades de educação, foi paga com recursos da educação. Ora, se a Administração tivesse feito uma licitação e contratado um prestador de serviços, terceiro, que não fizesse parte dessa concessão, para prestar esse serviço, essa despesa estaria incluída no rol do artigo 70, inciso III. Se a Administração tivesse contratado funcionários para fazer essa despesa, também essa despesa poderia estar incluída no rol. Então, por que





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG-1 - TAQUIGRAFIA**

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – TC-001324/026/11



não podemos admitir que, pelo fato do prestador de serviço ser o concessionário, a prestação de serviço e o pagamento dele não pode onerar a verba da Educação?

A concessão previa uma remuneração do poder concedente ao concessionário, e a parcela correspondente àquilo que foi gasto para manutenção das áreas internas da escola, mas externas ao prédio, foi paga com a verba da educação. Nada mais lógico, me parece. O serviço foi contabilizado na Educação porque a despesa foi gerada dentro das escolas municipais. E há prova nos autos de que, de fato, o serviço foi prestado. Há medições, há notas de empenho, o empenho onerou despesa da Educação, precisamente do ensino fundamental. Pondero com Vossas Excelências que aqui é uma questão contábil. O serviço foi prestado em razão de despesas que são efetivamente da Educação.

A segunda glosa importante foi a inclusão de Restos a Pagar relativos a 2010 que não tinham sido quitados até 31.01.2011. O que aconteceu aqui? Despesas de 2010 não foram quitadas até 31 de janeiro de 2011. Portanto, com base no Princípio da Anuidade, elas não foram contabilizadas nas despesas de 2010. Só que elas também não foram contabilizadas nas de 2011, ou seja, elas ficaram num limbo, que não estão nem em 2010 e nem foram aceitas em 2011. Com isso, esse valor se perde, esse investimento que o Município fez se perde e prejudica a contabilização e prejudica o cômputo dos 25% previstos na Constituição Federal.

Por fim, a aplicação de 99,59% dos recursos advindos do Fundeb. Essa matéria já havia sido relegada ao campo das recomendações por Assessoria Técnico-Jurídica. Isso porque há julgados do mesmo exercício de 2011 que aceitaram percentuais até mesmo menores do que esse, remetendo essa matéria ao campo das recomendações. As Prefeituras de Santo Antônio da Alegria e Taquaritinga, no exercício de 2011, utilizaram 99,13% e 98,48% respectivamente, dos recursos advindos do Fundeb, e nesses dois casos, repito, relativos ao exercício de 2011, os pareceres foram favoráveis e a matéria remetida ao campo das recomendações. O que se roga a Vossas Excelências, apenas, é que esta Corte siga a mesma orientação jurisprudencial aplicada em casos análogos, no mesmo exercício.

Excelências, o que percebe é que a emissão do parecer desfavorável se deu em decorrência da não contabilização de despesas com poda de árvore, limpeza de áreas externas, de próprios da Educação, despesas extras abrangidas pela Lei de Diretrizes e Bases, da não contabilização de despesas realizadas em 2010 e quitadas depois de janeiro de 2011, que não foram contabilizadas nem em 2010 e nem estão sendo contabilizadas em 2011, e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**

NOTAS TAQUIGRÁFICAS - TC-001324/026/11



da não aplicação de interpretação jurisprudencial semelhante em casos análogos. A consequência disso, Excelências, é a inelegibilidade do Chefe do Executivo Municipal por uma questão que é mais contábil do que decorrente de uma má administração. Ainda que se entenda que essa contabilização não tenha sido a mais acertada possível, roga-se a Vossas Excelências que remetam a matéria ao campo das recomendações, porque há nos autos prova contundente de que as despesas efetivamente existiram e que elas foram pagas.

Concluindo, Excelências, peço provimento do recurso. Muito obrigada.

**PRESIDENTE** - O Eminente Relator tem a palavra.

**RELATOR** - Senhor Presidente, em homenagem às argumentações trazidas pela advogada, peço retirada com reinclusão automática.

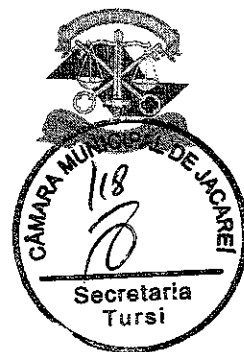
**PRESIDENTE** - Perfeitamente. É regimental o pedido de Vossa Excelência. Com os cumprimentos à Dra. Helga Ferraz de Alvarenga.

**DECISÃO CONSTANTE DA ATA:** Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Relator, foi concedida a palavra à Dra. Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, advogada, que produziu sustentação oral, após o que, a pedido do Relator, foi o presente processo retirado de pauta, com reinclusão automática na da próxima sessão.

*Taquígrafos: Anahy/Humberto*  
*SDG-1-ESBP/lang*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



TRIBUNAL PLENO – SESSÃO: 26/11/14 - ITEM: 50

**PEDIDO DE REEXAME**

**50 TC-001324/026/11**

**Município:** Jacareí.

**Prefeito:** Hamilton Ribeiro Mota.

**Exercício:** 2011.

**Requerente:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 26-11-13, publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Fabrício Abdo Nakad e outros.

**Acompanha(m):** TC-001324/126/11 e Expediente(s): TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

**1. RELATÓRIO**

**1.1** Em sessão de 26-11-13, a Egrégia Primeira Câmara<sup>1</sup> emitiu Parecer Desfavorável à aprovação das contas de **2011** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**, Prefeito Sr. Hamilton Ribeiro Mota.

Para assim deliberar, considerou a aplicação de apenas **24,51%** em manutenção e desenvolvimento do ensino, contrariando o disposto no artigo 212 da Constituição Federal; e a utilização de apenas **99,59%** dos recursos do Fundeb, tendo a Municipalidade deixado de empregar a parcela diferida, no montante de R\$159.604,26, até 31-03-2012.

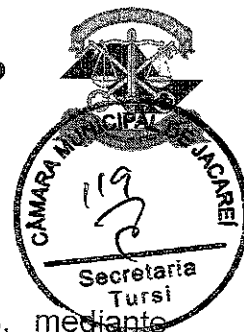
À margem do Parecer houve recomendações à Prefeitura e determinações.

Embargos de declaração interpostos, mas não providos.

<sup>1</sup> Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e Conselheira Cristiana de Castro Moraes.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



1.2 A Municipalidade de Jacareí, irresignada, interpôs, mediante procurador, **Pedido de Reexame** (fls. 276/312).

Argumentou que os gastos com ensino totalizariam 25,39% e as impropriedades com o Fundeb mereceriam ser relevadas, consoante decisões desta Corte de Contas nos TCs 1464/026/11, 1402/016/11, 1312/026/11 e 1432/026/11 (respectivamente Zacarias, Santo Antônio da Alegria, Ferraz de Vasconcelos e Taquaritinga).

Alegou, sobre gastos em ensino, que o Relator, ignorando prova documental, anuiu com glosa de R\$2.414.952,02, *"motivada pela interpretação de que não houve demonstração de que as despesas foram realizadas com manutenção e limpeza de dependências da Divisão de Educação"*. Sustentou, então, que *"a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas da Recorrente se deu contra prova constante nos autos e, por essa razão, deve ser anulado"*.

Defendeu que os restos a pagar de 2010 e efetivamente quitados durante o exercício de 2011, mas glosados pelo Tribunal, deveriam ser computados nos gastos constitucionais com o ensino no exercício em exame. Referiu-se a R\$363.913,17. Tratar-se-ia de *"investimentos reconhecidamente legítimos do Município no ensino, amparados pelo artigo 212 da Constituição Federal e pelo artigo 71 da LDB, mas que não foram computados nem como despesas de 2010 (expressamente excluídas por esta E. Corte), nem como despesas de 2011"*.

Incluindo-se nos cálculos os valores discutidos (R\$2.414.952,02 + 363.913,17) mais os já considerados pela Auditoria (R\$76.104.048,12), ter-se-ia, então, um total de R\$80.025.347,23 de aplicação no ensino, resultando em percentual de 25,39%<sup>2</sup>, o que faria com o município de Jacareí cumprisse o mandamento constitucional de aplicação de 25% (art. 212).

Apresentou argumentações sobre as recomendações propostas: autorização para abertura de créditos suplementares; execução orçamentária; e quadro de pessoal.

E alinhou razões recursais contra formação de autos específicos para *royalties*; contratação de terceiros para atividades-fim da Administração; e transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí.

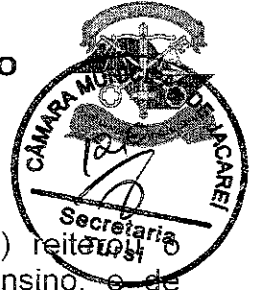
Pleiteou a reforma do parecer, pela aprovação das contas.

<sup>2</sup>

Do total da receita de impostos e transferências: R\$315.144.474,64.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



**1.3** A **Assessoria Técnica** (fls. 313-A/318 e 319/322) reiterou o entendimento acolhido no Parecer: aplicação de 24,51% no ensino, e de 99,59% do Fundeb.

Reafirmou que as despesas glosadas não seriam elegíveis na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, devendo ser consideradas nos Encargos Gerais do município.

*E, concernente "ao pedido para que fossem apropriados restos a pagar excluídos em 2010, também não houve alteração no panorama processual, uma vez que, a exemplo de nossa manifestação contida às fls. 187, inexistiu a juntada de documento que pudesse mudar tal pedido".*

Concluiu manifestando-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

**1.4** A **Chefia da ATJ** (fl. 323) acompanhou os pré-opinantes, pelo conhecimento e não provimento do apelo.


**1.5** O **Ministério Público de Contas** opinou também pelo não provimento do pedido de reexame.

**É o relatório.**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS


[illegible]

TCESP - SEDE



TC - 43007/026/14

19/11/2014 - 15:07

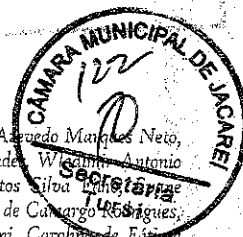
 3371-7282-3509-9095

San Paulo, SP, Brazil, 13.07.2011. 004, 005, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823,

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS

José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Floriano de Azevedo Marques Neto, Ane Elisa Perez, Tatiana Maciello Cymbalista, Fábio Barbalho Leite, Luís Justiniano Haiek Fernandez, Wladimir Antonio Ribeiro, Adriana Roldán Pinto de Lima, Adalberto Pimentel Diniz de Souza, Licínio dos Santos Silva, Beiguelman Kramer, Fernando Herren Aguillar, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Lucas Cherem de Camargo Rodrigues, Milene Louise Renée Coscione, José Alexandre Ferreira Sunches, Claudimir Daniel Rosa Salomoni, Carolinne de Fátima Silvério, Caio de Souza Loureiro, Raul Felipe Borrelli, Ana Luiza Sinoni Paganini, Carlos Eduardo Bergamini Cunha, Maira Elbel Simão, Carlos Renato Lonel Alva Santos, Flávia Cardoso Campos Guth, Daniel Stein, Monica Salles Lanna, Bruno Moreira Kotwalski, Marina Fontão Zago, Eduardo Stênio Silva Sousa, Adriana de Moraes Vojvodic, Mais Moreno, Carlos Alberto Laurino, Izabel Maria Teixeira de Almeida, Diego Gonçalves Fernandes, Fernanda Esbizaro Rodrigues, Marina Cardoso de Freitas, Elisa Martinez Giennella, Mariana Curvalho de Miranda, Eduardo Rodrigues Lopes, Bruna Silveira Sahadi, Mariana Magalhães Avelar, Fabricio Abdo Nakad, Marcus Vinicius Siqueira Dezem, Nara Carolina Merlotto, Marcela de Oliveira Santos, Paula Gentil Faria Pereira, Pedro Gabriel Lopes, Alexandre Rodrigues de Sousa, Andréia Berthault Moura, Juliana Deguirmendjian, Pedro Henrique Biella Massola



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DIMAS EDUARDO RAMALHO,  
EMINENTE CONSELHEIRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO.**




**TC-1324/026/11**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, nos autos do processo em epígrafe, que examina as **Contas Anuais do Exercício de 2011**, vem, à presença de Vossa Excelência, requerer a concessão do prazo de 30 (trinta) dias manifestar-se a respeito dos pareceres da d. Assessoria Técnico-Jurídica (fls. 313-A/323) e do i. Ministério Público de Contas (fls. 324/325).

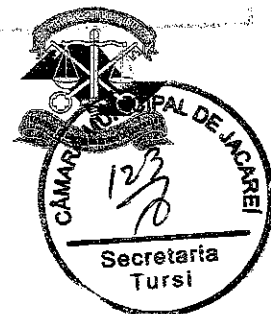
Pede deferimento.

São Paulo, 19 de novembro de 2014.

  
**HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA**  
**OAB/SP 154.720**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**EXPEDIENTE:** 043007/026/14  
**PROCESSO:** TC-001324/026/11  
**INTERESSADO** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ  
**ASSUNTO:** CONTAS ANUAIS  
**EXERCÍCIO:** 2011  
**EM Apreciação:** PEDIDO DE PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA MANIFESTAÇÃO ACERCA DOS PARECERES TÉCNICOS E MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS CONSTANTES DOS AUTOS.  
**REQUERENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.  
**ADVOGADOS:** DR.ª HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA (OAB/SP 154.720) E OUTROS

Vistos.

Junte-se ao TC-001324/026/11.

Considerando a regra disposta no artigo 164, do Regimento Interno deste Tribunal, bem como o fato de dispormos de exíguo prazo para a apreciação do processo de interesse da requerente, resulta prejudicada a concessão do pleiteado prazo de 30 (trinta) dias.

Ressalto, ainda, que já foi assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, encontrando-se o processo incluído na pauta do Tribunal Pleno do próximo dia 26 de novembro.

De toda forma, DEFIRO o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para vista dos autos em Cartório e apresentação de alegações finais.

**Publique-se.**

GC, 19 de novembro de 2014

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**

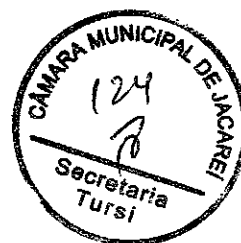
PUBLICADO NO D.  
DE 20/11/14  
CGO. DER

(23)





Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
Cartório do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Fl. 344

**CERTIFICO** que transcorreu 'in albis' o prazo determinado pelo Senhor Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, publicado no Diário Oficial do Estado de 20/11/2014, (Exp. TC-43007/026/14) relativo ao processo TC-001324/026/11.

Cartório do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, em 28 de Novembro de 2014.

**Lúcia R. D. da Nóbrega**  
Assistente Técnico de Gabinete I  
Funcionária do Cartório.

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOCADOS

José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Fláudio de Azevedo Marques Neto, Ana Elisa Perez, Tatiana Murtello Carballido, Fábio Barboza Leite, Luis Justimano Hakek Fernandes Ribeiro, Adriana Robdan Pinto de Lima, Adalberto Pimentel Faria de Sousa, Luciano dos Santos, Sora Fátima, Euzene Benquinhao Kramer, Fernando Henrique Aguiar, Hugo Adriano Ferraz de Alencar, Lucas Oliveira de Almeida, Paulo Sérgio, Gato de Souza Loureiro, Raul Sérgio Barilli, Ana Lucia Simoni Paganni, Carlos Eduardo Bergamini, Carlos Alberto Simão, Carlos Renato Lemos, Alva Santos, Ulisses Cardoso Campos Guth, Daniel Stein, Monica Salles Lúcia, Rosana Moreira Kowalski, Marina Fontão Lago, Eduardo Sênio Silva Sousa, Adriana de Moraes Vitorino, Mais Morena, Carlos Alberto Camargo, Lúcia Maria Trazana de Almeida, Diego Gonçalves Fernandes, Fernanda Roberto Rodrigues, Marina Cardoso de Freitas, Eliza Martinez Chianella, Mariana Carmo de Miranda, Eduardo Rodrigues Lopes, Breno Silveira Sobral, Mariana Magalhães Anacleto, Fabiano Vitorino, Marcus Vinícius Siqueira Dorem, Nara Carolina Merletto, Marcelo de Oliveira Santos, Piana Goulart Faria, Dora, Pedro Gabriel Lopes, Alexandre Rodrigues de Sousa, Andriana Berthaud Moura, Juliana Degurmondian, Paulo Henrique Bello Mascato



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR EDGARD CAMARGO RODRIGUES,  
EMINENTE CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

TCESP - SEDE  
TC - 43577/026/14  
25/11/2014 - 16:07  
5071-7339-4711-9033

**TC-1324/026/11**

*Item 50 da Pauta de Julgamento do dia 26/11/2014*

A **MUNICIPALIDADE DE JACAREÍ**, por sua advogada, nos autos do processo em epígrafe, que examina as **Contas Anuais do Exercício de 2011**, vem, à presença de Vossa Excelência, nos termos dos artigos 109 e 210, inciso V, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Contas, requerer seja concedido o direito de sustentar oralmente suas razões na 37ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se em 26 de novembro de 2014.

Pede deferimento.

São Paulo, 25 de novembro de 2014.

*Helga A. Ferraz de Alvarenga*  
**HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA**  
**OAB/SP 154.720**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL



50 TC-001324/026/11

**Município:** Jacareí.

**Prefeito(s):** Hamilton Ribeiro Mota.

**Exercício:** 2011.

**Requerente(s):** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 26-11-13, publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogado(s):** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Fabrício Abdo Nakad e outros.

**Acompanha(m):** TC-001324/126/11 e Expediente(s): TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

51 TC-001325/026/11

**Município:** Jaguariúna.

**Prefeito:** Márcio Gustavo Bernardes Reis.

**Exercício:** 2011.

**Requerente(s):** Prefeitura Municipal de Jaguariúna e Márcio Gustavo Bernardes Reis - Ex-Prefeito.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 20-08-13, publicado no D.O.E. de 25-09-13.

**Advogado(s):** Monica Liberatti Barbosa Honorato e outros.

**Acompanha(m):** TC-001325/126/11 e Expediente(s): TC-018266/026/11, TC-032884/026/11, TC-000714/003/12, TC-000715/003/12, TC-000716/003/12, TC-000842/003/12, TC-000843/003/12, TC-000844/003/12, TC-000845/003/12, TC-001058/003/12, TC-001118/003/12, TC-001120/003/12, TC-001121/003/12, TC-001122/003/12, TC-001154/003/12, TC-001317/003/12, TC-001319/003/12, TC-001320/003/12, TC-001321/003/12, TC-001322/003/12, TC-001404/003/12, TC-001405/003/12, TC-001406/003/12, TC-001407/003/12, TC-001408/003/12, TC-001409/003/12, TC-001413/003/12, TC-001414/003/12, TC-001415/003/12, TC-001416/003/12, TC-001417/003/12, TC-001448/003/12, TC-001721/003/12, TC-022984/026/12, TC-022986/026/12, TC-022759/026/14, e TC-013452/026/13.

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-3 - DSF-I.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



**Expediente:** TC-043577/026/14  
**Processo:** TC-001324/026/11  
**Assunto:** Solicita **sustentação oral**

Item 50 da pauta da 37ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno a realizar-se às 11:00 horas do dia 26 de novembro de 2014.

Pedido de Reexame referente às contas anuais do Prefeito de Jacareí, exercício de 2011.

**Relator:** Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

**Interessado:** Município de Jacareí.

**Advogada:** Helga A. Ferraz de Alvarenga  
OAB/SP nº 154.720

Defiro o pedido de Sustentação Oral.

Junte-se.

Após, ao Gabinete do Eminentíssimo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

São Paulo, 26 de novembro de 2014.

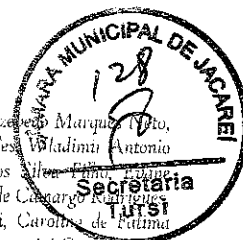
**EDGARD CAMARGO RODRIGUES**  
**PRESIDENTE**

GPCECR  
MV

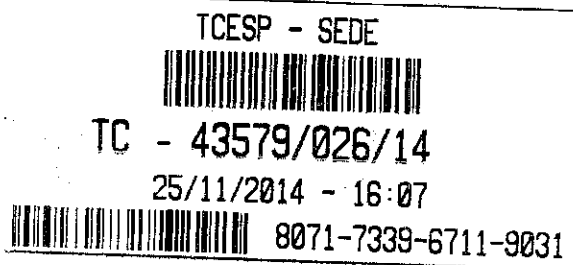
**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS

José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Floriano de Azevedo Marques Neto, Ana Elisa Perez, Tatiana Mattiello Cymbalista, Fábio Barbalho Leite, Luís Justiniano Halek Fernandes, Vladimir Antonio Ribeiro, Adriana Roldan Pinto de Lima, Adalberto Pimentel Diniz de Souza, Lício dos Santos Silva, Flávia, Flávia Beiguelman Kramer, Fernando Herren Aguillar, Helga Araruna Ferraz de Alencara, Lucas Chereim de Cássio, Milene Louise Renee Cascione, José Alexandre Ferreira Sanches, Claudimiro Daniel Rosa Salomoni, Cavallotti de Fatima Silveira, Caio de Souza Loureiro, Raul Felipe Borelli, Ana Luiza Simoni Paganini, Carlos Eduardo Bergamini Cunha, Wilma Elbel Simão, Carlos Renato Lonel Alva Santos, Flávia Cardoso Campos Guth, Daniel Stein, Monuca Salles Lanna, Bruno Moneta Kowalski, Marina Fontão Zago, Eduardo Stênio Silva Sousa, Adriana de Moraes Vojvodic, Maís Moreno, Carlos Alberto Laurino, Isabel Maria Teixeira de Almeida, Diego Gonçalves Fernandes, Fernanda Esbizaro Rodrigues, Marina Cardoso de Freitas, Elisa Martinez, Giannella, Mariana Carvalho de Miranda, Eduardo Rodrigues Lopes, Bruna Silveira Sahadi, Mariana Magalhães Avetiar, Fabricio Abdo Nakad, Marcus Vinicius Siqueira Dezem, Nara Carolina Merlotto, Marcela de Oliveira Santos, Paula Gentil Faria Pereira, Pedro Gabriel Lopes, Alexandre Rodrigues de Sousa, Andréia Berthault Moura, Juliana Deguinmendjian, Pedro Henrique Biella Massola



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DIMAS EDUARDO RAMALHO,  
EMINENTE CONSELHEIRO PRESIDENTE DO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO.**



**TC-1324/026/11**

*Item 50 da Pauta de Julgamento do dia 26/11/2014*

A **MUNICIPALIDADE DE JACAREÍ**, por seu advogado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS** nos termos expostos a seguir.

A Egrégia Primeira Câmara, em sessão de 26/11/2013 (acórdão publicado em 14/12/2013), nos termos do voto do eminente relator Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**, emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas do Executivo relativas ao exercício de 2011.

As únicas razões dispostas no voto condutor do julgamento para o julgamento desfavorável dizem respeito à não aplicação dos recursos mínimos em educação (24,51%) e a aplicação de 99,59% dos recursos advindos do FUNDEB.

No tocante à aplicação no ensino, foram indevidamente glosados no cômputo das despesas os valores gastos com:

- i) prestação de serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais;
- ii) restos a pagar não quitados até 31/01/2012

A primeira e certamente mais impactante glosa alcançou o valor de R\$ 2.414.952,02 (dois milhões, quatrocentos e catorze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dois centavos) e foi motivada pela interpretação de que não houve demonstração de que as despesas foram realizadas com manutenção e limpeza de dependências da Divisão de Educação.

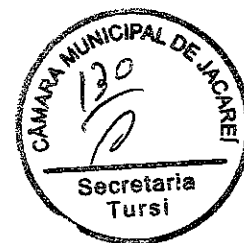
No entender do eminente Relator, o fato das despesas terem sido discriminadas como “*Concessão para delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – Contrato 300100/10 – Concessão Ambiental Jacareí.*”, não demonstra, de modo inequívoco, que elas foram realmente direcionadas ao pagamento de prestações de serviços em dependências da divisão de educação.

Por meio de notas de empenho e medições, a Recorrente fez prova nos autos de que os serviços foram efetivamente prestados e que as despesas indevidamente expurgadas são oriundas de prestação de serviços de manutenção de áreas

NC

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



verdes de escolas do ensino fundamental. Os documentos encartados demonstram que foram feitas intervenções em diversas unidades de ensino fundamental<sup>1</sup>:

Nesse sentido, a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas da Recorrente se deu contra prova constante nos autos e, por essa razão, deve ser anulado.

Na Nota de Empenho nº 4489 foram gastos R\$ 1.425.230,04, ao passo que na Nota de Empenho nº 4497 despendeu-se R\$ 989.721,98, somando, no total, R\$ 2.414.952,02 de investimentos legítimos do Município no ensino. Nelas, consta expressamente o seguinte:

<b>FUNÇÃO: 12 – Educação</b>
<b>SUBFUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental</b>
<b>PROGRAMA: 0008 – Revitalização do Ensino Fundamental</b>
<b>AÇÃO: Manutenção de Áreas Verdes de escolas de Ensino Fundamental</b>
<b>APLICAÇÃO: 220.0000 – ENSINO</b>

<sup>1</sup> EMEF Profª Delly Gaspar dos Santos; EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes; EMEF Profª Beatriz Junqueira da Silva Santos; EMEF Profª Conceição Aparecida Magalhães Silva; EMEF Barão de Jacaré; EMEF Darci Lopes; EMEF Profª Célia Guedes; EMEF Profª Maria Tereza Ganassali de Oliveira; EMEF Profº Ayrton Soares do Nascimento; EMEF Profº Aluizio do Amaral Campos; EMEF Profº Joaquim Passos e Silva; EMEF Santo Antônio da Boa Vista; EMEF Jorge Vieira da Silva; EMEF Profª Otília Arouca; EMEF Profº Tito Máximo; EMEF Profº Décio Moreira; EMEF Presbítero Mabito Shoji.

X

N

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOCADOS

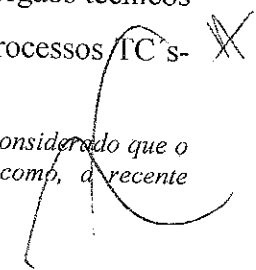


Ressalte-se que tal valor não se refere apenas a serviços prestados à conta da Secretaria de Educação, mas que foram também empenhados diretamente nas dotações do ensino, de forma a tornar clara a origem e o destino da despesa.

Assim, o valor de **R\$ 2.414.925,02** deve ser reintegrado ao cálculo das despesas com ensino em 2011.

Outro valor que deve ser computado nos gastos constitucionais de Jacaré com o ensino, no exercício em exame, é o relativo aos restos a pagar de 2010 efetivamente quitados durante o exercício de 2011, mas glosados por esta E. Corte na análise das contas daquele exercício, no valor de **R\$ 363.913,17**.

Trata-se de investimentos reconhecidamente legítimos do Município no ensino, amparados pelo artigo 212 da Constituição Federal e pelo artigo 71 da LDB, mas que não foram computados nem como despesas de 2010 (expressamente excluídas por esta E. Corte), nem como despesas de 2011. E essa situação certamente não parece ser admissível, afinal, se são gastos legítimos do Município com o ensino, devem ser computados no percentual de algum exercício. E se não o foram em 2010, pertencem logicamente ao exercício de 2011.

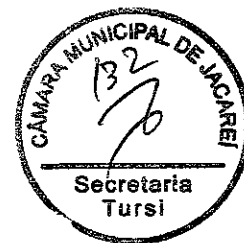
Por fim, no tocante à aplicação dos recursos advindos do FUNDEB, a matéria já havia sido remetida ao campo das recomendações pelos órgãos técnicos de instrução<sup>2</sup>, conforme preceitua a jurisprudência desta Corte de Contas nos processos TC's- 

<sup>2</sup> Nesse sentido, o parecer a ilustre **Assessoria Técnica Jurídica**: "Com efeito, há que ser considerado que o percentual utilizado no exercício ficou acima de 95% (mais precisamente 99,95%, bem comp, a recente



**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



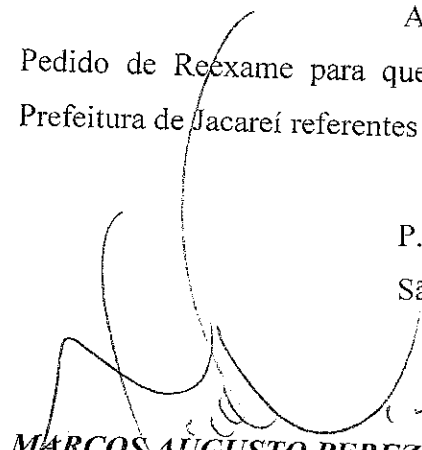
1464/026/11, 1402/026/11, 1312/026/11 e 1432/026/11, que, aliás, tratam do exame de contas do mesmo exercício das Prefeituras de Zacarias, Santo Antônio da Alegria, Ferraz de Vasconcelos e Taquaritinga, nos quais a utilização dos recursos ficou em 99,96%, 99,13%, 99,63%, e 98,48%, respectivamente.


Além de já terem sido admitidos percentuais análogos dos recursos recebidos do FUNDEB, todos os precedentes jurisprudenciais aqui relacionados correspondem ao mesmo exercício tratado nestes autos.

Ante o exposto, requer-se seja conhecido e provido o presente Pedido de Reexame para que seja emitido parecer favorável as Contas apresentadas pela Prefeitura de Jacareí referentes ao exercício de 2011.

P. deferimento.

São Paulo, 25 de novembro de 2014.

  
**MARCOS AUGUSTO PEREZ**  
OAB/SP 100.075

  
**HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA**  
OAB/SP 154.720

*jurisprudência firmada nesta E. Corte de Contas nos TCs-1464/026/11, 1402/026/11, 1312/026/11 e 1432/026/11. Não obstante, proponho sejam feitas severas recomendações para que o Prefeito passe a cumprir com rigor o disposto no "caput" do artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07 (...).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**EXPEDIENTES:** TC-043577/026/14  
TC-043579/026/14

**INTERESSADA:** MUNICIPALIDADE DE JACAREÍ

**ASSUNTO:** ENCAMINHA MEMORIAIS E PEDIDO DE  
SUSTENTAÇÃO ORAL - TC-001324/026/11

**ADVOGADA:** HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA  
OAB/SP 154.720

**Vistos.**

Juntem-se os presentes expedientes ao processo em  
epígrafe, prosseguindo.

**Publique-se.**

G.C., em 26 de novembro de 2014.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**

23/16

PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 4 / 12 / 14  
OGC. DER

TIPO PROT.: \_ - TC \_ (?) \_ - TCA \_ (?) X - DOC \_ TIPO DOC \_ (?)  
\*\*\*\*\* P A R T E S \*\*\*\*\*

1. PARTE: CODIGO: \_ ( ? ) UNID.: \_ ( S/N ) TC'S EM TRAMITE: \_  
NOME : \_\_\_\_\_

2. PARTE: CODIGO: \_ ( ? ) UNID.: \_ ( S/N ) OU MATRICULA: \_\_\_\_\_  
NOME : \_\_\_\_\_

ENT. GERENCIADA: \_ ( ? )

AUDITOR ATUAL: \_\_\_\_\_ RELATOR ATUAL: \_\_\_\_\_

EXERCICIO : \_\_\_\_\_ AUTUADO ENTRE: \_ / \_ / \_ E \_ / \_ / \_

TIPO DOC. : \_ ( ? ) PREFIXO : \_\_\_\_\_ DATA DOC.: \_ / \_ / \_

NUM. DOC. : \_\_\_\_\_ OU SEQ.: \_\_\_\_\_

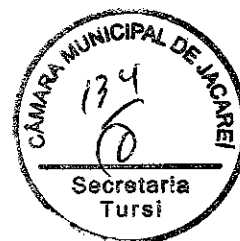
NUM. EDITAL : \_\_\_\_\_ TIPO LICITACAO: \_ ( ? ) REGIONAL: \_\_\_\_\_

REF. TC- 0000000001324 / 026 / 11 DOC. NAO JUNTADOS AO REF. TC.: X

RESPONSAVEIS : \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_  
TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR



05 DEZ. 2014  
Funcionário CGC. DER



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
38ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no Auditório  
"Prof. José Luiz de Anhaia Mello".



Fls. 35  
TC-001324/2014  
Secretaria  
Municipal

**DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO**

**DATA DA SESSÃO - 03-12-2014**

Pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, diante do exposto no voto do Relator, em conformidade com as respectivas notas taquigráficas, juntados aos autos, negou-lhe provimento, mas acolheu no cômputo das despesas com ensino Restos a Pagar no montante de R\$5.623,77, alterando-se o percentual de gastos com ensino (artigo 212 da Constituição Federal) de 24,511% para 24,513%, e afastando das razões de decidir a formação de autos específicos sobre *Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacaréi*, mantendo-se, no entanto, o Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacaréi, exercício de 2011.

**PRESIDENTE - CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES**  
**PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - DR. CELSO**  
**AUGUSTO MATUCK FERES JÚNIOR**

**MUNICÍPIO: JACAREÍ**  
**EXERCÍCIO: 2011**

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do parecer;
- 3 - Ao DSF-II para dar prosseguimento à decisão anterior.

SDG-1, em 03 de dezembro de 2014

**SÉRGIO CIQUERA ROSSI**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL**

SDG-1/ESBP/cmo



356

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS  
TC-001324/026/11



**38ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 03 de dezembro de 2014, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello".**

**PRESIDENTE** - Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

**RELATOR** - Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

**PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** - Celso Augusto Matuck Feres Júnior

**SECRETÁRIO** - Sérgio Ciquera Rossi

**PROCESSO** - TC-001324/026/11

**Município:** Jacareí.

**Prefeito:** Hamilton Ribeiro Mota.

**Exercício:** 2011.

**Requerente:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 26-11-13, publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Fabrício Abdo Nakad e outros.

**Acompanham:** TC-001324/126/11 e Expedientes: TCs-000788/007/11, 000789/007/11, 000790/007/11, 000791/007/11, 000985/007/11, 000986/007/11, 001208/007/11, 001209/007/11, 009292/026/11, 021414/026/11, 029246/026/11, 031772/026/11, 031773/026/11, 031774/026/11, 031777/026/11, 031835/026/11, 000260/007/12 e 014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Sustentação oral proferida em sessão de 26-11-14.**

**RELATOR** – Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhor Procurador, tratam os autos de Pedido de Reexame interposto pelo Município de Jacareí, contas de 2011.

(Relatório e Voto Preliminar juntados aos autos.)

**PRESIDENTE** – Em discussão. Em votação. Conhecido.

**RELATOR** – Passo a proferir meu voto de mérito.

(Voto de mérito juntado aos autos.)

**PRESIDENTE** – Conselheiro Renato Martins Costa, para discutir.

**CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA** – Senhor Presidente, não para discutir, acompanho integralmente as conclusões. É só uma questão processual.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS  
TC-001324/026/11



Pondero com o eminente Relator. Como de certa feita nos ensinaram, o recurso tem que ser frutuoso para ter provimento. Como afastou, mas não alterou, será que não seria mais correto negarmos provimento, alterando o valor? Porque não se muda a posição, o parecer continua desfavorável, não dá provimento parcial porque não há nenhuma frutuosidade no recurso, mas, sim, desprovimento, afastando.

**RELATOR** – Acolho a ponderação do ilustre Conselheiro.

**PRESIDENTE** – Perfeitamente. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado o voto do Relator.

**DECISÃO CONSTANTE DE ATA:** Pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, diante do exposto no voto do Relator, em conformidade com as respectivas notas taquigráficas, juntados aos autos, negou-lhe provimento, mas acolheu no cômputo das despesas com ensino Restos a Pagar no montante de R\$5.623,77, alterando-se o percentual de gastos com ensino (artigo 212 da Constituição Federal) de 24,511% para 24,513%, e afastando das razões de decidir a formação de autos específicos sobre *Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí*, mantendo-se, no entanto, o Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2011.

*Taquígrafos: Humberto e Anahy  
SDG-1-ESBP/lang*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



TRIBUNAL PLENO – SESSÃO: 03/12/14 - ITEM: 50



**PEDIDO DE REEXAME**

**50 TC-001324/026/11**

**Município:** Jacareí.

**Prefeito:** Hamilton Ribeiro Mota.

**Exercício:** 2011.

**Requerente:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 26-11-13, publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Fabrício Abdo Nakad e outros.

**Acompanham:** TC-001324/126/11 e Expedientes TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

**Sustentação oral proferida em sessão de 26-11-14.**

**1. RELATÓRIO**

**1.1** Em sessão de 26-11-13, a Egrégia Primeira Câmara<sup>1</sup> emitiu Parecer Desfavorável à aprovação das contas de **2011** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**, Prefeito Sr. Hamilton Ribeiro Mota.

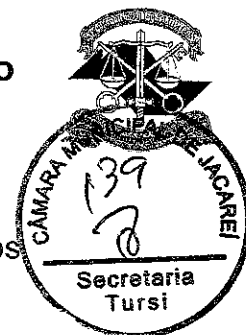
Para assim deliberar, considerou a aplicação de apenas 24,51% em manutenção e desenvolvimento do ensino, contrariando o disposto no artigo 212 da Constituição Federal; e a utilização de apenas 99,59% dos recursos do FUNDEB, tendo a Municipalidade deixado de empregar a parcela diferida, no montante de R\$159.604,26, até 31-03-2012.

À margem do Parecer houve recomendações à Prefeitura e determinações.

<sup>1</sup> Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e Conselheira Cristiana de Castro Moraes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Embargos de declaração interpostos, mas não providos

**1.2 A Municipalidade de Jacareí**, irresignada, interpôs, mediante procurador, **Pedido de Reexame** (fls. 276/312).

Argumentou que os gastos com ensino totalizariam 25,39% e as impropriedades com o FUNDEB mereceriam ser relevadas, consoante decisões desta Corte de Contas nos TCs 1464/026/11, 1402/016/11, 1312/026/11 e 1432/026/11 (respectivamente Zacarias, Santo Antônio da Alegria, Ferraz de Vasconcelos e Taquaritinga).

Alegou, sobre gastos em ensino, que o Relator, ignorando prova documental, anuiu com glosa de R\$2.414.952,02, *"motivada pela interpretação de que não houve demonstração de que as despesas foram realizadas com manutenção e limpeza de dependências da Divisão de Educação"*. Sustentou, então, que *"a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas da Recorrente se deu contra prova constante nos autos e, por essa razão, deve ser anulado"*.

Defendeu que os restos a pagar de 2010 e efetivamente quitados durante o exercício de 2011, mas glosados pelo Tribunal, deveriam ser computados nos gastos constitucionais com o ensino no exercício em exame. Referiu-se a R\$363.913,17. Tratar-se-ia de *"investimentos reconhecidamente legítimos do Município no ensino, amparados pelo artigo 212 da Constituição Federal e pelo artigo 71 da LDB, mas que não foram computados nem como despesas de 2010 (expressamente excluídas por esta E. Corte), nem como despesas de 2011"*.

Incluindo-se nos cálculos os valores discutidos (R\$2.414.952,02 + 363.913,17) mais os já considerados pela Auditoria (R\$76.104.048,12), ter-se-ia, então, um total de R\$80.025.347,23 de aplicação no ensino, resultando em percentual de 25,39%<sup>2</sup>, o que faria com o município de Jacareí cumprisse o mandamento constitucional de aplicação de 25% (art. 212).

Apresentou argumentações sobre as recomendações propostas: autorização para abertura de créditos suplementares; execução orçamentária; e quadro de pessoal.

E alinhavou razões recursais contra formação de autos específicos para *royalties*; contratação de terceiros para atividades-fim da Administração; e transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí.

<sup>2</sup>

Do total da receita de impostos e transferências: R\$315.144.474,64.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Pleiteou a reforma do parecer, pela aprovação das contas.

**1.3** A **Assessoria Técnica** (fls. 313-A/318 e 319/322) reiterou o entendimento acolhido no Parecer: aplicação de 24,51% no ensino; e de 99,59% do FUNDEB.

Reafirmou que as despesas glosadas não seriam elegíveis na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, devendo ser consideradas nos Encargos Gerais do município.

E, concernente *“ao pedido para que fossem apropriados restos a pagar excluídos em 2010, também não houve alteração no panorama processual, uma vez que, a exemplo de nossa manifestação contida às fls. 187, inexistiu a juntada de documento que pudesse mudar tal pedido”*.

Concluiu manifestando-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

**1.4** A **Chefia da ATJ** (fl. 323) acompanhou os pré-opinantes, pelo conhecimento e não provimento do apelo.

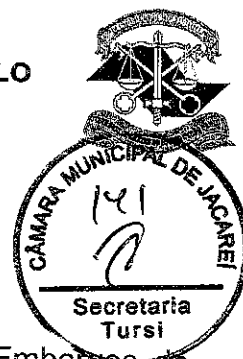
**1.5** O **Ministério Público de Contas** opinou também pelo não provimento do pedido de reexame.

**1.6** A **Municipalidade de Jacareí** encaminhou **memorial** (Exp. 43579/026/14), bem como apresentou **defesa oral** em 26/11/14, tendo sido devidamente sopesada a argumentação deduzida.

**É o relatório.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



## 2. VOTO PRELIMINAR

Parecer publicado no DOE de 14-12-13 (fl. 248). Embargos de Declaração apresentados em 06-01-14 (cf. Ato GP n. 3/13) e rejeitados em 21-03-14 (fl. 275). Recurso interposto tempestivamente em 22-04-14.

Presentes os demais requisitos de admissibilidade, voto pelo conhecimento do pedido de reexame.

## 3. VOTO DE MÉRITO

As razões fulcrais que deram supedâneo ao Parecer Desfavorável à aprovação das Contas de Jacareí, exercício de 2011, recaíram na inobservância do art. 212 da Constituição Federal, com 24,51% em manutenção e desenvolvimento do ensino; e aplicação no FUNDEB de 99,59%.

Embora bem alinhavadas, as razões recursais e os argumentos da defesa oral, assim como as alegações expostas no memorial, não trouxeram fato novo capaz de alterar o parecer recorrido.

A Recorrente retomou solicitação de descon sideração da glosa de R\$2.414.952,02, decorrente de prestação de serviços de coleta de lixo (Contrato 300100/10- Concessão Ambiental Jacareí), ao argumento de que se trataria de inequívocos serviços prestados para conservação e limpeza de unidades educacionais e de suas áreas verdes.

Mas, na mencionada glosa efetuada pela Fiscalização tem-se que *“os documentos que fundamentaram a glosa discriminam despesas como ‘Concessão para delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – Contrato 300100/10 – Concessão Ambiental Jacareí’”*.

Frise-se, a glosa recaiu sobre gastos em decorrência do Contrato nº 3.001.0/2010, visando a concessão administrativa do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Ao contrário do que alega a Recorrente, o Parecer analisou documentação constante nos autos sobre a matéria: *“(...) os documentos que fundamentaram a glosa discriminam despesas como ‘Concessão para*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos - Contrato 300100/10- Concessão Ambiental Jacareí.**

A propósito, essa mesma questão já mereceu análise deste Egrégio Tribunal Pleno nas contas do exercício de 2010 (TC-2852/026/10), tendo-se decidido que as despesas com os serviços glosados deveriam ser consideradas nos encargos gerais do município, porquanto incompatíveis com sua apropriação em aplicação no ensino. Na mencionada decisão<sup>3</sup>, então embargada, a E. Conselheira Relatora Cristiana de Castro Moraes observou:

*“(...) Quanto às **despesas com a coleta de lixo**, os documentos juntados pela fiscalização indicam **gastos em decorrência do Contrato nº 3.001.0/2010**, visando a concessão administrativa do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos (fls. 98/194 do Anexo I).*

*Assim, igualmente já avaliada a matéria em Primeira Instância, quando foi afastada a despesa do câmputo do investimento no setor educacional.*

*Considero que, a princípio, **a coleta de lixo deve onerar outras rubricas orçamentárias**, uma vez que se presta aos serviços e encargos gerais do Município – não especificamente em razão da manutenção e desenvolvimento do ensino.*

*No caso, como afirmado pela defesa, “o resíduo que é gerado dentro das escolas públicas deve ser coletado, transportado e tratado pela concessionária do serviço público”; o que demonstra que sendo ou não transportados os dejetos de dentro das escolas até área específica – pelos servidores do quadro ou por parte da concessionária, ditas tarefas se incluem no bojo geral dos serviços contratados para coleta no Município.*

*E, dos documentos fiscais trazidos com o recurso (exemplos 8ª, 9ª, 11ª e 12ª medição – fls. 254, 279, 364 e 387), **não se vislumbra que tenham sido realizados serviços distintos daqueles contratados com a concessionária, mais especificamente em favor das escolas municipais, nem mesmo em razão da manutenção de suas áreas verdes** – porque pode ser observado o histórico genérico nas notas, na seguinte maneira: “**Serviços de Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos Domiciliares, Comerciais de Limpeza Pública e Rural, Feiras Livres, Varrição Manual e Mecanizada, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sépticos, Operação e Manutenção do Aterro Sanitário**”.*

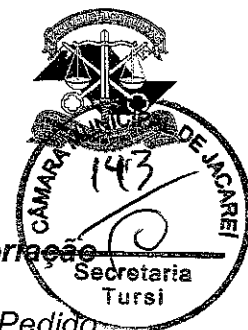
*Portanto, as despesas com os serviços contratados, na forma estabelecida, devem ser consideradas nos encargos*

<sup>3</sup> Sessão de 26-02-14.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**gerais do Município, sendo incompatível a sua apropriação ao ensino.**

Nessa conformidade, **voto pelo não provimento** do Pedido de Reexame interposto, a fim de manter a r. decisão proferida pela E. Primeira Câmara, desfavorável à aprovação das contas, alterando, no entanto, o percentual aplicado no ensino geral para 24,65%, ainda assim, insuficiente para cumprir o determinado no art. 212 da CF/88."

Como se vê, não prevalecem as alegações da Recorrente sobre a questão, porquanto as despesas com os serviços glosados devem ser consideradas nos encargos gerais do município, pois incompatíveis sua apropriação em aplicação no ensino.

Já os restos a pagar de 2010 (R\$363.913,17) e efetivamente quitados durante o exercício de 2011, mas glosados pelo Tribunal, devem mesmo ser computados nos gastos constitucionais com o ensino no exercício em exame, desde que efetivamente comprovados. Nesse sentido, verifico que das glosas da Fiscalização (R\$363.913,17), já haviam sido reconsiderados no cálculo da ATJ em sede de embargos de reexame do exercício de 2010 (TC-2852/026/10 – Pleno – Sessão de 26-02-14 – Relatora E. Conselheira Cristiana de Castro Moraes) o montante de R\$358.289,40, correspondente a despesas com merenda escolar, remanescendo o saldo de Restos a Pagar a considerar em 2011 de apenas R\$5.623,77, o que não altera o percentual de aplicação na educação, se consideradas duas casas decimais, antes de 24,511% para 24,513%.

Assim, consoante tem decidido este Tribunal Pleno, a inobservância do art. 212 da Constituição Federal torna intransponível qualquer pretensão à mudança de Parecer Desfavorável à aprovação das contas de Jacareí já emitido, forte em que a opção do constituinte com gasto de 25% no ensino há de ser rigorosamente protegida e defendida pelo Controle Externo (Tribunal de Contas e Câmara Municipal).

E a outra impropriedade diz respeito a não aplicação de 100% dos recursos do FUNDEB (99,59%), não contestada, mas com solicitação de que seja relevada, consoante decisões desta Corte de Contas mencionadas pela Recorrente. No entanto, essa questão não remanesceu singular, sobrevindo, antes, a agravante da inobservância do art. 212 da CF.

Quanto à formação de autos específicos, assiste razão à Recorrente quando solicita exclusão da determinação em relação às *Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí*, eis que a prestação de contas do exercício de 2011 vem sendo analisada no TC-1389/007/12, com relatoria do E. Auditor Samy Wurman e r. Sentença proferida



364

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



em 25-08-14, publicada no *DOE* de 05-09-14.

Já em relação à formação de autos específicos para análise de receitas com *royalties* de petróleo e com contratação de terceiros para atividades-fim da Administração, não prevalecem as alegações da Recorrente, devendo ser mantida a determinação para análise mais aprofundada das matérias, com a finalidade de se verificar a observância das normas de regência sobre as matérias.

Em suma, as razões recursais, assim como os argumentos ofertados em memorial e na defesa oral, não suplantaram as irregularidades indicadas na decisão, fundamentadoras da emissão do Parecer Desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Diante do exposto, voto pelo **não provimento do pedido de reexame**, mas acolho no cômputo das despesas com ensino Restos a Pagar o montante de R\$5.623,77, alterando-se o percentual de gastos com ensino (art. 212 da CF) de 24,511% para 24,513%, e afasto das razões de decidir a formação de autos específicos sobre *Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí*, mantendo-se, no entanto, o **Parecer Desfavorável** à aprovação das contas da Prefeitura de **Jacareí**, exercício de 2011.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**



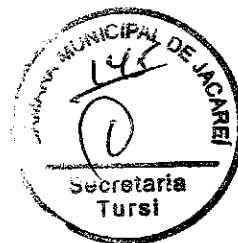
# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



365

## PARECER PEDIDO DE REEXAME



**TC-001324/026/11**

**Município:** Jacareí.

**Prefeito:** Hamilton Ribeiro Mota.

**Exercício:** 2011.

**Requerente:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 26-11-13, publicado no D.O.E. de 14-12-13.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Fabrício Abdo Nakad e outros.

**Acompanham:** TC-001324/126/11 e Expedientes TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

**Sustentação oral proferida em sessão de 26-11-14.**

Vistos, relatados e discutidos os autos.

**ACORDA** o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 03 de dezembro de 2014, pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho - Relator, Antonio Roque Citadini e Renato Martins Costa, da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, do Conselheiro Sidney Estandislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, preliminarmente, conhecer do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, diante do exposto no voto do Relator, em conformidade com as respectivas notas taquigráficas, juntados aos autos, negar provimento, mas acolher no cômputo das despesas com ensino Restos a Pagar no montante de R\$ 5.623,77, alterando-se o percentual de gastos com ensino (artigo 212 da Constituição Federal) de 24,511% para 24,513%, e afastando das razões de decidir a formação de autos específicos sobre Transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí, mantendo-se, no entanto, o Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2011.

Presente o Procurador-chefe do Ministério Público de Contas – Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

**Publique-se.**

São Paulo, 07 de janeiro de 2015.

**EDGARD CAMARGO RODRIGUES**  
PRESIDENTE

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
CONSELHEIRO  
RELATOR

PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 14/01/15  
CGC. DER

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

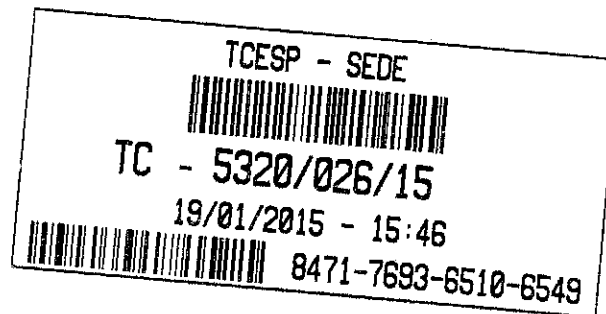
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Florian de Azevedo Marques Neto, Ane Elisa Perez, Tatiana Matiello Cymbalista, Fábio Barbalho Leite, Luis Justiniano Haiek Fernandes, Adilson Antonio Ribeiro, Adriana Roldan Pinto de Lima, Adalberto Pimentel Diniz de Souza, Licínio dos Santos Silva Filho, Emanoel Beiguelman Kramer, Fernando Herren Aguillar, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Lucas Cherem de Camargo Rodrigues, Milene Louise Renée Coscione, José Alexandre Ferreira Sanches, Claudimir Daniel Rosa Salomoni, Carolina de Fátima Silvério, Cato de Souza Loureiro, Raul Felipe Borelli, Ana Luiza Simoni Pagumini, Carlos Eduardo Bergamini Cunha, Maira Elbel Simão, Carlos Renato Lonel Alva Santos, Flávia Cardoso Campos Guth, Daniel Stein, Monica Salles Lanna, Bruno Moreira Kowalski, Marina Fontão Zago, Eduardo Stênio Silva Sousa, Adriana de Moraes Vojvodic, Maís Moreno, Carlos Alberto Laurino, Izabel Maria Teixeira de Almeida, Diego Gonçalves Fernandes, Fernanda Esbizaro Rodrigues, Marina Cardoso de Freitas, Elisa Martinez Giannella, Mariana Carvalho de Miranda, Eduardo Rodrigues Lopes, Bruna Silveira Sahadi, Mariana Magalhães Azevedo, Fabricio Abdo Nakad, Marcus Vinicius Siqueira Dezem, Nara Carolina Merlotto, Marcela de Oliveira Santos, Pedro Gabriel Lopes, Alexandre Rodrigues de Sousa, Andréia Berthault Moura, Juliana Deguirmendjian, Pedro Henrique Biella Massola



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DIMAS EDUARDO RAMALHO,  
EMINENTE CONSELHEIRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE SÃO PAULO.**

TC-1324/026/11



A MUNICIPALIDADE DE JACAREÍ, por seus advogados, nos autos do processo em epígrafe, que examina Pedido de Reexame em face de decisão que emitiu parecer desfavorável à aprovação das Contas Anuais do Exercício de 2011, vem, respeitosamente, com fundamento nos artigos 153, II, do Regimento Interno desta Colenda Corte de Contas, opor

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

Em que pese o notável saber jurídico do Eminente Relator, o fato é que o V. Acórdão apresenta, *data maxima venia*, **omissões**, provavelmente decorrentes de erro material, que merecem ser supridas por intermédio do provimento do presente recurso.

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



A matéria de fundo diz respeito ao cômputo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, precisamente com serviços de manutenção de áreas verdes executadas nas Unidades Educacionais do Município.

Consoante o entendimento exposto no voto condutor do julgamento que negou provimento ao Pedido de Reexame, no caso concreto,

*“as despesas com os serviços glosados devem ser consideradas nos encargos gerais do município, pois incompatível sua apropriação no ensino.”*

A decisão não esclarece, contudo, as razões pelas quais tais despesas, corriqueiramente aceitas por este E. Tribunal em casos análogos, foram consideradas incompatíveis com a apropriação no ensino.

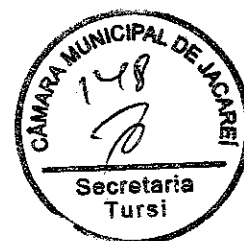
No decorrer da instrução processual, a Embargante citou precedente jurisprudencial consubstanciado no TC-2054/026/07, cujo Relator foi o eminente Conselheiro **CLÁUDIO FERRAZ**, no qual foram admitidas despesas idênticas as realizadas nestes autos no cômputo do percentual constitucional de aplicação no Ensino. Em sua decisão de primeira instância, o eminente Relator *a quo* consignou que o Acórdão citado não era compatível com o caso concreto posto que, naquele caso paradigmático, a realização da despesa havia sido comprovada<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A decisão chegou a ser objeto de Embargos de Declaração, eis que, durante a instrução processual, já haviam sido acostadas aos autos as notas de empenho e medições relativas à prestação dos serviços.



**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Por ocasião do Pedido de Reexame, foram novamente acostadas as medições e notas de empenho relativas às despesas envolvidas, nas quais ficou comprovado que as despesas são oriundas de prestação de serviços de manutenção de áreas verdes de escolas do ensino fundamental e, portanto, amparadas pelo artigo 70, inciso III, da LDB.

A decisão embargada, desta vez, a despeito da comprovação da prestação dos serviços em questão, deixou de motivar as razões pelas quais considera as despesas incompatíveis com a sua apropriação no Ensino, incorrendo, portanto, em omissão.

Ao afirmar apenas que as despesas em questão não são passíveis de serem computadas na rubrica da Educação, a decisão embargada deixou de expor, também, qual a interpretação desta E. Corte de Contas a respeito do artigo 70, III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Ora, se o próprio legislador permitiu ao gestor público computar as despesas com manutenção de próprios da Educação no Ensino, autorização esta prestigiada por esta E. Corte em situações análogas ao caso concreto, qual a razão de convencimento a motivar o eminente Conselheiro *a quo* a decidir de modo contrário à Lei e à jurisprudência desta E. Corte de Contas? Por que razão as despesas glosadas não seriam elegíveis na manutenção e desenvolvimento de ensino?

Se os serviços tivessem sido prestados por meio de servidores públicos ou por meio de licitação e contrato firmado pela Secretaria da Educação, essas despesas não teriam sido consideradas não abrangidas pelo artigo 70, III, da Lei de Diretrizes e Bases. Por

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



que, então, no caso concreto, não foram aceitas. Por que não podem ser prestadas pela Concessionária do serviço público e proporcionalizadas à débito da Educação?

Excelência, o importante na consideração dos gastos em Educação é o destino dado ao dinheiro público e não o instrumento pelo qual a despesa se realizou. O controle feito pelo Tribunal de Contas, no caso, é um controle de fim e não um controle de meio. Se os recursos foram destinados para uma das hipóteses admitidas na Lei de Diretrizes e Bases, é o que basta para a aprovação da despesa. Não importa se foi feita diretamente ou mediante contratação de terceiros. Não importa se o Administrador Público utilizou-se um contrato regido pela Lei 8.666/93 ou um contrato regido pela Lei 11.079/04, como é o caso. Não importa se o objeto do contrato utilizado é específico para aquela despesa ou é mais amplo a ponto de compreender a realização daquela despesa. O que importa é a aplicação dos recursos na respectiva finalidade e esse fato está mais do que comprovado nos autos.

Além de omitir-se quanto à interpretação desta Corte a respeito do artigo 70, III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o nobre Relator deixou de manifestar-se a respeito das provas acostadas aos autos, a saber, das medições apresentadas nas quais há referência não apenas ao serviço mas também à Unidade Educacional onde foi prestado, vinculando a despesa à rubrica da Educação.

A ausência de motivação contraria disposto nos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 131 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente à matéria e conduz à nulidade da decisão.

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



O artigo 115 do Regimento Interno deste E. Tribunal determina a obrigatoriedade de que o acórdão, deliberação ou parecer contenha a exposição do fato e o fundamento da decisão. Ainda assim, a decisão *a quo* deixou de observar o dispositivo.

Ora, uma vez que conduz ao entendimento de que considera a tese da Embargante desamparada de amparo legal ou de lastro documental, o que, *data máxima vênia*, não é o caso, a decisão deveria ter sido motivada, ou, no mínimo, exposto qual a interpretação conferida por este E. Tribunal ao artigo 70, III, da LDB.

De todo modo, conforme exposto, a decisão recorrida não se debruçou sobre nenhuma dessas questões, sendo, portanto omissa.

Uma vez sanadas as omissões, o resultado do julgamento deverá ser modificado, sendo pacífico o entendimento de que, existindo algum dos vícios que permitem sua interposição, pode ser atribuído efeito infringente aos embargos de declaração:

*"A atribuição de efeitos modificativos aos embargos declaratórios é possível apenas em situação excepcionais, em que, sanada a omissão, contradição ou obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência lógica e necessária"*<sup>2</sup>

Face o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso de embargos de declaração, a fim de que sejam sanadas as omissões apontadas, esclarecendo-se,

<sup>2</sup> **HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**, *Código de Processo Civil Anotado*, Rio de Janeiro: Forense, 2012, 16ª edição, p. 677, nota 3 ao artigo 535, referência ao julgamento proferido pela 1ª Turma do STJ ao julgamento de Embargos de Declaração no Mandado de Segurança n.º 13.981/RS, Relª Minª Nancy Andrighi, CE, jul. 04.03.2009, Dje 16.04.09).

**MANESCO,  
RAMIRES,  
PEREZ,  
AZEVEDO  
MARQUES**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



mediante a análise detalhada da situação fática, os motivos pelos quais o V. Acórdão rejeita a reintegração das despesas glosadas com prestação de serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais.

Caso se entenda que o V. Acórdão recorrido não se ressente da omissão apontada, requer seja expressamente reconhecido o prequestionamento.

Requer, outrossim, no mérito, sejam acolhidos os presentes embargos para alterar a decisão recorrida.

P. deferimento.

São Paulo, 19 de janeiro de 2015.

  
**MARCOS AUGUSTO PEREZ**

**OAB/SP 100.075**

  
**HELGA A. FERRAZ DE ALVARENGA**

**OAB/SP 154.720**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**PROCESSO:** TC-001324/026/11

**INTERESSADA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.

**ASSUNTO:** CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011

**RESPONSÁVEL:** HAMILTON RIBEIRO MOTA (PREFEITO)

**EM APRECIÇÃO:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DA R. DECISÃO DO E. TRIBUNAL PLENO DE 03/12/14 QUE NEGOU PROVIMENTO A PEDIDO DE REEXAME, MANTENDO O PARECER EMITIDO PELA E. PRIMEIRA CÂMARA NO SENTIDO DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS.

**EMBARGANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

**ADVOGADOS:** DR. MARCOS AUGUSTO PEREZ (OAB/SP 100.075), DR.ª HELGA ARARUNA FERRAZ DE ALVARENGA (OAB/SP 154.720) E OUTROS.

Vistos.

Encaminhem-se os autos ao d. **Ministério Público de Contas**, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

GC, 21 de janeiro de 2015

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
CONSELHEIRO

(23)

PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 27/01/15  
CGC. DER



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



**Processo:** TC- 1324/026/11

**Interessado:** Prefeitura Municipal de Jacareí

**Assunto:** Embargos de Declaração contra r. decisão que negou provimento ao Pedido de Reexame

**Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,**

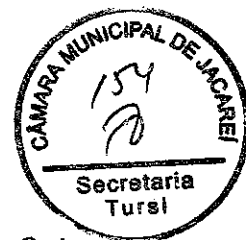
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela Prefeitura Municipal de Jacareí (fls. 366/371), em face do r. Acórdão que conheceu do pedido de reexame e, no mérito, negou-lhe provimento, conforme publicação de 14.01.2015 (fls. 358/365), confirmando, assim, a decisão que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2011. Por força do r. despacho de fls. 372, vêm os autos a este Ministério Público de Contas para manifestação.

É o relatório que reputo necessário.

Na análise deste Ministério Público de Contas, atuando como fiscal da atuação da vontade do direito, não se vislumbra a omissão alegada pelo Embargante, razão pela qual, presentes os pressupostos de admissibilidade, opina o *Parquet* pelo **conhecimento** dos embargos de declaração e, no mérito, pelo **não provimento**, isto porque, a decisão que negou provimento ao recurso foi exaustivamente fundamentada, não havendo obscuridade, dúvida, contradição ou omissão a ser reparada, consoante o disposto no artigo 66, incisos I e II do na Lei Complementar nº 709/93. Nesta senda, vários dos argumentos que compõem as



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



razões recursais já foram apreciados quando da prolação da decisão pela Colenda Câmara, inexistindo qualquer inovação substancial no quadro probatório, sem falar que este Egrégio Tribunal de Contas não reconhece efeitos infringentes aos embargos de declaração, por se tratar de criação pretoriana que não encontra respaldo na Lei Orgânica desta Colenda Corte de Contas.

Em homenagem ao princípio da eventualidade, caso os embargos sejam acatados, segundo o prudente discernimento de Vossa Excelência, com o esclarecimento de eventuais obscuridades, a integração de alegadas omissões, a elucidação de ocasionais dúvidas e o reparo de acidentais contradições, pugna o Ministério Público de Contas pela remessa dos autos para ciência pessoal da decisão, para, caso discorde da nova redação do julgado, recorrer de seus termos.

É o parecer.

São Paulo, 29 de janeiro de 2015.

  
**RAFAEL ANTONIO BALDO**

**Procurador do Ministério Público de Contas**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
20ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no Auditório  
"Prof. José Luiz de Anhaia Mello".



Fls.  
TC-001324/026/11  
Municipal

**DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO**

**DATA DA SESSÃO - 08-07-2015**

Pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, para o fim de confirmar a r. decisão do Tribunal Pleno.

**PRESIDENTE - CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES**  
**PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - DR. RAFAEL**  
**NEUBERN DEMARCHI COSTA**

**MUNICÍPIO: JACAREÍ**  
**EXERCÍCIO: 2011**

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do acórdão;
- 3 - Ao **DSF-II** para dar cumprimento à r. decisão embargada.

SDG-1, em 14 de julho de 2015

**SÉRGIO CIQUERA ROSSI**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL**

SDG-1/ESBP/iso





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



**TRIBUNAL PLENO – SESSÃO: 08/07/15 – ITEM: 29**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**29 TC-001324/026/11**

**Embargante:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Assunto:** Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2011.

**Responsável:** Hamilton Ribeiro Mota (Prefeito à época).

**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face do parecer do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra o parecer desfavorável à aprovação das contas, emitido pela E. Primeira Câmara. Parecer publicado no D.O.E. de 14-01-15.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga e outros.

**Acompanham:** TC-001324/126/11 e Expedientes TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

**1. RELATÓRIO**

**1.1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO<sup>1</sup> opostos pela Prefeitura Municipal de Jacareí, representada por procuradores constituídos<sup>2</sup>, em face de decisão do Egrégio Tribunal Pleno<sup>3</sup> que negou provimento a Pedido de**

<sup>1</sup> Peça registrada em 19/01/15 (fls. 366/371).

<sup>2</sup> Dr. Marcos Augusto Perez (OAB/SP 100.075) e Dr.<sup>a</sup> Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (OAB/SP 154.720) – Procuração a fls. 169.

<sup>3</sup> Sessão de 03/12/14 - Integrada pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Relator, Conselheiro Antonio Roque Citadini, Conselheiro Renato Martins Costa, Conselheira Cristiana de Castro Moraes e Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, assim como pelo Auditor substituto de Conselheiro Josué Romero. V. acórdão publicado no DOE de 14/01/15.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



Reexame e manteve o **parecer desfavorável à aprovação das contas do** **Chefe do Executivo**, relativas ao **exercício de 2011**, emitido pela Colenda Primeira Câmara, mas alterando o percentual de gastos com ensino de 24,511% para 24,513% e afastando a formação de autos específicos para tratar de transferências para a Santa Casa de Misericórdia de Jacareí.

Assim, o juízo de reprovação da matéria foi mantido em face da afronta ao artigo 212, da Constituição Federal, haja vista o insuficiente investimento na educação global (24,513% das receitas de impostos), e em função da inobservância ao disposto no artigo 21, § 2º da Lei 11.494/07, à medida que foram utilizados somente 99,59% dos recursos do FUNDEB, deixando a Administração de empregar a parcela diferida, no montante de R\$ 159.604,26, no 1º trimestre do ano seguinte.

O r. Parecer deste colegiado foi publicado no DOE de 14/01/15.

**1.2** A embargante aponta a ocorrência de omissões “(...) *provavelmente decorrentes de erro material, que merecem ser supridas (...)*”, argumentando que há precedente nesta Corte, relatado pelo e. Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga (TC-002054/026/07) onde foram admitidas despesas idênticas às realizadas pela Prefeitura de Jacareí, no cômputo do percentual constitucional de aplicação no Ensino.

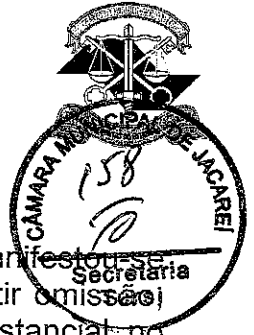
Aduziu a defesa que, embora comprovada a prestação de serviços de manutenção de áreas verdes a r. decisão “(...) **deixou de motivar as razões pelas quais considera incompatíveis com a sua apropriação no Ensino, incorrendo, portanto em omissão. Ao afirmar apenas que as despesas em questão não são passíveis de serem computadas na rubrica da Educação, a decisão embargada deixou de expor, também, qual a interpretação desta E. Corte de Contas a respeito do artigo 70, III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação**”. (grifos e destaques do texto)

Pondera, ainda, que se os serviços de conservação e limpeza das unidades educacionais “... *tivessem sido prestados por meio de servidores públicos ou por meio de licitação e contrato firmado pela Secretaria da Educação, essas despesas não teriam sido consideradas não abrangidas pelo artigo 70, III, da Lei de diretrizes e Bases (...)*”, razão pela qual defende a inclusão dos correspondentes dispêndios como gastos com a manutenção e desenvolvimento do Ensino.

Postula, conseqüentemente, pelo acolhimento dos presentes embargos, para que se altere a decisão recorrida.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**

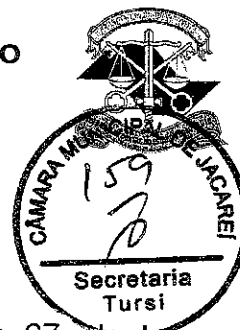


**1.3** O d. Ministério Público de Contas (fls. 373/374) manifestou-se pelo conhecimento e não provimento dos embargos, por não existir omissão, dúvida ou obscuridade na decisão, nem qualquer inovação substancial no conjunto probatório.

**É o relatório.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



**2. VOTO PRELIMINAR**

Satisfeitos os requisitos previstos nos artigos 66 e 67, da Lei Complementar nº 709/93, **voto pelo conhecimento conheço dos embargos de declaração opostos.**

**3. VOTO DE MÉRITO**

**Quanto ao mérito**, não se observa a existência da omissão suscitada, tampouco alguma obscuridade ou contradição no julgamento colegiado.

Ressalte-se, por oportuno, que o precedente citado pelo embargante (TC-002054/026/07) não se coaduna com a situação dos autos, à medida que naquele processado verificou-se que as respectivas despesas, realmente, haviam sido realizadas nas dependências da Divisão de Educação e guardavam pertinência com o setor<sup>4</sup>, ao passo que aqui a quantia glosada é decorrente de contrato de concessão administrativa, objeto de delegação do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, à conservação, limpeza e manutenção de áreas verdes.

Importa destacar, ainda, que valores da mesma natureza não foram, igualmente, computados como despesas do ensino quando da análise das contas do exercício anterior (TC-002852/026/10 - sob relatoria da e. Conselheira Cristiana de Castro Moraes), já que tais serviços, conforme consignado no voto condutor daquele julgamento "(...) *devem ser considerados nos encargos gerais do Município, sendo incompatível a sua apropriação no ensino.*"

Deste modo, resulta claro que os respectivos dispêndios glosados, por não se mostrarem condizentes com o ensino, não estão amparados pelo artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesta conformidade, associando-me à manifestação do d. Ministério Público de Contas, **VOTO PELA REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, para o fim de confirmar a r. decisão da E. Tribunal Pleno.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**

<sup>4</sup> Trata-se da inclusão de despesas com mão de obra de limpeza, asseio e conservação e preparo de merenda.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL - SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
20ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no Auditório  
"Prof. José Luiz de Anhaia Mello".




Fls. nº



Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão do Tribunal Pleno do dia 08 de julho de 2015.

SDG-1, em 14 de julho de 2015

  
**Elenilson Shibata Brandão Paixão**  
Respondendo pelo cargo de Taquígrafo de  
Controle Externo-Chefe

SDG-1/ESBP/Iso

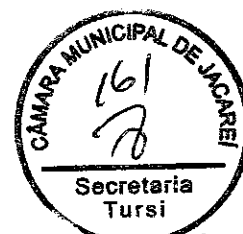


# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

TC-001324/026/11

381



## ACÓRDÃO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

**TC-001324/026/11**

**Embargante:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Assunto:** Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2011.

**Responsável:** Hamilton Ribeiro Mota (Prefeito à época).

**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face do parecer do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra o parecer desfavorável à aprovação das contas, emitido pela E. Primeira Câmara. Parecer publicado no D.O.E. de 14-01-15.

**Advogados:** Marcos Augusto Perez, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga e outros.

**Acompanham:** TC-001324/126/11 e Expedientes TC-000788/007/11, TC-000789/007/11, TC-000790/007/11, TC-000791/007/11, TC-000985/007/11, TC-000986/007/11, TC-001208/007/11, TC-001209/007/11, TC-009292/026/11, TC-021414/026/11, TC-029246/026/11, TC-031772/026/11, TC-031773/026/11, TC-031774/026/11, TC-031777/026/11, TC-031835/026/11, TC-000260/007/12 e TC-014796/026/12.

**Procurador de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

**ACORDA** o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de julho de 2015, pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, preliminarmente, conhecer dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitar, para o fim de confirmar a r. decisão do Tribunal Pleno.


Presente o Procurador - Geral do Ministério Público de Contas – Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa.

**Publique-se.**

São Paulo, 20 de julho de 2015.

  
CRISTIANA DE CASTRO MORAES  
PRESIDENTE

  
DIMAS EDUARDO RAMALHO  
RELATOR

PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 29/07/15  
  
CGC. DER

TIPO PROT.: \_ - TC \_ ( ? ) \_ - TCA \_ ( ? ) \_ x - DOC \_ TIPO DOC \_ ( ? )  
\*\*\*\*\* P A R T E S \*\*\*\*\*

1. PARTE: CODIGO: \_ ( ? ) UNID.: \_ ( S/N ) TC'S EM TRAMITE: \_  
NOME : \_\_\_\_\_

TC-001324/026/11

2. PARTE: CODIGO: \_ ( ? ) UNID.: \_ ( S/N ) OU MATRICULA: \_  
NOME : \_\_\_\_\_

ENT. GERENCIADA: \_ ( ? )

EXERCICIO : \_

AUDITOR ATUAL: \_

RELATOR ATUAL: \_

TIPO DOC. : \_ ( ? )

AUTUADO ENTRE: \_ / \_ / \_ E \_ / \_ / \_

DATA DOC.: \_ / \_ / \_

NUM. DOC. : \_

OU SEQ.: \_

NUM. EDITAL : \_

TIPO LICITACAO: \_ ( ? )

REGIONAL: \_

REF. TC- 0000000001324 / 026 / 11

DOC. NAO JUNTADOS AO REF. TC.: x

RESPONSAVEIS : \_

OBJETO: \_\_\_\_\_



TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO  
DIMAS EDUARDO RAMALHO

TC-001324/026/11  
383



TC-1324/026/11

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o r. parecer do processo TC-1324/026/11 publicado no Diário Oficial do Estado em 29/07/2015, transitou em julgado em 03/08/2015. Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, em 11 de agosto de 2015. \_\_\_\_\_, Sebastião Aparecido Leite, Auxiliar da Fiscalização Financeira II.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



São Paulo, 17 de setembro de 2015

Ofício CG.C.DER nº 2695/2015  
TC-001324/026/11  
Ref. Contas Anuais - Exercício 2011



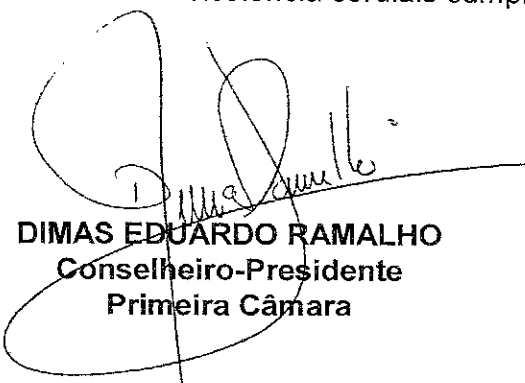
**Senhor Prefeito**

Encaminho a Vossa Excelência cópia de peças dos autos em epígrafe, que tratam das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, do exercício de 2011, para que conheça as recomendações propostas e adote as providências cabíveis.

Em sessão do Egrégio Tribunal Pleno de 03 de dezembro de 2014, foi negado provimento ao Pedido de Reexame interposto, ficando mantido o Parecer desfavorável emitido pela Egrégia Primeira Câmara, em sessão de 26/11/2013, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de 14/12/2013.

Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados, conforme Acórdãos publicados no Diário Oficial do Estado de 21/03/2014 e 29/07/2015.

Apresento a Vossa Excelência cordiais cumprimentos.

  
**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
Conselheiro-Presidente  
Primeira Câmara

Excelentíssimo Senhor  
HAMILTON RIBEIRO MOTA  
Prefeito Municipal  
JACAREÍ – SP  
Ctp/.

TTL939 14:52:03

TIPO PROT.: \_ - TC \_ (?) \_ - TCA \_ (?) X - DOC \_ TIPO DOC \_ (?)

\*\*\*\*\* PARTES \*\*\*\*\*

1.PARTE:CODIGO: \_ (?) UNID.: \_ ( S/N ) TC'S EM TRAMITE: \_

NOME : \_\_\_\_\_

2.PARTE:CODIGO: \_ (?) UNID.: \_ ( S/N ) OU MATRICULA: \_\_\_\_\_

NOME : \_\_\_\_\_

ENT.GERENCIADA: \_ (?)

AUDITOR ATUAL: \_\_\_\_\_ RELATOR ATUAL: \_\_\_\_\_

EXERCICIO : \_\_\_\_\_ AUTUADO ENTRE: \_/ \_/ \_ E \_/ \_/ \_

TIPO DOC. : \_ (?) PREFIXO : \_\_\_\_\_ DATA DOC.: \_/ \_/ \_

NUM. DOC. : \_\_\_\_\_ OU SEQ.: \_\_\_\_\_

NUM. EDITAL : \_\_\_\_\_ TIPO LICITACAO: \_ (?) REGIONAL: \_\_\_\_\_

REF. TC- 0000000001324 / 026 / 11 DOC.NAO JUNTADOS AO REF.TC.: X

RESPONSAVEIS : \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 386

TC 1324/026/11


Henrique



Visto.

À Unidade Regional de São José dos Campos  
para cumprir as determinações contidas no item 3 da r.  
Decisão de fls. 375.

DSF-II, 23 de novembro 2015.

  
ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLA  
Diretor Técnico de Departamento

/HJ



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

São José dos Campos, 01 de dezembro de 2015.

Ofício GDUR-7 nº 726/2015

Ref. TC-1324/026/11



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no item 4.7 da Ordem de Serviço SDG nº 02/09, o processo de prestação de Contas da Prefeitura de Jacareí, bem como os anexos a ele vinculados e o respectivo Parecer emitido pela E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 26/11/2013, relativo às Contas do exercício de 2011, para os fins previstos no artigo 31, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES**  
DIRETORA TÉCNICA DE DIVISÃO - UR-7

Ao  
Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de  
Jacareí



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

**PROCESSO Nº 210 DE 14.12.2015.**

**ASSUNTO: PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTA DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
REFERENTE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.**  
**AUTORIA: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**



**PARECER Nº 362 - RRV - CJL - 12/2015**

## **I- RELATÓRIO**

O presente parecer emitido pelo Tribunal de Contas Bandeirante foi encaminhado a essa Consultoria Jurídico-Legislativa para análise jurídica.

Ressaltamos, entretanto, que o exame jurídico realizado não abrangerá o **mérito** apresentado no parecer acostado aos autos pela Corte de Contas Estadual, tendo em vista que, **referida análise (do mérito) é de competência única e exclusiva dos Nobres Camaristas.**

A seguir, passaremos a expor a forma e os procedimentos previstos na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa de Leis, e que deverão ser observados quando da apreciação e julgamento das contas municipais apresentadas, diante do entendimento do Tribunal fiscalizatório.

***É a síntese do necessário.***

## **II - FUNDAMENTAÇÃO:**

De acordo com os preceitos constitucionais republicanos, e diante do que expõe a Lei Orgânica Municipal, compete **privativamente** à Câmara de Leis apreciar e julgar as contas



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



municipais apresentadas pelo Prefeito, deliberando sobre o parecer apresentado pelo Tribunal de Contas fiscalizador, no prazo de 60 (sessenta) dias após o seu recebimento.

A competência para apreciar e julgar as contas municipais e, conseqüentemente, deliberar sobre a conclusão da Corte de Contas é indelegável a outro órgão ou entidade e, caso não seja realizada a função legislativa fiscalizatória dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, as contas serão aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão apresentada pelo Tribunal de Contas no seu parecer.

É de se ressaltar que o parecer apresentado pela Corte Fiscalizatória somente deixará de prevalecer se houver decisão de 2/3 dos membros desta Casa de Leis.

Assim dispõe a Lei Orgânica Municipal:

*"Artigo 28 - Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:*

*VII- tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:*

- a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;*
- b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;*
- c) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito."*

*"Artigo 49 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

*§ 1º - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assumia obrigações de natureza pecuniária.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



§ 2º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 3º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo.

§ 4º - Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 5º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.”.

No mesmo sentido, o Regimento Interno desta Câmara Legislativa dispõe que o parecer prévio do Tribunal de Contas tramitará em regime especial, sendo matéria de decreto legislativo, devendo o Presidente desta Casa de Leis observar, quando do prosseguimento e julgamento, o disposto nos artigos 131 e 132 deste diploma interno e, caso rejeitadas as contas apresentadas e apreciadas, deverá comunicar ao Ministério Público para as devidas providências. Vejamos *in verbis* o que explicita o Regimento Interno desta Casa de Leis:

“Art. 92. Tramitação em regime especial os códigos, estatutos, orçamentos e o parecer prévio do Tribunal de Contas.”

“Art. 96. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, de sua competência privativa e não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente.

Parágrafo único. Constituem obrigatoriamente matérias de Decreto Legislativo a concessão de homenagens e a aprovação ou rejeição de contas do Prefeito.”

“Art. 122. § 4º Os vetos somente serão rejeitados pelo voto da maioria absoluta e o parecer do Tribunal de Contas, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.”.

“Art. 131. Recebidos o Parecer e seus anexos do Tribunal de Contas, caberá ao Presidente cumprir o seguinte rito administrativo:

- I - Autuar a documentação recebida, dando origem ao processo administrativo;
- II - distribuir cópias do processo às Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, que emitirão parecer em 30 (trinta) dias;



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



III - simultaneamente à distribuição junto às Comissões, citar o Prefeito Municipal, através de ofício, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar, perante as Comissões, sua defesa escrita e provas documentais, no prazo de 15 (quinze) dias;

IV - comunicar aos Vereadores que todos os termos do processo e a documentação correspondente encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo serão mantidos à disposição na Secretaria da Câmara;

V - comunicar o Prefeito Municipal, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, a data e o horário da sessão legislativa de julgamento das contas, onde ser-lhe-á concedido o tempo de 30 (trinta) minutos para, pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral.

§ 1º O Parecer das comissões será prolatado em conjunto, concluindo, com a respectiva proposição, pela rejeição ou aprovação das contas.

§ 2º Expirado o prazo de prolação do parecer das comissões, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.

§ 3º Tratando-se do julgamento das contas de ex-prefeito, aplica-se o mesmo teor do disposto nos incisos III e V deste artigo.

§ 4º A citação do ex-prefeito será feita por meio do Boletim Oficial do Município, e os respectivos prazos deste ato, serão contados a partir da data da sua publicação."

"Art. 132. O julgamento das contas do Prefeito será procedido mediante a apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 1º A Câmara terá o prazo de sessenta dias, a contar do recebimento do parecer prévio, para julgar as contas do Prefeito.

§ 2º O parecer prévio do Tribunal de Contas só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.

§ 3º A decisão da Câmara, formalizada através de Decreto Legislativo, será comunicada ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º Rejeitadas as contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério Público para os fins de direito."

## III - CONCLUSÃO

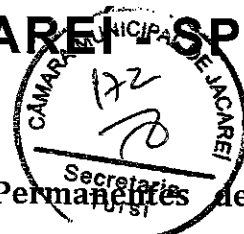
Posto isto, e tendo em vista todo o acima exposto, entendemos, s.m.j., que o presente parecer prévio emitido pelo respeitável Tribunal de Contas está apto a ser processado, apreciado e julgado de acordo com as normas legais expostas.





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Antes, porém, deve ser objeto de análise das **Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento**, e, **simultaneamente**, oficiado ao Prefeito Municipal, para apresentar defesa escrita e provas documentais perante às Comissões, no prazo de 15 (quinze) dias, abrindo-lhe oportunidade de manifestação.

Do mesmo modo, deve-se comunicar a **TODOS** os Nobres Vereadores sobre a documentação e os autos apresentados pelo Tribunal de Contas Bandeirante, ficando eles à disposição para a respectiva análise, nos moldes do Diploma Interno desta Casa de Leis.

***Sem mais para o momento e consignando a natureza opinativa e não vinculante deste parecer jurídico, é este o nosso entendimento.***

À análise da autoridade competente.

Jacareí, 16 de dezembro de 2015.

**Renata Ramos Vieira**

**Consultor Jurídico-Legislativo**

**OAB/SP nº 235.902**

ACOLHO o parecer por seus próprios fundamentos.

À Secretaria, para providências.

**WAGNER TADEU BACCARO MARQUES**  
**CONSULTOR JURÍDICO CHEFE**



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



Ofício nº 003/01/2016-CMP

Jacareí, 7 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor,

Nos termos do artigo 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 642, de 29/09/2005), servimo-nos do presente para citar Vossa Excelência de que se encontra em tramitação nesta Casa Legislativa o Processo nº 210/2015 (cópia anexa), de 14 de dezembro de 2015, destinado à apreciação do parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente às contas do exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí, e oferecer-lhe a oportunidade de apresentar, perante as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças de Orçamento do Legislativo, sua defesa escrita e provas documentais, no prazo de 15 (quinze) dias.

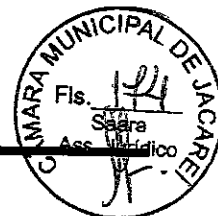
Sem outro particular, subscrevemo-nos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

**ARILDO BATISTA**  
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor  
**HAMILTON RIBEIRO MOTA**  
Prefeito Municipal de Jacareí  
Em mão

*RECEBI EM 13/01/2016.*



## Andréa - Comissões

**De:** Andréa - Comissões <comissoes@jacarei.sp.leg.br>  
**Enviado em:** segunda-feira, 11 de janeiro de 2016 08:26  
**Para:** 'Of Ver Ana Lino'; 'Of Ver Arildo'; 'Of Ver Edgard'; 'Of Ver Edinho'; 'Of Ver Fernando'; 'Of Ver Hernani'; 'Of Ver Itamar'; 'Of Ver José Francisco'; 'Of Ver Maurício'; 'Of Ver Paulinho'; 'Of Ver Rogério'; 'Of Ver Rose'; 'Of Ver Valmir'; 'x Ver Ana Lino'; 'x Ver Arildo'; 'x Ver Edgard'; 'x Ver Fernando 01'; 'x Ver Rogério'; 'x Ver Rose 02'; 'waldomiro@jacarei.sp.leg.br';  
**Cc:** antonelemarmo@jacarei.sp.leg.br; luisaldasvianna@uol.com.br  
'4 Of Secretaria - Tursi'; 'Of Comunicação - Direção TV Câmara - Davi Nascimento'; 'Of Comunicação - Elton'; 'Of Comunicação - Redação'; 'Of Cópias - Ivone'; 'Moacir'; elena@jacarei.sp.leg.br; saara.silva@jacarei.sp.leg.br; cristiane@jacarei.sp.leg.br; '3 Of Secretaria - Rita' (rita@jacarei.sp.leg.br); '2 Of Atas - Felipe' (felipe.atas@jacarei.sp.leg.br); 'Of Atas - Salette' (salette.atas@jacarei.sp.leg.br); wagner.secretaria@jacarei.sp.leg.br; fredy@jacarei.sp.leg.br  
**Assunto:** Distribuição do Processo - 210/2016  
**Anexos:** 210.2016.processo.contas 2011.2.pdf; 210.2016.processo.contas 2011.1.pdf

Senhor(a) Vereador(a),

Nos termos regimentais e da Portaria nº 046/2014, faço a distribuição dos Processos:

- **Processo nº 210/2016**

**Autor:** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

**Assunto:** Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Referente às contas do Exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí

**Prazo fatal: 30/03/2016**

**\*\*\* Informo que, se for do interesse, está autorizada a extração de 1 (uma) cópia impressa de cada propositura na Central de Cópias, na cota da Secretaria Legislativa.**

Atenciosamente,

**Andréa Maria de Carvalho**

Assessora Política das Comissões Parlamentares

[comissoes@jacarei.sp.leg.br](mailto:comissoes@jacarei.sp.leg.br)

(12) 3955-2260

# SILVEIRA, ANDRADE, COSTA FILHO ADVOGADOS

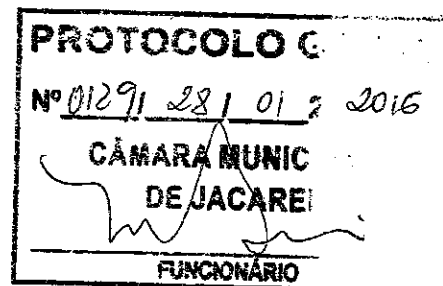
Hélio Freitas de Carvalho da Silveira • Marcelo Santiago de Padua Andrade Ass. Jurídico  
• Ademair Aparecido da Costa Filho



EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ – ARILDO  
BATISTA

ENCAMINHO À CONSULTORIA JURÍDICA PARA PARECER.  
EM 28 DE Janeiro DE 2016  
PRESIDENTE  
Arildo Batista  
Presidente

PROCESSO Nº 210 DE 14.12.2015  
(CONTAS ANUAIS 2011)

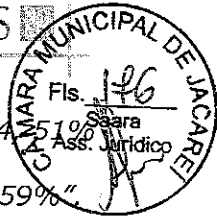


**HAMILTON RIBEIRO MOTA**, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, neste ato assistido por seus advogados, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar sua **DEFESA ESCRITA**, o que faz nos seguintes termos e razões.

O E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo exarou parecer pela irregularidade das contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacaré, relativas ao exercício de 2012, uma vez que a Prefeitura teria deixado de aplicar o mínimo constitucional de 25% (vinte e cinco por cento) em educação, como preceitua o art. 212 da Constituição Federal.

Ademais, teria deixado de aplicar a totalidade das verbas advindas do FUNDEB, dispondo-se a decisão do **E. TCESP**: "*As razões fulcrais que deram supedâneo ao Parecer desfavorável à aprovação das contas de Jacaré, exercício de*





2011, recaíram na inobservância do art. 212 da Constituição Federal, com 24,51% para a manutenção e desenvolvimento do ensino; e aplicação no FENDEB de 99,59%".

Contudo, como já bem demonstrado, não houve qualquer falha neste sentido, sendo certo que os investimentos em educação feitos pela Prefeitura Municipal de Jacareí naquele ano excederam ao limite constitucional, como se pretende demonstrar ao longo da instrução junto a esta C. Câmara de Vereadores.

Ademais, a questão relacionada ao FUNDEB se deveu a um simples equívoco contábil, sendo certo que houve correta aplicação dos valores.

(a)

Como se sabe, a verificação das contas de Prefeituras é dever imposto aos Tribunais de Contas pela Carta Magna, em seus artigos 71 a 75.

Em tais artigos observam-se, também, os critérios que deverão ser utilizados quando da realização de tal tarefa, mais especificadamente, nas linhas do artigo 70, onde é estabelecido que a fiscalização outorgada terá por parâmetros a análise quanto "à legalidade, legitimidade e economicidade" dos atos de gestão da entidade fiscalizada.

Este processo objetiva, evidentemente, a apuração de eventual falta – ou má gerência – do administrador público à frente das instituições públicas auditadas quando da utilização dos dinheiros públicos.

Tal entendimento é facilmente comprovado quando se observa, nos incisos VIII e XI, do artigo 71 da Lei Maior, que compete à Corte de Contas "aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas,





*as sanções previstas em lei (...)” e “representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados”.*

Mesmo comando encontra-se no artigo 2º da Lei Complementar 709, de 14 de Janeiro de 1993, norma que regula as atividades da Corte de Contas do Estado, quando atribui àquela Casa o dever de “*aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei*” e “*comunicar à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal*” ou “*representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abuso verificado*”.

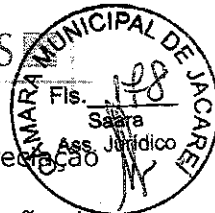
É, portanto, inquestionável que compete aos Tribunais de Contas a verificação dos atos de gestão daqueles que estão à frente do órgão auditado, observando se, durante a sua gestão, foram praticados atos contrários ao ordenamento vigente, ou mesmo procedimentos ilegítimos ou antieconômicos. Nestes casos, é legítima a declaração de ilegalidade das contas e, conseqüentemente, a punição dos responsáveis.

**Outro ponto a se destacar é o notório caráter acessório que a Corte de Contas possui, uma vez que a detentora da legitimidade para aprovar ou rejeitar o parecer é a Câmara Municipal.**

No entanto, **resta igualmente fora de questão que tal atribuição há que ser cumprida tão somente para que possa se imputar a responsabilidade àquele dirigente que tenha agido em contrariedade ao interesse público ou à lei.**

Assim, as contas não poderiam ser rejeitadas sem a existência de responsabilidade do administrador. Isso vale, por exemplo, nos atos praticados por outros agentes ou ainda por situação a que este não tenha dado causa.





Por isso, se revela de fundamental importância, quando da apreciação das contas da Prefeitura de Jacareí, por esta Câmara Municipal, a verificação da origem dos atos que levaram à situação erroneamente censurada pelo Tribunal de Contas do Estado. É necessário que se considere a existência de nexo de causalidade entre a ação ou omissão do então administrador e a situação que se está a objetar, para que as contas por ele prestadas sejam consideradas irregulares.

**(b)**

Como já decidido pelo **C. STF**<sup>1</sup>, a fiscalização institucional da Câmara de Vereadores *"não pode ser exercida, de modo abusivo e arbitrário, pela Câmara de Vereadores, eis que - devendo efetivar-se no contexto de procedimento revestido de caráter político-administrativo - está subordinada à necessária observância, pelo Poder Legislativo Local, dos postulados constitucionais que asseguram, ao Prefeito Municipal, a prerrogativa da plenitude de defesa e do contraditório"*. A decisão que da Câmara relativa às contas do Executivo Municipal, neste sentido, *"além de supor o indeclinável respeito ao princípio do devido processo legal, há de ser fundamentada, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Constituição da República"*.

Pois bem.

É ciente de que esta C. Câmara de Vereadores respeitará os princípios **(a)** da proporcionalidade e razoabilidade; **(b)** da ampla defesa e do contraditório; **(c)** da transparência e impessoalidade, que se refletem em decisões fundamentadas onde se possam notar fundamentos políticos e jurídicos; que o

<sup>1</sup>STF, Recurso Extraordinário nº 434521/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 12.06.2006.





Peticionário passa a expor as razões porque as contas devem ser julgadas regulares.

(c)

Para emissão do parecer ora analisado, o C. Tribunal de Contas desconsiderou como verbas integrantes da rubrica de educação aquelas feitas com limpeza, conservação e manutenção de áreas verdes das escolas municipais.

Todavia, como demonstrado nos autos, as despesas com limpeza, manutenção e conservação de áreas verdes das escolas estão consideradas no art. 70, II, da LDB e não poderiam ser ignoradas pelo C. TCEP em seu exame.

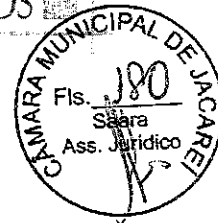
Com efeito, o montante dispendido na conservação, limpeza e manutenção das escolas são aferíveis de plano, pois gozam de notas específicas, contendo a medição escorelta de onde foram executados os serviços e qual o valor pago. O fato destes serviços estarem dispostos em um contrato maior, que engloba outras atividades da Administração, só demonstra o cuidado do Peticionário com a economia do dinheiro público.

Um contrato maior, com objeto mais amplo, prazo de execução maior, gera manifesta economia para a Administração. Ao levar este contrato às escolas, há economia dos recursos destinados à educação.

Pela lógica do E. TCEP os serviços prestados pela empresa são os mesmos que poderiam ser executados por outra empresa qualquer, desde que o contrato isolasse o valor destinado à manutenção das escolas; poderia, ainda, ser feito através funcionários da própria Administração, comprando os produtos e maquinários.







Contudo, qual das hipóteses seria mais econômico?

Por certo que a opção adotada nos autos, em destinar horas de trabalho de um contrato já existente para que houvesse prestação dos serviços dentro das escolas públicas.

Uma vez prestados estes serviços, em atenção ao princípio da transparência, eram emitidos notas fiscais e empenhos correspondentes, todos especificando o local, natureza e custo da prestação de serviços.

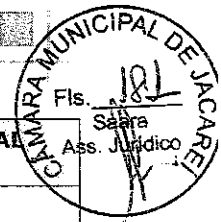
Ocorre que o C. TCESP não quis apreciar estas provas, como se infere dos acórdãos e das insistentes manifestações da Prefeitura Municipal nos autos do processo administrativo.

A consideração destes valores, data máxima vênia, é tarefa desta C. Câmara de Vereadores, aferindo a proporção a ser computada com os gastos feitos em educação.

Neste ponto, **requer-se o apensamento aos autos do processo administrativo que tratou e julgou as contas do Peticionário relativas ao ano de 2010,** quando esta C. Câmara de Vereadores julgou questão absolutamente correlata, entendendo pela correção das aplicações em tela. Requer-se mais: **se determine a juntada da ata da sessão e da gravação da sessão,** para que se colha a opinião dos Senhores Vereadores sobre o tema.

Uma vez considerados estes valores, teríamos o seguinte cenário quanto aos gastos com aplicação:





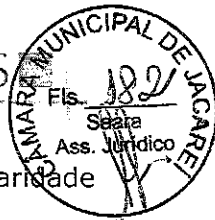
DISPOSITIVO	VALOR	PERCENTUAL
Receitas de impostos e transferências	315.144.474,64	100%
<b>DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL/INFANTIL</b>		
Despesas consideradas pelo TCESP	76.104.048,12	24,511%
Gastos com limpeza, conservação e manutenção de áreas verdes	(+) 2.414.952,02	0,87%
<b>TOTAL</b>		<b>25,39%</b>

Neste cenário, mister que se considere os valores apontados, perfazendo-se o limite constitucional do art. 212 da CF/88 e, destarte, aprovando as contas relativas ao ano de 2012 do Peticionário.

Já no que concerne à aplicação das verbas advindas do FUNDEB, como apontado pela Prefeitura em sua defesa institucional junto ao E. TCESP, é certo que houve equívoco contábil por parte da Auditoria da Corte de Contas, que deixou de verificar o fluxo de receitas e despesas na conta específica. Contudo, é certo que, nos termos do próprio parecer, **o Peticionário utilizou 99,95% dos recursos advindos de mencionado fundo** e a irregularidade estaria no simples fatos dos 0,05% não terem sido utilizados no exercício seguinte.

Ocorre que este montante foi utilizado exatamente nas atividades referentes à manutenção do Magistério, sem qualquer tergiversação, sendo certo que o próprio TCESP houvera reconsiderado a questão: *"Com efeito, há que ser considerado que o percentual utilizado no exercício ficou acima de 95%, bem como, a recente jurisprudência firmada nesta E. Corte de Contas nos TCS-1464/026/11, 1402/026/11, 1312/026/11 e 1432/026/11."*





Assim é que o Exmo. Conselheiro vinculou esta suposta irregularidade com o fato tido como maior, qual seja, o alegado descumprimento do montante total em educação: *"E a outra impropriedade diz respeito a não aplicação de 100% dos recursos do FUNDEB (99,95%), não contestada, mas com solicitação que seja relevada, consoante decisão desta Corte de Contas mencionadas pela recorrente. NO entanto, esta questão não remanesceu singular, sobrevindo, antes, a agravante da inobservância do art. 212 da CF"*.

Assim, além de um juízo de proporcionalidade por parte desta C. Câmara de Vereadores, imperioso que se proceda à dilação probatória neste particular.

Com o fito de prova, neste ponto específico, o Peticionário requer a realização de perícia contábil pública, sobre os seguintes documentos a) balancete ou balanço financeiro analítico que contemple as despesas com educação no período investigado; b) conciliação bancária; c) cópia da documentação referente à abertura do crédito adicional; d) cópia dos empenhos referentes à aplicação dos recursos remanescentes (saldos verificados).

Por tais fundamentos, o Peticionário pretende que seja atribuído ao presente caso o mesmo deslinde de suas contas relativas ao ano de 2010, com a plena aprovação e rejeição do parecer correspondente.

**(c.1)**

Há, nos caso dos autos, manifesta necessidade de se proceder à dilação probatória.





Sendo o maior interessado na rápida e correta tramitação do feito, o Peticionário busca zelar pela garantia daquilo que restou consignado no v. acórdão proferido na Apelação Cível nº 600.884-5/6-00, que analisou as contas do Município de Jacareí relativas ao exercício de 2001.

**Daí a concessão da ordem para anular a deliberação da Casa Legislativa e assegurar ao impetrante a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório no procedimento de exame de suas contas referentes ao exercício de 2.001.**

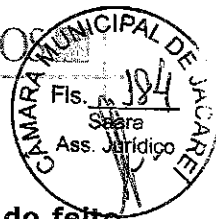
Assim, é de se atender às seguintes providencias: **(a)** a nomeação de uma Comissão Especial para apreciação do parecer, o que não se confunde com eventual colheita de pareceres de comissões permanentes; **(b)** o atendimento aos pedidos de produção de provas do Peticionário, abaixo explicitados; **(c)** a abertura do contraditório, franqueando ao Peticionário que se manifeste por escrito, após a emissão dos pareceres pelas comissões (Especial, de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento).

Quanto às provas, parece natural que se produza perícia contábil e financeira, após a vinda dos documentos requeridos.

**Efetivamente não é possível concluir pela não aplicação de recursos com Educação se tais empenhos, notas fiscais e mesmo o contrato de limpeza não forem detalhadamente verificados.**

**Igualmente, importante notar que o próprio parecer do E. TCESP reconsidera uma série de despesas, mas não as contabiliza na planilha, o que aparenta ser omissa a análise da Corte de Contas.**





**Tais fatos são de suma importância para o deslinde do feito, pois o percentual que implicou na rejeição das contas do Peticionário foi mínimo, de menos de 0,5%, sendo certo que qualquer valor considerado revelará a correção dos gastos com educação.**

Além disso, o **C. TCESP** disse textualmente em seu acórdão que não foi possível confirmar que os gastos glosados da área da educação tiveram aplicação exclusiva naquele setor.

Daí se cumpre responder a outra questão, através da devida perícia contábil e financeira:

- *Quais os elementos de provas, e valores, que teriam sido dispendidos com a manutenção das escolas públicas?*

Assim, essencial será a análise dos empenhos e contratos atinentes aos valores glosados, a fim de que esta Câmara Municipal tenha em mãos as informações necessárias e suficientes à tomada de decisão nos autos.

Será necessário, naturalmente, requisitar informações à Prefeitura Municipal, para que se franqueiem os processos de empenho dos gastos viabilizados em 2010 e 2011 com tais recursos.

Com o devido e merecido respeito, o não atendimento aos pedidos aqui expostos poderá ensejar, em tese, o acionamento do Poder Judiciário, visto que o direito à produção de provas já foi confirmado em demanda envolvendo as mesmas partes e o mesmo tema.





(d)

Diante do exposto, primeiro passo para a regularização do processo é a nomeação da Comissão Especial de análise das contas.

Depois disso, deferida a produção da prova pericial e documental solicitada e nomeado o perito, requer seja aberto prazo para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos.

Que se tome parecer das comissões permanentes desta C. Câmara.

Com o resultado da perícia nos autos, requer ainda o encaminhamento do processo às comissões, para exaração de parecer, após o que se pleiteia nova abertura de prazo para que o Defendente exerça seu contraditório, **respondendo aos pareceres lançados.**

Concluído este *iter* haverá possibilidade de inclusão do processo na pauta desta D. Edilidade, em sessão para a qual o Defendente já adianta seu interesse em apresentar sustentação oral, por si ou por seus advogados.

Ao término de tudo e pelas razões aqui expostas, requer desta D. Edilidade a apreciação do tema, refutando as conclusões a que chegou o C. TCESP e, neste sentido, rejeitando o parecer encaminhado, com a consequente aprovação das contas do exercício de 2011.





Caso Vossa Excelência entenda por indeferir a expedição de requisição de documentos, que se conceda prazo suplementar de 10 (dez) dias para que o próprio Peticionário diligencie<sup>2</sup>.

Nestes termos, pede deferimento.

De São Paulo para Jacareí, 28 de janeiro de 2016.

HELIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003

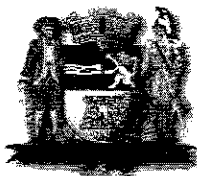
ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO

OAB/SP 256.786

*Os integrantes da CCJ  
e CFO acusam recebimento.*

<sup>2</sup> Destaque-se, *data vênia*, que os prazos no processo administrativos não são peremptórios como nos processos judiciais, sendo possível sua dilação quando "*comprovada necessidade de maior prazo*" e desde que "*expressamente motivada*", como se infere dos artigos 24, 42, 49 e 59, §2º, todos da Lei Geral do Processo Administrativo (L. nº 9784/1999).

Em especial com relação ao Município de Jacareí e ao processo de julgamento das contas anuais, o único prazo peremptório pela Lei Orgânica (art. 49, §3º) e Regimento Interno (art. 131, §3º) é aquele de 60 (sessenta) dias para julgamento, sob pena de se prevalecer o parecer do E. Tribunal de Contas independente de análise plenária.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE  
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



**Processo nº 210/2015**

**Assunto: Parecer do TCESP ref. às Contas do Exercício 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí**

## **PARECER nº 13/2016/CJL/WTBM**

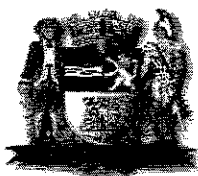
Trata-se de petição apresentada pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Hamilton Ribeiro Mota, feita através de seu procurador legalmente constituído, pela qual elucida a sua defesa e faz requerimentos.

Quanto aos argumentos relativos à defesa das contas, não cabe manifestação desta Consultoria, pois são os Srs. Vereadores que farão a análise do mérito do caso, conforme entendimento já exposto às fls. 168/172 dos autos.

Outrossim, quanto aos requerimentos, temos o seguinte:

- a) **a juntada de documentos** pode ser deferida, vez que *os direitos à ampla defesa e ao devido processo legal estão insculpidos em princípios constitucionais, que se aplicam ao presente caso.* Pelos mesmos motivos, a juízo da autoridade competente, pode ser atendido o requerimento de **juntada dos autos do processo em que foram julgadas as contas do Exercício de 2010**, bem como o de **concessão de prazo suplementar**;





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE  
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



- b) a nomeação de perito oficial depende de deliberação das Comissões que analisarão o caso, nos termos do § 4º, do artigo 31 da Resolução 642/2005 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí) <sup>1</sup>.

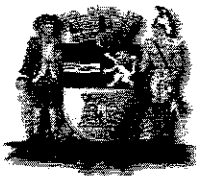
Questão que não foi trazida pela petição ora em comento, mas que é de suma importância e que merece ser abordada, é que faz referência à suspensão do prazo de julgamento durante o período de recesso parlamentar.

Como cediço, a Lei Orgânica do Município de Jacareí estabelece que o julgamento do parecer do Tribunal de Contas deve ser feito em 60 dias contados a partir do recebimento (artigo 49, § 3º). No mesmo sentido, o Regimento Interno em seu artigo 131, § 3º. Ocorre que a L.O. silencia quanto à suspensão do prazo durante o período de recesso parlamentar, deixando as regulamentações sobre tal assunto para as Resoluções, que são normas de inferior importância na hierarquia legislativa.

Entendemos, todavia, que a suspensão do prazo durante o recesso não ofende a regra do indigitado § 3º, artigo 49, da Lei Orgânica, por três motivos.

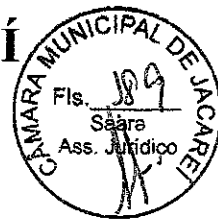
Primeiro, porque embora a L.O. não preveja expressamente a suspensão, também não a proíbe. Como os atos que deverão ser praticados durante o processo estão devidamente mencionados - como no processo de cassação de Vereador (artigo 33, § 4º) e a posse de suplente (artigo 35, § 3º), etc. - podemos concluir que a regra é que os prazos sejam paralisados.

<sup>1</sup> § 4º As Comissões Permanentes poderão utilizar a dotação orçamentária legislativa para contratação de serviço técnico especializado, na forma da lei, **exclusivamente quando este auxílio se justificar como indispensável ao exercício de fiscalização deste colegiado, sobre os assuntos da sua respectiva competência de atuação** - grifamos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE  
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



Segundo, porque nem mesmo os projetos de Lei que tramitam com urgência correm durante o recesso (artigo 42, § 3º), o que corrobora com o entendimento supra.

Por fim, e talvez mais importante: como já mencionado anteriormente, os princípios do acesso ao devido processo legal e do direito à ampla defesa estão consignados pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV.<sup>2</sup> Considerando que tanto o Legislativo quanto Executivo Municipal estiveram em recesso entre o final do ano passado e o início deste, é possível concluir que existe prejuízo para a Defesa caso seja subtraído o tempo em que o processo esteve inacessível aos interessados.

Assim, pelo nosso entendimento, a Câmara Municipal deve julgar o parecer do Tribunal de Contas em 60 dias após o seu recebimento, suspendendo-se porém tal prazo durante o recesso parlamentar, por ser mais adequado em relação às normas constitucionais, legais e infralegais concernentes.

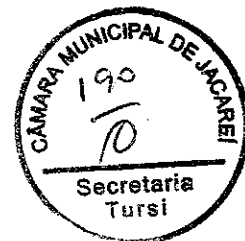
Este é o nosso parecer.

Jacareí, 1º de fevereiro de 2016

**WAGNER TADEU BACCARO MARQUES**  
CONSULTOR JURÍDICO CHEFE  
OAB/SP Nº 164.303


<sup>2</sup> LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

## AUTORIZAÇÃO



Autorizo o Sr. **FRANCISCO ALEX DO CARMO**, portador do RG nº 23.993.172, inscrito no CPF/MF 170.891.628-85, a, em meu nome, retirar as cópias dos processos de prestação de contas, anos de 2011 e 2012, da Prefeitura Municipal de Jacareí junto aos responsáveis.

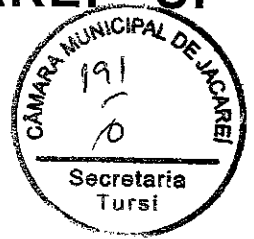
De São Paulo para Jacareí, 3 de fevereiro de 2016.



**ADEMIR APARECIDO DA COSTA FILHO**  
**OAB/SP 256.786**



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



**RECIBO**

Recebi da Câmara Municipal de Jacareí, conforme solicitação por mim formulada, cópia de parte dos autos do Processo TC 1324/026/11, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativamente às Contas do Executivo Municipal Jacareiense do exercício de 2011, que integram o Processo nº 210, de 14 de dezembro de 2015, desta Casa Legislativa, assim consistindo: fls. 01 a fls. 386 (Volumes I e II) e Documentos 2 e 3 do Anexo s/ numeração.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Câmara Municipal de Jacareí, 03 de FEVEREIRO de 2016.

  
p/p ADEMAR COSTA FILHO  
Advogado



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



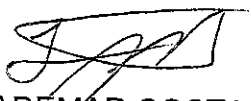
## RECIBO

Recebi da Câmara Municipal de Jacareí, conforme solicitação por mim formulada, cópia do Resumo da Ata Eletrônica da 18ª Sessão Ordinária, realizada em 04 de junho de 2014, na qual se verificou a apreciação do Processo nº 055/2014 – Parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente às contas do exercício de 2010 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Recebi, ainda, a mídia DVD contendo o trecho específico das discussões dos processos constantes da Ordem do Dia da 18ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Jacareí, realizada em 4 de junho de 2014, extraído da respectiva Ata Eletrônica.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Câmara Municipal de Jacareí, 03 de Fevereiro de 2016.

  
e/p ADEMIR COSTA FILHO  
Advogado

## Andréa - Comissões

**De:** moacir@jacarei.sp.leg.br  
**Enviado em:** segunda-feira, 1 de fevereiro de 2016 07:51  
**Para:** 6 CMJ Andréa - Comissões  
**Assunto:** Defesa nas contas de 2011 e 2012 do Executivo  
**Anexos:** Processo 210.2016.Contas2011.Defesa.Prefeito.PDF; Processo 211.2016.Contas2012.Defesa.Prefeito.pdf



**Prioridade:** Alta

Caríssima Andréa, favor distribuir aos Vereadores os arquivos anexos:

1. Defesa escrita do Executivo Municipal referente às contas de 2011;e
2. Defesa escrita do Executivo Municipal referente às contas de 2012.

Observação: as defesas encontram-se na Consultoria Jurídica para parecer em razão de pedidos nelas constantes.

Atenciosamente,

**MOACIR BENTO SALES NETO**  
Secretário-Diretor Legislativo  
Câmara Municipal de Jacaréi  
[moacir@jacarei.sp.leg.br](mailto:moacir@jacarei.sp.leg.br)  
(12) 3955.2259



## Andréa - Comissões

De: Andréa - Comissões <comissoes@jacarei.sp.leg.br>  
 Enviado em: terça-feira, 2 de fevereiro de 2016 15:56  
 Para: 'Of Ver Ana Lino' (analino@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Arildo' (arildobatista@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Edgard' (edgard.sasaki@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Edinho' (edinhoguedes@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Fernando' (fernandoramos@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Hemani' (hemaniabarreto@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Itamar' (itamar.alves@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver José Francisco' (josefrancisco@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Maurício' (mauriciohaka@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Paulinho' (paulinhodoesporte@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Rogério' (pr.rogeriotimoteo@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Rose' (rosegaspar\_pt@jacarei.sp.leg.br); 'Of Ver Valmir' (valmirdoparqueielua@jacarei.sp.leg.br); 'x Ver Ana Lino' (analinobispo@gmail.com); 'x Ver Arildo' (arildobatistaptamarajc@outlook.com); 'x Ver Edgard' (jose.martinez@bol.com.br); 'x Ver Fernando 01' (sergiokobra@gmail.com); 'x Ver Rogério' (v.nogueira@yahoo.com.br); 'x Ver Rose 02' (rosegaspar@rosegaspar.org); 'waldomiro@jacarei.sp.leg.br'; 'antonelermarmo@jacarei.sp.leg.br'; 'luiscaledasviana@uol.com.br'; 'daisy.vidal@hotmail.com'; 'Of Comunicação - Direção TV Câmara - Davi Nascimento' (direcav@jacarei.sp.leg.br); 'Of Comunicação - Elton' (impressa@jacarei.sp.leg.br); 'Of Comunicação - Redação' (redacao@jacarei.sp.leg.br); 'Of Cópias - Ivone' (ivone@jacarei.sp.leg.br); 'daisy.vidal@hotmail.com'; 'elena@jacarei.sp.leg.br'; 'saara.silva@jacarei.sp.leg.br'; 'cristiane@jacarei.sp.leg.br'; '3 Of Secretaria - Rita'; '2 Of Atas - Felipe'; 'Of Atas - Salette'; 'wagner.secretaria@jacarei.sp.leg.br'; 'fredy@jacarei.sp.leg.br'; '4 Of Secretaria - Tursi' (tursi@jacarei.sp.leg.br); moacir@jacarei.sp.leg.br  
 Cc: moacir@jacarei.sp.leg.br  
 Assunto: ENC: Distribuição do Processo - 210/2016  
 Anexos: 210.2016.processo.contas.2011.2.pdf; 210.2016.processo.contas.2011.1.pdf; 210.2015.processo.contas.2011.defesa.e.parecer.juridico.pdf

Senhor(a) Vereador(a),

De acordo com os termos regimentais e da Portaria nº 046/2014, faço a distribuição dos Processos:

### Processo nº 210/2015

**Autor:** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

**Assunto:** Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Referente às contas do Exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí

**Prazo fatal:** 30/03/2016

**OBS:** Processo reencaminhado devido parecer jurídico desta consultoria e defesa das contas

\*\*\* Informo que, se for do interesse, está autorizada a extração de 1 (uma) cópia impressa de cada proposição na Central de Cópias, na cota da Secretaria Legislativa.

Atenciosamente,

Andréa Maria de Carvalho

1

Assessora Política das Comissões Parlamentares  
 comissoes@jacarei.sp.leg.br  
 (12) 3955-2260



Controle:

2

Destinatário Entrega

'Of Ver Ana Lino' (analino@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Arildo' (arildobatista@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Edgard' (edgard.sasaki@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Edinho' (edinhoguedes@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Fernando' (fernandoramos@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Hemani' (hemaniabarreto@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Itamar' (itamar.alves@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver José Francisco' (josefrancisco@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Maurício' (mauriciohaka@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Paulinho' (paulinhodoesporte@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Rogério' (pr.rogeriotimoteo@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Rose' (rosegaspar\_pt@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Ver Valmir' (valmirdoparqueielua@jacarei.sp.leg.br)  
 'x Ver Ana Lino' (analinobispo@gmail.com)  
 'x Ver Arildo' (arildobatistaptamarajc@outlook.com)  
 'x Ver Edgard' (jose.martinez@bol.com.br)  
 'x Ver Fernando 01' (sergiokobra@gmail.com)  
 'x Ver Rogério' (v.nogueira@yahoo.com.br)  
 'x Ver Rose 02' (rosegaspar@rosegaspar.org)  
 'waldomiro@jacarei.sp.leg.br'  
 'antonelermarmo@jacarei.sp.leg.br'  
 'luiscaledasviana@uol.com.br'  
 'daisy.vidal@hotmail.com'  
 'Of Comunicação - Direção TV Câmara - Davi Nascimento' (direcav@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Comunicação - Elton' (impressa@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Comunicação - Redação' (redacao@jacarei.sp.leg.br)  
 'Of Cópias - Ivone' (ivone@jacarei.sp.leg.br)  
 'daisy.vidal@hotmail.com'  
 'elena@jacarei.sp.leg.br'  
 'saara.silva@jacarei.sp.leg.br'  
 'cristiane@jacarei.sp.leg.br'  
 '3 Of Secretaria - Rita'  
 '2 Of Atas - Felipe'

Falhou: 2/2/2016 15:56

Falhou: 2/2/2016 15:56

3

Destinatário Entrega

'Of Atas - Salette'  
 'wagner.secretaria@jacarei.sp.leg.br'  
 'fredy@jacarei.sp.leg.br'  
 '4 Of Secretaria - Tursi' (tursi@jacarei.sp.leg.br)  
 moacir@jacarei.sp.leg.br

4



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE

MOA

Ofício nº 24/02/2016



A Sua Excelência, o Senhor  
**HAMILTON RIBEIRO MOTA**  
Prefeito Municipal de Jacareí

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor,

Para o devido conhecimento e para a adoção de eventuais providências, encaminhamos a Vossa Excelência as manifestações preliminares das Comissões de Constituição e Justiça e de Orçamento e Finanças relativas às defesas escritas apresentadas nos autos dos Processos nºs 210/2015 e 211/2015, que tramitam nesta Casa Legislativa, referentes ao julgamento das Contas do Executivo Municipal dos exercícios 2011 e 2012, respectivamente.

Neste contexto, destacamos que as Comissões decidiram por deferir o prazo solicitado para a juntada de documentos e a manifestação escrita da defesa após a emissão dos pareceres conclusivos, nos termos dos documentos ora encaminhados.

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevendo.

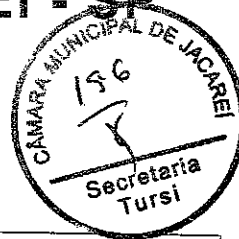
  
**ARILDO BATISTA**  
Presidente

Câmara Municipal de Jacareí	
Gabinete do Prefeito	
Recebido em	26.02.16
Às	15:27
Assinatura	glauco





**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



**COMISSÕES 1 – CCJ e 2 – CFO**

PROCESSO Nº:	<b>210/2015</b>	DE: 14.12.2015
ASSUNTO:	PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.	
AUTORIA:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.	

**ANÁLISE PRELIMINAR DA DEFESA ESCRITA**  
**APRESENTADA NO PROCESSO DE JULGAMENTO**  
**DAS CONTAS 2011 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Sob o Protocolo Geral nº 0129, de 28.01.2016, o Senhor Hamilton Ribeiro Mota, por seu procurador, notificado que foi via o Ofício 003/01/2016-CMP, apresentou defesa escrita nos autos discriminados em epígrafe, tendo sido esta pronta e regularmente distribuída aos Senhores Vereadores e às Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa para a devida análise.

Após detido estudo, nós, os integrantes das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Jacareí, subscritos, em reunião conjunta realizada na data de 23 de fevereiro de 2016, em análise preliminar, manifestamo-nos a respeito dos pleitos contidos na peça defensiva, conforme segue:

1. Registramos ciência de que a Secretaria Legislativa desta Casa disponibilizou ao peticionário, de acordo com sua solicitação, cópia de parte dos autos relativos às Contas do exercício de 2011 do Executivo Municipal jacareense (recibo à fl. 191 – Processo nº 210/2015); disponibilizou, ainda, o Resumo da Ata Eletrônica da 18ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Jacareí, realizada em 4 de junho de 2014, na qual foram apreciadas as Contas do exercício de 2010 do Executivo Municipal de Jacareí, entregando, também, mídia DVD contendo o trecho específico das discussões dos processos constantes da Ordem do Dia da 18ª Sessão Ordinária;

2. Não vislumbramos a necessidade da nomeação de uma comissão especial para a avaliação da defesa apresentada, eis que tal competência é legal e regimentalmente atribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento;

3. Entendemos que não deva ser mister das Comissões solicitar ao Executivo Municipal os documentos que buscam instruir a defesa, posto que o peticionário e



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



interessado no deslinde das Contas é o atual Prefeito, dispondo, portanto, dos meios e meios e ágeis para a obtenção das provas que entende necessárias;

4. No mesmo raciocínio do item anterior, entendemos que não é cabível realização de qualquer perícia ou levantamentos de dados ou percentuais, não sendo esta a função desta Casa Legislativa.

5. Em homenagem aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, deferimos ao peticionário o prazo solicitado para a juntada das provas que julgar pertinentes;

6. Deferimos, também, o requerido quanto à possibilidade de manifestação escrita do peticionário, se assim entender necessário, após o parecer conclusivo das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento a respeito da Contas de 2011 do Executivo Municipal, conferindo-lhe o prazo de três dias para tanto.

Isto dito, deferimos o requerimento final contido na defesa apresentada, qual seja, o da concessão de prazo suplementar de 10 (dez) dias para que o peticionário diligencie as providências que julgar apropriadas, a contar da ciência do presente documento, entendendo que até o seu termo serão produzidos os efeitos do § 2º do art. 47 da Resolução 642/2005 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí, dispositivo este que prevê a suspensão do prazo processual.

Portanto, face ao exposto, encaminhamos o presente documento ao Senhor Presidente desta Casa Legislativa, solicitando seja remetida cópia ao interessado e adotadas as demais providências cabíveis.

Câmara Municipal de Jacareí, 24 de fevereiro de 2016.

  
José Francisco  
Rel. CCJ/01

  
Itamar Alves  
Mem. CCJ/01

  
Ana Lino  
Rel. CFO/02

  
Rose Gaspar  
Pres. CFO/02

# SILVEIRA, ANDRADE, COSTA FILHO ADVOGADOS

Hélio Freitas de Carvalho da Silveira • Marcelo Santiago de Padua Andrade  
• Ademir Aparecido da Costa Filho



EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

BATISTA

*Encaminhe-se à CCT e à CFO  
para que se manifestem, nos  
termos do § 4º do art. 47 do R.I.*

*30/03/16*  
**Arildo Batista**  
Presidente

<b>PROTOCOLO GERAL</b>
Nº 0359 / 09 / 03 / 2016
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ</b>
<i>[Assinatura]</i>
FUNCIONÁRIO

PROCESSO Nº 210 DE 14.12.2015

(CONTAS ANUAIS 2011)

**HAMILTON RIBEIRO MOTA**, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, neste ato assistido por seus advogados, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada dos inclusos documentos, a saber, (a) contrato de concessão de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos; (b) notas de ordem de pagamento das despesas com manutenção e limpeza das escolas no ano; (c) relatório da conta vinculada ao FUNDEB no ano de 2011.

Neste ato, como se se pode notar do volume de informações e dados, insiste na realização de perícia, porquanto é este o meio de prova hábil a demonstrar que os valores gastos na manutenção, limpeza e conservação de escolas foram efetivamente empregados e remunerados de forma individualizada.

*Arildo* 15.3.16  
*[Assinatura]* CCT

*[Assinatura]*  
15/03/2016





Insiste mais: as verbas advindas/vinculadas do FUNDEB só podem ser analisadas por quem dispõe de conhecimento técnico aprofundado, como forma de comprovação dos pagamentos e aplicação dos recursos.

O Requerente insiste que foi simples equívoco contábil o que gerou a reprovação de suas contas relativas ao ano de 2011, pois o C. Tribunal de Contas não considerou os valores pagos à concessionária de limpeza urbana e nem se atentou ao fato de que os 0,05% do FUNDEB foram aplicados, nos termos da lei, no trimestre seguinte.

Portanto, se requer a juntada dos inclusos documentos e se insiste na realização de perícia técnica.

Protesta por juntada de mais documentos necessários a deslinde do feito.

Nestes termos, pede deferimento.

Jacaré, 9 de março de 2016.

ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO

OAB/SP 256.786





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Processo nº 210/2015, de 14/12/2015

Assunto: Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente às contas do exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Autor: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## OBSERVAÇÃO:

Os documentos apresentados pelo Prefeito Municipal Hamilton Ribeiro Mota junto à defesa de fls. 198/199 destes autos estão arquivados separadamente, ao final do processo, porém dele fazendo parte integrante.

# SILVEIRA, ANDRADE, COSTA FILHO ADVOGADOS

Hélio Freitas de Carvalho da Silveira • Marcelo Santiago de Padua Andrade  
Ademar Aparecido da Costa Filho • Rafael Sonda Vieira • Ronair Ferreira de Lima

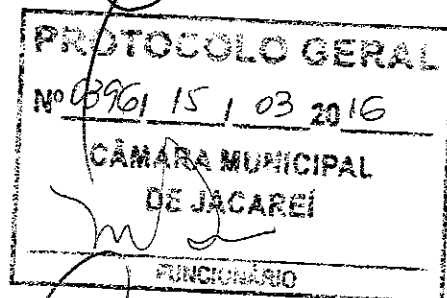


EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ - ARILDO

BATISTA

*à CCS e a CFO  
p/ conhecimento.*  
*16/03/16*

*Cinto 16-3-16*



PROCESSO Nº 210 DE 14.12.2015

(CONTAS ANUAIS 2011)

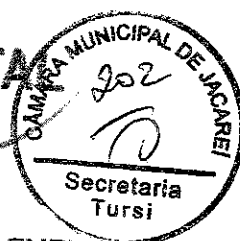
**HAMILTON RIBEIRO MOTA**, devidamente qualificado (nos autos do processo em epígrafe, neste ato assistido por seus advogados, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do incluso relatório dos serviços prestados nas escolas municipais de Jacaré.

Da juntada, pede deferimento.

De São Paulo para Jacaré, 15 de março de 2016.

**ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO**  
**OABSP 256.786**

JANGIRO/11



Neste mês janeiro de foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

Creche Cornélio Rodrigues da Silva	EMEI Comendador Antônio Lourenço	EMEI Prof. Sílvia Silveira Mello Filho	Creche Geralda Pinheiro	EMEI Prof. Antônio - Leis Vieira
EME DECAP	EMEI Jardim Emilia	EMEI Jardim Primavera	EMEI Vila Formosa	

Neste mês de janeiro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Prof. Delfy Gaspar dos Santos	EMEF Prof. Ricardina dos Santos de Moraes	EMEF Prof. Beatriz Junqueira da Silva Santos	EMEF Prof. Conceição Aparecida Magalhães Silva
EMEF São João de Jacareí	EMEF Darci Lopes	EMEF Prof. Celia Guedes	

### Equipe TIPO II

Esta tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de janeiro:

Av. Raulo de Azeite	Terreço da Conceição	Parque da Cidade	Parque Santo Antonio
Parque São João de Jacareí	Terreço Mac. Jardim	Jardim Santa Maria	

os serviços de limpeza interna, capina, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades.

Neste mês de fevereiro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

Creche Municipal Bandeira Branca	EMEI Prof. Joaquim Passos e Silva	EMEI Parque Santo Antonio da Boa Vista	Educa Mais Parque Santo Antonio	EMEI Profa. Vicentina das Dolores Queiroz
EMEI Profa. Maria Amélia Mercadante Turci				

Neste mês de fevereiro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profª Delfy Gaspar dos Santos	EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes	EMEF Profª. Beatriz Junqueira da Silva Santos	EMEF Profa. Maria Luiza de Souza Pinto Vasques
EMEF Jorge Vieira da Silva	EMEF Prof. Tarcisio Francisco Barbosa	EMEF Profª. Célia Guedes	EMEF Prof. Aluisio do Amaral Campos
EMEF Bela Vista	EMEF Barão de Jacareí	EMEF Prof. Tito Máximo	

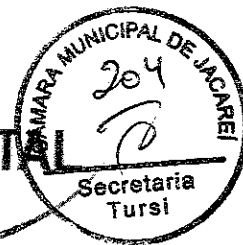
#### Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de fevereiro:



MARÇO/11



Com a intenção de melhorar a qualidade dos próprios municipais, sendo eles, as EMEI (escola municipal de ensino infantil) e as EMEF (escola municipal de ensino fundamental), a partir do mês de agosto as equipes de serviços Tipo I passaram a realizar os serviços de limpeza interna, capina, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades. No mês de março foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEI Profª Márcia Aparecido Moraes	EMEI Jardim Primavera	Creche Jardim das Indústrias	Educa Mais Parque Santo Antonio	EMEI Profª. Vicentina das Dolores Queiroz
EMEI Jardim Paulistano	EMEI Vila Formosa	EMEI Nova Jacareí	Educa Mais São João	EMEI Vila Formosa
EMEI São Silvestre	EMEI Veraneio Ijal			

No mês de março foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profª. Silvio Silveira Mello Filho	EMEF Profª. Maria Tereza Ganassali de Oliveira	EMEF Profª. Beatriz Junqueira da Silva Santos	EMEF Profª. Maria Luiza de Souza Pinto Vasques
EMEF Profª. Conceição Aparecida Magalhães Silva	EMEF Prof. Tito Máximo	EMEF Profª. Célia Guedes	EMEI Jardim Emilia
EMEF Jorge Vieira da Silva	EMEI Jardim Califórnia	EMEI Prof. João Lino Filho	EMEF Prof. Décio Moreira
EMEI Jardim Paraíso	EMEI São Silvestre	EMEF Profª. Otília Arouca	

### Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de março:

Biblioteca Municipal	Jardim Liberdade	Parque da Cidade	EMEI Jardim das Indústrias
Escola Barão de Jacareí	Secretaria Meio Ambiente	Jardim Paulistano	Viveiro Municipal
Parque dos Eucaliptos	Praça da Matriz		

Rio Comprido	Chácara São Rafael	Jardim Colônia	CECAP	Viveiro Municipal
Jardim Santa Maria	Av. Getúlio Vargas	Região Central	Praça Elvira Lopes	Rua Santa Cecília
EMEI Vila Formosa	Jardim Santa Marina	BNH	Rua José de Barros	Trevo Jardim Paraíso
Av. Dom Pedro	Jardim Paraíso	Campo do JAC	Vila Branca	Avenida Nove de Julho
Campo de Futebol Santa Marina	Rotatória Jardim Novo Amanhecer	Delegacia Siqueira Campos	Jardim Califórnia	

Com a intenção de melhorar a qualidade dos próprios municipais, sendo eles, as EMEI (escola municipal de ensino infantil) e as EMEF (escola municipal de ensino fundamental), a partir do mês de agosto as equipes de serviços Tipo I passaram a realizar os serviços de limpeza interna, capinação, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades.

No mês de abril foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEI Comendador Antônio Loureiro Cardoso	EducaMais Lamartine Delamare	Creche Parque Santo Antônio	EMEI Profª Maria José de Carvalho Ferreira	Creche Cornélio Rodrigues da Silva
EMEI Jardim Panorama	Creche Campo Grande	EMEI Cidade Salvador	EducaMais Veraneio Ijal	Creche Leopoldo Moreira
EMEI Roberto Donizete de Souza	EMEI Santo Antônio da Boa Vista	EMEI Bandeira Branca	EMEI Vila Formosa	EMEI Rio Comprido
EMEI Jardim Emília	EducaMais Elvira	EMEI Jardim Paraíba	EMEI Santa Marina	

No mês de abril foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes	EMEF Profª Maria Tereza Ganassali de Oliveira	EMEF Profª Iguatemy Rodrigues	EMEF Prof. Ayrton Soares do Nascimento
EMEF Prof. Aluizio do Amaral Campos	EMEF Profª Dely Gaspar dos Santos	EMEF Prof. Joaquim Passos e Silva	EMEF Santo Antônio da Boa Vista
EMEF Jorge Vieira da Silva	EMEF Profª Otília Arouca	EMEF Profª Tito Máximo	EMEF Prof. Décio Moreira

MAIO/13



Av. Engenheiro Davi Monteiro Lino	Avenida Lucas Nogueira Garcêz	Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco	Santo Antonio da Boa Vista	Avenida Faria Lima
Avenida Gonçalves Dias	Av. José Carlos Fernandes	Avenida Ademar de Barros	Avenida Malek Assad	Avenida Valdemar de Barros
Parque Meia Lua	Praça São Paulo	Jardim Primavera	Bandeira Branca	Nova Esperança
Jardim Vera Lucia	Jardim das Oliveiras	Igreja do Avareí	Avenida Nove de Julho	Avenida Getulio Vargas
Região Central	Jardim Califórnia	Avenida dos Migrantes	Fórum de Justiça	Viveiro Municipal
Lagoa do Jaú	Rio Comprido	Jardim Flórida	Região Central	Jardim Santa Maria
Parque Califórnia	Vila Pinheiro	Praça Antonio Esteves	Vila Vintém	Rua João B. Martins
Espaço Liberdade	Jardim Paraíso	Rua São Jerônimo	portos de areia	Espaço Liberdade - half pipe
Prefeitura Municipal	Jardim Beira Rio	Parque Santo Antonio	Terras de São João	Lagoa Azul
Praça da Cobra	Praça Charles Gates	Rua Emília Marques	Rua Olinda Mercadante	Rua Passadena
Jardim do Vale				

Com a intenção de melhorar a qualidade dos próprios municipais, sendo eles, as EMEI (escola municipal de ensino infantil) e as EMEF (escola municipal de ensino fundamental), a partir do mês de agosto as equipes de serviços Tipo I passaram a realizar os serviços de limpeza interna, capinação, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades.

No mês de maio foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEI Profª Maria Amélia Mercadante Turci	EMEI Profª Vicentina das Dores de Queiroz	EMEI Profª Décio Moreira de Moraes	EMEI Profª Antonio Lelis Vieira	EMEI Vila Formosa
EMEI Jardim Paulistano	EMEI Jardim Paraíso	EMEI Nova Esperança	EMEI Campo Grande	EMEI Cidade Salvador
EMEI Santa Marina				

No mês de maio foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profº José Eloi de Lima	EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes	EMEF Profº Iguatemy Rodrigues	EMEF Profº Joaquim Passos e Silva
Creche Parque Santo Antonio	EducaMais Parque Santo Antonio	EMEF Bela Vista	EMEF Barão de Jacareí
Escola João Vitor Lamana	EducaMais Jardim Paraíso	EMEF Profª Otília Arouca	EMEF Vila Garcia
Creche Geralda Pinheiro	EMEF Profº Tito Máximo	Educa Mais São Rafael	EMEF Profª Célia Guedes

### Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de maio:

Santo Antonio da Boa Vista	Jardim Liberdade	Parque da Cidade	Jardim das industrias
Praça da Bíblia	Rua Santa Terezinha	Rodovia Nilo Máximo	

### Equipe TIPO III

Este tipo de equipe executa os serviços de poda e remoção de árvores de áreas, praças, vias, logradouros e próprios municipais. Possui como equipamento um caminhão

No mês de junho foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEI Profª Beatriz Junqueira da Silveira Santos	EMEI Comendador Antonio Loureiro Cardoso	EMEI Profª Maria José de Carvalho Ferreira	EMEI Roberto Donizete de Souza	EMEI Profª Antonio Letis Vieira
EMEI Jardim Paulistano	EMEI Jardim Santa Marina	EMEI Aluizio do Amaral	EMEI Pagador Andrade	EMEI CECAP
EMEI Jardim Paraíba	EMEI São Silvestre	EMEI Rio Comprido		

No mês de junho foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profª Maria Luiza de Souza Pinto Vasques	EMEF Profª Maria Tereza Ganassali de Oliveira	EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes	EMEF Profª Ayrton Soares do Nascimento
EMEF Profª Tarcisio Francisco Barbosa	EMEF Profª Dely Gaspar dos Santos	EMEF Presbítero Mabito Shoji	EMEF Prof Dácio Moreira
Centro Comunitário Jardim Primavera	Centro Comunitário Nova Esperança	Biblioteca Macedo Soares Jacareí	Creche Jardim das Indústrias
EMEF José Eboli Lima	EMEF Jorge Vieira da Silva	Creche Lindolfo Moreira	EMEF Barão de Jacareí
EMEF Profª Tito Máximo			

## Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de junho:

Parque dos Príncipes	Campo Grande	Parque da Cidade	Jardim do Vale
Praça da Bíblia	Rua Santa Terezinha	Viveiro Municipal	



JULHO/11



Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais onde atuaram estas equipes no mês de julho:

Av. Eng. Davi Monteiro Lino	Av. Suzana de Castro Ramos	Av. Maria Augusta Fagundes	Av. Nove de Julho	Av. Santa Helena
Av. São João	Av. Ademar de Barros	Av. Mississippi	Rua Joaquim Nabuco	Rua do Canal
Rua Edu Chaves	Campo Grande	Bandeira Branca I	Cidade Jardim	Jardim do Vale
Educa Mais Parque Santo Antonio	LEV Humberto de Alencar Castello Branco	Jardim Marcondes (Rodoviária Nova)	Cartório 396ª Zona Eleitoral	Jardim Real
Jardim Santa Maria	Jardim Paraíso	Jardim Esperança	Instalações da Chery	Ponte do Rosário
Parque Imperial	Carreata de Muare	Viveiro Municipal	FAPJA	Igreja de São Sebastião
Vila Santa Rita	Praça Charles Gates	Rio Comprido	Terras de Santa Helena	Região Central
LEV Malek Assad	LEV Parque Meia Lua	LEV Flórida		

Com a intenção de melhorar a qualidade dos próprios municipais, sendo eles, as EMEI (escola municipal de ensino infantil) e as EMEF (escola municipal de ensino fundamental), a partir do mês de agosto as equipes de serviços Tipo I passaram a realizar os serviços de limpeza interna, capinação, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades.

No mês de julho foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEI Profª Maria Amélia Mercadante Turci	EMEI Profª Vicentina das Dores de Queiroz	EMEI Comendador Antonio Loureiro Cardoso	EMEI Santo Antonio da Boa Vista	EMEI Vila Formosa
EMEI Jardim Paulistano	EMEI Profª João Lino Filho	EMEI Alto Esperança II	EMEI Bandeira Branca	EMEI Parque Califórnia
EMEI Santa Marina	EMEI Nova Jacareí	EMEI Santa Marina	EMEI Jardim Paraíso	EMEI Jardim Emilia



No mês de julho foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profª Maria Tereza Ganassali de Oliveira	EMEF Profª Aluizio do Amaral Campos	EMEF Profª Beatriz Junqueira da Silveira Santos	EMEF Profª Delly Gaspar dos Santos
Creche Parque Santo Antonio	EMEF Profª Delly Gaspar dos Santos	Creche Conélio Rodrigues da Silva	EMEF Profª Maria Alice
Creche Campo Grande	EMEF Profª Tito Máximo	EMEF Profª Otília Arouca	EMEF Bela Vista
Creche Geralda Pinheiro	EMEF Vila Formosa	EMEF Profª Célia Guedes	

### Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de julho:

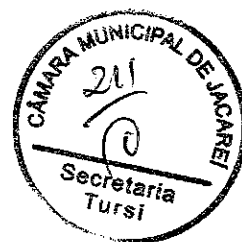
Parque da Cidade	Jardim Real	Parque Meia Lua	Terras de Santa Helena
Bandeira Branca	Campo Grande	FAPIJA	

### Equipe TIPO III

Este tipo de equipe executa os serviços de poda e remoção de árvores de áreas, praças, vias, logradouros e próprios municipais. Possui como equipamento um caminhão carroceria com guindaste. A mão de obra é composta por um fiscal, um motorista, dois operadores de motosserra e quatro ajudantes.



AGOSTO



Jardim Jacinto	Jardim Didinha	Jardim Emilia	Jardim Flórida	Jardim Panorama
Jardim Pedramar	Avenida das Indústrias	Av. Carlos de Campos	Espaço Beira Rio	Espaço Liberdade
Rodovia Nilo Máximo	Rodoviária Nova	Av. Getúlio Vargas	Rua Padre Juca	Terras de Santa Helena
Trevo Chispita	Trevo São Lázaro	Veraneio Ijai	Vila Branca	Vila Garcia
Viveiro Municipal				

Com a intenção de melhorar a qualidade dos próprios municipais, sendo eles, as EMEI (escola municipal de ensino infantil) e as EMEF (escola municipal de ensino fundamental), a partir do mês de agosto as equipes de serviços Tipo I passaram a realizar os serviços de limpeza interna, capinação, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades.

No mês de agosto foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEI Comendador Antonio Loureiro Cardoso	EMEI Profª Maria José Conceição Ferreira	EMEI Profª Marcio Aparecido de Moraes	EMEI Profª Vicentina das Dolores Queiroz	Centro Comunitário Vila Formosa
EMEI Jardim Santa Marina	Creche Jardim das Indústrias	Creche Parque Santo Antonio	EMEI Afonso Vilela da Silva	EMEI Profª. João Lino Filho
Ere Sócio Educativo Nova Esperança	EMEI Profª. João Lino Filho	EMEI Parque Meia Lua	EMEI Parque Califórnia	EMEI Profª. João Lino Filho
Educa Mais São João	Creche São Silvestre	EMEI Jardim Paraíso	Educa Mais São João	EMEI CECAP
EMEI Profª Antonio Leites Vieira	EMEI Vila Formosa	EMEI Nova Jacareí		

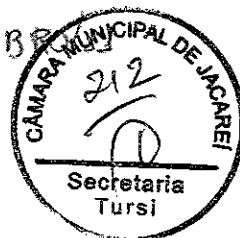
No mês de agosto foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profª Beatriz Junqueira da Silveira Santos	EMEF Profª Conceição Aparecida Magalhães Silva	EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes	EMEF Profª Silvio Silveira Mello Filho
EMEF Profª Aluizio do Amaral Campos	EMEF Profª Joaquim Passos e Silva	EMEF Profª Ayrton Soares do Nascimento	EMEF Profª José Elói de Lima
EMEF Profª Tarcisio Francisco Barbosa	EMEF Presbítero Mábito Shoji	EMEF Profª. Otília Arouca	EMEF Vila Garcia
EMEF Igatemi Rodrigues	EMEF Profª. Otília Arouca		





SETEMBRO



Com a intenção de melhorar a qualidade dos próprios municipais, sendo eles, as EMEI (escola municipal de ensino infantil) e as EMEF (escola municipal de ensino fundamental), a partir do mês de agosto de 2.010 as equipes de serviços Tipo I passaram a realizar os serviços de limpeza interna, capinação, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades.

No mês de setembro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes	EMEI Prof. João Lino Filho	Creche Parque Santo Antonio	Creche e EMEI Vila Garcia	Creche Vicente de Care
EMEI Profª Maria Amélia Mercadante Turci	Creche São Silvestre	EMEI Jardim Flórida	EMEI Jardim Paraíba	EMEI Panorama
EMEI Bela Vista	EMEI Paulistano	EMEI Rio Comprido		

No mês de setembro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

Educa Mais São João	Biblioteca Décio Moreira	EMEF Prof. Tito Máximo	EMEF Prof. Sílvia Silveira Mello Filho
---------------------	--------------------------	------------------------	--

## 2. Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de setembro:

Parque da Cidade	Vila Pinheiro	Parque dos Príncipes	Praça Newada
Jardim Pitoresco	Vila Machado	Praça do Ipê	Praça México



Outubro



Com a intenção de melhorar a qualidade dos próprios municipais, sendo eles, as EMEI (escola municipal de ensino infantil) e as EMEF (escola municipal de ensino fundamental), a partir do mês de agosto de 2010 as equipes de serviços Tipo I passaram a realizar os serviços de limpeza interna, capinação, roçagem e também pequenos reparos e reformas dentro das unidades.

No mês de outubro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

<i>Biblioteca Municipal Macedo Soares</i>	<i>Centro Cultural "Ere Nova Esperança"</i>	<i>Creche Municipal Bandeira Branca</i>	<i>EMEI Bandeira Branca</i>	<i>EMEI Mario Aparecido de Moraes</i>
<i>EMEI Profº Josino Vilhena da Silva</i>	<i>EMEI Vila Formosa</i>			

No mês de outubro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

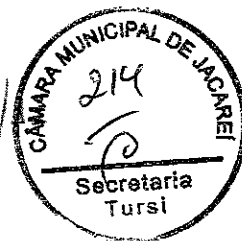
<i>EMEF Profº Joaquim Passos e Silva</i>	<i>EMEF Tarcisio Barbosa</i>	<i>EMEF Prof. Tito Máximo</i>	<i>EMEF Profº Silvio Silveira Mello Filho</i>
--	------------------------------	-------------------------------	---

## 2. Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.



NOVEMBRO



No mês de novembro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

EMEI Profª Dely Gaspar dos Santos	Educa Mais São João	EMEI São Silvestre
EMEI Santo Antonio da Boa Vista	EMEI CECAP	EMEI Vila Formosa
Biblioteca Décio Moreira	Creche Lindolfo Moreira	

No mês de novembro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

EMEF Profª Maria Tereza Ganessali de Oliveira	EMEF Jorge Vieira da Silva	EMEF Profª Célia Guedes
EMEF Profª Joaquim Passos e Silva	EMEF Prof. Tito Máximo	EMEF Profª Décio Moreira
EMEF Profª José Eloi de Lima		

## 2. Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de novembro:

LEV Terras de Conceição	Parque Brasil	Praça do Rosário
Parque dos Eucaliptos	Parque da Cidade	Secretaria de Saúde
Terminal Rodoviário		

## 3. Equipe TIPO III

Este tipo de equipe executa os serviços de poda e remoção de árvores de áreas, praças, vias, logradouros e próprios municipais. Possui como equipamento um caminhão carroceria com guindaste. A mão de obra é composta por um fiscal, um motorista, dois operadores de motosserra e quatro ajudantes.

Abaixo, é apresentada a relação de locais onde esta equipe executou serviços no mês de novembro:



DEZEMBRO/



No mês de dezembro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEI:

*EMEI Rio Comprido    EMEI São Silvestre    Eré*

No mês de dezembro foram realizadas intervenções nas seguintes unidades EMEF:

*EMEF Cláudia Maria Gaspar Queiroz    Educa mais Parque Santo Antonio    Creche São Silvestre    Educamaís São João*

## 2. Equipe TIPO II

Este tipo de equipe é direcionada aos serviços de recuperação e revitalização de áreas e praças degradadas e possuem um caminhão carroceria com guindaste, um caminhão tanque irrigador e um trator tipo retroescavadeira. A mão-de-obra é composta por um encarregado, dois motoristas, um operador, dois oficiais e treze ajudantes.

Abaixo, é apresentado um quadro com a relação de locais pelos quais esta equipe executou serviços no mês de dezembro:

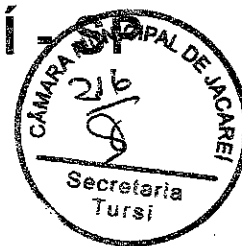
*Área de Lazer Parque Brasil    Parque da Cidade    Parque dos Eucaliptos    Secretaria de Saúde*

## 3. Equipe TIPO III

Este tipo de equipe executa os serviços de poda e remoção de árvores de áreas, praças, vias, logradouros e próprios municipais. Possui como equipamento um caminhão carroceria com guindaste. A mão de obra é composta por um fiscal, um motorista, dois operadores de motosserra e quatro ajudantes.



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



**COMISSÕES 1 – CCJ e 2 - CFO**

PROCESSO Nº:	<b>210/2015</b>	DE: 14.12.2015
ASSUNTO:	PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.	
AUTORIA:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.	

**ANÁLISE PRELIMINAR DA DEFESA ESCRITA**  
**APRESENTADA NO PROCESSO DE JULGAMENTO**  
**DAS CONTAS 2011 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Sob o Protocolo Geral nº 359 de 09.03.2016, o Senhor Hamilton Ribeiro Mota, por seu procurador, apresentou defesa escrita nos autos discriminados em epígrafe, protestando pela juntada dos seguintes documentos:

1. Contrato de concessão de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos;
2. Notas de ordem de pagamento das despesas com manutenção e limpeza das escolas no ano;
3. Relatório da conta vinculada ao FUNDEB no ano de 2012;
4. Reitera o pedido de prova pericial, por considerar esta, como único meio hábil de demonstração dos valores aplicados na manutenção, limpeza e conservação de escolas e dos recursos aplicados no FUNDEB;

Diante dos pedidos formulados, reuniram-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal tendo assim **decidido**:

1. **DEFEREM** a juntada dos documentos apresentados pelo Prefeito Hamilton Ribeiro Mota, tendo em vista que os mesmos possuem o condão de elucidar os fatos divergentes;
2. **DECIDE** a **CCJ** que de acordo com o parecer já exarado nos autos, pelo **INDEFERIMENTO** de prova pericial, tendo em vista que esta não se faz necessária, dando a **CCJ** por satisfeita com os documentos já apresentados;



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

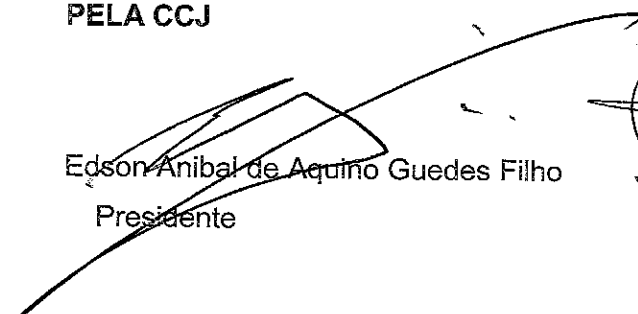


3. A **CFO**, por sua vez, deliberou que, muito embora, tenha despatchado preliminarmente no sentido de não ser cabível a realização de qualquer perícia, após a juntada dos documentos pelo sr. Prefeito Hamilton Ribeiro Mota, verifica-se que a perícia pode se mostrar necessária em razão da complexidade da matéria envolvida.
4. Contudo, antes de decidir sobre a real pertinência da prova pericial, considerando as informações relativas as diferenças dos valores pagos relacionadas as verbas destinadas ao FUNDEB, bem como os demais documentos já anexados, requer a intimação do Sr. Prefeito Municipal, para que este apresente, no prazo não superior a **24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão, as planilhas demonstrando às glosas relacionadas ao FUNDEB no período apontado pelo TCESP.**

Face ao ora decidido, remete-se o presente ao Senhor Presidente desta Casa Legislativa, solicitando ciência e demais providências por parte do interessado.

Câmara Municipal de Jacareí, 22 de março de 2016.

**PELA CCJ**


  
Edson Anibal de Aquino Guedes Filho  
Presidente

  
José Francisco  
Relator

  
Itamar Alves  
Membro

**PELA CFO**

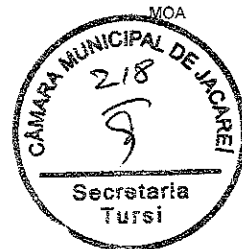
  
ROSE GASPAR  
Presidente

  
ANA LINO  
Relator

  
ROGÉRIO TIMÓTEO  
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



A/C

Dr. Ademar Aparecido da Costa Filho

e/ou

Dr. Hélio Freitas de Carvalho da Silveira

Fax: (11) 3052.3931 / 3051.6325 / 3057.3475

Prezados Senhores,

Por ordem do Senhor Presidente desta Casa Legislativa, o Vereador Arildo Batista, encaminhamos a Vossas Senhorias os documentos anexos, relativos às manifestações das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Jacareí nos processos de julgamento das Contas do Prefeito Municipal Hamilton Ribeiro Mota nos exercícios de 2011 e 2012, representado pelo Escritório Silveira, Andrade, Costa Filho Advogados.

Cordialmente,

  
**Moacir Bento Sales Neto**  
Secretário-Diretor Legislativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



**Ofício nº 38/03/2016 - CMP**

Jacareí, 22 de março de 2016.

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção à decisão prolatada nesta data nos autos do Processo nº 210/2015 pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa, encaminhamos cópia da mencionada manifestação para o conhecimento e eventuais providências de Vossa Excelência, no prazo assinalado.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para registrar os protestos de nossa perfeita estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

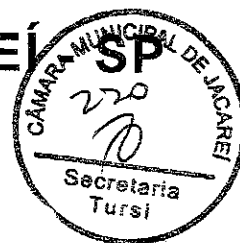
  
**ARILDO BATISTA**  
Presidente

**A Sua Excelência, o Senhor  
HAMILTON RIBEIRO MOTA  
Prefeito Municipal de Jacareí  
Em mão**





**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



**COMISSÕES 1 – CCJ e 2 - CFO**

PROCESSO Nº:	<b>210/2015</b>	DE: <b>14.12.2015</b>
ASSUNTO:	<b>PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.</b>	
AUTORIA:	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.</b>	

**ANÁLISE PRELIMINAR DA DEFESA ESCRITA**  
**APRESENTADA NO PROCESSO DE JULGAMENTO**  
**DAS CONTAS 2011 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Sob o Protocolo Geral nº 359 de 09.03.2016, o Senhor Hamilton Ribeiro Mota, por seu procurador, apresentou defesa escrita nos autos discriminados em epígrafe, protestando pela juntada dos seguintes documentos:

1. Contrato de concessão de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos;
2. Notas de ordem de pagamento das despesas com manutenção e limpeza das escolas no ano;
3. Relatório da conta vinculada ao FUNDEB no ano de 2012;
4. Reitera o pedido de prova pericial, por considerar esta, como único meio hábil de demonstração dos valores aplicados na manutenção, limpeza e conservação de escolas e dos recursos aplicados no FUNDEB;

Diante dos pedidos formulados, reuniram-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal tendo assim **decidido**:

1. **DEFEREM** a juntada dos documentos apresentados pelo Prefeito Hamilton Ribeiro Mota, tendo em vista que os mesmos possuem o condão de elucidar os fatos divergentes;
2. **DECIDE** a **CCJ** que de acordo com o parecer já exarado nos autos, pelo **INDEFERIMENTO** de prova pericial, tendo em vista que esta não se faz necessária, dando a CCJ por satisfeita com os documentos já apresentados;



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

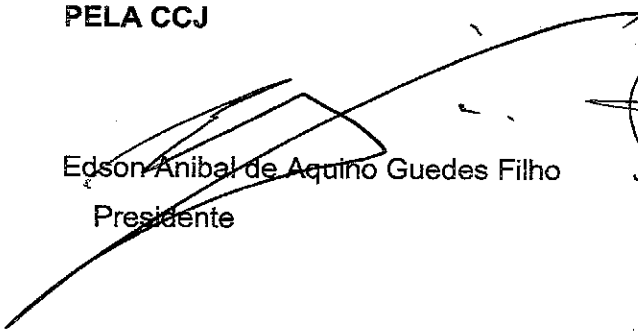


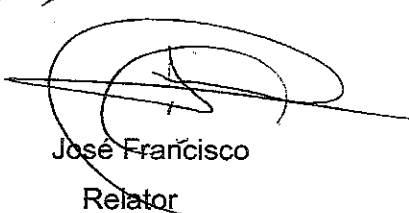
3. A **CFO**, por sua vez, deliberou que, muito embora, tenha despachado preliminarmente no sentido de não ser cabível a realização de qualquer perícia, após a juntada dos documentos pelo sr. Prefeito Hamilton Ribeiro Mota, verifica-se que a perícia pode se mostrar necessária em razão da complexidade da matéria envolvida.
4. Contudo, antes de decidir sobre a real pertinência da prova pericial, considerando as informações relativas as diferenças dos valores pagos relacionadas as verbas destinadas ao FUNDEB, bem como os demais documentos já anexados, requer a intimação do Sr. Prefeito Municipal, para que este apresente, no prazo não superior a **24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão, as planilhas demonstrando às glosas relacionadas ao FUNDEB no período apontado pelo TCESP.**

Face ao ora decidido, remete-se o presente ao Senhor Presidente desta Casa Legislativa, solicitando ciência e demais providências por parte do interessado.

Câmara Municipal de Jacareí, 22 de março de 2016.

**PELA CCJ**

  
Edson Anibal de Aquino Guedes Filho  
Presidente

  
José Francisco  
Relator

  
Itamar Alves  
Membro

**PELA CFO**

  
ROSE GASPAR  
Presidente

  
ANA LINO  
Relator

  
ROGÉRIO TIMÓTEO  
Membro

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DA TRANSMISSÃO

HORA : 03/28/2010 16:03  
NOME : CAMARA DE JACAREI  
FAX : 1239517808  
TEL : 1239552200  
NÚMERO: D000C8N439273



DIA, HORA  
NÚMERO DE FAX/NOME  
DURAÇÃO  
PÁGINAS  
RESULT.  
MODO

03/28 16:01  
0151130523931  
00:02:00  
07  
OK  
NORMAL  
ECM

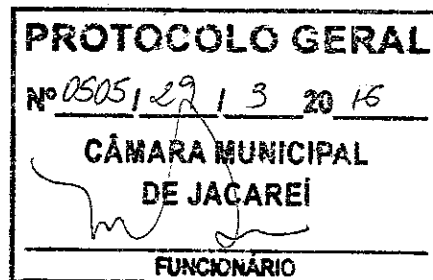
SILVEIRA, ANDRADE, COSTA FILHO  
ADVOGADOS

Hélio Freitas de Carvalho da Silveira • Marcelo Santiago de Padua Andrade  
• Ademir Aparecido da Costa Filho



EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

BATISTA



PROCESSO Nº 210 DE 14.12.2015

(CONTAS ANUAIS 2011)

**HAMILTON RIBEIRO MOTA**, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, neste ato representado por seus advogados, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto se segue.

Segundo se infere das razões da reprovação das contas do peticionário seria a aplicação de 99,59% dos recursos do FUNDEB no exercício. Contudo, como se logra demonstrar, houve aplicação de parcela ainda maior do montante legal no exercício de 2011.

Com efeito, como se infere das inclusas planilhas, o **E. TCESP** não contabilizou como receitas do FUNDEB os rendimentos naturais das contas, no montante de R\$ 264.831,76 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos), pagos pelas instituições bancárias onde estavam depositados os valores.





Igualmente, não foi contabilizado o montante advindo de estornos das folhas de pagamento, estes no montante total de R\$ 558.817,80 (quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos).

Com efeito, há um saldo diferido nas contas do FUNDEB no total de **negativo** de R\$ 134.381,78 (cento e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos), contra o montante apurado pelo E. TCESP de R\$ 159.604,26 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e quatro reais e vinte e seis centavos).

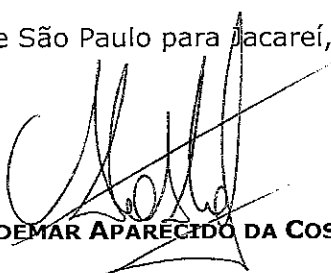
Ou seja: neste exercício foram gastos R\$ 134.381,78 (cento e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos) a mais com a manutenção do FUNDEB e não R\$ 159.604,26 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e quatro reais e vinte e seis centavos) a menos.

Com efeito, tais documentos demonstram o equívoco do E. Tribunal de Contas do Estado e a necessidade de se realizar nova perícia por parte desta C. Câmara de Vereadores.

Reitera-se o pedido de perícia e a aprovação das contas anuais do Peticionário.

Nestes termos, pede deferimento.


De São Paulo para Jacaré, 28 de março de 2016.

  
**ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO**  
**OAB/SP 256.786**




## NOTAS DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

21/03/2016 11:43:38



**COM VOS, FAZENDO ASSIM: NOTA DE EMPENHO**

NÚMERO / ANO <b>1239 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>4 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>	Contato Tel: Fax:
ENDEREÇO <b>,</b>				BANCO	AGÊNCIA <b>-</b>
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	NÚMERO/ANO PROCESSO <b>/</b>

**DOTAÇÃO**

<b>RESERVA:</b> <b>FICHA: 351</b> <b>U.O.: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> <b>U.E.: 020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b> <b>FUNÇÃO: 12 - Educação</b> <b>SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental</b> <b>PROGRAMA: 0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b> <b>AÇÃO: 2220 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Prof. Magistério</b> <b>CONTA: 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b> <b>SUBELEMENTO: 3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b> <b>RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b> <b>APLICAÇÃO: 261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO</b> <b>CONTA A PAGAR: 522000.003 - Salários a Pagar</b> <b>CENTRO DE CUSTO: 0005.0003.0058</b> <b>- Gerência Ensino Fundamental</b> <b>TIPO DE DESPESA: 0122 - Folha de Pagamento</b>	<b>ORÇADO</b> <b>16.229.000,00</b> <b>ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+)</b> <b>-2.010.000,00</b> <b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (=)</b> <b>14.219.000,00</b> <b>RESERVADO ANTERIOR (-)</b> <b>0,00</b> <b>EMPENHADO ANTERIOR (-)</b> <b>13.758.129,32</b> <b>SALDO ANTERIOR</b> <b>460.870,68</b> <b>VALOR EMPENHADO (-)</b> <b>-49.266,30</b> <b>SALDO (=)</b> <b>510.136,98</b>
---	---


PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO					
JANEIRO <b>-49.266,30</b>	FEVEREIRO <b>0,00</b>	MARÇO <b>0,00</b>	ABRIL <b>0,00</b>	MAIO <b>0,00</b>	JUNHO <b>0,00</b>
JULHO <b>0,00</b>	AGOSTO <b>0,00</b>	SETEMBRO <b>0,00</b>	OUTUBRO <b>0,00</b>	NOVEMBRO <b>0,00</b>	DEZEMBRO <b>0,00</b>

**HISTÓRICO**

Recuperação de Despesa ref. a folha de pagamento de Auxílio - Doença referente ao mês de Dezembro/2010


Renato Figueiredo da Silva  
Diretor de Finanças  
RG: 233251315

Isabel Sandra da Silva Jordão  
Gerente de Contabilidade  
CRC: 236775/O-7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

21/03/2016 11:43:36



**COM VOTO BASTADO ASSINTECO**

**NOTA DE EMPENHO**

NÚMERO / ANO <b>1239 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>3 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>	Contato Tel: Fax:
ENDEREÇO				BANCO	AGÊNCIA
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	DÍVIDA
				NÚMERO/ANO PROCESSO <b>/</b>	

**DOTAÇÃO**

<p>RESERVA:</p> <p>FICHA: <b>351</b></p> <p>U.O.: <b>0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b></p> <p>U.E.: <b>020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b></p> <p>FUNÇÃO: <b>12 - Educação</b></p> <p>SUBFUNÇÃO: <b>361 - Ensino Fundamental</b></p> <p>PROGRAMA: <b>0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b></p> <p>AÇÃO: <b>2220 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Prof. Magistério</b></p> <p>CONTA: <b>3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b></p> <p>SUBELEMENTO: <b>3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b></p> <p>RECURSO: <b>05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b></p> <p>APLICAÇÃO: <b>261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO</b></p> <p>CONTA A PAGAR: <b>522000.003 - Salários a Pagar</b></p> <p>CENTRO DE CUSTO: <b>0005.0003.0058</b></p> <p style="padding-left: 20px;"><b>- Gerência Ensino Fundamental</b></p> <p>TIPO DE DESPESA: <b>0122 - Folha de Pagamento</b></p>	<p>ORÇADO <b>16.229.000,00</b></p> <p>ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+) <b>-2.010.000,00</b></p> <p>DOTAÇÃO ATUALIZADA (=) <b>14.219.000,00</b></p> <p>RESERVADO ANTERIOR (-) <b>0,00</b></p> <p>EMPENHADO ANTERIOR (-) <b>13.808.325,49</b></p> <p>SALDO ANTERIOR <b>410.674,51</b></p> <p>VALOR EMPENHADO (-) <b>-50.196,17</b></p> <p>SALDO (=) <b>460.870,68</b></p>
---	--

**PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO**

JANEIRO <b>-50.196,17</b>	FEVEREIRO <b>0,00</b>	MARÇO <b>0,00</b>	ABRIL <b>0,00</b>	MAIO <b>0,00</b>	JUNHO <b>0,00</b>
JULHO <b>0,00</b>	AGOSTO <b>0,00</b>	SETEMBRO <b>0,00</b>	OUTUBRO <b>0,00</b>	NOVEMBRO <b>0,00</b>	DEZEMBRO <b>0,00</b>

**HISTÓRICO**

Recuperação de Despesa ref. a Folha de Pagamento de Auxílio - Doença referente ao mês de Janeiro/11

Renato Figueiredo da Silva

Diretor de Finanças

RG: 233251315

Isabel Sandra da Silva Jordão

Gerente de Contabilidade

CRC: 236776/O-7



Isabel Sandra da Silva Jordão  
Gerente de Contabilidade  
CRC: 236775/O-7



**NOTA DE EMPENHO**

NÚMERO / ANO <b>4276 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>2 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
------------------------------------	-----------------------------	-------------------------	---------------------------	--	---

CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>	TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>	Contatos Tel: Fax:
---	--	--------------------------

ENDEREÇO ,	BANCO -	AGÊNCIA -	CONTA -
---------------	------------	--------------	------------

MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>	PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	DÍVIDA -	NÚMERO/ANO PROCESSO /
--	--	-------------	--------------------------

**DOTAÇÃO**

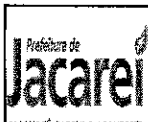
RESERVA:	ORÇADO
FICHA: <b>355</b>	<b>3.225.000,00</b>
U.O.: <b>0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+) <b>3.200.000,00</b>
U.E.: <b>020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (=) <b>6.425.000,00</b>
FUNÇÃO: <b>12 - Educação</b>	RESERVADO ANTERIOR (-) <b>0,00</b>
SUBFUNÇÃO: <b>361 - Ensino Fundamental</b>	EMPENHADO ANTERIOR (-) <b>6.257.032,64</b>
PROGRAMA: <b>0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b>	SALDO ANTERIOR <b>167.967,36</b>
AÇÃO: <b>2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b>	VALOR EMPENHADO (-) <b>44.996,37</b>
CONTA: <b>3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b>	SALDO (=) <b>212.963,73</b>
SUBELEMENTO: <b>3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b>	
RECURSO: <b>05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b>	
APLICAÇÃO: <b>262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b>	
CONTA A PAGAR: <b>522000.003 - Salários a Pagar</b>	
CENTRO DE CUSTO: <b>0005.0003.0058 - Gerência Ensino Fundamental</b>	
TIPO DE DESPESA: <b>0122 - Folha de Pagamento</b>	

**PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO**

JANEIRO <b>0,00</b>	FEVEREIRO <b>0,00</b>	MARÇO <b>-44.996,37</b>	ABRIL <b>0,00</b>	MAIO <b>0,00</b>	JUNHO <b>0,00</b>
JULHO <b>0,00</b>	AGOSTO <b>0,00</b>	SETEMBRO <b>0,00</b>	OUTUBRO <b>0,00</b>	NOVEMBRO <b>0,00</b>	DEZEMBRO <b>0,00</b>


**HISTÓRICO**

Recuperação de Despesa ref. a Folha de Pagamento de Auxílio - Doença paga pelo IPMJ referente ao mês de Março/11



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

21/03/2016 11:40:05



**COM VÓCÊ FAZENDO ACONTECER. NOTA DE EMPENHO**

NÚMERO / ANO <b>5950 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>1 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>	
ENDEREÇO				BANCO	AGÊNCIA
					CONTA
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	DÍVIDA
					NÚMERO/ANO PROCESSO <b>/</b>

**DOTAÇÃO**

<b>RESERVA:</b> <b>FICHA: 355</b> <b>U.O.: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> <b>U.E.: 020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b> <b>FUNÇÃO: 12 - Educação</b> <b>SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental</b> <b>PROGRAMA: 0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b> <b>AÇÃO: 2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b> <b>CONTA: 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b> <b>SUBELEMENTO: 3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b> <b>RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b> <b>APLICAÇÃO: 262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b> <b>CONTA A PAGAR: 522000.003 - Salários a Pagar</b> <b>CENTRO DE CUSTO: 0005.0003.0058</b> <b>- Gerência Ensino Fundamental</b> <b>TIPO DE DESPESA: 0122 - Folha de Pagamento</b>	<b>ORÇADO</b> <b>3.225.000,00</b> <b>ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+)</b> <b>3.200.000,00</b> <b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (=)</b> <b>6.425.000,00</b> <b>RESERVADO ANTERIOR (-)</b> <b>0,00</b> <b>EMPENHADO ANTERIOR (-)</b> <b>6.212.036,27</b> <b>SALDO ANTERIOR</b> <b>212.963,73</b> <b>VALOR EMPENHADO (-)</b> <b>51.187,13</b> <b>SALDO (=)</b> <b>264.150,86</b>
---	--

**PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO**


JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
<b>-51,19</b>	<b>-10.022,44</b>	<b>-8.097,80</b>	<b>-33.015,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**HISTÓRICO**

Recuperação de Despesa ref. a Folha de Pagamento de Auxílio - Doença paga pelo IPMJ referente ao mês de Abril/11

Renato Figueiredo da Silva  
Diretor de Finanças  
RG: 233251315


Isabel Sandra da Silva Jordão  
Gerente de Contabilidade  
CRC: 236775/O-7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

**NOTA DE EMPENHO**

21/03/2018 13:08



NÚMERO / ANO <b>7313 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>2 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>	Contatos Tel: Fax:
ENDEREÇO				BANCO	AGÊNCIA
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	DÍVIDA
				NÚMERO/ANO PROCESSO <b>/</b>	

**DOTAÇÃO**

<b>RESERVA:</b> <b>FICHA: 355</b> <b>U.O.: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> <b>U.E.: 020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b> <b>FUNÇÃO: 12 - Educação</b> <b>SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental</b> <b>PROGRAMA: 0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b> <b>AÇÃO: 2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b> <b>CONTA: 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b> <b>SUBELEMENTO: 3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b> <b>RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b> <b>APLICAÇÃO: 262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b> <b>CONTA A PAGAR: 522000.003 - Salários a Pagar</b> <b>CENTRO DE CUSTO: 0005.0003.0058</b> <b>- Gerência Ensino Fundamental</b> <b>TIPO DE DESPESA: 0122 - Folha de Pagamento</b>	<b>ORÇADO</b> <b>3.225.000,00</b> <b>ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+)</b> <b>3.200.000,00</b> <b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (=)</b> <b>6.425.000,00</b> <b>RESERVADO ANTERIOR (-)</b> <b>0,00</b> <b>EMPENHADO ANTERIOR (-)</b> <b>6.158.036,87</b> <b>SALDO ANTERIOR</b> <b>266.963,13</b> <b>VALOR EMPENHADO (-)</b> <b>-53.746,08</b> <b>SALDO (=)</b> <b>320.709,21</b>
---	---

**PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO**

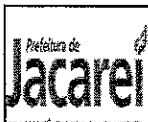
JANEIRO <b>0,00</b>	FEVEREIRO <b>0,00</b>	MARÇO <b>0,00</b>	ABRIL <b>0,00</b>	MAIO <b>-53.746,08</b>	JUNHO <b>0,00</b>
JULHO <b>0,00</b>	AGOSTO <b>0,00</b>	SETEMBRO <b>0,00</b>	OUTUBRO <b>0,00</b>	NOVEMBRO <b>0,00</b>	DEZEMBRO <b>0,00</b>

**HISTÓRICO**

Recuperação de Despesa ref. a Folha de Pagamento de Auxílio - Doença paga pelo IPMJ referente ao mês de Maio/11

Renato Figueiredo da Silva  
Diretor de Finanças  
RG: 233251315


Isabel Sandra da Silva Jordão  
Gerente de Contabilidade  
CRC: 236775/O-7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

**NOTA DE EMPENHO**

21/03/2016 11:37:18



NÚMERO / ANO <b>9915 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>1 - Estorno Documento</b>	Autorização da Despesa <b>Nenhum</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>	Contatos Tel: Fax:
ENDEREÇO				BANCO	AGÊNCIA
					CONTA
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	NÚMERO/ANO PROCESSO <b>/</b>

**DOTAÇÃO**

RESERVA: FICHA: <b>355</b> U.O.: <b>0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> U.E.: <b>020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b> FUNÇÃO: <b>12 - Educação</b> SUBFUNÇÃO: <b>361 - Ensino Fundamental</b> PROGRAMA: <b>0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b> AÇÃO: <b>2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b> CONTA: <b>3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b> SUBELEMENTO: <b>3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b> RECURSO: <b>05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b> APLICAÇÃO: <b>262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b> CONTA A PAGAR: <b>522000.003 - Salários a Pagar</b> CENTRO DE CUSTO: <b>0005.0001 - Gabinete do Secretário Educação</b> TIPO DE DESPESA: <b>0122 - Folha de Pagamento</b>	ORÇADO <b>3.225.000,00</b> ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+) <b>3.200.000,00</b> DOTAÇÃO ATUALIZADA (=) <b>6.425.000,00</b> RESERVADO ANTERIOR (-) <b>0,00</b> EMPENHADO ANTERIOR (-) <b>6.052.715,06</b> SALDO ANTERIOR <b>372.284,94</b> VALOR EMPENHADO (-) <b>51.351,10</b> SALDO (=) <b>423.636,04</b>
---	--

**PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO**


JANEIRO <b>0,00</b>	FEVEREIRO <b>0,00</b>	MARÇO <b>0,00</b>	ABRIL <b>0,00</b>	MAIO <b>-25,68</b>	JUNHO <b>0,00</b>
JULHO <b>-51.325,42</b>	AGOSTO <b>0,00</b>	SETEMBRO <b>0,00</b>	OUTUBRO <b>0,00</b>	NOVEMBRO <b>0,00</b>	DEZEMBRO <b>0,00</b>

**HISTÓRICO**

Recuperação de Despesa ref. a folha de pagamento de Auxílio-Doença paga pelo IPMJ referente ao mes de Julho/11.

Renato Figueiredo da Silva  
Diretor de Finanças  
RG: 233251315

Isabel Sandra da Silva Jordão  
Gerente de Contabilidade  
CRC: 236775/O-7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

COM VÓCÊ FAZENDO A DIFERENÇA

21/03/2016  
11:32:16

## NOTA DE EMPENHO

NÚMERO / ANO <b>11702 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>2 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
-------------------------------------	-----------------------------	-------------------------	---------------------------	--	---

CREDOR  
**57136 - FOLHA DE PAGAMENTO**

TIPO CREDOR - DOCUMENTO  
**Ident. -**

Contatos  
Tel:  
Fax:

ENDEREÇO  
-

BANCO  
-

AGÊNCIA  
-

CONTA  
-

MODALIDADE - NÚMERO / ANO  
**Outros / Não Aplicável - /**

PROCESSO DESPESA  
**Proc. Despesa - /**

DÍVIDA  
-

NÚMERO/ANO PROCESSO  
/

### DOTAÇÃO

<p>RESERVA:</p> <p>FICHA: <b>355</b></p> <p>U.O.: <b>0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b></p> <p>U.E.: <b>020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b></p> <p>FUNÇÃO: <b>12 - Educação</b></p> <p>SUBFUNÇÃO: <b>361 - Ensino Fundamental</b></p> <p>PROGRAMA: <b>0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b></p> <p>AÇÃO: <b>2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b></p> <p>CONTA: <b>3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b></p> <p>SUBELEMENTO: <b>3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b></p> <p>RECURSO: <b>05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b></p> <p>APLICAÇÃO: <b>262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b></p> <p>CONTA A PAGAR: <b>522000.003 - Salários a Pagar</b></p> <p>CENTRO DE CUSTO: <b>0005.0001</b></p> <p style="padding-left: 20px;"><b>- Gabinete do Secretário Educação</b></p> <p>TIPO DE DESPESA: <b>0122 - Folha de Pagamento</b></p>	<p>ORÇADO <b>3.225.000,00</b></p> <p>ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+) <b>3.200.000,00</b></p> <p>DOTAÇÃO ATUALIZADA (=) <b>6.425.000,00</b></p> <p>RESERVADO ANTERIOR (-) <b>0,00</b></p> <p>EMPENHADO ANTERIOR (-) <b>6.001.363,96</b></p> <p>SALDO ANTERIOR <b>423.636,04</b></p> <p>VALOR EMPENHADO (-) <b>-45.179,27</b></p> <p>SALDO (=) <b>468.815,31</b></p>
--	--

### PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO


JANEIRO <b>0,00</b>	FEVEREIRO <b>0,00</b>	MARÇO <b>0,00</b>	ABRIL <b>0,00</b>	MAIO <b>0,00</b>	JUNHO <b>0,00</b>
JULHO <b>0,00</b>	AGOSTO <b>-6.410,94</b>	SETEMBRO <b>-38.768,33</b>	OUTUBRO <b>0,00</b>	NOVEMBRO <b>0,00</b>	DEZEMBRO <b>0,00</b>

### HISTÓRICO

Recuperação de Despesa ref. a folha de pagamento de Auxílio-Doença paga pelo IPMJ referente ao mes de Agosto/11.

Renato Figueiredo da Silva  
Diretor de Finanças  
RG: 233251315


Isabel Sandra da Silva Jordão  
Gerente de Contabilidade  
CRC: 236775/O-7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

**NOTA DE EMPENHO**

21/03/2016 13:30:09



NÚMERO / ANO <b>14170 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>25/11/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>1 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>	
ENDEREÇO <b>,</b>				BANCO <b>-</b>	AGÊNCIA <b>-</b>
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	NÚMERO/ANO PROCESSO <b>/</b>

DOTAÇÃO

<b>RESERVA:</b> <b>FICHA: 355</b> <b>U.O.: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> <b>U.E.: 020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b> <b>FUNÇÃO: 12 - Educação</b> <b>SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental</b> <b>PROGRAMA: 0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b> <b>AÇÃO: 2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b> <b>CONTA: 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b> <b>SUBELEMENTO: 3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b> <b>RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b> <b>APLICAÇÃO: 262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b> <b>CONTA A PAGAR: 522000.003 - Salários a Pagar</b> <b>CENTRO DE CUSTO: 0005.0003.0058</b> <b>- Gerência Ensino Fundamental</b> <b>TIPO DE DESPESA: 0122 - Folha de Pagamento</b>	<b>ORÇADO</b> <b>3.225.000,00</b> <b>ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+)</b> <b>3.200.000,00</b> <b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (-)</b> <b>6.425.000,00</b> <b>RESERVADO ANTERIOR (-)</b> <b>0,00</b> <b>EMPENHADO ANTERIOR (-)</b> <b>5.912.044,95</b> <b>SALDO ANTERIOR</b> <b>512.955,05</b> <b>VALOR EMPENHADO (-)</b> <b>-47.486,50</b> <b>SALDO (-)</b> <b>560.441,55</b>
---	---

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
0,00	0,00	0,00	-47.486,50	0,00	0,00

HISTÓRICO

Recuperação de Despesa ref. a folha de pagamento de Auxílio-Doença paga pelo IPMJ referente ao mes de Outubro/11.

Renato Figueiredo da Silva


Diretor de Finanças

RG: 233251315

Isabel Sandra da Silva Jordão

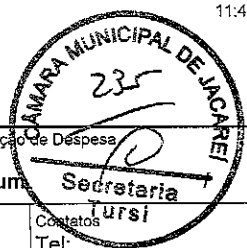
Gerente de Contabilidade

CRC: 236775/O-7



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

21/03/2018 11:41:55



## NOTA DE EMPENHO

NÚMERO / ANO <b>15596 / 2011</b>	TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>12/12/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>1 - Estorno Documento</b>	Autorização de Despesa <b>Nenhuma</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO Ident. -	
ENDEREÇO ,				BANCO -	AGÊNCIA -
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>	DÍVIDA -
NÚMERO/ANO PROCESSO /					

### DOTAÇÃO

RESERVA: FICHA: <b>355</b> U.O.: <b>0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> U.E.: <b>020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b> FUNÇÃO: <b>12 - Educação</b> SUBFUNÇÃO: <b>361 - Ensino Fundamental</b> PROGRAMA: <b>0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b> AÇÃO: <b>2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b> CONTA: <b>3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b> SUBELEMENTO: <b>3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b> RECURSO: <b>05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b> APLICAÇÃO: <b>262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b> CONTA A PAGAR: <b>522000.003 - Salários a Pagar</b> CENTRO DE CUSTO: <b>0005.0003.0058 - Gerência Ensino Fundamental</b> TIPO DE DESPESA: <b>0122 - Folha de Pagamento</b>	ORÇADO <b>3.225.000,00</b> ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+) <b>3.910.000,00</b> DOTAÇÃO ATUALIZADA (=) <b>7.135.000,00</b> RESERVADO ANTERIOR (-) <b>0,00</b> EMPENHADO ANTERIOR (-) <b>6.313.446,70</b> SALDO ANTERIOR <b>821.553,30</b> VALOR EMPENHADO (-) <b>57.386,62</b> SALDO (=) <b>878.939,92</b>
--	--

PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-5,74	-7.569,30	-6.863,44	-4.464,68	-7.965,26	0,00
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-12.125,79	-820,63	-9.227,77	-8.344,01	0,00	0,00


### HISTÓRICO

Recuperação de despesa ref. a folha de pagamento de Auxílio-Doença ref. ao mês de Novembro/11

Renato Figueiredo da Silva  
Diretor de Finanças  
RG: 233251315

Isabel Sandra da Silva Jordão  
Gerente de Contabilidade  
CRC: 236775/O-7

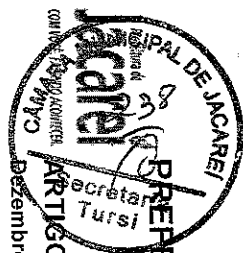


PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ						21/03/2016 11:42:25	
<div>  <b>NOTA DE EMPENHO</b> </div>							
NÚMERO / ANO <b>16583 / 2011</b>		TIPO DE <b>Ordinário</b>	REGIME <b>Normal</b>	DATA <b>29/12/2011</b>	NÚMERO / TIPO DO MOVIMENTO <b>1 - Estorno Documento</b>		Autorização de Despesa <b>Nenhum</b>
CREDOR <b>57136 - FOLHA DE PAGAMENTO</b>				TIPO CREDOR - DOCUMENTO <b>Ident. -</b>		Contatos Tel: Fax:	
ENDEREÇO					BANCO	AGÊNCIA	CONTA
MODALIDADE - NÚMERO / ANO <b>Outros / Não Aplicável - /</b>				PROCESSO DESPESA <b>Proc. Despesa - /</b>		DÍVIDA	NÚMERO/ANO PROCESSO <b>/</b>
<b>DOTAÇÃO</b>							
RESERVA:						ORÇADO	
FICHA: <b>355</b>						<b>3.225.000,00</b>	
U.O.: <b>0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>						ALTERAÇÕES ACUMULADAS (+)	
U.E.: <b>020503 - Gerência de Ensino Fundamental</b>						<b>3.991.000,00</b>	
FUNÇÃO: <b>12 - Educação</b>						DOTAÇÃO ATUALIZADA (=)	
SUBFUNÇÃO: <b>361 - Ensino Fundamental</b>						<b>7.216.000,00</b>	
PROGRAMA: <b>0036 - DESPESAS COM PESSOAL</b>						RESERVADO ANTERIOR (-)	
AÇÃO: <b>2221 - Folha Pagamento Ensino Fundamental - FUNDEB - Outros Profissionais</b>						<b>0,00</b>	
CONTA: <b>3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL</b>						EMPENHADO ANTERIOR (-)	
SUBELEMENTO: <b>3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS</b>						<b>7.215.334,82</b>	
RECURSO: <b>05 - CONVÊNIOS FEDERAIS</b>						SALDO ANTERIOR	
APLICAÇÃO: <b>262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS</b>						<b>665,18</b>	
CONTA A PAGAR: <b>522000.003 - Salários a Pagar</b>						VALOR EMPENHADO (-)	
CENTRO DE CUSTO: <b>0005.0003.0058 - Gerência Ensino Fundamental</b>						<b>-59.563,68</b>	
TIPO DE DESPESA: <b>0122 - Folha de Pagamento</b>						SALDO (=)	
						<b>60.228,86</b>	
<b>PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO</b>							
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO		
<b>0,00</b>	<b>-804,11</b>	<b>-726,68</b>	<b>-476,51</b>	<b>-845,80</b>	<b>0,00</b>		
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		
<b>-1.286,58</b>	<b>-89,35</b>	<b>-982,80</b>	<b>-12.556,02</b>	<b>0,00</b>	<b>-41.795,83</b>		
<b>HISTÓRICO</b>							
Recuperação de Despesa ref. a folha de pagamento do Auxílio Doença - Dez/11 paga no dia 29/12/11							
<div> <div>Renato Figueiredo da Silva</div> <div>Isabel Sandra da Silva Jordão</div> </div> <div> <div>Diretor de Finanças</div> <div>Gerente de Contabilidade</div> </div> <div> <div>RG: 233251315</div> <div>CRC: 236775/O-7</div> </div>							



## PLANILHAS DE RENDIMENTOS DO FUNDEB





21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

Dezembro / 2011

## RECEITAS

### ARRECADADO

NO PERÍODO ACUMULADO

### DISCRIMINAÇÃO

#### RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

##### IMPOSTOS MUNICIPAIS

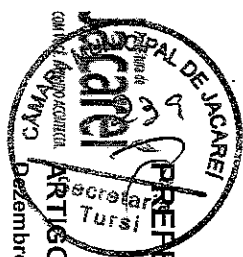
1.1.1.2.02.01.00 - Imposto Predial Urbano	1.058.012,05	19.411.315,46
1.1.1.2.02.02.00 - Imposto Territorial Urbano	280.467,47	6.318.996,23
1.1.1.2.04.31.00 - Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ os Rendimentos do Trabalho	769.625,41	4.789.850,81
1.1.1.2.04.34.00 - Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Outros Rendimentos	111.320,57	993.033,36
1.1.1.2.08.00.00 - Imp s/ a Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais s/ Imóveis	605.140,92	5.657.457,97
1.1.1.3.05.01.00 - ISS Autônomo e Liberal	11.498,15	472.147,67
1.1.1.3.05.02.00 - ISS Mensal	3.237.847,58	33.615.118,74
1.1.1.3.05.03.00 - ISS Retido	255.061,80	2.587.842,66
1.1.1.3.05.04.00 - ISS Sistema Integrado Simples	338.575,51	4.127.193,27
1.9.1.1.38.00.00 - Multas e Juros do Imp.s/ a Propriedade Territ. Urbana - IPTU	61.078,69	257.998,44
1.9.1.1.40.00.00 - Multas e Juros do Imp.s/ Serviços - ISS	8.047,54	50.671,42
1.9.1.3.13.00.00 - Multa e Juros da Div.Ativa do Imp.s/ Serviços - ISS	5.390,58	76.355,99
1.9.3.1.11.00.00 - Receita da Div.Ativa do Imposto s/ a Prop. Territorial Urbana - IPTU	1.057.852,80	9.275.931,04
1.9.3.1.13.00.00 - Receita da Div.Ativa do Imposto s/ Serviços - ISS	97.456,82	1.261.676,69
	7.903.168,31	88.975.206,95

##### TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

1.7.2.1.01.02.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.398.377,40	46.584.317,47
1.7.2.1.01.05.00 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.079,50	57.569,03
1.7.2.1.36.00.00 - Transferência Financeira do Icms - Desoneração - L.C. Nº 87/96	78.690,37	944.284,44
	6.478.147,27	47.586.170,94

##### TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

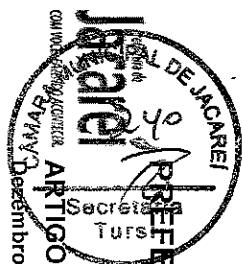
1.7.2.2.01.01.01 - Cota-Parte do ICMS	14.072.627,56	156.100.591,15
1.7.2.2.01.01.02 - Cota-Parte do ICMS/82 - Sub-Judici	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00 - Cota-Parte do IPVA	891.714,11	21.114.254,61
1.7.2.2.01.04.00 - Cota-Parte do IPI sobre Exportação	140.019,15	1.368.250,99
	15.104.360,82	178.583.096,75



21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

## RECEITAS

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADADO	
	NO PERÍODO	ACUMULADO
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	29.485,676,40	315.144,474,64
25% DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS A APLICAR	7.371.419,10	78.786.118,66
RECURSOS ADICIONAIS (100%)		
01 - TESOURO		
211.0000 - EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
01 211.0000 1.3.2.1.00.06.00 - Rendimentos s/ Aplicações - LDB - Educação	117,04	186.823,65
TOTAL DA APLICAÇÃO: 211.0000 - EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	117,04	186.823,65
TOTAL DO RECURSO: 01 - TESOURO	117,04	186.823,65
02 - CONVÊNIOS ESTADUAIS		
220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL		
02 220.0000 1.3.2.1.00.50.00 - Rendimentos s/ Aplicações - Conv Estadual	4,76	377,07
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL	4,76	377,07
220.0012 - REFORMA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA		
02 220.0012 1.3.2.1.00.50.00 - Rendimentos s/ Aplicações - Conv Estadual	1.371,19	10.026,78
02 220.0012 1.7.6.2.99.32.00 - Rec. Recup e Reforma E.E Tito Máximo	84.116,37	84.116,37
02 220.0012 1.7.6.2.99.33.00 - Rec. Ampliação e Reforma EE Profª Ricardina dos Santos Moraes	39.922,17	39.922,17
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0012 - REFORMA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA	125.409,73	134.065,32
220.0013 - QESE ESTADUAL		
02 220.0013 1.3.2.1.00.58.00 - Rendimentos s/ Aplicações QESE Estadual	208,00	30.622,84
02 220.0013 1.7.2.2.99.03.00 - Transferências do Salário-Educação - QESE	24.967,20	298.539,48
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0013 - QESE ESTADUAL	25.175,20	329.162,32



21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

# RECEITAS

ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO

## DISCRIMINAÇÃO

		ARRECADADO	
		NO PERÍODO	ACUMULADO
261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO			
02	261.0000	1.3.2.1.00.57.00 - Rendimentos s/ Aplicações FUNDEB Estado	4.591,01
02	261.0000	1.7.2.4.01.05.00 - Transf. Rec. Fundo Manut. Des. Educ. Básica Valor. Profis. Educação - FUNDEB - Magistério	184.690,82
TOTAL DA APLICAÇÃO: 261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		189.281,83	2.331.026,72
TOTAL DO RECURSO: 02 - CONVÊNIOS ESTADUAIS		339.871,52	2.794.631,43
05 - CONVÊNIOS FEDERAIS			
220.0005 - EJA			
05	220.0005	1.3.2.1.00.08.00 - Rendimentos s/ aplicações - EJA	71,95
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0005 - EJA		71,95	898,88
220.0006 - SAE SALÁRIO EDUCAÇÃO			
05	220.0006	1.3.2.1.00.18.00 - Rendimentos s/ Aplicações - SAE - Salário Educação	688,97
05	220.0006	1.7.2.1.35.01.00 - Transferências do Salário-Educação - QESE	443.397,57
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0006 - SAE SALÁRIO EDUCAÇÃO		444.086,54	5.416.870,53
220.0007 - PNAE			
05	220.0007	1.3.2.1.00.17.00 - Rendimentos s/ Aplicações - Merenda	599,85
05	220.0007	1.7.2.1.35.03.00 - Transferências Diretas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	127.011,76
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0007 - PNAE		127.611,61	1.274.197,35
220.0008 - PNATE			
05	220.0008	1.3.2.1.00.07.00 - Rendimentos s/ Aplicações PNATE	46,67
05	220.0008	1.7.2.1.35.04.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	20.172,43
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0008 - PNATE		20.219,10	182.116,98

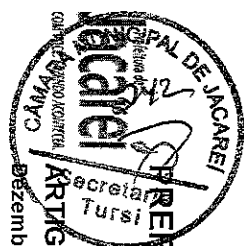


COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO  
ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO  
Dezembro / 2011

27/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

RECEITAS

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADADO	
	NO PERÍODO	ACUMULADO
261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		
05 261.0000 1.7.2.4.01.03.00 - Transf. Rec. Fundo Manut. Des. Educ. Básica Valor. Profs. Educação - FUNDEB - Magistério	2.305.146,63	26.742.630,01
TOTAL DA APLICAÇÃO: 261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	2.305.146,63	26.742.630,01
262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		
05 262.0000 1.7.2.4.01.04.00 - Transf. Rec. Fundo Manut. Des. Educ. Básica Valor. Profs. Educação - FUNDEB - Outros Profs.	1.536.764,44	17.828.420,03
TOTAL DA APLICAÇÃO: 262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	1.536.764,44	17.828.420,03
263.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
05 263.0000 1.3.2.1.00.20.00 - Rendimentos s/ Aplicações - FUNDEB	10.237,82	221.863,17
TOTAL DA APLICAÇÃO: 263.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.237,82	221.863,17
TOTAL DO RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS	4.444.138,09	51.666.996,95
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS (100%)	4.784.126,65	54.648.452,03
TOTAL DOS RECURSOS A APLICAR NO ENSINO	12.155.545,75	133.434.570,69
VALOR RETIDO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		
9.5.1.7.21.01.02 - Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-8.76.678,99	-8.920.879,98
9.5.1.7.21.01.05 - Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - ITR	-7.342,66	-11.513,63
9.5.1.7.21.36.00 - Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - ICMS - Desoneração LC 87/96	-15.738,07	-188.856,84
9.5.1.7.22.01.01 - Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - ICMS	-2.814.525,50	-31.220.118,07
9.5.1.7.22.01.02 - Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-178.342,86	-4.223.089,63
9.5.1.7.22.01.04 - Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - IPI - Exportação	-28.003,83	-273.650,23
TOTAL DO VALOR RETIDO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-3.920.631,91	-44.838.108,38



ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO  
Dezembro / 2011

21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

## DESPESAS

DISCRIMINAÇÃO		EMPENHADA		LIQUIDADA		PAGA			
		PERÍODO	ACUMULADO	NO PERÍODO	ACUMULADO				
DESPESAS GERAIS COM ENSINO									
FUNÇÃO: 12 - Educação COM SUBFUNÇÕES TÍPICAS DO ENSINO									
12 - Educação									
361 - Ensino Fundamental									
01 - TESOIRO									
220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL									
12	361	01	220.0000	3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0,00	18.008,00	18.008,00		
12	361	01	220.0000	3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	-17.573,07	953.597,30	183.725,77	953.205,65	908.698,36
12	361	01	220.0000	3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e	0,00	7.800,00	0,00	7.800,00	7.800,00
12	361	01	220.0000	3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-93.356,34	498.419,13	34.234,82	496.209,13	490.283,81
12	361	01	220.0000	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	910.255,60	9.033.928,61	1.295.294,23	8.634.532,24	8.476.058,37
12	361	01	220.0000	3.3.90.47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	208.730,77	1.021.261,56	208.730,77	1.021.261,56	913.228,23
12	361	01	220.0000	4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	-172.449,05	13.758.698,50	1.850.804,71	13.758.698,50	13.175.483,92
12	361	01	220.0000	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.421,00	620.067,15	30.341,00	618.947,15	606.696,15
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL					850.028,91	25.911.780,25	3.603.131,30	25.508.662,23	24.596.256,84
TOTAL DO RECURSO: 01 - TESOIRO					850.028,91	25.911.780,25	3.603.131,30	25.508.662,23	24.596.256,84
02 - CONVÊNIOS ESTADUAIS									
220.0012 - REFORMA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA									
12	361	02	220.0012	4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	54.795,21	54.795,21	54.795,21	54.795,21	54.795,21
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0012 - REFORMA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA					54.795,21	54.795,21	54.795,21	54.795,21	54.795,21
220.0013 - QESE ESTADUAL									
12	361	02	220.0013	4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	-246.296,07	51.833,86	-54.795,21	0,00	0,00
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0013 - QESE ESTADUAL					-246.296,07	51.833,86	-54.795,21	0,00	0,00
261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO									
12	361	02	261.0000	3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	-3.281,48	19.754,08	0,00	19.754,08	19.754,08



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

COM. DE CONTABILIDADE - 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO

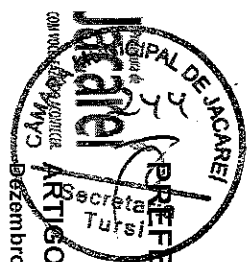
Despacho / 2011

21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

## DESPESAS

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA		LIQUIDADA		PAGA
	PERÍODO	ACUMULADO	NO PERÍODO	ACUMULADO	ACUMULADO
12 361 02 261.0000 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	164.175,16	1.114.863,45	164.175,16	1.114.863,45	1.114.863,45
TOTAL DA APLICAÇÃO: 261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	160.893,68	1.134.617,53	164.175,16	1.134.617,53	1.134.617,53
262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	615.063,83	615.063,83	615.063,83	615.063,83	615.063,83
262.0000 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	615.063,83	615.063,83	615.063,83	615.063,83	615.063,83
TOTAL DA APLICAÇÃO: 262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	584.456,65	1.856.310,43	779.238,99	1.804.476,57	1.804.476,57
TOTAL DO RECURSO: 02 - CONVÊNIOS ESTADUAIS					
05 - CONVÊNIOS FEDERAIS					
220.0006 - SAE SALÁRIO EDUCAÇÃO					
220.0006 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	-6.034,58	1.137.241,42	115.065,78	1.137.241,42	1.022.175,64
220.0006 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	16.864,41	1.501.872,41	36.848,76	1.501.872,41	1.465.023,65
220.0006 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	-3.517.395,26	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0006 - SAE SALÁRIO EDUCAÇÃO	-3.506.565,43	2.639.113,83	151.914,54	2.639.113,83	2.487.199,29
220.0007 - PNAE					
220.0007 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	86.448,98	622.008,98	86.848,76	622.008,98	535.160,22
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0007 - PNAE	86.448,98	622.008,98	86.848,76	622.008,98	535.160,22
220.0008 - PNATE					
220.0008 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	-84.508,28	182.583,24	20.000,00	182.583,24	182.583,24
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0008 - PNATE	-84.508,28	182.583,24	20.000,00	182.583,24	182.583,24
261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO					
261.0000 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	3.067.870,26	17.286.733,28	3.067.870,26	17.286.733,28	17.286.934,50
261.0000 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	58.164,15	445.619,70	58.164,15	445.619,70	406.325,51
261.0000 3.1.91.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	395.012,02	2.126.048,69	395.012,02	2.126.048,69	1.855.644,84
TOTAL DA APLICAÇÃO: 261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	3.521.046,43	19.858.401,67	3.521.046,43	19.858.401,67	19.547.904,85
262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS					
262.0000 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	853.651,70	7.165.780,27	853.651,70	7.165.780,27	7.162.180,62
262.0000 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	43.290,23	323.668,14	43.290,23	323.668,14	296.550,90



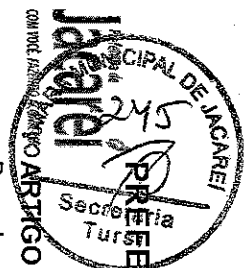


21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO**  
Dezembro / 2011

**DESPESAS**

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA		LIQUIDADA		PAGA
	PERÍODO	ACUMULADO	NO PERÍODO	ACUMULADO	
12 361 05 262.0000 3.1.91.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	208.610,96	2.330.723,53	208.610,96	2.330.723,53	2.202.089,28
12 361 05 262.0000 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	-91.321,76	3.050.916,53	333.491,79	3.018.928,93	2.867.282,78
12 361 05 262.0000 3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
TOTAL DA APLICAÇÃO: 262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	1.089.231,13	12.946.088,47	1.514.044,88	12.914.100,87	12.603.099,58
TOTAL DO RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS	1.105.652,83	36.248.196,19	5.293.854,41	36.216.208,59	35.355.947,18
TOTAL DA SUBFUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental	2.540.138,39	64.016.286,87	9.676.224,70	63.529.347,39	61.756.680,59
362 - Ensino Médio					
01 - TESOURO					
230.0000 - ENSINO MÉDIO					
12 362 01 230.0000 3.3.90.18.00 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	41.584,50	278.813,21	41.584,50	278.813,21	278.813,21
TOTAL DA APLICAÇÃO: 230.0000 - ENSINO MÉDIO	41.584,50	278.813,21	41.584,50	278.813,21	278.813,21
TOTAL DO RECURSO: 01 - TESOURO	41.584,50	278.813,21	41.584,50	278.813,21	278.813,21
TOTAL DA SUBFUNÇÃO: 362 - Ensino Médio	41.584,50	278.813,21	41.584,50	278.813,21	278.813,21
364 - Ensino Superior					
01 - TESOURO					
200.0004 - ENSINO UNIVERSITÁRIO					
12 364 01 200.0004 3.3.90.18.00 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	-2.232,18	120.052,86	-2.332,18	119.952,86	119.612,86
TOTAL DA APLICAÇÃO: 200.0004 - ENSINO UNIVERSITÁRIO	-2.232,18	120.052,86	-2.332,18	119.952,86	119.612,86
TOTAL DO RECURSO: 01 - TESOURO	-2.232,18	120.052,86	-2.332,18	119.952,86	119.612,86
TOTAL DA SUBFUNÇÃO: 364 - Ensino Superior	-2.232,18	120.052,86	-2.332,18	119.952,86	119.612,86
365 - Educação Infantil					
01 - TESOURO					
210.0000 - ENSINO INFANTIL					
12 365 01 210.0000 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	819,99	0,00	819,99	819,99
12 365 01 210.0000 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	-5.840,80	433.183,44	32.495,79	430.760,50	404.242,14



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

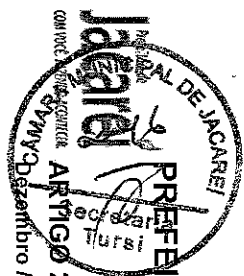
21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

Dezembro / 2011

## CONSTITUIÇÃO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO

### DESPESAS

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA		LIQUIDADADA		PAGA
	PERÍODO	ACUMULADO	NO PERÍODO	ACUMULADO	ACUMULADO
12 365 01 210.0000 3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	0,00	13.650,00	0,00	13.650,00	13.650,00
12 365 01 210.0000 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	57.203,18	536.505,92	64.065,22	536.505,92	535.405,76
12 365 01 210.0000 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	407.544,51	7.560.433,18	925.877,70	7.290.647,41	7.145.770,69
12 365 01 210.0000 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	-205.230,51	440.497,92	0,00	440.497,92	440.497,92
12 365 01 210.0000 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	239.310,40	7.812,00	239.310,40	239.310,40
TOTAL DA APLICAÇÃO: 210.0000 - ENSINO INFANTIL	253.676,38	9.224.400,85	1.030.250,71	8.952.192,14	8.779.696,90
TOTAL DO RECURSO: 01 - TESOURO	253.676,38	9.224.400,85	1.030.250,71	8.952.192,14	8.779.696,90
05 - CONVÊNIOS FEDERAIS					
220.0006 - SAE SALÁRIO EDUCAÇÃO					
12 365 05 220.0006 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	-20.603,23	1.119.895,77	170.283,15	1.119.895,77	957.112,62
12 365 05 220.0006 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	-62.144,95	1.618.759,05	62.004,41	1.618.759,05	1.556.754,64
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0006 - SAE SALÁRIO EDUCAÇÃO	-82.748,18	2.738.654,82	232.287,56	2.738.654,82	2.513.867,26
220.0007 - PNAE					
12 365 05 220.0007 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	11.492,75	708.852,75	101.710,72	708.852,75	695.484,85
TOTAL DA APLICAÇÃO: 220.0007 - PNAE	11.492,75	708.852,75	101.710,72	708.852,75	695.484,85
261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO					
12 365 05 261.0000 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	651.442,22	2.747.751,72	651.442,22	2.747.751,72	2.307.360,53
12 365 05 261.0000 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	857.840,94	6.096.096,08	857.840,94	6.096.096,08	6.086.663,49
12 365 05 261.0000 3.1.91.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	87.378,93	802.060,76	87.378,93	802.060,76	755.516,64
TOTAL DA APLICAÇÃO: 261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	1.596.662,09	9.645.908,56	1.596.662,09	9.645.908,56	9.149.540,66
262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS					
12 365 05 262.0000 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	-13.925,00	2.188.075,00	331.920,00	2.188.075,00	2.188.075,00
TOTAL DA APLICAÇÃO: 262.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	-13.925,00	2.188.075,00	331.920,00	2.188.075,00	2.188.075,00
TOTAL DO RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS	1.511.481,66	15.281.491,13	2.262.580,37	15.281.491,13	14.546.967,77
TOTAL DA SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil	1.765.158,04	24.505.891,98	3.292.831,08	24.233.683,27	23.326.664,67
366 - Educação de Jovens e Adultos					
05 - CONVÊNIOS FEDERAIS					



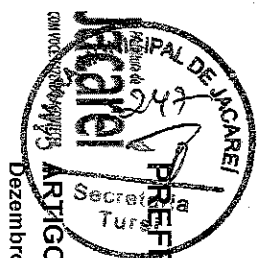
# PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

21/03/2018  
11:12:59  
Exercício de 2011

ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO

## DESPESAS

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA		LIQUIDADADA		PAGA
	PERÍODO	ACUMULADO	NO PERÍODO	ACUMULADO	
261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO					
12 366 05 261.0000 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	38.696,65	270.159,00	38.696,65	270.159,00	264.954,51
12 366 05 261.0000 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	-8.376,47	2.308,76	-8.376,47	2.308,76	2.130,61
12 366 05 261.0000 3.1.91.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	-2.825,00	38.881,09	-2.825,00	38.881,09	36.014,09
TOTAL DA APLICAÇÃO: 261.0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	27.495,18	311.348,85	27.495,18	311.348,85	303.096,21
TOTAL DO RECURSO: 05 - CONVÊNIOS FEDERAIS	27.495,18	311.348,85	27.495,18	311.348,85	303.096,21
TOTAL DA SUBFUNÇÃO: 366 - Educação de Jovens e Adultos	27.495,18	311.348,85	27.495,18	311.348,85	303.096,21
TOTAL DA FUNÇÃO: 12 - Educação	4.372.143,93	89.232.393,77	13.035.803,28	88.473.145,58	85.784.867,54
TOTAL DAS DESPESAS GERAIS COM ENSINO	4.372.143,93	89.232.393,77	13.035.803,28	88.473.145,58	85.784.867,54

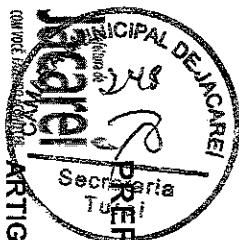


21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO**  
Dezembro / 2011

**RESUMO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO**

ARRECAÇÃO			VALOR A APLICAR							
RECEITAS DE IMPOSTOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL	NO PERÍODO	ACUMULADO					
			25% DO TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTO							
IMPOSTOS MUNICIPAIS	7.903.168,31	88.975.206,95		7.371.419,10	78.786.118,66					
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	6.478.147,27	47.586.170,94								
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	15.104.360,82	178.583.096,75								
TOTAL BRUTO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	29.485.676,40	315.144.474,64								
(-) RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.920.631,91	44.838.108,38								
TOTAL LÍQUIDO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	25.565.044,49	270.306.366,26								
DESPESAS PRÓPRIAS DO ENSINO	EMPENHADA NO PERÍODO	EMPENHADA ACUMULADO	LÍQUIDADA NO PERÍODO	LÍQUIDADA ACUMULADO	PAGA ACUMULADO					
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%				
TOTAL DA DESPESA PRÓPRIAS APLICADA NO ENSINO	5.024.337,20	17,04 %	79.974.289,48	25,38 %	8.554.013,92	29,01 %	79.298.962,75	25,16 %	78.214.062,12	24,82 %
APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL	253.676,38	0,86 %	9.224.400,85	2,93 %	1.030.250,71	3,49 %	8.952.192,14	2,84 %	8.779.696,90	2,79 %
APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	850.028,91	2,88 %	25.911.780,25	8,22 %	3.603.131,30	12,22 %	25.508.662,23	8,09 %	24.596.256,84	7,80 %
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.920.631,91	13,30 %	44.838.108,38	14,23 %	3.920.631,91	13,30 %	44.838.108,38	14,23 %	44.838.108,38	14,23 %
TOTAL DAS DEDUÇÕES	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
(-) GANHO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA ENSINO INFANTIL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
(-) GANHO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESAS LÍQUIDAS APLICADAS NO ENSINO	5.024.337,20	17,04 %	79.974.289,48	25,38 %	8.554.013,92	29,01 %	79.298.962,75	25,16 %	78.214.062,12	24,82 %
APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL	253.676,38	0,86 %	9.224.400,85	2,93 %	1.030.250,71	3,49 %	8.952.192,14	2,84 %	8.779.696,90	2,79 %
APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	850.028,91	2,88 %	25.911.780,25	8,22 %	3.603.131,30	12,22 %	25.508.662,23	8,09 %	24.596.256,84	7,80 %
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.920.631,91	13,30 %	44.838.108,38	14,23 %	3.920.631,91	13,30 %	44.838.108,38	14,23 %	44.838.108,38	14,23 %



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

21/03/2016  
11:12:59  
Exercício de 2011

## ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO

Dezembro / 2011

### RESUMO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB		ARRECAÇÃO ATÉ O PERÍODO				RETENÇÕES AO FUNDEB ATÉ O PERÍODO					
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		46.859.108,17				44.838.108,38					
RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00									
TOTAL BRUTO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		46.859.108,17									
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATORIAS											
TOTAL		46.859.108,17				46.859.108,17					
MAGISTÉRIO (60% DO TOTAL)		28.115.464,90				DIFERENÇA (RECEBIDO - RETIDO) (GANHO)					
						46.859.108,17					
						44.838.108,38					
						2.020.999,79					
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB		EMPENHADA NO PERÍODO		EMPENHADA ACUMULADO		LIQUIDADADA NO PERÍODO		LIQUIDADADA ACUMULADO		PAGA ACUMULADO	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
TOTAL DO FUNDEB		6.996.467,34	14,93 %	46.699.503,91	99,66 %	7.770.407,37	16,58 %	46.667.516,31	99,59 %	45.541.397,66	97,19 %
MAGISTÉRIO (60%)		5.306.097,38	11,32 %	30.950.276,61	66,05 %	5.309.378,86	11,33 %	30.950.276,61	66,05 %	30.135.159,25	64,31 %
OUTRAS DESPESAS (40%)		1.690.369,96	3,61 %	15.749.227,30	33,61 %	2.461.028,51	5,25 %	15.717.239,70	33,54 %	15.406.238,41	32,88 %
		DEDUÇÕES DAS DESPESAS									
MAGISTÉRIO		0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESAS COM APOSENTADOS (3.1.90.01)		0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESAS COM PENSÕES (3.1.90.03)		0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
OUTRAS DESPESAS		0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESAS COM APOSENTADOS (3.1.90.01)		0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESAS COM PENSÕES (3.1.90.03)		0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
		DESPESAS LÍQUIDAS COM FUNDEB									
TOTAL DO FUNDEB		6.996.467,34	14,93 %	46.699.503,91	99,66 %	7.770.407,37	16,58 %	46.667.516,31	99,59 %	45.541.397,66	97,19 %
MAGISTÉRIO (60%)		5.306.097,38	11,32 %	30.950.276,61	66,05 %	5.309.378,86	11,33 %	30.950.276,61	66,05 %	30.135.159,25	64,31 %
OUTRAS DESPESAS (40%)		1.690.369,96	3,61 %	15.749.227,30	33,61 %	2.461.028,51	5,25 %	15.717.239,70	33,54 %	15.406.238,41	32,88 %



APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB EM 2011

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		46.859.108,17
RENDIMENTOS		0,00
EMPENHO		46.699.503,91
SALDO DIFERIDO		159.604,26

APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB EM 2011 RETIFICADO

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		46.859.108,17
RENDIMENTOS		264.831,76
		47.123.939,93
EMPENHO		46.699.503,91
ESTORNO INDEVIDO		558.817,80
		47.258.321,71
SALDO DIFERIDO		-134.381,78



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



**COMISSÃO 1 – CCJ**

PROCESSO Nº:	<b>210/2015</b>	DE: <b>14.12.2015</b>
ASSUNTO:	PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.	
AUTORIA:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.	

**ANÁLISE PRELIMINAR DA DEFESA ESCRITA**  
**APRESENTADA NO PROCESSO DE JULGAMENTO**  
**DAS CONTAS 2011 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Sob o Protocolo Geral nº 505 de 29.03.2016, o Senhor Hamilton Ribeiro Mota, por seu procurador, em atendimento ao ofício nº 38/03/2016-CMP, protestou pela juntada dos seguintes documentos:

1. Notas de empenho da folha de pagamento do FUNDEB;
2. Planilha de rendimentos do FUNDEB;
3. Quadro de aplicação dos resultados no ensino;
4. Reitera o pedido de prova pericial;
5. Protesta pela aprovação das contas;

Diante dos pedidos formulados, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamentos da Câmara Municipal tendo assim **decidido**:

Pela Comissão de Constituição e Justiça ficou assim **decidido**:

1. **DEFERE** a juntada dos documentos apresentados pelo Prefeito Hamilton Ribeiro Mota, tendo em vista que os mesmos foram requisitados pela CFO e possuem o condão de elucidar os fatos divergentes;
2. **REITERA** que de acordo com os pareceres já exarados nos autos, pelo INDEFERIMENTO de prova pericial, dando a CCJ por satisfeita com os documentos já apresentados;
3. Após análise das questões apresentadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como dos documentos apresentados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Hamilton Ribeiro



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

## PALÁCIO DA LIBERDADE



Mota através de sua ampla defesa e, especialmente, baseada nas situações de fato e de direito, sobretudo em respeito aos princípios da razoabilidade, da boa-fé e da legalidade dos atos praticados em respeito ao interesse público, conclui a **CCJ** pela **APROVAÇÃO** das contas de 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí, ficando assim rejeitado o parecer do TCESP.

A Comissão de Finanças e Orçamentos **deliberou** da seguinte forma:

1. Muito embora em despacho preliminar entendesse não ser cabível a realização de qualquer perícia, após a juntada dos documentos pelo sr. Prefeito Hamilton Ribeiro Mota, bem como da análise minuciosa de todos os documentos encartados, verifica esta Comissão que a realização de perícia se impõe como necessária para compreensão dos dados e fatos trazidos pela defesa;
2. Considerando que *"é dever das Comissões estudar os assuntos submetidos ao seu exame e manifestar sobre eles a sua opinião, quer quanto ao aspecto técnico, quer quanto ao mérito"* (art. 31 do Regimento);
3. Atenta ao fato dos documentos e sobretudo planilhas apresentadas com os resultados de rendimentos e aplicações no FUNDEB, razões de glosa pelo TCESP, demandam de conhecimento técnico e específico em finanças públicas; conhecimento este que nenhum dos membros desta N. Comissão possui.
4. E, por fim, que *"As Comissões Permanentes poderão utilizar a dotação orçamentária legislativa para contratação de serviço técnico especializado, na forma da lei, exclusivamente quando este auxílio se justificar como indispensável ao exercício de fiscalização deste colegiado, sobre os assuntos da sua respectiva competência de atuação"*. (§4º, art. 31);
5. Deixa esta CFO de deliberar acerca das contas relativas ao exercício de 2012, por não possuir capacidade técnica para tanto, bem como ROGA pela contratação de um perito ou, na impossibilidade de o fazê-lo, pela indicação de um servidor efetivo desta Casa, para auxiliar na compreensão dos dados e viabilizar a análise dos documentos apresentados pela defesa.





**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

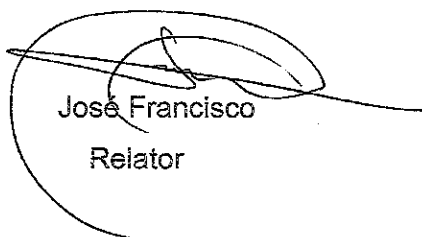


É a manifestação das comissões de **Constituição e Justiça** e de **Finanças e Orçamento**, da qual deverá ser dada diligente ciência ao Senhor Presidente desta casa e ao interessado.

Câmara Municipal de Jacareí, 29 de março de 2016.

**PELA CCJ**

Edson Anibal de Aquino Guedes Filho  
Presidente

  
José Francisco  
Relator

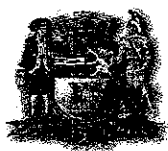
  
Itamar Alves  
Membro

**PELA CFO**

  
ROSE GASPAR  
Presidente

  
ANA LINO  
Relator

ROGÉRIO TIMÓTEO  
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

**Consultoria Jurídica**

Jacareí, 01 de abril de 2016.



À Secretaria Legislativa

**CERTIFICO** que muito embora o nosso Regimento Interno estabeleça a possibilidade de contratação de serviço técnico especializado às Comissões Permanentes, consultado o setor de contabilidade desta Casa, verificou-se a inexistência de orçamento para essa contratação.

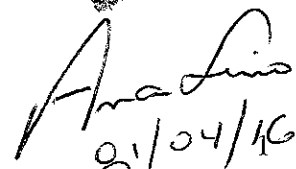
No mais, em relação a indicação de um servidor, foi informado pela Secretária Administrativa, que inexistente no quadro de servidores efetivos desta Casa um especialista em contabilidade pública.

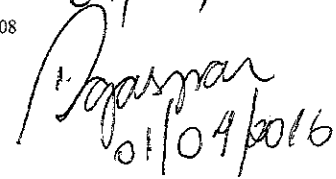
Assim, remeta-se as informações acima para conhecimento e decisão da Comissão de Finanças e Orçamento.

  
**Arildo Batista**  
**Presidente da Câmara Municipal de Jacareí**

*em EFO para  
conhecimento.*

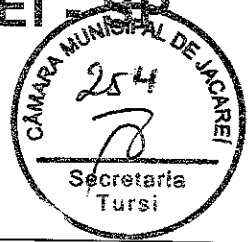
  
**Moisés B. Sales Neto**  
Sec. - Diretor Legislativo

  
**Ana Lúcia**  
01/04/16

  
**Rogério**  
01/04/2016



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



**COMISSÃO 2 – CFO**

PROCESSO Nº:	<u>210/2015</u>	DE: 14.12.2015
ASSUNTO:	PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.	
AUTORIA:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.	

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO PROCESSO DE JULGAMENTO DAS CONTAS 2011 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Em atenção as informações prestadas pelo Presidente desta Casa em relação ao pedido de perícia técnica feito por esta Comissão, consideramos o quanto segue:

Inicialmente destaca-se que diante do volume de documentos apresentados pela defesa do Sr. Prefeito, esta Comissão não olvidou esforços no sentido de buscar informações e dados que pudessem subsidiar sua decisão.

Contudo, a quantidade de documentos, contratos, notas fiscais, planilhas e sobretudo os documentos relacionados ao FUNDEB, tais como planilhas contendo os resultados de rendimentos e aplicações no FUNDEB, notas de empenho, quadro de aplicações de resultados, planilhas de pagamentos, requer, como já informado, de conhecimento técnico e específico em finanças públicas.

Consultado sobre a possibilidade de contratação de um perito contábil para auxiliar e subsidiar esta Comissão em sua decisão, verificou-se a indisponibilidade orçamentária. No mesmo sentido, a Casa não possui em seu quadro de servidores, um profissional habilitado em finanças públicas capaz de auxiliar nos trabalhos da Comissão.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE


Diante da impossibilidade financeira de contratação de um profissional com conhecimento técnico para subsidiar a análise da documentação apresentada, considerando que as razões apresentadas pelo TCESP para a rejeição das contas relacionadas ao exercício de 2011 são semelhantes às dos exercícios anteriores, já aprovadas por esta Casa, decidimos pela APROVAÇÃO das contas referente ao exercício 2011, ficando assim, rejeitado o Parecer do Tribunal de Contas.

É a manifestação da **Comissão de Finanças e Orçamento**, da qual deverá ser dada diligente ciência ao Senhor Presidente desta casa e ao interessado.

Câmara Municipal de Jacareí, 05 de abril de 2016.



  
ROSE GASPAR  
Presidente

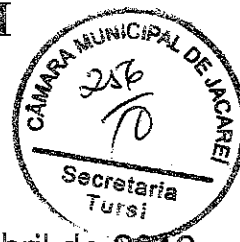
  
ANA LINO  
Relator

ROGÉRIO TIMÓTEO  
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

**Consultoria Jurídica**



Jacaréi, 05 de abril de 2016.

**Processo nº 210 de 14.12.2015**

(Ref. Contas anuais de 2011).

*Reabi em 06/04/2016.  
Despacho no verso.*

*M. Sales Neto*  
06/04/2016  
Moacir B. Sales Neto  
Sec. - Diretor Legislativo

À Secretaria Legislativa

Tornam os autos para conhecimento deste Presidente em relação as contas do Executivo referente ao exercício de 2011.

O parecer do Tribunal de Contas foi recebido nesta Casa no dia **14/12/2016** (fls.02).

Em 11/01/2016 o Parecer foi distribuído para conhecimento dos vereadores e das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento (fls.174).

Durante o período de recesso parlamentar (de 16 de dezembro a 31 de janeiro de 2016), o prazo para o Parecer das Comissões (art.131, II R.I), ficou suspenso.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamentos, após análise da documentação apresentada, opinaram pela aprovação das contas, tendo como precedente os julgamentos anteriores.

Ocorre que somente nesta data, em **05/04/2016**, os autos retornaram à Presidência com o Parecer conclusivo da Comissão de Finanças e Orçamento,

*[Handwritten signature]*



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

**Consultoria Jurídica**



razão pela qual, em obediência ao artigo 48, §3º do nosso Regimento Interno, o mesmo não teria entrado na Ordem do Dia.

Exarados os Pareceres das respectivas Comissões, encontram-se os autos em condições de julgamento.

É a síntese do necessário.

Em que pese os Pareceres já exarados, observo que o prazo para julgamento das Contas encontra-se vencido!

O artigo 28 c.c artigo 49, §3º da Lei Orgânica deste Município, bem como ao artigo 132, §1º do Regimento Interno desta Casa, dispõe que as contas deverão ser julgadas **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias** de seu recebimento.

Determina a Lei Orgânica nos artigos acima citados que ***“decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do tribunal de Contas”***.

Considerando que referido prazo há muito se esgotou, impõe a esta Casa, em obediência ao princípio da legalidade, o atendimento à norma vigente.

Nesse mesmo sentido, já alertou a Consultoria Jurídica desta Casa às fls. 168/172.

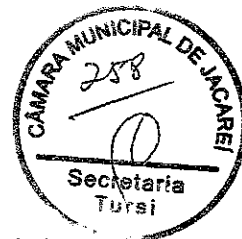
Os Tribunais de Contas são os órgãos que prestam auxílio ao Poder Legislativo na missão privativa de controle externo destinado à fiscalização dos recursos públicos. Neste sentido, é conferida aos Tribunais de Contas a competência de amparar o Poder Legislativo na sua tarefa fiscalizatória.

8



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

**Consultoria Jurídica**



Neste caso em concreto, o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, recomendando ao Legislativo o julgamento pela irregularidade das contas anuais do Prefeito Hamilton Ribeiro Mota é peça de caráter técnico de inestimável valor, sobretudo considerando o fato de não possuir esta Casa disponibilidade orçamentária para contratação de perícia técnica, conforme sugerido pela Comissão de Finanças e Orçamento.

Contém o Parecer do TCESP incontáveis aspectos sobre a execução orçamentária e financeira, de tal modo e especificamente no que diz respeito ao equilíbrio entre receitas e despesas, aplicação dos recursos no ensino, na saúde, respeito aos limites de gastos com pessoal, pagamento dos encargos previdenciários, precatórios e outros tantos que no conjunto indicam a qualidade da gestão dos recursos públicos, desaconselhando ao final, a aprovação das contas.

Diante do exposto e de tudo que dos autos consta, ACOELHO o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e considero REJEITADAS as contas anuais apresentadas pelo Prefeito Hamilton Ribeiro Mota, relacionadas ao exercício de 2011.

Por derradeiro, encaminho os autos para a Secretaria Legislativa, determinando a elaboração de Decreto Legislativo pela rejeição das Contas do exercício de 2011 do Executivo Municipal, a notificação do Senhor Prefeito desta decisão e a adoção das demais providências pertinentes.

Atenciosamente,

  
**Arildo Batista**

**Presidente da Câmara Municipal de Jacareí**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



## **DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2016**

*Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí.*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR ARILDO BATISTA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

2 - A Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

3 - A Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

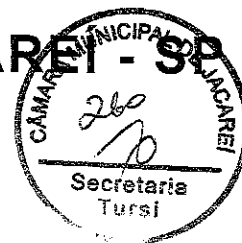
4 - A Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea "a", dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



## DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2016 – Fls. 02

5 - A parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

6 – O art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;

7 - O art. 132 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê, em seu § 1º, que a Câmara terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para julgar as contas do Prefeito e, em seu § 2º, que esse parecer só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;

8 – Foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso;

9 – Encontra-se expirado o prazo para cumprimento de etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;

10 – Todos os atos praticados estão devidamente registrados nos autos do Processo nº 210/2015, de 14 de dezembro de 2015, do Legislativo; e



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2016 – Fls. 03**


Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2011,

**PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:**

**Art. 1º** Ficam rejeitadas, de acordo com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2011, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, e dos arts. 122, § 4º, e 132, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

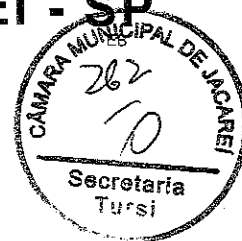
**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 7 de abril de 2016.

  
**ARILDO BATISTA**  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



**COMISSÃO 1 - CCJ**  
**CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

<b>PROCESSO Nº 210/2015</b>		<b>DE: 14/12/2015</b>
<b>ASSUNTO:</b>	PARECER DO TCE-SP DESFAVORÁVEL ÀS CONTAS DE 2011 DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
<b>AUTORIA:</b>	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	
<b>CONCLUSÃO:</b>	VOTO PELA <b>REPROVAÇÃO</b> DAS CONTAS DE 2011 DO PODER EXECUTIVO	

**VOTO**

A propositura discriminada em epígrafe, na forma regimental, foi remetida ao conhecimento da Comissão de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** da Câmara Municipal, para que se manifeste quanto aos aspectos sob a sua competência.

Exarou o relator e foi seguido pelo membro deste colegiado, o parecer pela aprovação das contas ora apreciadas, decisão a qual divirjo pelas razões jurídicas que seguem fundamentadas:

É claro o desprezo do prefeito aos limites da lei ao não respeitar o percentual mínimo de investimento na educação, utilizando o orçamento desta pasta para o custeio indevido de despesas diferentes a esta atribuição orçamentária.

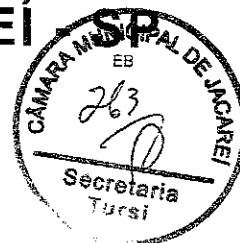
O prefeito é reincidente no cometimento desta ilegalidade, e mesmo já tendo recebido o apontamento desta irregularidade pelo Tribunal de Contas anteriormente, repetiu a prática de desrespeitar o limite mínimo estabelecido em lei;

Na mesma linha, frisa-se que já é ciência desta Casa de Leis, que já apreciou pela Consultoria Jurídica, e aferiu a legalidade do **Projeto (PEM) n. 05/2016**, é **INCONSTITUCIONAL**, conforme inúmeros julgados do STF e TJ-SP a aplicação da **alínea b) do inciso VII do Art. 28** da Lei Orgânica Municipal, fato que já anulou os atos administrativos desta Câmara pelo Poder Judiciário após sua aplicação.

Neste ponto frisa-se que não pode o próprio Poder Legislativo desrespeitar uma atribuição exclusiva que é sua, julgar as contas do Executivo, por mera tramitação burocrática, e regra de decurso de prazo inconstitucional.



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



Nota-se que neste processo, a defesa utilizou-se de repetidos expedientes para provocar a morosidade da tramitação legislativa destas contas, empurrando intencionalmente este processo para o decurso de prazo, com a ciência de que, no futuro, vão cancelá-lo no Poder Judiciário como já o fizeram em contas anteriores.

Por todas estas razões, além do presente voto contrário rogamos para que a atribuição fundamental deste Legislativo não seja desrespeitada, para que logo que as causas suspensivas de prazos, requeridas por comissão na forma regimental sejam sanadas, e este processo retome seu rito, seja garantida a ampla defesa do Poder Executivo e que as contas sejam levadas ao plenário para regular julgamento e votação do mesmo.

É o voto.

Câmara Municipal de Jacareí, 05 de abril de 2016.

*Reusado em  
11/04/2016  
Blaine Zento*

  
**Edinho Guedes**  
Presidente



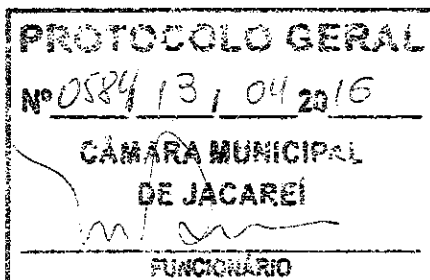
# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ SP

GABINETE – VEREADOR EDGARD SASAKI  
PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacareí, 13 de abril de 2016.

Ofício nº 180/2016-GVES

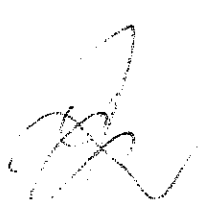


Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente para, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência, a inclusão de requerimento nos trabalhos da Sessão Ordinária de hoje, dia 13 de abril de 2016.

Sem outro particular, agradecemos a atenção de Vossa Excelência e apresentamos os protestos de nossa consideração.

Atenciosamente

  
Edgard Sasaki

PSDC

  
Fernando da Otica

PSC

  
Valmir do Meia Lua

PSDC

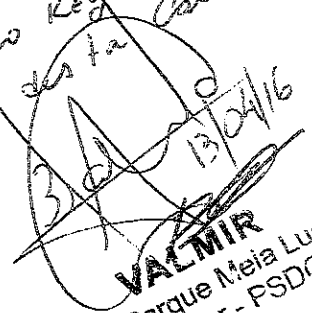
  
A Sua Excelência, o Senhor

**ARILDO BATISTA**

Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Nesta

*Indefinido e solicitado  
com fundamento no  
art. 67 do Regimento  
Interno desta Casa.*

  
**VALMIR**  
do Parque Meia Lua  
Vereador - PSDC



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacareí, 13 de Abril de 2016

**REQUERIMENTO**

*Assunto Requer que os Processos nº 210/2015 e o 211/2015 sejam remetidos à Consultoria Jurídica.*

Considerando que, já existe o despacho do Presidente nos Processos 210/2015 e 211/2015 determinando a elaboração do Decreto Legislativo acolhendo os pareceres do Tribunal de Contas, sem julgamento em plenário;

Considerando que, para dúvidas quanto a observância do procedimento fixado no artigo 131 do regimento interno, em especial: (a) elaboração de parecer conjunto das comissões; e (b) inclusão na ordem do dia após o decurso do prazo;

Considerando que, o §§ 2º do artigo 131 do regimento Interno determina apenas a inclusão na Ordem do Dia e em contrariedade ao disposto do §§ 3º do artigo 49 da Lei Orgânica do município, que contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que determina a adoção do princípio da simetria ao disposto na Constituição Federal para julgamento das contas do Prefeito, ato privativo e indelegável do Plenário da Casa Legislativa;

Requeremos,

*Que os Processos nº 210/2015 e o 211/2015 sejam remetidos à Consultoria Jurídica desta casa legislativa para análise da legalidade de todo o procedimento até então praticado e a fixação dos termos subsequentes.*

  
**Edgard Sasaki**

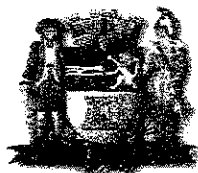
**PSDC**

  
**Fernando da Otica**

**PSC**

  
**Valmir do Meia Lua**

**PSDC**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Processos nº 210/2015 e 211/2015

Contas Anuais do Prefeito. Exercícios 2011 e 2012. Procedimentos. Divergências normativas. Lei Orgânica. Regimento Interno. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Enviar cópias aos  
INTERESSADOS e demais  
vereadores.

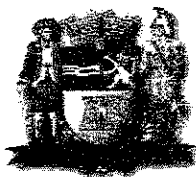
14/04/16  
Arião Batista  
Presidente

## PARECER

Trata-se de consulta formulada pelos Nobres Vereadores Edgard Sazaki, Fernando da Ótica e Valmir do Meia Lua acerca dos procedimentos adotados nos feitos mencionados em epígrafe, os quais tratam da análise das contas do Prefeito nos exercícios 2011 e 2012.

Alegam os requerentes, em apertada síntese, que não foi adotado o procedimento previsto no Regimento Interno desta Casa, que determina a inclusão do parecer do Tribunal de Contas na Ordem do Dia para deliberação pelos parlamentares, e que a decisão baseada disposto na Lei Orgânica do Município, que implica no acatamento do indigitado parecer sem votação, contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Pois bem.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou a análise das contas do Prefeito nos exercícios 2011 e 2012, e em ambos os casos exarou parecer *pela rejeição*. Conforme estipulado pela Constituição Federal, cabe à Casa Legislativa deliberar acerca desses pareceres, aprovando ou não o entendimento da Corte de Contas.

Quanto ao procedimento, estabelece o Regimento Interno (Resolução nº 642/2005):

*Art. 131. Recebidos o Parecer e seus anexos do Tribunal de Contas, caberá ao Presidente cumprir o seguinte rito administrativo:*

*I - Autuar a documentação recebida, dando origem ao processo administrativo;*

*II - distribuir cópias do processo às Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, que emitirão parecer em 30 (trinta) dias;*

*III - simultaneamente à distribuição junto às Comissões, citar o Prefeito Municipal, através de ofício, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar, perante as Comissões, sua defesa escrita e provas documentais, no prazo de 15 (quinze) dias;*

*IV - comunicar aos Vereadores que todos os termos do processo e a documentação correspondente encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo serão mantidos à disposição na Secretaria da Câmara;*

*V - comunicar o Prefeito Municipal, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, a data e o horário da sessão legislativa de julgamento das contas, onde ser-lhe-á concedido o tempo de 30 (trinta) minutos para, pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral.*

*§ 1º O Parecer das comissões será prolatado em conjunto, concluindo, com a respectiva proposição, pela rejeição ou aprovação das contas.*

*§ 2º Expirado o prazo de prolação do parecer das comissões, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



§ 3º *Tratando-se do julgamento das contas de ex-prefeito, aplica-se o mesmo teor do disposto nos incisos III e V deste artigo.*

§ 4º *A citação do ex-prefeito será feita por meio do Boletim Oficial do Município, e os respectivos prazos deste ato, serão contados a partir da data da sua publicação.*

Art. 132. *O julgamento das contas do Prefeito será procedido mediante a apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.*

§ 1º *A Câmara terá o prazo de sessenta dias, a contar do recebimento do parecer prévio, para julgar as contas do Prefeito.*

§ 2º *O parecer prévio do Tribunal de Contas só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.*

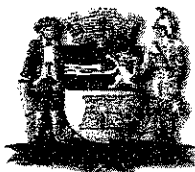
§ 3º *A decisão da Câmara, formalizada através de Decreto Legislativo, será comunicada ao Tribunal de Contas do Estado.*

§ 4º *Rejeitadas as contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.*

Em ambos os processos, os prazos de sessenta dias para a análise foram extrapolados, pelo que a Presidência entendeu ser cabível a aplicação do previsto no parágrafo 3º, do artigo 49, da Lei Orgânica do Município:

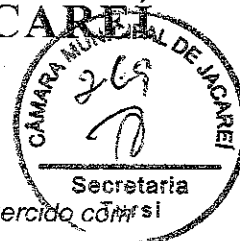
Artigo 49 – *A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

§ 1º – *Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



§ 2º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 3º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo.

§ 4º - Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 5º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Como cediço, as normas jurídicas se organizam de maneira hierárquica, de forma que determinadas leis têm maior importância que outras que estejam em patamar inferior. Explica Hans Kelsen que "O ordenamento jurídico não é um sistema jurídico de normas igualmente ordenadas, colocadas lado a lado, mas um ordenamento escalonado de várias camadas de normas jurídicas".

Dentro dessa lógica, temos que o conflito entre as regras previstas entre o Regimento Interno (que é uma Resolução) e a Lei Orgânica se resolve através da análise da hierarquia entre tais normas.

A Lei Orgânica é a *lei maior de um município*. É uma lei genérica elaborada conforme as determinações das constituições federal e



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



estadual, cuja aprovação pela Câmara Municipal se dá através de rito especial e pela maioria de dois terços dos seus membros. A Resolução, por sua vez, é um ato legislativo de conteúdo concreto, de *efeitos internos*, pelo qual se revestem determinadas deliberações do parlamento.

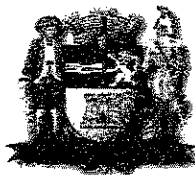
Observa-se então que a *Lei Orgânica é hierarquicamente superior à Resolução*, pelo que o conflito entre seus dispositivos se resolvem com atendimento do que consta na primeira, restando prejudicado tudo aquilo que contrariá-la.

A nosso ver, portanto, a decisão embasada na regra prevista na Lei Orgânica, em detrimento daquilo que estabelece o Regimento Interno, está correta porque obedece ao critério de hierarquia do ordenamento jurídico.

Quanto a alegação de inconstitucionalidade do previsto no parágrafo 3º do artigo 49 da Lei Orgânica, temos que é certo que existem decisões do Supremo Tribunal Federal que consubstanciam o entendimento de que é prerrogativa do Parlamento julgar as contas do Chefe do Executivo, como asseverado no requerimento ora em análise. Todavia, tais julgados não têm efeito *erga omnes*, ou seja, são válidos apenas para os casos específicos aonde foram exarados, e servem como orientação para interpretação para situações análogas.

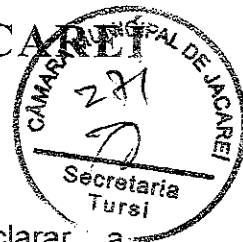
O fato é que o dispositivo da Lei Orgânica ora guerreado é norma em vigor, e até que seja revogado ou declarado inconstitucional através dos meios de controle de constitucionalidade, não pode ser ignorado.

A lei diz que, após 60 dias, acolhe-se o parecer do Tribunal de Contas como expedido, e embora seja possível *discutir* tal regra, o fato é que ela tem que ser cumprida enquanto estiver em vigente, como é o caso atual. Não



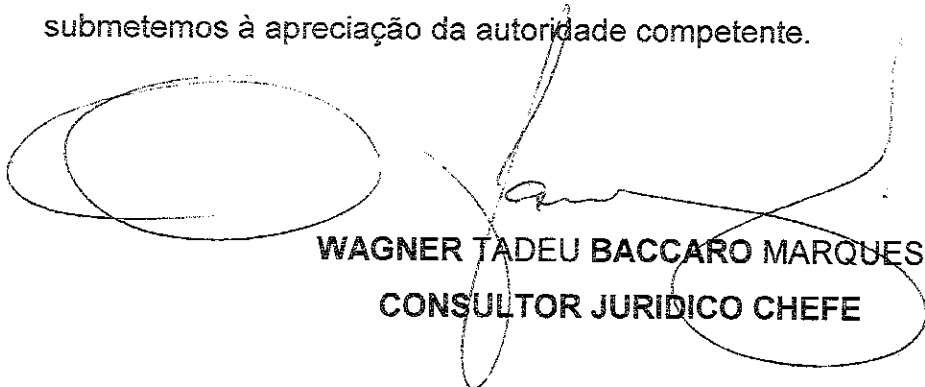
# CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



tem o Presidente da Câmara Municipal o condão de declarar a inconstitucionalidade de norma e vigor e deixar de cumpri-la por mera interpretação jurisprudencial.

Feitas tais considerações, este é o parecer que submetemos à apreciação da autoridade competente.

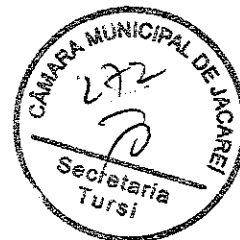
  
**WAGNER TADEU BACCARO MARQUES**  
**CONSULTOR JURIDICO CHEFE**



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

Ofício nº 053/04/2016-CMP

Jacareí, 13 de abril de 2016.



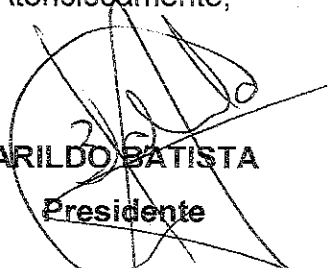
Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente para comunicar a Vossa Excelência que, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2011 (Processo nº 210/2015) foram rejeitadas, conforme constante do Decreto Legislativo nº 377/2016, de 07 de abril de 2016.

Para seu conhecimento, seguem também cópia do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento exarado no referido processo, bem como do despacho desta Presidência acolhendo o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e considerando rejeitadas as referidas contas anuais.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**ARILDO BATISTA**  
**Presidente**

A Sua Excelência, o Senhor  
**HAMILTON RIBEIRO MOTA**  
Prefeito Municipal de Jacareí  
Em Mão

*Recebido em 14.04.16, às 11:19.*  
  
**Adauto de Andrade**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

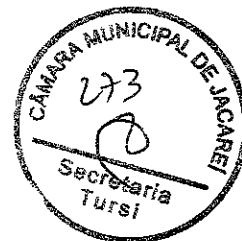


**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE

EB

Ofício nº 074/04/2016-CMS

Jacareí, 13 de abril de 2016.



Excelentíssimos Senhores,

Servimo-nos do presente para encaminhar, conforme determina o § 3º do artigo 132 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 706, de 27 de agosto de 2015), cópia do Processo nº 210/2015 deste Legislativo, que originou o Decreto Legislativo nº 377/2016, de 07 de abril de 2016, rejeitando, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativa ao exercício de 2011.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

  
**ARILDO BATISTA**  
Presidente

Estado do Estado de São Paulo  
Promotoria de Justiça Cível de Jacareí

Processo PJI-Cível nº 833/2016  
14/04/16 Horário 14h23

Ao

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE JACAREÍ**

Em mão

f. (Adriana  
Ribeiro/Oficial  
de Promotoria)



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



**PROTOCOLO GERAL**  
Nº 07091215 20 16  
CÂMARA MUNICIPAL  
DE JACAREÍ  
FUNCIONÁRIO

**REJEITADO**

Sr. Presidente,

Nós vereadores infra-assinados, vimos pelo presente, nos termos do Art. 108 do Regimento Interno desta Casa de Leis, propor RECURSO contra o ato de edição e publicação dos Decretos n. 377 e 378 de 2016, publicados no Boletim Oficial de 20.04.2016, pelas razões que seguem:

1. É de plena ciência desta Casa de Leis, por meio da sua Consultoria Jurídica que, alínea "b" do Inciso VII do art. 49 da Lei Orgânica do Município de Jacareí, que apoia a presente rejeição das Contas do Executivo por decurso de prazo, objeto dos decretos ora atacados, é inconstitucional, haja vista, a anulação judicial do Decreto Legislativo de mesmo teor editado pelo então presidente Diobel de Lima Fernandes em face das contas do então prefeito Marco Aurélio de Souza.

Ressalta-se que a anulação judicial sofrida por este Legislativo, foi efetivada por meio do trabalho mesmo escritório de advocacia (Silveira & Andrade Advogados) que hoje defende as contas do prefeito Hamilton R Mota e que já tornou público via matéria anexa que assim fará novamente.

2. Além desta ciência pretérita, a Consultoria Jurídica desta Casa de Leis, foi cientificada novamente por meio do Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal, Processo n. 05 de 03.02.2016, propositura a foi estudada e da qual se exarou parecer de plena regularidade e aptidão em 18.02.2016.

3. Fora tais informações, o presente recurso visa corrigir grave INCONSTITUCIONALIDADE inscrita na alínea "b" do inciso VII do art. 49 da Lei Orgânica Municipal, que apesar de já ter sido anulada judicialmente, ao ser aplicada gera patente ilegalidade, intencional deste Legislativo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

## PALÁCIO DA LIBERDADE



Ocorre que, atualmente a citada letra legal, prevê equivocadamente a possibilidade de que as contas do Poder Executivo não serem julgadas, e por "decurso de prazo" (60 dias) em caso de omissão do Legislativo cumprir seu dever prescrito no Art. 31 da Constituição Federal, prevalecer a conclusão do parecer do Tribunal de Contas, documento de caráter meramente opinativo.

Tal redação dada pelo extinto CEPAM – Centro de Estudo e Pesquisas de Administração Municipal, órgão que redigiu o modelo de Lei Orgânica para grande parte dos municípios brasileiros, após o advento da Carta Federal de 88, inclusive a de Jacareí, já foi declarada inconstitucional pelo STF – Supremo Tribunal Federal por diversas vezes, por usurpar prerrogativa indelegável do Poder Legislativo, porém, por desatenção desta Casa de Leis, tal ilegalidade se mantém intacta em nosso texto normativo maior, fato que deve ser corrigido.

Nesta linha segue preciso julgado proferido pelo douto Ministro Celso de Mello do STF que trata da reclamação, com pedido de medida liminar, na qual se sustenta que os atos ora questionados teriam desrespeitado a autoridade da decisão que esta Suprema Corte proferiu, com efeito vinculante, nos julgamentos da ADI 849/MT, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, da ADI 1.779/PE, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, e da ADI 3.715/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES:

***O órgão competente**, portanto, **para apreciar** as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, **somente** pode ser, em nosso sistema de direito constitucional positivo, **no que se refere ao Presidente da República, aos Governadores e aos Prefeitos Municipais, o Poder Legislativo**, a quem incumbe exercer, **com o auxílio** meramente técnico-jurídico do Tribunal de Contas, **o controle externo** pertinente à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das pessoas estatais e das entidades administrativas.*

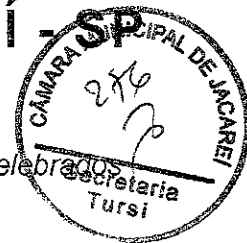
***Somente** à Câmara de Vereadores – **e não ao Tribunal de Contas** – **assiste** a indelegável prerrogativa **de apreciar**, mediante parecer prévio daquele órgão técnico, **as contas** prestadas pelo Prefeito Municipal.*

***Não se subsume**, em consequência, **à noção constitucional** de julgamento das contas públicas, **o pronunciamento** técnico-administrativo do Tribunal de*





**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



Contas, **quanto** a contratos e a outros atos de caráter negocial celebrados pelo Chefe do Poder Executivo.

**Esse procedimento** do Tribunal de Contas, **referente** à análise individualizada **de determinadas** operações negociais **efetuadas** pelo Chefe do Poder Executivo, **tem** o claro sentido de instruir o exame oportuno, **pelo próprio Poder Legislativo – e exclusivamente** por este –, **das contas anuais** submetidas à sua exclusiva apreciação.

**Não tem sido diversa** a orientação jurisprudencial **adotada** pelo E. Tribunal Superior Eleitoral, cujas **sucessivas** decisões sobre o tema ora em análise **ajustam-se** a esse entendimento, **afastando**, por isso mesmo, **para efeito** de incidência da regra de competência **inscrita** no art. 71, inciso I, c/c os arts. 31, § 2º, e 75, **todos** da Constituição da República, **a pretendida** distinção **entre** contas **relativas** ao exercício financeiro e contas de gestão **ou** referentes à atividade de ordenador de despesas, **como se vê** de expressivos acórdãos **emanados** daquela Alta Corte Eleitoral:

**“Registro de candidatura. Prefeito. Inelegibilidade. Art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90. Competência.**

**1. A competência para o julgamento das contas de prefeito é da Câmara Municipal, cabendo** ao Tribunal de Contas **a emissão** de parecer prévio, **o que se aplica tanto às contas** relativas ao exercício financeiro, **prestadas** anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, **quanto às contas de gestão** ou atinentes à função de ordenador de despesas.

**2. Não há falar** em rejeição de contas de prefeito por mero decurso de prazo para sua apreciação pela Câmara Municipal, **porquanto constitui esse Poder Legislativo o órgão competente** para esse julgamento, **sendo indispensável** o seu efetivo pronunciamento.

Agravo regimental **a que se nega** provimento.”

**(REspe n. 33.747-AgR/BA, Rel. Min. ARNALDO VERSIANI – grifei)**

**“Registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90. Competência.**

**- A competência para o julgamento das contas do prefeito é da Câmara**



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



*Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de parecer prévio, o que se aplica tanto às contas relativas ao exercício financeiro, prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, quanto às contas de gestão ou atinentes à função de ordenador de despesas. Recurso especial provido.”*

*(REspe n. 29.117/SC, Rel. Min. ARNALDO VERSIANI – grifei)*

**“CONTAS - PREFEITO - REJEIÇÃO - DECURSO DE PRAZO.**

*Consoante dispõe o artigo 31 da Constituição Federal, descabe endossar rejeição de contas **considerado** o decurso de prazo para a Câmara Municipal exercer crivo **tendo em conta parecer**, até então simples parecer, **do Tribunal de Contas.**”*

*(RO 1.247/GO, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – grifei)*

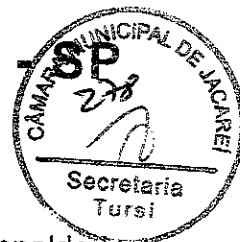
*Cabe assinalar, finalmente, que esse entendimento tem sido observado, nesta Suprema Corte, **em casos** rigorosamente idênticos ao que ora se examina (Rcl 10.342-AgR-MC/CE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Rcl 10.445-MC/CE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Rcl 10.456-MC/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES – Rcl 10.493-MC/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES – Rcl 10.505/CE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Rcl 10.616/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES, v.g.).*

Diante do límpido e claro basileamento já proferido há anos pela Suprema Corte de Justiça Nacional, o STF, necessário se faz a presente correção para que a omissão legislativa que ora se constata não perdure por mais uma legislatura, contaminando o texto da Lei Orgânica Municipal com evidente inconstitucionalidade.

4. Buscando a presente correção, em 06.04.2016, foi protocolado junto a Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo, um pedido de ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade, cópia anexa, e bem como encontra-se em tramitação nesta Casa de Leis o Processo n. 45/2016 que visa a correção formal desta previsão já considerada **“letra morta” há anos pelo STF**, e que assim deveria ter sido considerada por esta Casa de Leis, respeitando-se o princípio da IMPESSOALIDADE esculpido no Art. 37 da Carta Federal.

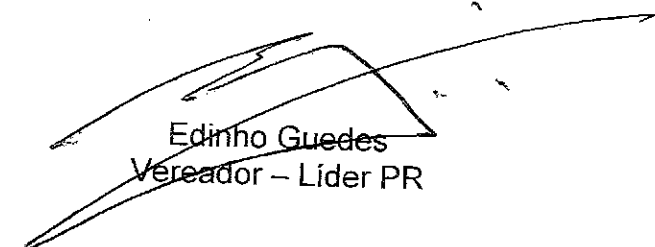



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE



5. Registra-se que a presente anulação que se requer, está respaldada pelo **Princípio da Autotutela** previsto pela **Súmula n. 473 do STF** que assim determina: **"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade"**. Situação que se aplica plenamente neste caso considerando a condenação judicial que esta mesma Câmara Municipal já sofreu, exatamente por proceder da mesma forma que ora se reprova.
6. Nestes termos, ressalta-se que os Decretos Legislativo n. 377 e 378 de 2016 devem ser revogados e as Contas do Executivo referentes aos mesmos devem ser levadas ao Plenário desta Casa, por ser esta, prerrogativa constitucionalmente indelegável e que não pode o próprio Poder Legislativo desrespeitar sua própria responsabilidade legal.
7. Assim sendo, frisa-se que o presente RECURSO deverá ser levado a apreciação do Plenário desta Legislativo, em **Regime de Urgência**, nos termos dos **Art. 23, IV, Art. 91 §1º III e Art. 108 §1º do Regimento Interno**.


Câmara Municipal de Jacareí, 02 de maio de 2016.

  
Edinho Guedes  
Vereador – Líder PR

  
Valmir do Fq Meia Lua  
Vereador – PSDC

  
Pr. Rogério Timóteo  
Vereador – PRB

  
Edgard Takashi Sasaki  
VEREADOR - PSDC

  
Mauricio Haka  
Vereador - DEM



**EMENTA:** **RECLAMAÇÃO.**  
**ADMISSIBILIDADE. LEGITIMAÇÃO**  
**ATIVA** DA PARTE RECLAMANTE.  
**PREFEITO MUNICIPAL. CONTAS**  
**PÚBLICAS. JULGAMENTO.**  
**COMPETÊNCIA, PARA TAL FIM,** DA  
CÂMARA DE VEREADORES.  
**ATRIBUIÇÃO EXCLUSIVA** DO PODER  
LEGISLATIVO LOCAL **QUE SE**  
**ESTENDE TANTO** ÀS CONTAS ANUAIS  
**RELATIVAS** AO EXERCÍCIO  
FINANCEIRO **QUANTO** ÀS CONTAS DE  
GESTÃO (**OU** REFERENTES À FUNÇÃO  
DE ORDENADOR DE DESPESAS) DO  
CHEFE DO PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL. **FUNÇÃO OPINATIVA, EM**  
**TAIS HIPÓTESES,** DO TRIBUNAL DE  
CONTAS. **PARECER PRÉVIO**  
**SUSCETÍVEL** DE REJEIÇÃO PELO PODER  
LEGISLATIVO MUNICIPAL (**CF**, ART. 31,  
§ 2º). **SUPREMACIA**  
**HIERÁRQUICO-NORMATIVA** DA  
REGRAS CONSTITUCIONAL **QUE**  
**CONFERE** PODER DECISÓRIO, EM  
SEDE DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA, À  
**INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR,** SOBRE  
AS CONTAS DO CHEFE DO EXECUTIVO.  
**MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.**

**DECISÃO:** Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, na qual se sustenta que os atos ora questionados teriam desrespeitado a autoridade da decisão que esta Suprema Corte proferiu, *com efeito vinculante*, nos julgamentos da ADI 849/MT, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, da ADI 1.779/PE, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, e da ADI 3.715/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES.

**Aduz**, a parte ora reclamante, **para justificar**, na espécie, **o alegado desrespeito** à autoridade decisória dos julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, as seguintes considerações:



*“Com efeito, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já se pronunciou por reiteradas vezes acerca da competência dos Tribunais de Contas para a apreciação das contas dos agentes públicos.*

*Especificamente nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 3715-3/TO, 1779-1/PE e 849-8/MT, restou assentado que, quanto às contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, em qualquer nível (federal, estadual ou municipal), os Tribunais de Contas devem se cingir em apreciar e emitir PARECER PRÉVIO, sem caráter decisório, nos exatos termos do Art. 71, I, da CF/88, vez que a Carta Magna deferiu exclusivamente ao Poder Legislativo a competência para o julgamento das contas daqueles agentes políticos.*

*Diversamente, quanto a outros administradores (que não os Chefes do Poder Executivo) e demais responsáveis por recursos públicos, os Tribunais de Contas efetivamente promovem o julgamento das contas prestadas, competência deferida pelo Art. 71, II, da CF/88.*

*Esse Tribunal assentou ainda, em observância ao princípio da simetria, que as disposições constitucionais que regem o Tribunal de Contas da União, no que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, aplicam-se também aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, nos termos do Artigo 75 da Constituição Federal.*

.....

*Constata-se, sem dificuldade, que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nas ADI's em apreço, firmou, com efeito vinculante e 'erga omnes', o entendimento de que a atual Constituição Federal, ao tratar dos Tribunais de Contas, outorga-lhes duas atribuições distintas: a) apreciar, emitindo Parecer Prévio sem cunho decisório, as contas apresentadas pelos Chefes do Poder Executivo (art. 71, I); b) julgar as contas dos demais administradores e responsáveis por recursos públicos (art. 71, II).*

.....

*A pretensão ora deduzida consiste em restaurar a autoridade das decisões proferidas por essa egrégia Corte em sede de controle abstrato de constitucionalidade, a qual restou desrespeitada e mitigada pelos atos impugnados, exarados pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.*

*Com efeito, a Corte de Contas capixaba proferiu as seguintes decisões, ora impugnadas:*

(i)	Acórdão	nº	235/2006
(Processo nº 3.285/2005);	(ii)	Acórdão	nº 028/2005
(Processo nº 3561/2004);	(iii)	Acórdão	nº 485/2005



(Processo nº 4.193/2003; (iv) Acórdão nº 191/2009  
(Processo nº 5.145/2004); (v) Acórdão nº 211/2006  
(Processo nº 4.723/2004).

*Tais decisões estão em total dissonância com o entendimento, dotado de efeito vinculante, firmado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado nas ações de inconstitucionalidade invocadas na presente Reclamação.*

*O reclamante exerceu o cargo de Prefeito do Município de Piúma-ES por 03 (três) mandatos, nos períodos de 1989/1992, 1997/2000 e 2001/2004. No transcorrer de sua gestão, o Reclamante promoveu a regular prestação de contas, apresentando-as perante o órgão reclamado para a necessária análise prévia e posterior encaminhamento à Câmara Municipal, a qual se mostra competente para o efetivo julgamento das contas.*

*Ocorre que, agindo ao arrepio dos preceitos constitucionais aqui invocados, o TC/ES, ao apreciar as contas que lhe foram apresentadas pelo Reclamante, então Prefeito Municipal de Piúma, houve por bem não emitir parecer prévio, mas julgá-las diretamente, com a imposição de sanções pecuniárias, subtraindo assim a competência exclusiva do Poder Legislativo, estabelecida pela Constituição Federal e sufragada pelas decisões dessa Corte.*

*Registra-se que, conforme Certidão anexa, a Câmara Municipal de Piúma-ES não recebeu os acórdãos impugnados para fins de julgamento.” (grifei)*

**Busca-se, desse modo, segundo pretendido** pela parte ora reclamante, **a declaração de nulidade** das decisões proferidas “(...) pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, quais sejam: (i) Acórdão nº 235/2006 (Processo nº 3.285/2005); (ii) Acórdão nº 028/2005 (Processo nº 3561/2004); (iii) Acórdão nº 485/2005 (Processo nº 4.193/2003; (iv) Acórdão nº 191/2009 (Processo nº 5.145/2004); (v) Acórdão nº 211/2006 (Processo nº 4.723/2004);” (grifei).

**Cumprе analisar**, preliminarmente, **se se mostra cabível, ou não, o emprego** da reclamação, **em situações de alegado** desrespeito a decisões que a Suprema Corte tenha proferido **em sede** de fiscalização normativa abstrata.

O Supremo Tribunal Federal, **ao examinar** esse aspecto da questão, **tem enfatizado**, em sucessivas decisões, que a reclamação **reveste-se** de idoneidade jurídico-processual, **se** utilizada com o objetivo de **fazer prevalecer** a autoridade decisória dos julgamentos emanados desta Corte, **notadamente** quando impregnados de eficácia vinculante:

**“O DESRESPEITO À EFICÁCIA VINCULANTE  
DERIVADA DE DECISÃO EMANADA DO PLENÁRIO DA  
SUPREMA CORTE, AUTORIZA O USO DA RECLAMAÇÃO**

- O descumprimento, por quaisquer juízes ou Tribunais, de decisões proferidas com efeito vinculante, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade, **autoriza** a utilização da via reclamationária, também vocacionada, em sua específica função processual, a resguardar e a fazer prevalecer, no que concerne à Suprema Corte, a integridade, a autoridade e a eficácia subordinante dos comandos que emergem de seus atos decisórios. *Precedente: Rcl 1.722/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO (Pleno)."*

(RTJ 187/151, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

**Cabe verificar**, de outro lado, **se** terceiros – **que não intervieram** no processo objetivo de controle normativo abstrato – **dispõem**, ou não, de legitimidade ativa para o ajuizamento de reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, **quando promovida** com o objetivo **de fazer restaurar** o “imperium” **inerente** às decisões emanadas desta Corte, **proferidas** em sede de ação direta de inconstitucionalidade **ou** de ação declaratória de constitucionalidade.

O **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, a **propósito** de tal questão, **ao analisar** o alcance da norma inscrita **no art. 28** da Lei nº 9.868/98 (Rcl 1.880-AgR/SP, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA), **firmou** orientação **que reconhece**, a terceiros, **qualidade para agir**, em sede reclamationária, **quando necessário** se torne assegurar o efetivo respeito aos julgamentos desta Suprema Corte, **proferidos** no âmbito de processos de controle normativo abstrato:

**“(…) LEGITIMIDADE ATIVA PARA A RECLAMAÇÃO  
NA HIPÓTESE DE INOBSERVÂNCIA DO EFEITO  
VINCULANTE**

- **Assiste** plena legitimidade ativa, **em sede** de reclamação, **àquele** – particular **ou** não – **que venha** a ser afetado, em sua esfera jurídica, por decisões de outros magistrados ou Tribunais que se revelem **contrárias** ao entendimento fixado, **em caráter vinculante**, pelo Supremo Tribunal Federal, **no julgamento** dos processos objetivos de controle normativo abstrato **instaurados** mediante ajuizamento, **quer** de ação direta de inconstitucionalidade, **quer** de ação declaratória de constitucionalidade. *Precedente. (...)”*

(RTJ 187/151, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)



**“AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE - OUTORGA DE MEDIDA CAUTELAR COM EFEITO VINCULANTE - POSSIBILIDADE.**

- O Supremo Tribunal Federal dispõe de competência para exercer, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, o poder geral de cautela de que se acham investidos todos os órgãos judiciários, independentemente de expressa previsão constitucional. A prática da jurisdição cautelar, nesse contexto, acha-se essencialmente vocacionada a conferir tutela efetiva e garantia plena ao resultado que deverá emanar da decisão final a ser proferida no processo objetivo de controle abstrato. Precedente.

- O provimento cautelar deferido, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, além de produzir eficácia ‘erga omnes’, reveste-se de efeito vinculante, relativamente ao Poder Executivo e aos demais órgãos do Poder Judiciário. Precedente.

- A eficácia vinculante, que qualifica tal decisão - precisamente por derivar do vínculo subordinante que lhe é inerente -, legitima o uso da reclamação, se e quando a integridade e a autoridade desse julgamento forem desrespeitadas.”

(RTJ 185/3-7. Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

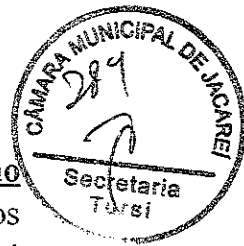
Vê-se, portanto, que assiste, à parte ora reclamante, plena legitimidade ativa “*ad causam*” para fazer instaurar este processo reclamatório.

Impende verificar, agora, se a situação exposta na presente reclamação pode traduzir, ou não, hipótese de ofensa à autoridade das decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal, proferidas, com eficácia vinculante, em sede de fiscalização normativa abstrata, e indicadas como paradigmas de confronto.

E, ao fazê-lo, observo que os elementos produzidos na presente sede reclamatória parecem evidenciar o alegado desrespeito à autoridade das decisões que esta Suprema Corte proferiu nos julgamentos da ADI 849/MT e da ADI 3.715/TO, revelando-se suficientes para justificar, na espécie, o acolhimento da pretensão cautelar deduzida pelo reclamante.

É que, no caso ora em exame, trata-se de hipótese que deve ser interpretada, no que concerne aos Chefes do Poder Executivo da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com quanto dispõem os arts. 71, inciso I, 75, “*caput*”, e 31 e seus parágrafos 1º e 2º, todos da Carta Política.





Esses preceitos constitucionais permitem definir, como órgão competente para apreciar as contas públicas do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos Municipais, **o Poder Legislativo**, a quem foi deferida a **atribuição** de efetuar, **com o auxílio opinativo** do Tribunal de Contas correspondente, **o controle externo** em matéria financeira e orçamentária.

As contas públicas dos Chefes do Executivo **devem sofrer o julgamento** – final e definitivo – **da instituição parlamentar**, cuja atuação, **no plano** do controle externo da legalidade e regularidade da atividade financeira do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos Municipais, é **desempenhada** com a intervenção “*ad coadjuvandum*” do Tribunal de Contas.

A **apreciação** das contas **prestadas** pelo Chefe do Poder Executivo – **que é a expressão visível** da unidade institucional desse órgão da soberania do Estado – **constitui prerrogativa intransferível do Legislativo**, que **não** pode ser substituído pelo Tribunal de Contas, **no desempenho** dessa magna competência, **que possui extração nitidamente constitucional**.

A **regra de competência** inscrita no art. 71, inciso II, da Carta Política – **que submete** ao julgamento desse importante órgão auxiliar do Poder Legislativo **as contas** dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta – **não legitima** a atuação **exclusiva** do Tribunal de Contas, **quando** se tratar de apreciação das contas **do Chefe** do Executivo, **pois, em tal hipótese, terá plena incidência** a norma especial **consubstanciada no inciso I** desse mesmo preceito constitucional.

**Há, pois, uma dualidade** de regimes jurídicos a que os agentes públicos estão sujeitos **no procedimento** de prestação e julgamento de suas contas. **Essa diversidade** de tratamento jurídico, **estipulada “ratione muneris”** pelo ordenamento constitucional, **põe em relevo** a condição político-administrativa **do Chefe** do Poder Executivo.

O **eminente** Ministro MARCO AURÉLIO, **em passagem expressiva** de seu douto voto proferido no julgamento do **RE 132.747/DF**, do qual foi Relator, **assinalou**, com inteira propriedade, **essa dualidade de situações, dando adequada** interpretação às normas **inscritas nos incisos I e II** do art. 71 da Constituição Federal:



*“Nota-se, mediante leitura dos incisos I e II do artigo 71, em comento, a existência de tratamento diferenciado, consideradas as contas do Chefe do Poder Executivo da União e dos administradores em geral. Dá-se, sob tal ângulo, nítida dualidade de competência, ante a atuação do Tribunal de Contas. Este aprecia as contas prestadas pelo Presidente da República e, em relação a elas, limita-se a exarar parecer, não chegando, portanto, a emitir julgamento.*

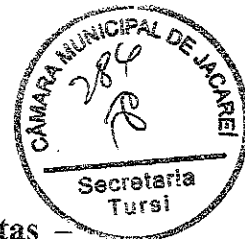
*Já em relação às contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e às contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para o erário, a atuação do Tribunal de Contas não se faz apenas no campo opinativo. Extravasa-o, para alcançar o do julgamento. Isto está evidenciado não só pelo emprego, nos dois incisos, de verbos distintos - apreciar e julgar - como também pelo desdobramento da matéria, explicitando-se, quanto às contas do Presidente da República, que o exame se faz ‘mediante parecer prévio’ a ser emitido, como exsurge com clareza solar, pelo Tribunal de Contas.*

...

*(...) O Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos igualam-se no que se mostram merecedores do ‘status’ de Chefes de Poder. A amplitude maior ou menor das respectivas áreas de atuação não é de molde ao agasalho de qualquer distinção quanto ao Órgão competente para julgar as contas que devem prestar, sendo certa a existência de Poderes Legislativos específicos. A dualidade de tratamento, considerados os Chefes dos Poderes Executivos e os administradores em geral, a par de atender a aspecto prático, evitando a sobrecarga do Legislativo, observa a importância política dos cargos ocupados, jungindo o exercício do crivo em relação às contas dos Chefes dos Executivos Federal, Estaduais e Municipais à atuação não de simples órgão administrativo, mas de outro Poder - o Legislativo.” (grifei)*

*Órgão competente, portanto, para apreciar as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, somente pode ser, em nosso sistema de direito constitucional positivo, no que se refere ao Presidente da República, aos Governadores e aos Prefeitos Municipais, o Poder Legislativo, a quem incumbe exercer, com o auxílio meramente técnico-jurídico do Tribunal de Contas, o controle externo pertinente à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das pessoas estatais e das entidades*

administrativas.



Somente à Câmara de Vereadores – e não ao Tribunal de Contas – assiste a indelegável prerrogativa de apreciar, mediante parecer prévio daquele órgão técnico, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal.

Não se subsume, em consequência, à noção constitucional de julgamento das contas públicas, o pronunciamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas, quanto a contratos e a outros atos de caráter negocial celebrados pelo Chefe do Poder Executivo.

Esse procedimento do Tribunal de Contas, referente à análise individualizada de determinadas operações negociais efetuadas pelo Chefe do Poder Executivo, tem o claro sentido de instruir o exame oportuno, pelo próprio Poder Legislativo – e exclusivamente por este –, das contas anuais submetidas à sua exclusiva apreciação.

Não tem sido diversa a orientação jurisprudencial adotada pelo E. Tribunal Superior Eleitoral, cujas sucessivas decisões sobre o tema ora em análise ajustam-se a esse entendimento, afastando, por isso mesmo, para efeito de incidência da regra de competência inscrita no art. 71, inciso I, c/c os arts. 31, § 2º, e 75, todos da Constituição da República, a pretendida distinção entre contas relativas ao exercício financeiro e contas de gestão ou referentes à atividade de ordenador de despesas, como se vê de expressivos acórdãos emanados daquela Alta Corte Eleitoral:

*“Registro de candidatura. Prefeito. Inelegibilidade. Art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90. Competência.*

*1. A competência para o julgamento das contas de prefeito é da Câmara Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de parecer prévio, o que se aplica tanto às contas relativas ao exercício financeiro, prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, quanto às contas de gestão ou atinentes à função de ordenador de despesas.*

*2. Não há falar em rejeição de contas de prefeito por mero decurso de prazo para sua apreciação pela Câmara Municipal, porquanto constitui esse Poder Legislativo o órgão competente para esse julgamento, sendo indispensável o seu efetivo pronunciamento.*

*Agravo regimental a que se nega provimento.”*

*(REspe n. 33.747-AgR/BA, Rel. Min. ARNALDO VERSIANI – grifei)*



*“Registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, g, da Complementar nº 64/90. Competência.*

*- A competência para o julgamento das contas do prefeito da Câmara Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de parecer prévio, o que se aplica tanto às contas relativas ao exercício financeiro, prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, quanto às contas de gestão ou atinentes à função de ordenador de despesas.*

*Recurso especial provido.”*

*(REspe n. 29.117/SC, Rel. Min. ARNALDO VERSIANI – grifei)*

**“CONTAS - PREFEITO - REJEIÇÃO - DECURSO DE PRAZO.**

*Consoante dispõe o artigo 31 da Constituição Federal, descabe endossar rejeição de contas considerado o decurso de prazo para a Câmara Municipal exercer crivo tendo em conta parecer, até então simples parecer, do Tribunal de Contas.”*

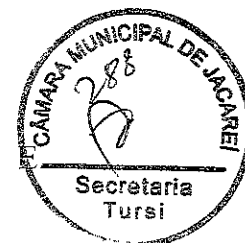
*(RO 1.247/GO, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – grifei)*

*Cabe assinalar, finalmente, que esse entendimento tem sido observado, nesta Suprema Corte, em casos rigorosamente idênticos ao que ora se examina (Rcl 10.342-Agr-MC/CE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Rcl 10.445-MC/CE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Rcl 10.456-MC/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES – Rcl 10.493-MC/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES – Rcl 10.505/CE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Rcl 10.616/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES, v.g.).*

*Sendo assim, em face das razões expostas e em juízo de estrita delibação, defiro o pedido de medida cautelar, em ordem a suspender, cautelarmente, até final julgamento da presente reclamação, em relação à parte ora reclamante, “(...) os efeitos dos atos impugnados, exarados pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, quais sejam: (i) Acórdão nº 235/2006 (Processo nº 3.285/2005); (ii) Acórdão nº 028/2005 (Processo nº 3561/2004); (iii) Acórdão nº 485/2005 (Processo nº 4.193/2003; (iv) Acórdão nº 191/2009 (Processo nº 5.145/2004); (v) Acórdão nº 211/2006 (Processo nº 4.723/2004);” (grifei).*

*Comunique-se, com urgência, transmitindo-se cópia da presente decisão ao eminente Procurador-Geral do Estado do Espírito Santo, ao E. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e à E. Câmara Municipal de Piúma/ES.*

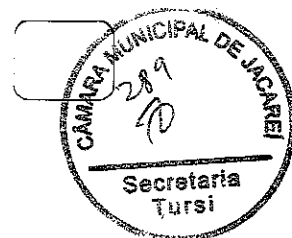
2. Requisitem-se informações ao Estado do Espírito Santo e ao Tribunal de Contas daquela unidade da Federação.



Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2012.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator



Terça-feira, 12 de Abril de 2016 | você está em » principal » notícias » cidade

25

G+1 0

Curtiu

Compartilhe

Q

Publicidade

Publicado em 11/04/2016 às 18h05

Publicidade

## Gestão Financeira Online

Software de Gestão Financeira.  
Acesse e Teste Grátis p/ 30

## Câmara de Jacareí rejeita contas do prefeito sem levar votação aos vereadores

13:17



Publicado em 12/04/2016 às 12h02

Publicado em 12/04/2016 às 11h24

Publicado em 12/04/2016 às 11h24

Últimas Mais Lidas

Geral

Publicado em 12/04/2016 às 12h02

Conta de água ficará mais cara nos municípios atendidos pela Sabesp

Geral

Publicado em 12/04/2016 às 11h24

SESI São José terá show com Alceu Valença nesse domingo

Geral

Publicado em 12/04/2016 às 11h20

Juros do cheque especial sobem e chegam a 13,08%, diz Procon/SP

Cidade

Publicado em 12/04/2016 às 10h47

Jacareí perde cantor Davy, da dupla Netho e Davy

Cidade

Publicado em 11/04/2016 às 18h05

Câmara de Jacareí rejeita contas do prefeito sem levar votação aos vereadores

Publicado em 11/04/2016 às 18h05

Publicado em 11/04/2016 às 18h05



Curtiu

Fale conosco

Você e outros 279 amigos curtiram isso



PMJ/Arquivo



O prefeito de Jacareí, Hamilton Mota (PT), que teve suas contas dos exercícios de 2011 e 2012 rejeitadas pelo presidente da Câmara

O presidente da Câmara Municipal de Jacareí, vereador Arildo Batista (PT), rejeitou, por decurso de prazo, as contas do prefeito Hamilton Mota (PT) referentes aos exercícios de 2011 e 2012. A decisão assinada no último dia 5, e que acompanha pareceres do Tribunal de Contas do Estado, será publicada no Boletim Oficial do Município, através de Decreto Legislativo, possivelmente ainda nessa semana. Através de seu advogado, o prefeito já informou que irá recorrer da decisão (leia abaixo).

Para a oposição, a decisão da presidência da Câmara é vista como uma 'manobra' para evitar a derrota do prefeito em plenário, uma vez que ele necessitaria de nove votos (dois terços da Casa) para derrubar os pareceres do TC-SP. Atualmente, a base de apoio ao prefeito conta só com sete parlamentares.

Os dois pareceres do TC-SP nem chegaram a ser votados pelos vereadores. Eles foram recebidos pela Câmara em 14 de dezembro de 2015 e distribuídos para conhecimento dos parlamentares e comissões em 11 de janeiro deste ano. O prazo para votação em plenário terminou no dia 30 de março (descontado o recesso parlamentar) e os pareceres do Tribunal de Contas sequer entraram na Ordem do Dia.

O presidente Arildo disse ao Diário de Jacareí que preferiu agir com 'prudência', mesmo com parecer favorável pela aprovação da Comissão de Orçamento e Finanças da Casa, emitido somente no dia 5 de abril, cinco dias após o fim do prazo legal.

O presidente da Comissão de Constituição de Justiça, vereador Edinho Guedes (PR) questiona. "É prerrogativa exclusiva dos vereadores julgar as contas do Executivo. O STF (Supremo Tribunal Federal) já se manifestou pela inconstitucionalidade do ato de se privar o plenário deste julgamento e aplicar o decurso de prazo. Essa decisão me surpreende, pois, com isso, o prefeito poderá cancelar facilmente a aprovação das suas contas no Tribunal e chegar a este mesmo processo volta para a Câmara futura".

reprovação das suas contas na Justiça e obrigai que este mesmo processo volte para a Câmara julgar daqui a alguns anos", finaliza.

A comissão de Orçamento e Finanças, presidida por Rose Gaspar (PT), justificou seu parecer afirmando que como as razões apresentadas pelo TC-SP eram semelhantes às de exercícios anteriores, já apreciadas pelo Legislativo, decidiu pela rejeição do parecer e aprovação das contas em questão. Além disso, a parlamentar justificou a falta de profissional habilitado na Câmara para analisar os volumosos processos dos dois exercícios.

**OPINIÃO** - Procurados pela reportagem do Diário de Jacareí para comentar o assunto, especialistas em Direito Público afirmam, em princípio, que a simples rejeição das contas por parte da Câmara poderia provocar a ilegitimidade do prefeito por oito anos. Eles também se recordam de exemplos anteriores na apreciação de contas do ex-prefeito Marco Aurélio (PT), em que o mesmo expediente foi utilizado (julgamento por decurso de prazo) para evitar a apreciação do plenário, 'manobra' jurídica já conhecida e declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Marco Aurélio governou a cidade entre os anos de 2001 a 2008.

**OUTRO LADO** - Procurado pelo Diário de Jacareí, na sexta-feira (8), em seu escritório em São Paulo, o advogado do prefeito, Ademar Costa Filho, disse que cabe recurso possivelmente através de um Mandado de Segurança ou Ação Anulatória das decisões da Câmara.

Costa Filho disse que pedirá à Justiça uma perícia nos documentos apresentados pela atual administração na tentativa de derrubar as alegações do TC-SP, entre as quais a de que o prefeito Hamilton Mota teria investido menos na Educação do que a lei determina, cujo limite é 25% do orçamento do município.

Publicidade

compartilhe

relacionadas



Luto/atualizada às 12h23  
Jacareí perde cantor Davy, da dupla Netinho e Davy



Investigação  
Ministério Público vai apurar uso do dinheiro de multas de trânsito em Jacareí



Abastecimento  
SAAE inaugura novo reservatório e amplia reserva de água em Jacareí



Crise econômica  
Construção civil está em retração em Jacareí



Queda-de-braço  
Trabalhadores do SAAE de Jacareí protestam durante inauguração na ETA Central

comentários (0)

## ATENÇÃO!

Os comentários publicados neste espaço são de responsabilidade de seus autores e não expressam necessariamente a opinião do Diário de Jacareí

Por favor, faça o login antes de comentar



Digite seu e-mail



.....



?






## Expediente

Sócia proprietária  
Solange Aparecida Moraes Ananias  
solangeananias@diariodejacarei.com.br

## Diretor Responsável e de Redação

Angelo de Paula Ananias  
angelopaulaanias@diariodejacarei.com.br

## Comercial

## Editorias

Cidade  
Editorial  
Esportes  
Geral  
Polícia

## Links Úteis

Anuncie  
Assine  
Álbuns de Fotos  
Cadastre-se Grátis  
Classificados

## Endereço

Rua João Américo, 41 - Centro  
Jacareí - São Paulo  
12308-660

## Contato

(12) 3953.2966

## Faça sua Abdominoplastia



Clinica Médica  
1994. Tratamento Especializado  
Mastectomia

## Jeep Renegade



Saiba o quanto você pode fazer. Confira!  
www.jeep.com.br/Renegade



Secretaria

## blogs

Últimos Mais Lidos



Blog do Armando  
Cachorro-quente gourmet em São José dos Campos? Fuja dessa



Plenário  
Câmara rejeita as contas do prefeito referentes aos anos 2011 e 2012



Coisas de Cinema  
Steve Jobs 2



O Quinto Poder  
Passeio por Jacareí

## enquetes

Enquete 1 Enquete 2

09/12/2015

Na sua opinião, o impeachment da presidente Dilma seria a melhor solução para o país?

Sim

61.1%

O problema do país não é a presidente

21.4%

Não

17.4%

Publicidade

PROMOÇÃO  
VOLTA ÀS AULAS

SEM TAXA DE MATRÍCULA 30% DE DESCONTO

CNA  
Inglês Definitivo

CNA JACAREÍ - (12) 3023-8189

12/04/2016

Câmara de Jacareí rejeita contas do prefeito sem levar votação aos vereadores

[contato@diariodejacarei.com.br](mailto:contato@diariodejacarei.com.br)

Variedades

Enquetes

(12) 3961.4021

Assinatura

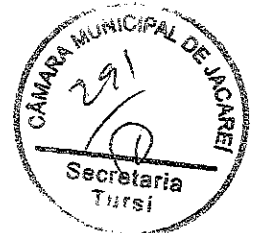
[assinatura@diariodejacarei.com.br](mailto:assinatura@diariodejacarei.com.br)

Fale Conosco

Termos de Uso

Trabalhe no Diário

Tv Diário



Logos e Certificações:





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR GERAL  
DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO  
PAULO



CÓPIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROTOCOLO: 0045205/16

Data : 06/04/2016

Hora: 10:11:46

Local de Entrada:

14050502

SUBÁREA DE APOIO ADMIN.- PROTOCOLO GERAL

Assunto:

ANÁLISE DE AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Interessado:

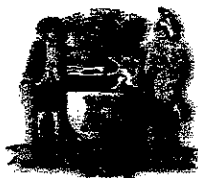
EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO

**EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO,**  
brasileiro, casado, advogado, investido no mandato de Vereador, RG nº  
28.357.273-5, CPF/MF nº 276.576.728-97, vem respeitosamente à  
presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 90, inciso III, da  
Constituição do Estado de São Paulo<sup>1</sup>, formular

## **REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE**

em face de dispositivo da Lei Orgânica do Município de Jacaréi-SP,  
conforme adiante exposto.

<sup>1</sup> Art. 90. São partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estaduais ou municipais, contestados em face desta Constituição ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição, no âmbito de seu interesse:  
III. o Procurador-Geral de Justiça;



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ref. Protocolo Geral nº 0709/2/5/2016  
Recurso

Em relação às razões do recurso ora em análise, anoto que a decisão de publicação dos decretos ora impugnados tem respaldo em parecer formulado pela Consultoria Jurídica desta Casa, que consignou que a alínea "b", inciso IV, do artigo 49, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, é norma vigente e que se sobrepõe às determinações que constam no Regimento Interno da Câmara Municipal.

A própria fundamentação do recurso, que cita decisões que questionam a constitucionalidade de dispositivos semelhantes ao ora debatidos, menciona que é necessário propor ação direta de Inconstitucionalidade para retirar a norma do ordenamento jurídico, ou que é necessário modificá-la através de emenda à Lei Orgânica.

Ora, se tais formalidades são previstas em lei e são necessárias, não cabe ao Presidente da Câmara simplesmente deixar de cumprir uma regra porque entende que se trata de algo supostamente inconstitucional. Não está entre suas atribuições declarar uma lei "letra morta", pois isso seria grande arbitrariedade.

Por tais motivos, mantenho a decisão ora combatida e encaminho o presente à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer, nos termos do artigo 108, § 1º, do Regimento Interno.

  
**Arildo Batista**  
Presidente

*à CCJ para  
que se manifeste.*  
*09/05/2016*  
**Moacir B. Sales Neto**  
Sec. - Diretor Legislativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**



**COMISSÃO 1 - CCJ**  
**CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Ref. Protocolo Geral nº 0709/2/5/2016

Recurso Contra Ato do Presidente, Referente à Rejeição das Contas dos Exercícios de 2011 e 2012 do Executivo Municipal.

O recurso discriminado em epígrafe, na forma regimental, foi remetido ao conhecimento da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal, para que se manifeste quanto aos aspectos de competência, nos termos do § 1º do artigo 108 do Regimento Interno.

Em análise ao recurso apresentado pelos Vereadores: Edinho Guedes, Rogério Timóteo, Valmir do Parque Meia Lua, Edgard Sasaki, acolhemos integralmente a fundamentação proferida no parecer exarado pela Consultoria Jurídica e no despacho fundamentado pelo Excelentíssimo Presidente desta Casa, vez que não há amparo legal para o seu prosseguimento.

Assim considerando, subscrevemos o presente documento, tornando-o PARECER desta Comissão.

Câmara Municipal de Jacareí, 17 de maio de 2016.

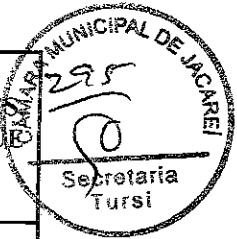
  
**Hernani Barreto**  
**Presidente**

  
**Ana Lino**  
**Relatora**

**BOLETIM DE VOTAÇÃO NOMINAL**

**RECURSO CONTRA ATO DA  
PRESIDÊNCIA REF. EDIÇÃO E  
PUBLICAÇÃO DOS DECRETOS  
LEGISLATIVOS NºS 377 E 378/2016.**

**AUTORES: VEREADORES EDINHO GUEDES  
ROGÉRIO TIMÓTEO, VALMIR DO PARQUE  
MEIA LUA E EDGARD SASAKI.**



**VEREADORES**

**VOTAÇÃO ÚNICA**

EM 25/05/2016

	Favor	Contra	Abstenção	Ausência
ANA LINO		X		
VALMIR DO PARQUE MEIA LUA	X			
EDGARD SASAKI	X			
EDINHO GUEDES	X			
FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL	X			
HERNANI BARRETO		X		
ITAMAR ALVES		X		
JOSÉ FRANCISCO		X		
MAURÍCIO HAKA	X			
PAULINHO DO ESPORTE		X		
ROGÉRIO TIMÓTEO	X			
ROSE GASPAR		X		

Votação Única - Visto do Presidente

*Votação desempatada  
com voto contrário do  
Presidente, nos termos do  
art. 25, IV, do Regimento In-  
terno.*

*Atas  
25/05/2016*  
**Moacir B. Sales Neto**  
Sec. - Diretor Legislativo

**APURAÇÃO  
VOTAÇÃO ÚNICA**

FAVORÁVEIS 06 CONTRÁRIOS 07  
ABSTENÇÕES 0 AUSÊNCIAS 0

☐ APROVADO ☒ REJEITADO  
☐ APROVADO POR ACLAMAÇÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE

1B

Ofício nº 080/05/2016-CMP

Jacareí, 30 de maio de 2016.

A Sua Senhoria, o Senhor  
**HAMILTON RIBEIRO MOTA**  
Prefeito Municipal de Jacareí



Ref.: **Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2011 e 2012.**

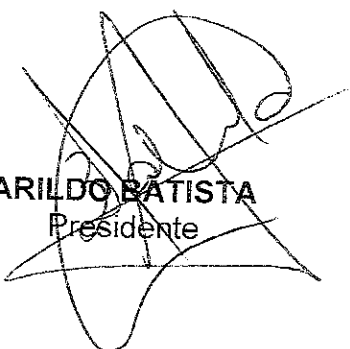
Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia do Recurso protocolado nesta Casa Legislativa sob o nº 0709/2016 contra o ato de edição e publicação dos Decretos nºs 377/2016 e 378/2016, referentes à rejeição das Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2011 e 2012.

Seguem, ainda, cópia do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, do despacho da Presidência e do Boletim de Votação do referido Recurso, que foi rejeitado na Sessão Ordinária realizada em 25/05/2016.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de nossa perfeita estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**ARILDO BATISTA**  
Presidente

Prefeitura Municipal de Jacareí	
Gabinete do Prefeito	
Recebi em	03/06/16
As	11 h 40
Assinatura	Alanna